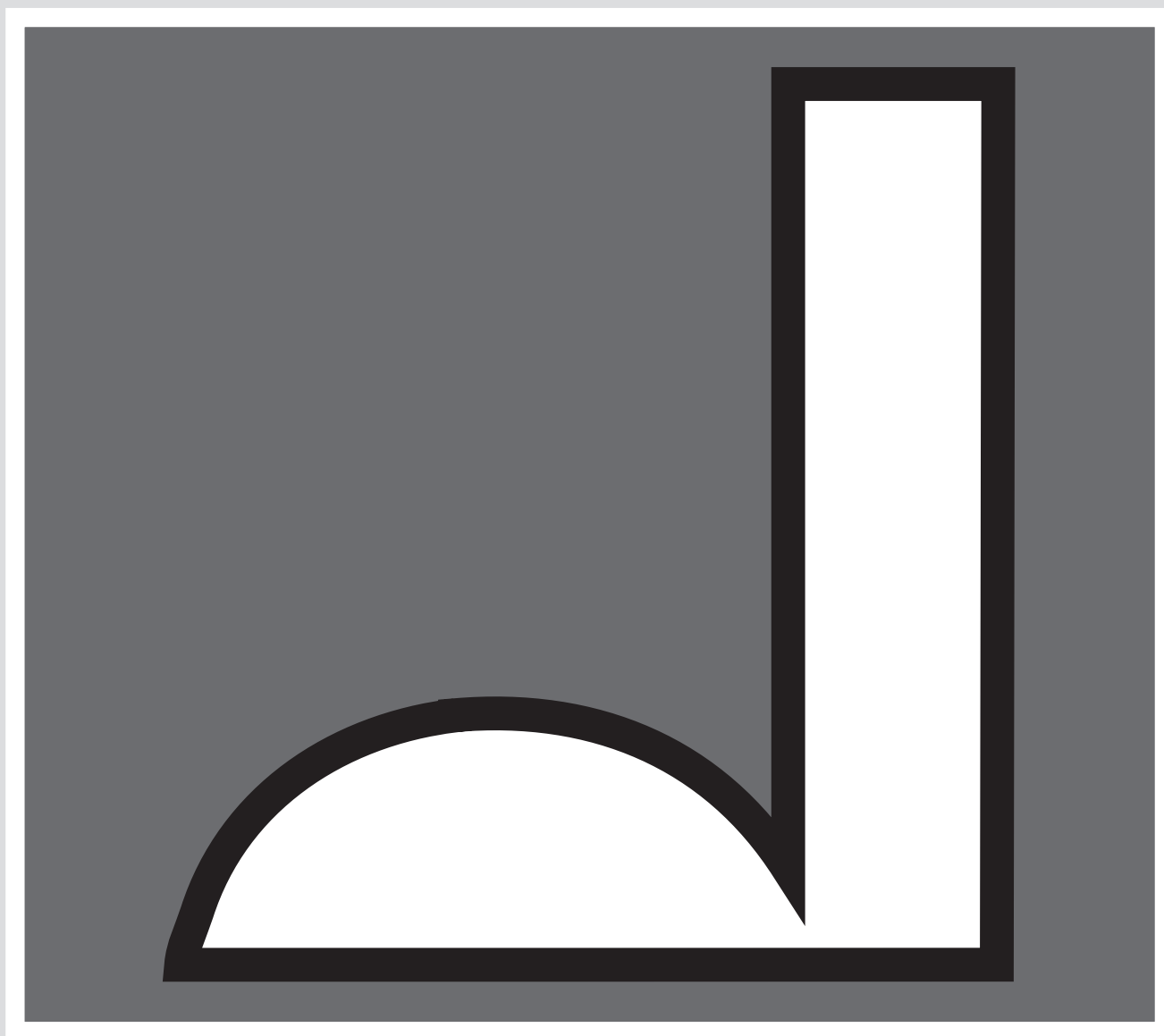




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 086 - TERÇA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cicero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) ¹ 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 29 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 15 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PR - 4 Magno Malta Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27 Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16 Líder Mário Couto - PSDB (9) Vice-Líderes Jayme Campos (5) Ataídes Oliveira Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 11 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (8) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6) Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5) PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 85ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 30 DE MAIO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar os 102 anos do Ensino Técnico Profissionalizante, nos termos do Requerimento nº 436, de 2011, do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores. 19654

1.2.1 – Execução do Hino Nacional

1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Wilson Santiago)

1.2.3 – Oradores

Senadora Vanessa Grazziotin..... 19655

Senador Ataídes Oliveira 19658

Senadora Angela Portela..... 19659

Sr. Eliezer Moreira Pacheco (Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação) 19661

Sr. Raphael Lucchesi (Diretor-Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria - CNI) 19663

Frei David Raimundo dos Santos (Presidente da Rede de Cursinhos Populares Educafro) 19664

Sr. Wilson Wanderlei Vieira (Presidente da Federação Nacional dos Técnicos Industriais) 19665

Sr. Ricardo Nerbas (Presidente da Organización Internacional de Técnicos) 19666

Senador Paulo Paim 19667

Senadora Maria do Carmo Alves (art. 203, do Regimento Interno)..... 19673

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 86ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 30 DE MAIO DE 2011

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Aviso da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Nº 37, de 23 do corrente, em resposta ao Requerimento nº 16, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias. 19675

2.2.2 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 43, de 23 do corrente, do Ministro de Estado das Comunicações em resposta ao Requerimento nº 89, de 2011, de informações, do Senador Randolfe Rodrigues. 19675

Nº 346, de 24 do corrente, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em resposta ao Requerimento nº 243, de 2011, de informações, do Senador Sérgio Petecão. 19675

2.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2011-Complementar, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que altera a *Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, para estabelecer percentual de vagas destinadas ao preenchimento por mulheres nas eleições proporcionais*. 19675

2.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 605, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 268, de 2011, e 373, de 2008. 19676

Nº 606, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 23 e 43, de 2011. 19676

Nº 607, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 267 e 29, de 2011. 19676

2.2.5 – Comunicações

Do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa referente a instalação da Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza, bem como sua composição e a eleição de seu Presidente e seu Vice-Presidente. (**Ofício nº 268/2011, de 25 do corrente**). 19676

Do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa referente a instalação da Subcomissão Permanente da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso, bem como sua composição e a eleição de seu Presidente e seu Vice-Presidente. (**Ofício nº 269/2011, de 25 do corrente**). 19677

2.2.6 – Mensagem da Presidente da República

Nº 159, de 2011, na origem, comunicando sua ausência do País, no dia 30 do corrente, em viagem oficial ao Uruguai. 19677

2.2.7 – Pareceres

Nº 351, de 2011, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2008. 19678

Nº 352, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 632, de 2010. 19693

Nº 353, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 635, de 2010. 19697

Nº 354, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2011. 19703

Nº 355, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2011. 19708

Nº 356, de 2011, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2011. 19713

Nº 357, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Emenda nº 1-PLN, apresentada ao Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2011. 19728

2.2.8 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2008, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. **(Ofício nº 42/2011, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais)**. 19731

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2011, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. **(Ofício nº 41/2011, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais)** 19731

2.2.9 – Ofício do Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Portugal

Nº 3, de 2011, de 18 do corrente, informando a reinstalação daquele Órgão, bem como a eleição e posse de sua Diretoria. **(Vide Item 3)** 19731

2.2.10 – Discursos do Expediente

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Manifestação de pesar pelo falecimento do agricultor Adelino Ramos, assassinado na última sexta-feira. 19732

2.2.11 – Leitura de requerimentos

Nº 608, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de pesar pelo falecimento do agricultor Adelino Ramos. 19734

Nº 609, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando a designação de uma Comissão Externa composta por três Senadores, com o objetivo de visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos estados do Acre, Amazonas e Rondônia. 19735

2.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comentários sobre matéria publicada pela revista **Veja** desta semana, intitulada “Uma reserva de miséria”, que trata da reserva indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima. 19735

SENADOR GEOVANI BORGES – Alerta à sociedade quanto ao grande número de processos a que está submetida a família Capiberibe; e outro assunto. 19740

SENADORA GLEISI HOFFMANN – Comemoração pelo anúncio da redução, pela quarta semana consecutiva, dos índices que projetam a inflação oficial para o ano; e outros assuntos. 19743

SENADORA ANGELA PORTELA – Registro do transcurso, no dia 28 do corrente, do Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna e Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher. 19749

SENADOR MÁRIO COUTO – Comentários sobre a resposta de Promotor de Justiça do Estado do Pará a pronunciamento de S. Ex^a; e outro assunto. 19750

2.2.13 – Comunicações da Presidência

Designação do Senador Cícero Lucena como Relator revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2011, proveniente da Medida Provisória nº 521, de 2010. 19753

Publicação, em avulso e no Diário do Senado Federal de 5 de abril do corrente, do Parecer nº 2, de 2011-CN, sobre o Projeto de Resolução nº 2, de 2009-CN. 19753

Publicação, em avulso e no Diário do Senado Federal de 5 de abril do corrente, do Parecer nº 3, de 2011-CN, sobre o Projeto de Resolução nº 1, de 2009-CN. 19754

2.2.14 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Preocupação com o aumento da criminalidade no país e com a falta de políticas públicas eficientes para o setor. 19754

SENADOR ANIBAL DINIZ – Defesa do voto em lista com alternância de gênero, de maneira a permitir maior participação das mulheres no Parlamento brasileiro; e outros assuntos. 19756

SENADOR ALVARO DIAS - Defesa para que o Congresso Nacional reabilite o instituto das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), para que possam cumprir o dever de investigar, de fis-

calizar, de denunciar e exigir responsabilização civil e criminal de atos ilícitos praticados..... 19768

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Cobrança de S. Ex^a ao Governo Federal do reassentamento das famílias retiradas da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. 19771

SENADOR WILSON SANTIAGO – Enaltecimento do Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec) e defesa de projeto de lei, de autoria de S. Ex^a, que dispõe sobre a expansão das vagas no ensino profissionalizante..... 19776

SENADOR PAULO PAIM – Registro de artigo publicado no Jornal do Comércio por meio do qual S. Ex^a defende a construção de um aeroporto internacional no Rio Grande do Sul; e outros assuntos. 19777

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Reflexões acerca dos motivos que levaram o Brasil a cair diversas posições na classificação que mede a competitividade dos países. 19787

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Apoio ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso que defende a descriminalização do consumo de drogas..... 19788

2.2.15 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Regozijo com a publicação da 40^a edição da revista Gestão Pública & Desenvolvimento..... 19799

2.2.16 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 31, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 19800

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – ATA

Ata da Reunião de reinstalação do Grupo Parlamentar Brasil-Portugal (**Anexo do Ofício nº 3/2011, do Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Portugal**)..... 19804

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 30.05.2011.

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 85ª Sessão, Especial em 30 de maio de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Wilson Santiago

(Inicia-se a Sessão às 11 horas e 12 minutos e encerra-se às 13 horas e 12 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar os 102 anos do Ensino Técnico Profissionalizante, nos termos do **Requerimento nº 436, de 2011**, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senadores.

Composição da Mesa:

Convidamos o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Sr. Eliezer Moreira Pacheco. *(Palmas.)*

Convidamos o Diretor-Geral do Senai e Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria, Sr. Raphael Lucchesi. *(Palmas.)*

Convidamos o Presidente da Rede de Cursinhos Populares Educafro, o Sr. Frei Franciscano David Raimundo dos Santos. *(Palmas.)*

Convidamos o Presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais, Sr. Francisco Antonio Feijó. *(Palmas.)*

Convidamos o Presidente da Federação Nacional dos Técnicos Industriais, Sr. Wilson Wanderlei Vieira. *(Palmas.)*

Convidamos o Presidente da *Organización Internacional de Técnicos*, o Sr. Ricardo Nerbas. *(Palmas.)*

Convidamos o Senador Ataídes Oliveira para também compor a Mesa. *(Palmas.)*

Convidamos a todos para, de pé, cantarmos o Hino Nacional Brasileiro.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Convidamos o Professor Cláudio Ricardo Gomes de Lima, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Sr^{as} e Srs. Senadores, membros da Mesa, reitores de várias universidades, profissionais do ensino profissionalizante, Sr. Eliezer Pacheco, Secretário Nacional, em nome de quem saúdo todos os integrantes; Senador Paulo Paim, autor do requerimento que possibilitou esta grandiosa e justa homenagem a todos os profissionais do Brasil; Senador Ataídes Oliveira e demais Senadores e Senadoras presentes; profissionais da imprensa; meus senhores e minhas senhoras, no ano de 2011, comemoramos o 102º ano de instalação do Ensino Técnico Profissionalizante no Brasil.

Nesses 102 anos de história, a mobilização em defesa do ensino profissionalizante bem demonstra que, em alguns temas de conteúdo político, a concordância de todos quanto à sua importância perdura por sucessivas gerações de mulheres e de homens deste País.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não há futuro para qualquer país do mundo sem o fomento ininterrupto e resolutivo da educação nacional. No âmbito desse esforço, o Ensino Técnico Profissionalizante deve ser visto como prioritário, já que prepara a juventude para atividades laborais; para a atuação cotidiana no mundo do trabalho, atuação que garante os meios de vida condignos ao trabalhador e desenvolvimento econômico sustentável ao seu país.

A comemoração dos 102 anos do Ensino Técnico Profissionalizante, no Brasil, reitera a certeza de que a perspectiva que temos do passado deve balizar, orientar, dirigir, luminar os nossos passos futuros. Desse modo, se é verdade que possuímos boa capacidade instalada na formação profissional de nossa juventude – com nossos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em unidades presentes em cada um dos Estados Federativos –, é também verdade que queremos, cada vez mais, disseminar e aprofundar os níveis de educação técnica profissionalizante na sociedade brasileira.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Censo Escolar de 2010 revelou que, no ano passado, o ensino profissionalizante contava com 1.140.388 matrículas. Desse total, menos da metade, ou seja, 47,5% correspondia a inscrições

de jovens na rede privada de ensino. O restante das vagas está distribuído na educação pública, em âmbito federal, estadual e municipal.

Embora o ensino técnico profissionalizante seja prioritariamente ofertado pelos Estados federativos, que, somados, atingem 35% do total de vagas no Brasil, parece-nos imperioso reconhecer os enormes esforços do Governo Federal na disseminação desse gênero de saber. De fato, nos últimos oito anos, o Ministério da Educação entregou nada menos do que 214 escolas técnicas no âmbito do plano de expansão da rede federal de educação profissional. O Governo prevê, ademais, a entrega de mais 81 unidades até o ano de 2012.

Minhas senhoras e meus senhores, no ano em que comemoramos os 102 anos do Ensino Técnico Profissionalizante no Brasil, devemos reconhecer, com imensa alegria, que uma nova era de reconhecimento e valorização do conhecimento técnico profissionalizante chegou para ficar entre todos nós brasileiros.

Tudo que podemos desejar é que nosso esforço de disseminação dos saberes técnicos nos renda os melhores frutos, porque desse esforço depende a elevação geral do padrão de vida no Brasil e a consolidação de nosso País como potência econômica no século XXI. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Wilson Santiago, Srs. Senadores que compõem a Mesa, os quais cumprimento por intermédio do Senador Wilson Santiago, senhores reitores, representantes de entidades que aqui estão, companheiros e companheiras, primeiro eu quero cumprimentar pela realização de sessão tão importante.

Antes de iniciar meu pronunciamento, quero abris aspas para dizer que, há alguns pouquíssimos anos, conversava eu com o ex-Diretor, agora magnífico Reitor, do Cefet no Estado do Amazonas – o Cefet também se passou – e me dizia ele: “Precisamos fazer uma sessão de homenagem aos cem anos das escolas técnicas federais do Brasil”. E eu dizia: “Mas, Professor João, cem anos?”. “Cem anos”. Ou seja, eu, que sempre tive uma militância muito forte no movimento estudantil, tendo sido Presidente do Diretório Central da Universidade Federal do Amazonas, na minha época de juventude, de adolescência, quando convivíamos com estudantes, à época secundaristas, da Escola Técnica Federal do Amazonas, não sabia do papel e de há quanto tempo as escolas técnicas vinham prestando serviços e

bons serviços não apenas à juventude, mas à Nação como um todo, porque sabemos que não há desenvolvimento, não há a possibilidade da construção de uma nação soberana, de um país livre, de uma gente saudável, cuja inclusão social seja a marca de determinada sociedade, se o Estado brasileiro não investir fortemente em educação.

Então, digo que, apesar de todos os problemas, estar hoje aqui comemorando os 102 anos do Ensino Técnico Profissionalizante no Brasil é algo muito importante, e mais importante ainda é que estamos fazendo ou vivendo essa comemoração no momento em que avança o ensino público no Brasil.

Lembro que, há alguns anos, decretos foram publicados para acabar com as escolas técnicas federais, mas o povo brasileiro ousou e iniciou um processo de mudança e transformação. Não digo, com isso, que está tudo perfeito, mas reafirmo, sim, que estamos no caminho correto e que precisamos continuar a fazer com que nesse caminho avancemos cada vez mais.

Enfim, o ensino profissionalizante completa, este ano, 102 anos de existência, uma prática de sucesso no País e que merece os nossos mais sinceros parabéns. Com a sua criação, esse ensino passou a oferecer uma alternativa de inserção dos jovens das camadas sociais mais pobres no mercado de trabalho. Hoje é um capítulo especial na Política Nacional de Educação.

O Governo do Ex-Presidente Lula impulsionou essa prática no País, que tem merecido a mesma atenção no Governo Dilma, no qual é parte integrante de um projeto de desenvolvimento nacional inclusivo. Esse ensino hoje é convocado não só para atender às novas configurações do mundo do trabalho, mas, igualmente, para contribuir com a elevação da escolaridade dos trabalhadores.

Para se ter uma ideia, de 1902 a 2002, ou seja, em cem anos, foram criadas 140 escolas técnicas no Brasil. Nos oito anos do Governo Lula, de 2003 a 2010, foram construídas 214 novas escolas técnicas no Brasil, muito mais do que foi feito em cem anos. (*Palmas.*)

No meu Estado, o Amazonas, o ensino profissionalizante tem destaque especial, porque dá enorme contribuição para a qualificação da mão de obra que faz mover as indústrias do Polo Industrial.

Farei uma rápida retrospectiva da história do ensino profissionalizante para entendermos melhor sua importância e contribuição para o desenvolvimento de nosso País.

A Rede Federal Profissional e Tecnológica de Ensino foi criada em 1909, pelo então Presidente Nilo Peçanha. Naquele ano, foram abertas 19 escolas de aprendizes artífices, subordinadas, à época,

ao Ministério dos Negócios, da Agricultura, Indústria e Comércio.

No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias, com o nome de Escolas Técnicas Federais. As instituições ganham autonomia didática e de gestão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, Lei nº 5.692, de 1971, torna, de maneira compulsória, técnico-profissional todo currículo do segundo grau.

Eu ainda peguei esse período. Quando era estudante secundária do ensino médio, vi-me numa situação muito delicada, porque ainda não havia escolhido o que ia fazer na universidade, mas tínhamos que escolher um curso profissionalizante, porque assim era obrigatório. Aí eu escolhi fazer Engenharia, edificações em Engenharia. “Eu quero ser arquiteta. Vou para o ramo da Engenharia”.

Chegando lá, primeiro mês, segundo mês, no terceiro mês eu procurei o diretor da escola: “não é possível passar para a área de saúde?” Ou seja, uma oportunidade que todo jovem tem. Eu uso o meu exemplo para mostrar o quanto a juventude precisa de orientação. Mesmo antes de ingressar na universidade, ela precisa de uma orientação. E o ensino técnico dá esse benefício à juventude. Eu sou o exemplo disso. Mudei, já no ensino médio, para a área de saúde e depois segui a carreira na área de saúde, formando-me farmacêutica na Universidade Federal.

Um novo paradigma se estabeleceu: formar técnicos sob regime de urgência. Naquele tempo, as escolas técnicas federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos.

Em 1994, a Lei nº 8.948 dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – Cefets, mediante decreto específico para cada instituição e em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada um desses centros.

Em 1996, foi sancionada a Lei nº 9.394, considerada como a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que dispõe sobre a Educação Profissional em capítulo separado da Educação Básica, superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contidos nas primeiras leis de educação profissional do País.

O Decreto nº 2.208/97 regulamenta a educação profissional e cria o Programa da Expansão da Educação Profissional – Proep. Retoma-se, portanto, em 1999 o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, iniciado em 1978.

De 1909 a 2002, foram construídas 140 unidades, melhor configurando a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica brasileira.

Em 2004, o Decreto nº 5.154 permite a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio. Em 2005, com a publicação da Lei nº 11.195, ocorre o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino.

Em 2006, com o Decreto nº 5.840, é instituído, em âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – Proeja com o ensino fundamental, médio e a educação indígena e é lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia para disciplinar as denominações dos cursos oferecidos por instituições de ensino público e privado.

Neste mesmo ano, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Setec, do Ministério da Educação, em parceria com o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Educação Profissional, realizou conferências em 26 Estados e no Distrito Federal, as quais culminaram na 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, marco importante na educação brasileira, com a participação de 2.761 participantes.

Em 2007, há o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como meta entregar à população mais de 150 novas unidades, perfazendo um total de 354 unidades, até o final de 2010, cobrindo todas as regiões do País, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e pós-graduação sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional.

Quero dizer a vocês que talvez a conquista mais importante nesse programa – que já vínhamos, por leis e decretos – estabelecido pelo Governo do Presidente Lula e continuado agora não foi apenas a expansão em si do ensino técnico e a sua ligação com o ensino médio e a possibilidade de ensino superior também. O mais importante foi a interiorização.

Acho que nós precisamos, Senador Paim, Senador Wilson Santiago, fazer com que a educação brasileira chegue aos brasileiros, e os brasileiros e as brasileiras não são somente aqueles que vivem nas grandes cidades, nas grandes metrópoles. Infelizmente

te, essa era muito a lógica não só na educação, mas nos investimentos em ciência e tecnologia, de levar os recursos aonde há mais gente, aonde há mais concentração de produção. Para que a gente possa construir um Brasil melhor, é necessário a gente mirar não apenas o fim das desigualdades sociais, mas o fim das desigualdades regionais, o que também é muito importante.

Falar em desigualdade regional não é apenas falar do Sudeste e do Sul em relação, Senadora Angela, ao Norte e ao Nordeste, mas é falar, sim, de Boa Vista, capital do Estado de Roraima em relação aos Municípios do interior do Estado de Roraima. É falar de Manaus, capital do Estado do Amazonas, em relação aos Municípios do interior daquele Estado.

Tínhamos, sim, antes de todas essas mudanças promovidas pelo Governo anterior, duas escolas técnicas federais no Amazonas, três, aliás: duas concentradas na cidade de Manaus – escola técnica federal e escola agrotécnica – e uma outra agrotécnica na região do Alto Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira. E nada mais. Hoje nós podemos contar com mais de sete unidades, escolas técnicas federais, espalhadas pelo interior do Estado.

É pouco? É. Mas, como vimos os dados aqui, avançamos muito mais em oito anos do que se avançou em quase que um século de existência do Ensino Técnico Profissionalizante no Brasil.

Em 2011, a Presidenta Dilma Rousseff e o Ministro da Educação, Fernando Haddad, lançaram o Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica, Pronatec, que prevê a ampliação da oferta de cursos técnicos profissionalizantes por meio do funcionamento estudantil, de expansão da rede de ensino e da oferta de cursos gratuitos. A meta é formar oito milhões de profissionais até o ano de 2014.

O Pronatec amplia o alcance do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior, FIES, que passa a se chamar de Fundo de Financiamento Estudantil e também a oferecer duas novas linhas de crédito: uma para estudantes egressos do ensino médio e outra para empresas que desejem formar seus funcionários em escolas privadas habilitadas pelo Ministério da Educação ou no Sistema “S” de escolas: Sesi, Senai, Sesc e Senac. E aqui nós temos a confederação representada nesta sessão, a Confederação Nacional do Comércio.

Como falei inicialmente, a contribuição do ensino profissionalizante para o desenvolvimento do Brasil – e eu aqui destaco, como já destaquei –, para o meu Estado do Amazonas tem sido intensa. Só para citar um exemplo, e peço perdão a todos que participam desta sessão para, mais uma vez, citar exemplo o meu que-

rido Estado do Amazonas. Desde a década de 1980, o Cefet do Amazonas e a empresa Moto Honda, que é a fábrica, a unidade da japonesa Honda instalada fora do Japão que tem o maior índice de nacionalização.. Ou seja, é exatamente a fábrica da Moto Honda instalada na Zona Franca de Manaus que produz... Nós temos determinados modelos de motocicleta que são 98% fabricados no Brasil: peças, insumos, até o produto final. Repito: a unidade do Amazonas é a que tem o maior índice de nacionalização fora do Japão.

Então, desde 1980, o Cefet e a empresa Moto Honda trabalham em conjunto para capacitar profissionais que possam atuar nos setores ligados à linha de produção, informática e segurança do trabalho na empresa.

Quero esclarecer que a educação profissionalizante neste País – e falo mais especificamente do meu Estado do Amazonas – não se restringe só à iniciativa pública federal, mas também à iniciativa privada.

O Sistema de Ensino e Aprendizagem ,Senai, no Amazonas, ligado à Federação das Indústrias, Fieam, por exemplo, tem mais de cinquenta anos de atuação e é uma das melhores instituições de educação profissional do Brasil. A Fundação Nokia, que atua nessa área no Estado desde 1986, constitui-se também um dos maiores investimentos em responsabilidade social da Nokia no mundo, tornando-se modelo para outras instituições.

Quero aqui também parabenizar – e não podia ser diferente – os professores, os pedagogos, os técnicos, os empresários, os estudantes, enfim, todo o universo de cidadãos e cidadãs brasileiros envolvidos na construção competente desse eficiente sistema brasileiro de ensino profissionalizante.

Faço isso saudando os diretores das principais escolas voltadas para essa prática no meu Estado: o Diretor do Cefet Amazonas, Professor e Reitor João Martins Dias; o Diretor do Serviço Nacional de Aprendizagem no Amazonas, Aldemurpe Oliveira de Barros; e a Diretora Pedagógica da Fundação Nokia, Ana Rita Arruda. Alguns dos diretores que aqui citei representam não só os demais diretores de outras entidades, mas todo o corpo docente, o corpo discente, a comunidade, aqueles que ajudam no desenvolvimento do ensino profissionalizante tecnológico de nosso País.

Além de parabenizar, externo aqui os meus desejos de contínuo crescimento e aperfeiçoamento desse ensino, que é peça fundamental para que o Brasil se mantenha competitivo, alcançando as suas metas de desenvolvimento.

Quero finalizar o meu pronunciamento, Senador Wilson Santiago, dizendo que esses cumprimentos, esses parabéns não são apenas de uma Senadora,

de uma simples Senadora, mas de alguém que iniciou sua militância exatamente no movimento estudantil, cujo início foi exatamente a compreensão primeira de que, sem revolucionar a educação, sem transformar a educação, não seremos capazes de alcançar o desenvolvimento tão necessário à melhoria da sociedade.

Quando nós falamos em desenvolvimento, não podemos pensar só em números, porque, mais importante que números, que uma balança comercial equilibrada, superavitária, do que uma inflação controlada é exatamente o processo de inserção da sociedade, porque o desenvolvimento não deve servir a poucos. O desenvolvimento só pode ser considerado desenvolvimento se ele serve a uma grande maioria. E a educação tem exatamente esse objetivo.

O Brasil, lá atrás, optou por um caminho. Nós temos hoje um misto atuando na educação, um misto composto pelo setor público e pelo setor privado. No que diz respeito ao ensino superior, há duas décadas nós tínhamos uma realidade: 75% das vagas eram oferecidas pelo setor público e aproximadamente 25%, pelo setor privado. A realidade brasileira hoje é diferente. Em torno de 75% das vagas são oferecidas pelo setor privado e 25% das vagas de nível superior, oferecidas pelo setor público. O que não significa dizer que o Estado brasileiro também não tenha qualquer participação nesses 75% do ensino privado, porque muitos dos programas, não apenas o Prouni, lançado pelo Governo do Presidente Lula, mas muito da mão do Estado faz com que educação brasileira se desenvolva.

E eu penso que nós estamos prestes a dar saltos muito mais importantes e significativos a partir do momento em que o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara – à época eu era Deputada Federal ainda – tiveram não só a coragem, mas o compromisso e a responsabilidade de dizer, de transformar as suas palavras em atos, porque ninguém, nenhum político brasileiro, nenhum militante brasileiro deixa de afirmar que o desenvolvimento só é capaz se houver o desenvolvimento em educação.

Mas nós precisamos refletir as nossas palavras em atos, e o Congresso Nacional deu um grande passo, o mais importante de todos, penso eu, que foi a aprovação da destinação de 50% dos recursos do fundo do pré-sal para a educação brasileira. Eu acho que esse será o maior passo que o nosso País vai dar.

Em breve, tenho certeza absoluta, nós, que já somos hoje a sétima economia do Planeta, mas que amargamos índices sociais e educacionais muito ruins, poderemos dizer: o Brasil não é apenas um País de economia importante, mas é um País cujo povo vive a inclusão e vive com qualidade.

Muito obrigada. Parabéns às senhoras, parabéns aos senhores, que fazem os 102 anos do Ensino Técnico Profissionalizante no Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senadora Vanessa, pelo pronunciamento e pelo reconhecimento.

Com a palavra o Senador Ataídes Oliveira, representando o seu partido, o PSDB.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Exmº Sr. Senador Wilson Santiago, primeiro signatário da presente sessão; Exmº Sr. Senador Paulo Paim; nosso Secretário de Educação Profissional e Tecnologia do Ministério da Educação, Sr. Eliezer Moreira Pacheco; Presidente da Federação Nacional das Profissões Liberais, Sr. Francisco Antonio Feijó; Presidente da Federação Nacional dos Técnicos Industriais, Sr. Wilson Wanderlei Vieira; Presidente da Organização Internacional de Técnicos, Sr. Ricardo Nerbas; Presidente da Rede de Cursinhos Populares Educafro, Frei Franciscano David Raimundo dos Santos; Diretor-Geral do Senai e Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria, Sr. Raphael Lucchesi; demais autoridades; Presidente do Conselho Nacional das Associações de Técnicos Industriais, Sr. Ricardo Nascimento; Presidente do Sindicato dos Técnicos Industriais de Pernambuco, Sr. Jessé Barbosa Lira; Presidente da Associação de Técnicos das Empresas Energéticas do Estado de São Paulo, Sr. Rubens dos Santos; Presidente do Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Jorge Gomes; Diretor-Presidente do Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Paulo Ricardo de Oliveira; Vice-Presidente do Sindicato dos Técnicos de Mato Grosso, Sr. Luzimar Pereira da Silva.

Senhoras e senhores membros de conselhos técnicos profissionalizantes; senhoras e senhores professores do ensino técnico profissionalizante; alunos do ensino técnico profissionalizante do SENAI e outras entidades.

Senhoras e senhores, estou aqui nesta tribuna, meu Presidente, apesar de não preparar um discurso, para, como empresário que também sou, registrar alguns comentários sobre o curso técnico profissionalizante no Brasil.

Eu vejo no painel do Plenário que estamos hoje comemorando 102 anos dessa magnífica iniciativa, o curso técnico profissionalizante. Eu percebo que muito foi feito neste País. Não podemos negar, hora nenhuma, que muitos avanços fizemos.

O Sistema S, por exemplo, formado pelo Senac, pelo Senai, Sebrae e tantos outros, tem sido de fundamental importância para a nossa economia, para a nossa formação, para a capacitação da nossa mão de obra.

Devo registrar também a criação do Pronatec. Não tenho dúvidas de que esse programa, bem administrado, nos trará extraordinários resultados. Não tenho dúvidas disso.

Mas também percebo, meu Presidente, que nós ainda estamos muito aquém do que deveríamos estar hoje em dia. De fato, existe uma cadeia imensa de procura por empregos. Por outro lado, há falta da mão de obra qualificada no nosso País, especialmente para o primeiro emprego.

Então, nós temos muito a caminhar no sentido da melhor capacitação de nossa mão de obra. Muito, de fato. E os senhores aqui presentes, nós, parlamentares, Governo, evidentemente somos responsáveis.

No nosso Estado do Tocantins, por exemplo. O mais novo Estado da Federação. Há jovens muito motivados para o seu primeiro emprego, mas infelizmente estão despreparados, desprovidos de capacidade, até mesmo para aquela mão de obra mais simples como por exemplo, servente de pedreiro. Isso é lamentável.

Sr. Presidente, temos que investir. Os governos tem de investir. Todos nós, cidadãos brasileiros, principalmente os nossos dirigentes têm de se articular para investir na mão de obra, na força de trabalho do país.

Volto ao Sistema “S”. O sistema tem uma arrecadação extraordinária. Faço questão de mencionar isso, meu Presidente. O Sistema “S”, que elogiei há poucos minutos dizendo que tem tido uma participação extraordinária. Por outro lado, pelo movimento financeiro, pela arrecadação financeira que esse Sistema “S” tem, ele poderia fazer muito mais do que tem feito. Não tenho dúvida disso, salvo melhor juízo dos nossos companheiros aqui presentes.

Sobre o Estado do Tocantins, volto a repetir, é muito carente. Temos que olhar o nosso Tocantins com mais atenção, bem como para os estados do Norte do País, porque esses cursos profissionalizantes que são oferecidos nas regiões Sul e Sudeste, não são oferecidos no Norte do País.

Acabei de ouvir aqui da nossa queridíssima Senadora Vanessa Grazziotin, colocações sobre o Estado dela, o Amazonas. Lá, tem-se uma vantagem imensa porque tem um polo industrial de grande porte, talvez criado pelos incentivos federais. Mas no Tocantins, infelizmente, não temos nem a abundância dos bons cursos profissionalizantes nem os incentivos para as

grandes iniciativas que alavancam o progresso de um estado.

Meus Senadores e Senadoras, meu Presidente, estive uma só vez na Europa. É interessante que a Europa valoriza muito mais o curso profissionalizante do que o curso superior. Por conta disto, o desemprego naqueles países é menor em relação ao nosso. Isso mostra que eles estão corretos. Precisamos profissionalizar principalmente o nosso adolescente. O nosso jovem precisa de oportunidade, e essa oportunidade só pode ocorrer se realmente oferecermos, nesse início, a capacitação a este jovem.

Era só isso que eu queria colocar, meu Presidente.

A todos vocês, muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Ataídes Oliveira.

Com a palavra a Senadora Angela Portela, pela Liderança do PT.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Senador Wilson Santiago; Exm^o Sr. Senador Paulo Paim; cumprimento também o Senador Ataídes Oliveira; o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, nosso querido Eliezer Pacheco; o Presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais, Sr. Francisco Antonio Feijó; o Presidente da Federação Nacional dos Técnicos Industriais, Sr. Wilson Wanderlei Vieira; o Presidente da Organização Internacional de Técnicos, Sr. Ricardo Nerbas; o Presidente da Rede de Cursinhos Populares Educafro, Frei Franciscano David Raimundo dos Santos; o Diretor-Geral do Senai e Diretor de Educação Tecnológica da Confederação Nacional da Indústria, Sr. Raphael Lucchesi; o Presidente do Conselho Nacional das Associações de Técnicos Industriais, Sr. Ricardo Nascimento; o Presidente do Sindicato dos Técnicos Industriais de Pernambuco, Sr. Jessé Barbosa Lira; o Presidente da Associação de Técnicos das Empresas Energéticas do Estado de São Paulo, Sr. Rubens dos Santos; o Diretor-Presidente do Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Paulo Ricardo de Oliveira; o Vice-Presidente do Sindicato dos Técnicos de Mato Grosso, Sr. Luzimar Pereira da Silva; membros dos conselhos técnicos profissionalizantes; professores do Ensino Técnico Profissionalizante; alunos do Ensino Técnico Profissionalizante do Senai; senhoras e senhores.

É por esse requerimento extremamente oportuno do Senador Paulo Paim que realizamos nesta data esta sessão solene em que comemoramos os 102 anos do Ensino Técnico e Profissionalizante no Brasil.

Antes de tratar do tema em pauta, quero aqui registrar que V. Ex^a, Senador Paulo Paim, tem sido um entusiasta e um defensor do ensino técnico, tendo dado grandes contribuições nesta Casa, inclusive com a proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo Nacional do Ensino Profissionalizante, Fundep.

Então, eu queria, neste momento desta sessão solene, exaltar e homenagear também o nosso Senador Paulo Paim pela sua iniciativa e luta aqui, no Senado Federal, em prol do ensino médio profissionalizante no nosso País.

A história do ensino técnico federal no País teve início em 1909, quando foram criadas as primeiras dezenove escolas de aprendizes e artífices.

Eram instituições destinadas ao ensino profissional, voltadas à educação das classes mais pobres.

Mais tarde, em 1937, foram criados os Liceus profissionalizantes e, com a acelerada industrialização do País na década de 40 do século passado, em 1949, foram criadas as Escolas Industriais e Técnicas. Dez anos depois, foi a vez das escolas técnicas, instituições públicas, voltadas ao ensino técnico e profissionalizante.

Com as profundas mudanças econômicas e sociais a partir da década de 1970, período em que o País voltava a respirar a liberdade, se redemocratizava, as escolas técnicas foram transformadas nos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica, os Cefets, que procuravam se adequar às exigências da nova realidade social.

Em quase 100 anos de história, entre 1909 e 2002, foram criadas 140 instituições que ofereciam ensino técnico no Brasil. Por muitos anos, praticamente nenhuma nova unidade foi aberta, decorrendo daí uma enorme defasagem na formação da mão de obra. Essa realidade começou a mudar rapidamente a partir de 2003, com o início do governo Lula, quando o Ministério da Educação colocou em prática o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional.

Esse plano permitiu que 214 novas unidades fossem implantadas nos oito anos seguintes, oferecendo 500 mil novas vagas na educação profissional. Isso foi fundamental, Sr. Presidente, para o meu Estado de Roraima, que, antes, contava com uma escola técnica federal, hoje transformada em instituto federal e com mais duas unidades descentralizadas, nos Municípios de Caracará e Amajari, e uma escola agrotécnica no Projeto de Assentamento Nova Amazônia.

O Instituto Federal de Roraima – e eu quero aqui falar do trabalho belíssimo, sério, dedicado, que o nosso Reitor, Professor Edvaldo Pereira, tem realizado à frente daquela instituição. Eu, como Senadora da República e como Deputada Federal no pleito passado, também

acompanhei muito de perto a desenvoltura, a forma dedicada, séria com que aquela equipe do Instituto Federal de Educação de Roraima consegue conduzir os trabalhos, consegue oferecer educação de qualidade para a população do meu Estado de Roraima.

E acho que é importante destacar isso, porque o MEC, na última avaliação feita do ensino médio, Roraima, o meu Estado, ficou em último lugar na avaliação entre todas as Unidades Federadas do nosso País. Então, em um Estado que tem o ensino médio profissionalizante da pior qualidade é preciso realmente um esforço concentrado, é preciso realmente de políticos, de parlamentares, do Poder Público, dos Governantes uma ação conjunta articulada para melhorar esse ensino médio, esse ensino profissionalizante. Por isso, faço questão de destacar aqui a qualidade do ensino das escolas técnicas profissionalizantes do Brasil e do meu Estado de Roraima.

O Instituto Federal de Roraima, por sinal, é consequência da Lei nº 11.892, de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os 38 Institutos Federais que existem atualmente.

Por esta lei, os Cefets, as Escolas Agrotécnicas e as Escolas Técnicas passam a formar os Institutos Federais, instituições de educação especializada em oferecer educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. As instituições estão presentes em todos os Estados da Federação, oferecendo ensino médio integrado ao ensino técnico, cursos técnicos, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas e pós-graduação.

Feito esse breve relato do histórico das escolas técnicas, quero aqui, também, destacar, como todos os demais Senadores, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico, colocado aqui pela Senadora Vanessa, lançado recentemente pela Presidenta Dilma Rousseff, como uma nova fase da educação profissional, que pretende ampliar em mais três milhões as vagas nos Institutos Federais, Cefets e Escolas Técnicas de todo o Brasil, até o final de 2014.

Com o início das inscrições previsto já para junho de 2011, o Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica tem um foco especial, Sr. Presidente. São os beneficiários do Programa Bolsa Família, que, todos sabemos, têm dificuldades de encontrar a porta de saída dos programas de assistência social mantidos pelo Governo.

Outro público alvo, e isso é importante destacar, são os jovens do ensino médio e os trabalhadores que fizeram uso do seguro desemprego por mais de uma vez. Repetidos encaminhamentos ao seguro desemprego evidenciam a dificuldade que esses jovens encontram

para inserir-se, de forma duradoura, em um mercado que exige, cada vez mais, dos trabalhadores.

A meta do Pronatec é ainda mais ambiciosa. Além de qualificar mais de três milhões de profissionais na rede federal até 2014, o Governo vai trabalhar em parceria com as instituições de ensino do Sistema S – Sesc, Senai, Sesi, Senac e Senat – para formar outros cinco milhões profissionais, ampliando o número de vagas, no total, para oito milhões em quatro anos.

Por outro lado, o Pronatec amplia o Financiamento Estudantil – Fies, estendendo esse benefício, antes restrito aos estudantes do ensino superior, também aos alunos dos cursos técnicos e profissionalizantes, com financiamentos a juros baixos por meio do BNDES.

Outro foco importante do Pronatec são as empresas interessadas em capacitar seus trabalhadores, que poderão se inscrever no programa, recebendo, para isso, incentivos do Governo Federal.

Essas são iniciativas importantes para ampliar a formação da mão de obra, num momento especial da economia brasileira, em que o crescimento da oferta de empregos impõe a necessidade de um amplo programa de formação e qualificação de novos trabalhadores.

A ampliação da rede federal durante o governo Lula e o lançamento do Pronatec, já no início do Governo Dilma, mostram, de forma muito clara, o compromisso do Partido dos Trabalhadores com a educação pública de qualidade, com a formação de mão de obra qualificada, o que, todos sabemos, permite também ganhos substanciais na renda e na qualidade de vida dos brasileiros.

Para encerrar as minhas palavras, Sr. Presidente, quero aqui aproveitar a oportunidade para reafirmar que já conseguimos, junto ao Ministério da Educação, a implantação de mais uma escola técnica vinculada ao Instituto Federal de Roraima. Esse *campus* será localizado na zona oeste de Boa Vista, nossa capital, onde se concentram 70% da nossa população.

Mais que isso. Neste ano, nós já nos reunimos várias vezes com os técnicos do MEC; com o Secretário Executivo, nosso amigo Eliezer Pacheco; com o Secretário Executivo Henrique Paim; e com o Ministro Fernando Haddad, com o objetivo de incluir Roraima no plano para a construção de mais 120 unidades por meio do Pronatec. Conseguimos, assim, mais duas escolas técnicas para o interior de Roraima.

Foi muito bem manifestada aqui a importância da interiorização, a importância de os jovens que moram no interior, em locais de difícil acesso, terem oportunidade de ter uma escola técnica profissionalizante de qualidade.

Uma escola técnica em Roraima será localizada em um Município da região centro-sul do Estado, e

outra na região norte, de acordo com estudos já feitos pelo Instituto Federal, que detectaram a necessidade de formação técnica e superior nas áreas de forte presença da agricultura familiar e do agronegócio.

Essas novas escolas técnicas em Roraima, Senador Paim, estão de acordo com a intenção do Governo da Presidenta Dilma, de levar o ensino profissionalizante para as regiões mais necessitadas e de contribuir para a formação de trabalhadores, inclusive com cursos de menor duração.

Nesta data em que o Senado Federal realiza esta sessão solene pelos 102 anos do Ensino Técnico Profissionalizante, temos motivos para comemorar o enorme salto registrado nos últimos anos, com uma expansão significativa na rede federal de ensino e no número de vagas e, principalmente, com essa nova iniciativa, o Pronatec, que vai valorizar ainda mais esta modalidade de ensino.

Então, digo a vocês da minha alegria, da minha satisfação de participar desta sessão solene em prol do ensino técnico profissionalizante, porque sou professora da rede pública de ensino, cheguei aqui ao Senado, onde procuro trabalhar com muita ênfase, com muito envolvimento, da forma que é possível, para melhorar a educação em nosso País, em todas as modalidades de ensino, mas, especialmente, hoje, o ensino técnico, o ensino médio e profissionalizante.

Parabenizo todos os envolvidos com essa modalidade de ensino.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/ PMDB – PB) – Com a palavra o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Sr. Eliezer Pacheco.

V. S^a tem a palavra.

O SR. ELIEZER MOREIRA PACHECO – Senador Wilson Santiago, que preside esta sessão; Exm^o Sr. Senador Paulo Paim, proponente da mesma, nosso conterrâneo e amigo do Rio Grande do Sul; Sr. Francisco Antonio Feijó, Presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais; Diretor-Geral do Senai, nosso amigo, companheiro Raphael Lucchesi; Frei David, velho amigo de lutas, batalhador incansável da causa afro em nosso País; professores, professoras, alunos e alunas aqui presentes, realmente, o Senador Paim demonstra mais uma vez sua grande sensibilidade no sentido de resgatar esses temas que, muitas vezes, são relegados a um segundo plano, até porque nosso País tem uma tradição bacharelesca extremamente arraigada, tendendo muitas vezes a secundarizar tudo aquilo que se relaciona ao mundo do trabalho, que se relaciona ao saber fazer, quando,

na verdade, do trabalho resulta toda a riqueza e todo o crescimento deste País.

O grande mérito do Presidente Lula não foi apenas a expansão, que, por si só, é extraordinária – o Presidente Lula fez mais escolas do que todos os demais Presidentes somados –, mas, fundamentalmente, foi o fato de ele ter colocado a educação profissional e tecnológica na pauta do País, concebendo-a como parte de um projeto nacional de desenvolvimento democrático, soberano e inclusivo, o que demonstra a grande sensibilidade daquele governo às questões sociais, assim como demonstrou Nilo Peçanha, em 1909, quando criou as primeiras dezenove escolas técnicas do País, uma em cada Estado da Federação – na época, dezenove escolas.

Algo que sempre me chamou a atenção, Senador Paim, é que, embora eu seja professor de História, nunca vi nenhuma referência à cor da pele de Nilo Peçanha, em nenhum livro. Nunca encontrei. E Nilo Peçanha era um afrodescendente... (*Palmas.*) o que é algo extraordinário para a época, dominada pelas elites, termos um Presidente com essa ascendência na Presidência da República, certamente fruto da relação de algum senhor com alguma ex-escrava descendente de escravo.

Mas, com certeza, esse vínculo de Nilo Peçanha com sua ascendência africana o motivou a olhar para os mais desassistidos do nosso País e, pela primeira vez, em 1909 – portanto, há nem tanto tempo assim –, a constituir as primeiras escolas técnicas do nosso País, voltadas fundamentalmente para os desassistidos da sorte, como eram chamados então aqueles mais marginalizados.

Muito já se falou sobre a rede, e não vou ser repetitivo. O Senador Paim me pediu que falasse, embora rapidamente, do Pronatec, que é o centro da política educacional do Governo da Presidente Dilma e que tem um projeto ambicioso de constituir oito milhões de vagas em educação profissional até o final do seu Governo.

Todos nós sabemos – a imprensa tem, repetidamente, noticiado isso – da imensa falta de mão de obra em nosso País, embora, eu gosto de repetir, seja uma maravilha termos esse problema, não é, Senador Paim? Porque, antes, o que tínhamos era falta de emprego. Agora, temos falta de trabalhadores. Esse é um belo problema para ser enfrentado.

Embora os investimentos tenham sido muito maços, é evidente que, em educação, não existem resultados a curto prazo. Em educação, os resultados são a médio e a longo prazo. Um ciclo educacional é cerca de 20 anos. Se formos contar só do fundamental em diante: nove anos de fundamental, três anos do médio, são doze anos; mais quatro, cinco anos de superior,

são dezessete anos; o período para essa pessoa ser assimilada no mercado de trabalho é de vinte anos. Esse é um ciclo. A Coreia levou 40 de investimento para atingir o patamar que atingiu, mas um dia isso tinha que iniciar no nosso País e, felizmente, iniciou, embora ainda hoje nos ressentamos de muita carência na área educacional e na área do trabalhador qualificado, porque, antigamente, aprendia-se uma profissão com o pai, com o avô, com uma pessoa mais velha. Depois da noção técnico-científica, isso é impossível, porque, nem na época da nossa juventude, as tecnologias hoje disponíveis, existiam, muito menos na época muito menos na época dos nossos avós, dos nossos pais. O Senador Paim, se deixar de ser Senador, vai ter alguma dificuldade no mercado de trabalho, porque, agora, Senador, o torno mecânico com o que o senhor trabalhava é um tecladinho ali. Não é mais aquele torno que tirou o dedo do Lula. Agora é com um teclado que o trabalhador, com o avental branco, longe da graxa, tornea as peças, constrói as peças. Hoje não tem como se preparar para isso fora da escola, fora de um curso. Não temos como aprender com as gerações anteriores como se fazia antigamente. Por isso, a educação profissional é fundamental nos dias de hoje.

Tentando enfrentar essas dificuldades, lançou-se o Pronatec. O que é o Pronatec? É a ampliação de todos os programas já existentes e mais alguns. Mais 201 unidades da rede federal espalhadas por todo o Território nacional, desde São Gabriel da Cachoeira, na fronteira com a Colômbia – na semana que vem, vou inaugurar uma unidade em Xapuri, terra do nosso saudoso Chico Mendes; a continuação do Brasil Profissionalizado, que é o financiamento para as escolas técnicas dos Estados, aquelas que os Estados mantêm para poder aprofundar a sua formação profissional; a ampliação dos acordos com o Sistema S, que já gerou milhares de vagas gratuitas no nosso País; a ampliação da e-TEC, que é a educação profissional a distância – hoje temos cerca de 200 polos no País, com 30 mil vagas, e queremos chegar a 250 mil vagas até o final do Governo Dilma –; e o que estamos chamando de Bolsa Pronatec, que é o financiamento para dois públicos, principalmente para cursos de formação iniciada e continuada via rede federal, via Sistema S. São bolsas para os beneficiários do seguro desemprego, em que 30% são reincidentes e, misteriosamente, Senador Paim, há mais seguro desemprego e desempregado no País. Não me peça para explicar isso, porque não conseguiria, mas essa é a realidade. Por essa lei do Pronatec, que está aqui no Congresso, o reincidente, para receber o seguro desemprego, terá que fazer qualificação profissional, com duas exceções: uma, quando ele já tiver qualificação profissional, porque

aí o problema dele não é falta de qualificação, mas algum outro; e a segunda é quando não haja oferta disponível para ele. Se não o reincidente terá que fazer formação profissional para se habilitar ao seguro desemprego. Isso implica uma mudança da legislação, evidentemente.

Outro público beneficiário é aquele que recebe o Bolsa Família, para reinseri-lo no mercado de trabalho, dando-lhe um aporte de saída para o Bolsa Família.

Também estamos estendo o Fies, que já existe para o ensino superior privado, para o ensino técnico privado. As escolas técnicas, mediante avaliação a que serão submetidas, poderão receber também o Fies, assim como haverá outra linha chamada Fies Empresarial, que será o financiamento para as empresas que desejarem, elas próprias, qualificar seus trabalhadores. Essas empresas também terão financiamento subsidiado para esse objetivo.

É um leque de políticas, essas e outras, que pretende enfrentar, de forma emergencial, em alguns casos no médio e longo prazo, esse problema que hoje enfrentamos no Brasil, e que a mídia tem chamado de “apagão de mão de obra”.

Sem dúvida alguma, é um projeto ambicioso. É um projeto que conta com alguns bilhões de reais para financiá-lo, porque, felizmente, no Brasil, não tem faltado dinheiro para a educação. Estou há sete anos no Ministério da Educação e, mesmo quando ocorreram contingenciamentos, jamais houve cortes da educação e da saúde, permitindo que esse não fosse o problema. O problema, muitas vezes, é a dificuldade de executar esses recursos. Especialmente nesses que repassamos para Estados e Municípios há uma baixa execução na maioria dos Estados. Mas, enfim, são questões que temos que enfrentar e tentar resolver.

Então, Sr. Presidente, senhor proponente, Paulo Paim, e demais membros da Mesa, quero dizer que, da parte do Ministério da Educação, é uma honra muito grande receber esta homenagem à educação profissional aqui, nesta Casa, que honra todos os brasileiros. Desejo que todos nós, quer no Poder Executivo, quer no Poder Legislativo, estejamos à altura dos grandes desafios que a Pátria tenha colocado para nós neste momento.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

(*Manifestação das galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/ PMDB – PB) – Com a palavra o Diretor-Geral do Senai e Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria, Rapahel Lucchesi.

O SR. RAPHAEL LUCCHESI – Senador Wilson Santiago, que preside esta sessão, Senador Paulo

Paim, proponente desta sessão, eu queria agradecer o convite, agradecer a palavra. Um diretor nacional do Senai tem de estar sempre pronto a falar pelo Senai, porque honra a sua história de 70 anos.

Nesses 70 anos, o Senai treinou e qualificou 52 milhões de brasileiros e, apenas em 2010, o Senai teve 2,3 milhões de matrículas. Concorro com o Senador Ataídes – inclusive, vamos informá-lo de maneira mais adequada – de que o Senai tem de investir mais, porque o Brasil tem grandes necessidades. E o Senai tem de investir mais, sobretudo, em um sistema mais adequado de informação, para podermos dar à sociedade brasileira a transparência necessária dos recursos e do alcance do resultado das ações que são desenvolvidas pelo Senai anualmente.

A educação profissional está no centro de todas as sociedades que alcançaram ações bem sucedidas de desenvolvimento econômico e social. A educação básica, a educação profissional, a ciência, a tecnologia, a inovação, esses são fatores essenciais do futuro. E nós temos problemas na matriz educacional brasileira. Esses problemas são apontados nos documentos da Confederação Nacional da Indústria e do Sistema Sesi/Senai, que mostram que a educação brasileira precisa melhorar a qualidade – essa é uma agenda importante –, e nós precisamos resolver o problema da nossa matriz. Poucos países têm uma matriz tão diversa como a nossa. Temos seis milhões de matrículas na educação superior contra apenas um milhão na educação técnica de nível médio. É muito pouco, é muito desbalanceado. Nenhum país que alcançou desenvolvimento econômico tem uma matriz tão diferente como a nossa.

Nós precisamos, também, estabelecer uma lógica de educação profissional com uma pegada da cultura empresarial e da necessidade de atendimento à demanda. Esta é a experiência do Senai: atende à demanda, tem cultura empresarial, tem um *ethos* voltado às necessidades das empresas e também da realização dos projetos dos indivíduos. E vou dar dois exemplos aqui muito citados: do Presidente Lula, que, de fato, fez toda uma ação voltada à educação – e não tenha dúvida de que, ao colocar a centralidade da educação profissional, traduziu sua experiência de vida, formado ele pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; e outro, aqui do Senado da República, proponente do Dia Nacional da Educação Profissional, o Senador Paim, também formado pelo Senai. É esse *ethos* que nós estamos comentando.

De fato, aos 102 anos da educação profissional no Brasil, temos muito a comemorar, mas temos também que lançar alguns desafios para a história futura do Brasil. Nós temos um problema hoje de matriz e temos

um problema hoje no nosso sistema educacional, que não é apenas o da qualidade. É também o problema de uma formação excessivamente acadêmica. Com o País em desenvolvimento, nós temos a juventude deste País com treze anos de escola e sem necessariamente uma única hora de educação profissional. É nisso que nós precisamos avançar e, que bom que, em boa hora, o Governo Federal pensa no Pronatec.

Acho que o Professor Eliezer Batista colocou isso de forma absolutamente clara, mas gostaríamos de enfatizar a parceria com o Senai, com a Confederação Nacional da Indústria, que vão estar ao lado nesse programa, colocando a necessidade de avançarmos na agenda de desenvolvimento econômico e social do Brasil pela integração, pela capacitação, para assegurarmos a inserção das pessoas nos seus projetos de desenvolvimento econômico e social.

Muito obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/ PMDB – PB) – Com a palavra o Frei David, da Educafro.

O SR. FREI DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS – Irmãs e irmãos presentes, nas pessoas dos alunos dos cursinhos técnicos e dos alunos dos pré-vestibulares comunitários, bem como dos universitários presentes aqui, de São Paulo, do Rio, de vários lugares do Brasil, cumprimento todo mundo da Mesa, que compõe essa rica e bonita Mesa, bem como os demais participantes.

Quero começar elogiando o MEC e o Governo Federal, e espero que ninguém estranhe. Quero dizer que por três vezes a Educafro teve reunião com o Ministro Haddad e, nas três vezes, uma das pautas foi esta: Dr. Fernando, pelo amor de Deus, esse dinheiro do Fies só entregue a empresas particulares, via Fies, empresas de educação, isso não é honesto, não é legal. Se quer manter, mantenha, mas permita que o Fies tenha um braço que financie diretamente alimentação, passagem de ônibus e o livro do aluno.

Nas três vezes, o MEC não abriu a porta para essa possibilidade. E agora, estou surpreso em ver, ao ler o projeto, que o MEC está permitindo que o próprio aluno do ensino técnico tenha acesso ao dinheiro do Fies, e não só as empresas. Tenho certeza de que os alunos serão muito mais capazes de fazer esse dinheiro render para o Brasil do que só as empresas. Mantenha as empresas sim, mas abrir para o aluno é fundamental. Então, quero parabenizar o MEC por isso aí.

Então, primeiro, um elogio.

O segundo ponto é um apelo, um apelo para o MEC, para o Governo Federal.

Fico triste em ver a Presidente Dilma – que começa um governo muito bom –, porque, infelizmente,

até agora não vi nenhum sinal da Dilma em favor da população negra.

(Manifestação das galerias.)

O SR. FREI DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS

– Índio está tendo vez, sem terra está tendo vez, etc. e tal. Mas negro está marginalizado. Presidente Dilma, por favor, por que você lança um projeto desses agora, o Pronac, e não inclui no Pronac cotas para negro? Por quê? Que absurdo é esse, Dilma!

Gente, olha só: 161 universidades já adotam cotas no Brasil. Dessas, trinta fizeram pesquisa comparando o jovem pobre e negro, bem lascarado, que vai fazer vestibular quebrado pela escola pública sem qualidade, e o jovem de classe média. No vestibular, o aluno pobre e negro tem nota média 40% abaixo do aluno de classe média. Um ano depois, estudando com o mesmo professor, na mesma sala de aula, mesmo equipamento, mesma biblioteca, o jovem negro está - no Brasil inteiro, nos trinta estabelecimentos que fizeram a pesquisa - com média acadêmica superior à da classe média. Então, por que continuar discriminando o negro?

Então, faço um apelo ao MEC, aos Deputados da situação e da oposição, para que façam uma emenda a esse projeto que está sendo lançado agora, o Pronac. O Pronac não pode ir para frente sem garantir, desde já, cota para negro, que é algo concreto, está provado, tem resultado concreto. Inclusive o índice de abandono de vagas pelo negro é menor do que o da classe média.

O terceiro ponto, infelizmente, é um protesto ao MEC e ao Governo Federal. Gente, eu espero que vocês me compreendam. Se alguém estiver com pedra na mão, jogue lá fora, para não sujar o tapete azul tão bonito. Jogue lá fora, para o sangue não sujar o tapete azul aqui. Mas, se eu como brasileiro guardo uma mágoa do Brasil e dos sucessivos governos brasileiros, é o seguinte: um aluno de classe média alta que vai fazer o curso de medicina tem de graça esse curso, que custa, aos cofres públicos, cinco mil por mês. Esse aluno se forma e vai abrir seu consultório na Avenida Paulista, não vai para a periferia servir ao povo pobre, negro e lascarado. Agora, um aluno de curso técnico vai fazer um curso técnico e o Fies, bondosamente, vai proteger esse aluno, e esse aluno, após usar o Fies para fazer o curso técnico, é obrigado a devolver esse dinheiro. Isso é injusto, é desonesto!

(Manifestação das galerias.)

O SR. FREI DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS

– Queremos, queremos, queremos que o Governo Dilma, que é sério, que o pessoal da oposição, que é sério, nos ouça. Se o pessoal da medicina – só rico é beneficiado – não tem que devolver o dinheiro gasto

com educação aos cofres públicos, por que o jovem pobre, que vai pegar dinheiro pelo Fies, tem de devolver aos cofres públicos o dinheiro gasto? Isso é desonesto! Não concordo com isso e apelo aos Senadores que não permitam que isso passe.

O quarto ponto é uma dúvida. Eu li todo o projeto e não vi com clareza como é que vai funcionar a formação técnica via Internet. Não vi também com clareza qual é o valor da bolsa formação estudante. Não vi com clareza qual é o valor da bolsa formação trabalhador. Eu queria clareza disso, até para elogiar, porque eu quero é ver meu povo negro, meu povo pobre branco lascado vencendo, e estão só levando a pior. E projetos bonitos aparentemente, mas por baixo cheios de armadilha, para poder jogar o negro em armadilha. O negro pobre, o jovem branco pobre é obrigado a depois pagar o curso técnico via Fies. Isso não pode, é desonesto. (Palmas.)

Eu quero, então, fazer um apelo ao pessoal do curso técnico: que permita criar agora, neste projeto Pronac, o Conaf – Comissão Nacional de acompanhamento ao Fies, que vai para o pré-técnico, porque nós estamos com algumas denúncias graves. A nossa entidade trabalha com jovens universitários pobres e todo dia chega a seguinte denúncia: Frei David, eu estou na faculdade tal, faço lá administração. O aluno que paga à vista paga R\$400,00 na administração. Eu, que peguei financiamento pelo Fies, a faculdade cobra do Governo mil reais. E eu, depois de formado, tenho que devolver mil reais ao Governo. Então, o Governo está permitindo que essa faculdade particular me roube. Porque, se o aluno que tem dinheiro paga R\$400,00 por mês num curso de administração, eu, que dependo do Fies, pago mil reais por mês, e o Governo permite isso, sem botar polícia em cima dessas faculdades.

(Interrupção do som.)

O SR. FREI DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS

– Fui cortado.

Bom, concluo dizendo que tenho mais duas denúncias, mas não vou fazê-las porque o horário não permite. Peço, então, que depois haja o momento para essas denúncias. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Presidente da Federação Nacional dos Técnicos Industriais, Wilson Wanderlei Vieira.

O SR. WILSON WANDERLEI VIEIRA – Exmº Sr. Presidente desta Mesa, Wilson Santiago, cumprimento o Senador Paulo Paim; cumprimento o nosso companheiro da CNPL, Francisco Antonio Feijó, o Ricardo Nerbas, Presidente da Oitec, Organización Internacio-

nal de Técnicos, cumprimentando esses companheiros, cumprimento os demais componentes da Mesa.

Cumprimento os meus companheiros dos Sintec's, aqui presentes. Do Rio Grande do Sul, Paulo Ricardo; Paraná, Solomar Rockembach; Rio de Janeiro, Antônio Jorge; Espírito Santo, representando o Presidente do Sintec, Espírito Santo, nosso companheiro Kepler; representando Mato Grosso, o nosso companheiro Luizimar; representando o Sintec, Distrito Federal, o nosso companheiro Zaranza; Jessé, Presidente do Sintec de Pernambuco; Roberto Sampaio, do Sintec de Sergipe; Maria Amélia, do Sintec de Alagoas; o nosso companheiro Ricardo Nascimento, Presidente do Contai; Rubens, Presidente da Associação dos Técnicos de São Paulo, e o nosso companheiro José Raimundo, das associações de Minas Gerais; Senhores e Senhoras, demais companheiros técnicos e estudantes de ensino técnico, nós temos uma história e esta Casa sempre esteve presente com o apoio.

Quando nós iniciamos o nosso movimento, em 1979, lutávamos pela regulamentação profissional e fizemos um adesivo em que estava escrito o seguinte: “Setenta anos de ensino técnico sem profissão regulamentada.” Então, os senhores vejam que são 32 anos em que lutamos pelos técnicos e pelo ensino técnico.

E lembramos aqui que o Senador que nos apoiou, que nos deu toda a frente foi o ex-Senador Jarbas Passarinho. Depois, diversos políticos nos ajudaram bastante e entenderam as nossas solicitações e as nossas aflições para falar do técnico, sabendo que nós viemos de classe pobre.

Eu já disse em diversas oportunidades que eu sou filho de pedreiro, como tem aqui diversos companheiros nossos que vieram de lá e tiveram oportunidade através do ensino técnico.

E agora quem pega a bandeira do ensino técnico, mais uma, não é Senador Paulo Paim?, é o Senador Paulo Paim, que tem diversas, ele pega mais uma do ensino técnico. Nós estamos bem apadrinhados. Por quê? Agora, este momento é a hora do ensino técnico. As nossas reivindicações estão sendo atendidas. É interessante observar que tudo o que nós falamos, que todos os eventos que nós realizamos, hoje está em pauta, tudo cumprido.

Nós lembramos de um evento que nós fizemos, logo no início do Governo Lula, na Câmara Municipal de São Paulo, e é interessante que no dia seguinte todas as nossas reivindicações estavam no sítio do Ministério da Educação.

Então, quer dizer, o que nós estamos falando, batendo numa tecla há trinta e dois anos, chega hoje. Nós queremos ainda mais, porque sabemos que a nossa

categoria é muito importante para o desenvolvimento nacional, para o desenvolvimento da tecnologia.

Nossa categoria é bastante importante e nós queremos culminar este nosso trabalho com a aprovação do nosso piso salarial.

O nosso piso já foi aprovado nesta Casa e agora tramita na Câmara dos Deputados,. Nós queremos concluir com esse piso, que é muito importante para a categoria. No momento em que se discute a valorização do profissional técnico, aumentam as vagas nas escolas técnicas, é o momento também de estipular o piso salarial para esses profissionais.

Concluindo, Senador, no dia 23 de setembro nós comemoramos o Dia do Ensino Técnico, lembrando aí do saudoso Nilo Peçanha. Então nós escolhemos o dia 23 de setembro como o Dia do Ensino Técnico. Existe uma lei federal aqui desta Casa que institui o dia nacional.

Precisamos comemorar. Precisamos comemorar muito porque a nossa categoria é de grande importância.

E por que não criarmos uma frente parlamentar do ensino técnico? Eu acho que está na hora, e o técnico está em evidência.

Um abraço e muito obrigado senhores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/ PMDB – PB) – Com a palavra o Presidente da *Organização Internacional de Técnicos*, Dr. Ricardo Nerbas.

O SR. RICARDO NERBAS – Bom-dia a todas e a todos os presentes.

Quero cumprimentar o Exmº Sr. Senador Wilson Santiago e, se me permitem, em seu nome, cumprimentar as Srs. Senadoras e os Srs. Senadores presentes neste ato.

Quero cumprimentar o Secretário Nacional de Educação Profissional, nosso companheiro do Rio Grande do Sul, professor Eliezer Pacheco e, em seu nome, Prof. Pacheco, cumprimentar todas as educadoras e os educadores presente neste ato, nos prestigiando.

Cumprimento meu amigo, meu companheiro de luta do movimento sindical, o técnico Wilson Wanderlei Vieira. Em seu nome, Wilson Wanderlei Vieira, cumprimento todos os sindicalistas aqui presentes, todos meus colegas técnicos, lideranças do nosso movimento sindical.

Um cumprimento muito especial aos alunos que estão presentes aqui, meus futuros colegas de profissão, da Escola Técnica Senai, de Brasília. Está aqui presente o nosso Senai. Cumprimento os alunos. Cumprimento todo movimento na defesa da educação profissional.

Por último, carinhosamente, quero cumprimentar e agradecer ao meu amigo, grande Senador Paim, gaúcho, líder nacional do movimento sindical e movimento social deste País. Temos orgulho, Senador Paim, de repartir o seu trabalho com toda Nação brasileira. Muito obrigado, Senador Paim, por esse brilhante trabalho, por essa luta incansável que o senhor dedica às pessoas com pouca voz e com pouca vez neste País! Muita coragem o senhor tem ao fazer isso! Muito brilhantismo o senhor demonstra nesses temas tão importantes do povo brasileiro.

Nós, do movimento sindical dos técnicos, nas nossas lutas e caminhadas em defesa dos profissionais e da educação sempre o procuramos, Senador; e sempre tivemos as portas abertas para as nossas reivindicações. As lutas são eternas, a gente sabe disso, mas os avanços vêm de acordo com as nossas persistências; com o esforço do nosso trabalho.

Nós, hoje, estamos aqui comemorando 102 anos da educação profissional. Nós aqui estamos comemorando o *boom* do ensino profissional no Brasil, que, lamentavelmente, há poucos anos esteve tão esquecido pelos governos brasileiros, mas, graças ao Presidente Lula e a uma série de políticos, um dos quais o Senador Paim, – também quero me referir a um ex-Senador desta Casa, do Espírito Santo, Gerson Camata, incansável lutador pelo ensino profissional – foi feita essa reversão e reativou-se o ensino profissional da área tecnológica da rede federal, que estava jogada para segundo plano.

Nós queremos aqui agradecer a todas as pessoas que apoiaram esse processo. Ao professor Eliezer Pacheco, que está comandando esse processo desde o início, o nosso muito obrigado. A nossa saudação, professor!

Eu, ontem, estava lendo o *Zero Hora* dominical e tinha uma matéria sobre educação e sobre mercado de trabalho. Foi feita uma pesquisa, no Brasil sobre o que mais o Brasil necessita. Que bom que o senhor falou e a isso se referiu, Professor Eliezer Pacheco. Que bom que temos aqui falta de profissionais. O inverso é que seria terrível: nós termos profissionais, gente para trabalhar, qualificação e não termos emprego.

O que mais o Brasil hoje necessita é de técnicos. Então, mais uma vez agradeço ao Professor Eliezer Pacheco e aos políticos que apoiaram esse processo. Os técnicos estão aí e vão começar a surgir. E eu tive mais uma notícia boa hoje, que não sabia.

Eu sabia do Pronatec, esse programa do Governo Federal. Eu não tenho dúvida que nós, da Federação dos Movimentos dos Técnicos, o Senador Paim, o nosso projeto lá do Rio Grande do Sul, carinhosamente comandado pelo Senador Paim, projeto que entende

as diferenças, de que eu tenho orgulho de ser um dos coordenadores, tem um cunho social fortíssimo. Um dos pilares que nós temos certeza de que vai alavancar os nossos jovens é a educação profissional.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RICARDO NERBAS – Então, nós estamos todos de parabéns. O Governo Federal, por meio da Rede Federal de Educação Profissional, o Senai, que sempre prestou uma grande educação profissional neste País, estamos todos de parabéns.

Quero também aqui parabenizar – neste momento se retiraram, mas está aí o Frei Francisco – a turma do Educafro. Vocês têm que reivindicar mesmo, faz parte, o processo democrático é assim mesmo. O Brasil é hoje um País democrata, é um País que está sendo construído para todos. E nós, dirigentes, temos que apoiar isso sim, temos que apoiar isso, sim. Então, estamos profundamente agradecido.

Finalizo, com a citação de um grande líder por que tenho grande admiração,...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO NERBAS – ...que é o ex-Presidente da África do Sul Nelson Mandela. Em um determinado momento muito difícil em que estava preso, o seu movimento estava-se enfraquecendo porque o seu líder máximo estava extremamente isolado, uma crueldade brutal, ele disse: “Não tenham medo, companheiros. Nós temos os nossos objetivos claros, nós vamos persegui-los e nós vamos vencer”.

Nós temos, sim, os nossos objetivos claros: é a educação profissional para os nossos jovens, que vão alavancar o tão sonhado social deste País, que vai propiciar desenvolvimento econômico.

Muito obrigado a todos vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o autor do requerimento que resultou nesta sessão, o Senador Paulo Paim, que tem muito, ao longo do tempo, não só honrado não só a esta Casa, como também à população brasileira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meus amigos e minhas amigas, Senador Wilson Santiago que preside a sessão, quero primeiro tranquilizar todos: agora são 12h50min., e, embora eu venha com esta pilha de papel, não se preocupem porque não vou ler tudo isso aqui.

Cumprimento primeiro a Mesa, já a partir do Presidente, cumprimento o Senador Ataídes Oliveira, que tem estado comigo em todos os debates nas comissões que tratam dos temas sociais; Eliezer Pacheco, além

de Secretário da Educação Profissional e Tecnológica, é meu amigo. Digo, Eliezer, que bom, que bom, que você, durante praticamente nove anos, está tocando esta área do ensino técnico profissional! Que bom poder dizer, Eliezer, claro que é legítimo qualquer tipo de protesto e que bom que temos uma democracia e todos podem protestar. Que bom que essa moçada esteve aqui hoje pela manhã na Comissão de Direitos Humanos, e a TV Senado, ao vivo, ouviu-os durante toda uma manhã. Eles tiveram direito a voz, fizeram seus protestos, fizeram seus elogios e questionaram o que entenderam que não estava adequado. Que bom, isso é a democracia! Ruim era no tempo da ditadura, quando, se falássemos, éramos presos, não tínhamos o direito nem sequer de fazer uma passeata, uma caminhada. Hoje, entramos no Senado da República, fazemos um protesto, e a TV Senado transmite ao vivo para todo o Brasil. Isso é muito bom!

Eliezer, que bom eu poder chegar aqui e dizer, olhando aqui para o nosso inesquecível e sempre lembrado Nilo Peçanha, que ele começou com 19 escolas; antes de o Governo Lula assumir, chegou-se a 100 escolas, e que bom você me dizer aqui na Mesa, hoje, que há 402 escolas funcionando. Isso é muito bom, isso é muito bom! Queremos mais? Claro que queremos mais. Que bom eu estar aqui com um cartão que me foi entregue pela Coordenadora do Ensino Técnico lá em Canoas me convidando para um novo evento. E você vai estar lá, Eliezer; provavelmente, o ministro vai estar lá. Permita-me que eu diga aqui: a Diretora-Geral Janete Comaru Jachetti convida todos para a inauguração do Instituto Federal de Educação e Ciência Tecnológica do Rio Grande do Sul, Campos, Canoas. Este é um dos tantos, vai ser no dia 21 de junho; provavelmente, o ministro vai estar lá.

Que bom eu poder vir aqui na tribuna e dizer para todos vocês que essa moçada do Senai que estava sentada aqui e nas galerias não nega o valor do Sistema S. Permitam que eu diga isso. Eu passei pelo Sistema S, o Lula passou pelo Sistema S. Outro dia fazíamos uma pesquisa, mais de 60% dos Senadores ou em torno de 60 Senadores fizeram ao longo da sua vida algum tipo de curso técnico.

Não dá para desconhecer o passado, e querer, é claro, avançar muito mais no presente.

Olha, eu conto sempre esta história: eu era um menino que vendia, na feira livre, frutas e, graças ao meu curso técnico, estou no Congresso Nacional há vinte e cinco anos.

Que bom ver muitas empresas promovendo curso técnico dentro das próprias empresas! Que bom ver vocês aqui, especialistas da área! Estão pedindo o quê? Vocês querem só o seu piso profissional. Vamos

aprovar esse piso profissional, de uma vez por todas, na Câmara e no Senado. (Palmas.) Podemos aprovar, sim, como aprovamos, Ricardo, com certeza absoluta, um piso importante para os professores, em torno de dois salários mínimos.

Enfim, meus amigos, eu queria fazer uma saudação rápida. Pedi para falar no final muito mais para agradecer a todos. Parei aqui no Eliezer, mas quero cumprimentar, sim, o Francisco Antonio Feijó, Presidente da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais por toda a caminhada e história; cumprimentar o Presidente da Federação Nacional dos Técnicos Industriais, Wilson Wanderlei Vieira; e cumprimentar o Ricardo Nerbas, que é o Presidente da Organização Internacional dos Técnicos. Nerbas distribuiu aqui elogios pelo meu trabalho, mas eu quero dizer que, graças ao ensino técnico, aprendi o que sei e estou aqui hoje tentando corresponder à altura daqueles professores que me deram a formação básica num curso técnico. Quero cumprimentar o Presidente da Rede de Cursinhos Populares Educafro, o meu amigo Frei David, que esteve hoje comigo num belo debate e, hoje, vai estar lá na UnB em outro debate, sempre defendendo os interesses dos mais pobres; e cumprimentar o Diretor-Geral do Senai e Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria, Sr. Rafael Lucchesi, que aqui, durante cinco minutos, expôs, com muita clareza, o seu ponto de vista sobre o quanto nós temos que avançar.

Enfim, meus amigos, eu queria dizer para vocês... Quem é que falou aqui sobre a Frente Parlamentar? A Frente Parlamentar nós já criamos. Eu sou o Coordenador da Frente Parlamentar aqui no Senado, e, lá na Câmara, é o Deputado do PTB que está fazendo um belíssimo trabalho há muito tempo, e nós estamos nos organizando para retomar a Frente a partir deste ano. Com certeza, a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Técnico há de fazer um trabalho que esteja ao alcance do trabalho que todos os senhores estão realizando no Brasil.

Por fim, quero dizer a todos vocês por que eu insisto tanto com o ensino técnico. O ensino técnico é um espaço em que cada homem, cada mulher aprende a sua profissão para enfrentar o mercado de trabalho. Como é importante você chegar e dizer que tem o diploma de curso técnico. O maior orgulho da minha vida. Eu me lembro, estava nevando em Caxias do Sul, quando recebi o meu diploma de formando em escola técnica. E, daí para frente, a minha vida mudou.

Vocês podem ter certeza de que milhões de jovens neste País estão na expectativa de fazer o seu curso técnico. Cresce a cada dia, no meu entendimento, na visão de nossa gente, a importância do ensino técnico.

Não adianta só fazer curso para ser advogado, para ser bacharel. Vemos que, muito mais que advogados, nós precisamos de técnicos.

Eu poderia avançar muito mais com o meu pronunciamento, mas não posso deixar de conceder um aparte a esse Senador que aprendi a respeitar aqui porque dedicou a sua vida – permita-me dizer isso, Senador Cristovam – à área de educação, a educação de forma universal, desde o jardim de infância aos cursos técnicos, à universidade.

Aceito um aparte, com muito orgulho, de V. Ex^a, Senador Cristovam. (Palmas.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Paim, eu que agradeço o aparte. Não pude chegar aqui a tempo e me inscrever para fazer um discurso, como havia pensado, mas não podia deixar de me manifestar. Primeiramente, saúdo toda a Mesa e todos os que aqui estão, lembrando os 102 anos do Ensino Técnico Profissionalizante no Brasil graças a Nilo Peçanha. Acho que lembrar, aqui no Brasil, de algo que faz cem anos é muito importante do ponto de vista educacional de todos. Mas lembrar as escolas técnicas profissionalizantes é ainda mais. Não há dúvida, o senhor falou, de que essa é a área que temos de trabalhar para garantir emprego para os nossos jovens. Não só aqui. A Europa hoje sofre problema grave de desemprego e, em grande parte, por falta de escolas técnicas. A Espanha, por exemplo, é um dos países que mais sofrem – 42% dos jovens estão desempregados –, e eles reconhecem, devido à falta de educação que permitisse ter um ofício. Por isso o meu entusiasmo em estar aqui comemorando esses 102 anos. Ao mesmo tempo, não há dúvida nenhuma de que o Governo Lula fez um esforço muito grande e deu um salto no número de escolas técnicas. Mas a gente vai precisar tomar um cuidado muito grande porque, no mundo de hoje, uma escola técnica não vai educar bem uma criança, um adolescente, um jovem, se ele não tiver tido um bom ensino fundamental. Houve um tempo, sem querer dizer que o senhor não é tão jovem, em que bastava habilidade manual, atenção ao mestre e você virava um torneiro mecânico, um fresador, um soldador. Hoje, essas máquinas ficaram inteligentes. Não se fala mais com a máquina com a mão, mas com a ponta do dedo, através dos comandos digitais. E a diferença entre falar com a mão e falar com os dedos é a quantidade de conhecimento que precisa haver no cérebro da pessoa para saber apertar o botão exato. Nós não podemos relegar o ensino fundamental – o próprio nome diz: fundamental. Nós corremos o risco de fracassar nessas quatrocentas escolas técnicas pelo apagão de alunos. A gente fala muito no apagão de técnicos, mas esquece que podemos ter um apagão

de alunos nas escolas técnicas. Sem saber um pouquinho de geometria, um pouquinho de matemática, um pouquinho de inglês, não vamos conseguir fazer as nossas escolas técnicas funcionarem a contento. Esse é um ponto. Outros dois pontos. Defendo que o ensino médio seja de quatro anos e todos saiam dele com um ofício, o que ainda é bom para que demorem um pouco mais a entrar no mercado de trabalho. Não podemos concentrar toda formação de mão-de-obra técnica nas escolas técnicas. Toda educação de ensino médio deveria passar um pouco de ofício de alguma área simples, a fim de que o jovem possa dizer: "Vou seguir para a universidade, mas posso desenvolver um trabalho em alguma área". Finalmente, o senhor já tocou no assunto, precisamos perder essa ideia de que todo mundo que termina o segundo grau passará à universidade. Precisamos de um sistema de educação pós-secundária que não seja necessariamente universitária. E as escolas profissionalizantes de nível pós-secundário, não necessariamente de nível superior do ponto de vista do objetivo maior de uma elite intelectual que a gente precisa formar, esse curso paralelo é o futuro. Fala-se muito que a Finlândia é o país de todos. As análises mostram que é o melhor país. Na Finlândia, o número de estudantes que terminam o ensino médio e vão à universidade proporcionalmente é menor do que no Brasil. É menor, Senador, do que no Brasil. Por quê? Porque dos alunos que terminam o ensino médio, uns vão à universidade, um número menor, e muitos para um ofício. Por isso é comum você ver um garçom falando dois ou três idiomas, sabendo falar de vinhos e de culinária e, inclusive, sabendo conversar com os clientes sobre o país de onde ele vem. A gente precisa começar a ter estes desenvolvimentos que falei: um ensino fundamental da maior qualidade para poder ter um ensino profissionalizante bom. Quatro anos do ensino médio garantindo um ofício para todos que daí saem e, finalmente, trabalharmos no sentido de haver uma orientação de jovens, depois do ensino médio, não necessariamente para a universidade. Claro que esses que vão para aqui, depois eles podem migrar para a universidade, mas já migram com trabalho, migram com a profissão. Por fim, quero fazer minhas as suas palavras de reconhecimento do Sistema S. Eu acho que é um sistema que tem prestado um serviço muito grande ao Brasil e, sem querer privilegiar uma das instituições, quero falar aqui de uma escola que conheço bem: a Confederação Nacional do Comércio, que fica em Jacarepaguá. Claro que não dá para fazer no Brasil muitas escolas como aquelas, mas a gente fala que é difícil ter horário integral no Brasil. A escola de ensino médio da Confederação Nacional do Trabalho não tem só horário integral, é das sete

da manhã às dez da noite, com cinco refeições da maior qualidade. Os jovens moram na escola, em alojamentos belíssimos, e os professores também, com salários que não vou citar aqui, mas que são de fazer muita inveja a qualquer profissional de qualquer área no Brasil. A gente tem que tentar fazer com que a experiência da Confederação Nacional do Comércio sirva de exemplo, não para copiar, não dá para copiar, mas é importante ter exemplos daquela grandeza. Cito a Confederação Nacional do Comércio e o Sesc, mas acho que os outros órgãos do Sistema S têm dado a sua contribuição e a gente tem que prestigiar o Sistema S, obviamente fazendo alguns ajustes como acho que o Ministro Haddad tem tentado e conseguido. O que ele vem tentando fazer na combinação do Sistema S com o setor público é no caminho positivo, sem desprestigiar e sem deixar de reconhecer a importância do Sistema S, que, no mínimo, conseguiu fazer um Presidente da República e um grande Senador, que é Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado.

Pegando as palavras do meu querido amigo e Senador Cristovam Buarque, queria dizer que houve um tempo, e estou há 25 anos dentro do Congresso, que havia uma tendência de se querer jogar as escolas técnicas públicas do nosso Governo Federal contra o Sistema S. Habilmente, o Presidente Lula, principalmente com o trabalho de V. Ex^a— eu diria —, conseguiu fazer com que isso fosse caminhando junto, fazendo um grande entendimento entre o Sistema S e as escolas técnicas públicas. Sem sombra de dúvida, esse é o caminho, na minha opinião. Por isso, aqui, mais uma vez, rendo as minhas homenagens a você, Eliezer, pela forma como foi administrando esse caminho.

Como a minha assessoria montou este pronunciamento — eu trabalhei, confesso, mais na abertura e no final — de 38 páginas para prestigiá-los e para que o material fique nos Anais, permitam-me ler as duas primeiras, em letras grandes, o que dá um minuto, e as duas últimas. Eu me comprometo. V. Ex^a me dá esta autorização, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) — V. Ex^a dispõe de mais dois minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) — Se for exatamente isso que prometi, não é?

Então, deixe-me só dizer o seguinte em relação aos jovens: é bastante provável que o período onde as dúvidas, as inquietações, a ânsia de realizar os sonhos com urgência assalte, de fato, com maior frequência, a maioria dos nossos jovens.

O momento de transição entre a infância e a juventude precisa ser olhado com muito respeito. Fazem-

do um comparativo, é mais ou menos como alguém que sente vontade de voar e, ao mesmo tempo, se dá conta de que não tem asas que possam levá-lo tão diretamente àquilo que ele deseja. Mas é maravilhoso, sim, ver a fé que os jovens trazem no peito de que vão alçar voo. Eles sonham – e é um sonho legítimo – e, mesmo quando se encontram um tanto preocupados diante das muitas dificuldades em suas vidas, eles vão em frente, eles acreditam no poder que têm de mudar as coisas.

Essa vida que eles carregam em si é de uma beleza invejável, essa coragem, essa fibra, essa raça. Mesmo quando rebeldes – é natural a rebeldia –, insatisfeitos, olhando o meio e o mundo em que vivem, eles questionam, eles transpiram vida – e este deveria ser um bem preservado, da coragem, da rebeldia e do querer fazer.

Os jovens querem, sim, transformar aquilo que não os deixa felizes. E aí, Senador Cristovam Buarque, permita-me que eu lembre V. Ex^a: a PEC da Felicidade. Vi um artigo num jornal internacional elogiando a iniciativa de V. Ex^a. Quando eles usam esse desejo de mudança em favor da justiça social, solidariedade, igualdade de oportunidades, o resultado é mais do que positivo. E eles sabem muito bem o que querem.

Infelizmente, a vivência de muitos jovens, por falta do ensino técnico, leva-os ao álcool, à droga, à violência, enfim, à fome.

Tudo isso pode mudar se avançarmos cada vez mais no ensino técnico.

Permita-me, Presidente, para terminar, ler uma frase do nosso Ministro da Educação Fernando Haddad. Disse ele um dia:

É um programa muito abrangente, muito forte, que, certamente, dialogará com uma demanda importante da juventude, que é de valorização do ensino médio e do ensino técnico.

Sr. Presidente, termino dizendo para V. Ex^a que estou convencido de que os jovens do mundo todo hoje, que somam mais de um bilhão e têm um enorme potencial, apontarão caminhos para que a sociedade, em nível de humanidade, em nível de Planeta, ande cada vez mais na linha da construção daquilo que todos nós queremos: uma sociedade de iguais em que todos tenham verdadeiramente oportunidade.

A família brasileira pode ficar tranquilizada. Haveremos de avançar na linha da formação de toda nossa juventude. Acredito na força da educação como meio de efetivar mudanças internas e externas. Termino dizendo que “a educação é como a democracia, uma

fonte eterna, capaz de dar água a todos que nela forem saciar-se”.

Aqui termino a minha homenagem aos 102 anos do Ensino Técnico. Olhando para este quadro onde se lê: Sessão Especial dos 102 anos do Ensino Técnico, vejo Nilo Peçanha, que – não porque este pronunciamento fala que ele era negro e que ele, inclusive, ridicularizado pela cor da pele – chegou à Presidência da República e foi o primeiro a instalar as primeiras 19 escolas técnicas no País.

Termino dizendo: Viva brancos! Viva índios! Viva ciganos! Viva mulheres! Viva homens! Viva crianças! Viva os idosos! Viva o povo brasileiro! A raça humana é só uma. Viva o Ensino Técnico Profissionalizante!

Um abraço a todos vocês. (Palmas.)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é bastante provável que o período onde as dúvidas, as inquietações e a ânsia de realizar os sonhos com urgência assalte, de fato, com maior frequência, os nossos jovens.

O momento de transição entre a infância e a juventude precisa ser olhado com muito respeito. Fazendo um comparativo, é mais ou menos como alguém que sente vontade de voar e ao mesmo tempo se dá conta de que não tem asas que possam levá-lo tão diretamente aquilo que deseja.

Mas, é maravilhoso ver a fé que os jovens trazem no peito de que vão alçar voo. Eles sonham, e mesmo quando se encontram um tanto perdidos diante das muitas dificuldades a sua frente, eles acreditam no poder que tem de mudar as coisas.

Essa vida que eles carregam em si é de uma beleza invejável. Mesmo quando rebeldes, insatisfeitos, perdidos em meio a um mundo de questionamentos, eles transpiram vida e este deveria ser um bem preservado.

Os jovens querem transformar aquilo que não os deixa felizes e, quando eles usam esse desejo de mudança em favor de coisas como justiça social, solidariedade, igualdade de oportunidades, o resultado é muito positivo, para eles e para todos nós.

Infelizmente a vivência de muitos jovens hoje é o alcoolismo, o uso de drogas ilícitas, a violência, a miséria e a fome.

Tudo isso pode ter origem diversa, pode estar relacionado ao desemprego, a uma família desagregada, e tantas coisas mais.

Mas, o importante, penso eu, é somar esforços para gerar oportunidades e criar meios para que eles

possam desenvolver seu potencial de forma saudável conduzindo-os, com segurança, pela estrada do amadurecimento.

Nós temos ações positivas em favor dos nossos jovens, como o ECA que protege sua integridade, como o Prouni que concede bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes...

Temos também o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e a PEC da Juventude que estende direitos para os jovens que já eram garantidos para crianças, adolescentes ou idosos.

Tudo isso é muito positivo, mas precisamos de mais ainda.

Por exemplo, uma pessoa para se inserir, permanecer e crescer no mercado de trabalho precisa ter sido bem alfabetizada e preparada.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, acredito que a escola é o verdadeiro berço de novas idéias, de pensamentos inovadores e do surgimento de grandes soluções.

Negar o papel da educação, e, em particular, o valioso papel do professor, o verdadeiro agente de transformação social é no mínimo, perigoso.

Sabemos que de nada adiantam preceitos legais, que vinculem educação e cidadania, se os responsáveis em levar à efeito a educação não estiverem comprometidos e preparados para essa finalidade.

Os professores precisam ser valorizados levando-se em conta o importante papel que cumprem, o desafio que enfrentam a cada dia: a formação de uma pessoa.

Estou convencido que o ensino técnico é uma oportunidade valiosa de dar um rumo à vida desses jovens cidadãos.

Mais do que isso, é um instrumento valioso de combate aos preconceitos, de diminuição da violência, e, com certeza, será fundamental na construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais inclusiva.

Sr. Presidente, creio que vale a pena conhecermos um pouco do histórico do ensino técnico.

Ele teve início em 1909, no Governo de Nilo Peçanha.

Nilo Peçanha foi o primeiro presidente negro do Brasil. Governou o país de 14 de junho de 1909 até 15 de novembro de 1910.

Ele foi descrito como sendo “o mulato” e várias vezes foi ridicularizado na imprensa em charges e anedotas que se referiam à cor da sua pele.

Durante sua juventude, a elite social de Campos dos Goytacazes, cidade onde nasceu em 02 de outubro de 1867, chamava-o de mestiço do Morro do Coco.

Participou de campanhas abolicionistas e republicanas. Iniciou sua carreira política ao ser eleito para a Assembléia Constituinte em 1890. Em 1903 foi eleito sucessivamente senador e presidente do Estado do Rio de Janeiro, permanecendo no cargo até 1906 quando foi eleito vice-presidente de Afonso Pena.

Seus seguidores na época eram chamados de nilistas. Foi maçom e Grão mestre do Grande Oriente do Brasil, nas renunciou o cargo pelas pressões devido a sua cor negra.

Ao final do seu mandato presidencial retornou ao Senado e, dois anos depois foi novamente eleito presidente do Estado do Rio de Janeiro.

Renunciou a este cargo em 1917 para assumir o Ministério das Relações Exteriores. Em 1918 foi novamente eleito Senador Federal.

Durante o seu governo foi criado o Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria, o Serviço de Proteção aos Índios e inaugurado o ensino Técnico no Brasil.

Isso aconteceu em 23 de setembro de 1909, através do Decreto nº 7.566. Inicialmente foram criadas 19 Escolas no país denominadas Escolas de Aprendizizes e Artífices.

Na época foi considerado para isso, o aumento constante da população das cidades e as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência.

Era preciso que se facilitasse as coisas, era preciso não só habilitar os filhos dos que não tinham fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual.

Era preciso fazer com que ele adquirisse hábitos de trabalho proveitosos, que o afastasse da ociosidade, que nada mais é do que a escola do vício e do crime;

Temos que lembrar que, naquele tempo, a economia predominante no Brasil era a agrária de exportação e, assim sendo, podemos pensar que o Ensino Técnico não foi decorrente da necessidade de mão-de-obra qualificada.

É provável que ele tenha surgido de necessidades inseridas nas matrizes políticas e sociais da época. A grande preocupação com a criação deste ensino teve suas bases na intenção de oferecer uma alternativa de inserção, no mercado de trabalho, dos jovens das camadas sociais mais pobres.

Mas, na década de 40 a preocupação em formar mão-de-obra qualificada para a produção tornou-se proposta efetiva.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial, que veio em 1942, estabeleceu as bases para a organização de um sistema de ensino profissional para a indústria.

Foi em 1942 também, que surgiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI —, e, mais

tarde, em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

Vou fazer uma breve interrupção aqui, para falar sobre a minha experiência.

Todos sabem que venho de uma família humilde, trabalhei desde pequeno e tive a grata chance de estudar numa escola técnica: o SENAI.

Eu morava na capital gaúcha, Porto Alegre, e ajudava meu tio a vender frutas na banca.

A minha alegria foi enorme quando meu pai foi me buscar para voltar a morar com eles em Caxias do Sul, pois eu havia passado na seleção do SENAI.

Podem me acreditar, isso mudou a minha vida. Foi um impulso e tanto para meu crescimento pessoal e profissional.

Bem, Sr. Presidente, voltando ao histórico, o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), estabeleceu o Plano de Metas, que visava a efetivar as relações entre os estados e a economia, em favor do desenvolvimento econômico.

O Ensino Técnico encontrou naquela realidade, um terreno fértil para seu desenvolvimento.

Mais tarde veio a Lei n.º 3552, de 16 de fevereiro de 1959, quando conteúdos de Cultura Geral foram incluídos nos currículos dos cursos técnicos, com duração de quatro anos.

No entanto, aquela Lei foi substituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, que buscava uma articulação do sistema de ensino regular com o profissionalizante.

Após o Golpe de 64 o ramo de estudo não profissionalizante ficou mais valorizado na estrutura social, enquanto o técnico industrial de nível médio teve o seu reconhecimento dentro da estrutura da fábrica.

Em 1971, foi promulgada a Lei n.º 5692, de 11 de agosto, que faz constar em seu artigo 1 o objetivo geral do ensino de 1º e 2º graus:

“Proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e prepará-lo para o exercício consciente da cidadania.”

Com a Lei n.º 7044/82 foi feito apenas um novo arranjo que conservou a concepção de educação que antecedia as diretrizes e bases da política educacional estabelecida em 1971.

Mais tarde, a organização curricular do Ensino Técnico foi regulamentada pelo Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997.

Sr Presidente, esse foi apenas um resumo de como caminhou o ensino técnico no Brasil e, sem dúvida, Nilo Peçanha representa muito nesse contexto.

O projeto de lei da Câmara dos Deputados nº 146/2010, de autoria da deputada Fátima Bezerra, declara Nilo Peçanha patrono da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Eu tenho a honra de ser o relator da matéria. Isso me deixa muito feliz!

Bem, o fato, Sr. Presidente, é que sempre acreditei no ensino técnico com muita convicção. Tanto que, para fomentar esse segmento apresentei no Senado Federal a PEC 24/05 que cria o Fundo Nacional de Ensino Profissionalizante - FUNDEP.

Dentre os objetivos do FUNDEP estão o de geração e manutenção de emprego e renda, combate à pobreza e as desigualdades sociais e regionais, descentralização regional, além da elevação da produtividade, a qualificação e a competitividade do setor produtivo.

Tenho lutado pela implementação dessa PEC, o FUNDEP, que irá fomentar a educação profissional no país e garantir recursos permanentes para esse segmento.

Essa proposta destinará 9 bilhões para o ensino técnico, segundo uma prioridade de valorização, desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino técnico.

Eu conheço o papel da formação profissional no aumento de oportunidades de emprego para os jovens das classes populares.

E emprego é a melhor forma de inserção social e de construção de uma imagem positiva de si.

O FUNDEP se preocupa em fazer além da estrutura, do prédio, a manutenção da cidadania.

Apresentar este projeto foi colocar no papel um sonho que me acompanha há muito tempo.

Vejo os resultados do aprendizado do ensino técnico na minha vida e gostaria de poder estendê-lo a tantos jovens quanto fosse possível.

Inclusive apresentei outros projetos que tem relação com o ensino técnico, por exemplo:

O PLS 609/2007 que cria a Escola Técnica Federal de Construção Naval do Município de Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

O PLS 514/2007 que dispõe sobre a concessão, pelo empregador, de bolsa de estudo aos dependentes de seus empregados para sua formação técnico-profissional metódica.

O PLS 256/2007 que cria a Escola Técnica Federal de Gravataí no Estado do Rio Grande do Sul.

O PLS 143/2007 que cria a Escola Técnica Federal de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

O PLS 64/2007 que cria a Escola Técnica Federal do Vale do Taquari, no Estado do Rio Grande do Sul.

O PLS 1/2007 que cria a Escola Técnica Federal de Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul.

E, qual não foi a minha alegria quando a nossa Presidenta Dilma lançou o Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec).

A presidenta Dilma Rousseff aposta no programa para ampliar o caminho de acesso à educação profissional para jovens do ensino médio e para trabalhadores sem formação.

O Pronatec é composto por um conjunto de ações voltadas para quem deseja fazer um curso técnico, mas não tem como pagar. É um programa de bolsas e também de financiamento estudantil.

O projeto inclui a extensão do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), hoje restrito à graduação, para cursos técnicos de qualificação profissional.

Inicialmente, a proposta do Pronatec era oferecer cursos de qualificação profissional a alunos do ensino médio, mas o projeto inclui também capacitação para trabalhadores que já estão no mercado e expansão das escolas técnicas federais.

Segundo o ministro da Educação, Fernando Haddad, esse “É um programa muito abrangente, muito forte, que, certamente, dialogará com a demanda importante da juventude que é de valorização do ensino médio”.

Sr^{as} e Srs. Senadores, meu entendimento é de que o Ensino Profissionalizante ultrapassa a idéia de que é importante apenas a ampliação do número de alunos que teremos.

Se Deus quiser as escolas técnicas passarão também por um processo de valorização dos profissionais da educação, de investimentos em infraestrutura, melhores condições de trabalho e salários decentes.

Estou convicto de que a responsabilidade da educação profissional e valorização dos professores devem ser compartilhadas entre as múltiplas instâncias do poder público e da sociedade civil.

Estou convicto também que as escolas técnicas devem abrir suas portas para a inclusão. Elas podem e devem ser um caminho contra os preconceitos.

Elas devem fazer o corte das diferenças, trazendo para si pessoas com deficiência, negros, mulheres, camadas da nossa população que sofrem mais com a discriminação.

Os jovens do mundo somam hoje mais de 1 bilhão e o potencial que a juventude tem é uma fonte inesgotável de recursos humanos e eles podem contribuir sobremaneira para mudanças sociais positivas.

A família brasileira precisa ser tranquilizada quanto ao destino que aguarda seus filhos.

Acredito na força da educação como meio de efetivar mudanças internas e externas.

Vou encerrar com uma frase que sempre repito: “a educação é como a democracia, uma fonte eterna

capaz de dar água a todos que nela forem saciar-se” e quero ainda render minhas homenagens e cumprimentos pelos 102 anos do ensino técnico profissionalizante. Meu respeito e meu reconhecimento ao extraordinário papel que ele cumpre!!!

Obrigado!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Parabéns, Senador Paulo Paim.

Cumprida a finalidade da sessão, queremos parabenizar o Senador Paulo Paim pela feliz iniciativa, agradecer o Presidente José Sarney, Presidente desta Casa, e todos os Senadores que subscreveram esta proposição. Também agradeço a todos que aqui se fizeram presentes, através de representantes de várias entidades já citadas anteriormente e de muitas outras que não foram citadas. Enfim, a Mesa da Casa agradece a todos dizendo que é mais do que justa esta homenagem neste dia pela importância do ensino profissionalizante para o Brasil.

Agradecemos ao Sr. Cláudio Ricardo Gomes, Presidente do Conif – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e a tantos outros que não foram citados. A Mesa agradece a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – A Sr^a Senadora Maria do Carmo Alves enviou discurso à Mesa alusivo ao presente evento para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendida.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a

A finalidade da educação é preparar as pessoas para o mundo e para a vida. Daí, pode-se depreender a importância dos cursos profissionalizantes, aqueles que tornam as pessoas aptas a entrar na dura lida do trabalho, em busca de uma vida digna e, se possível, exercendo atividades para as quais estão mais vocacionadas.

Desde a Idade Média, a aprendizagem profissional surgiu como alternativa de sobrevivência para aqueles que não tinham nascido em berço de ouro e não queriam dedicar-se à agricultura. Toda a produção de bens, no período feudal, era proveniente das oficinas das corporações. Era onde os mestres concentravam todo o saber técnico, como as artes da marcenaria, da fundição de metais e outras. Nessas oficinas, os jovens aprendiam o ofício no dia a dia, sob a orientação de um profissional qualificado.

Seria tedioso narrar aqui todo o processo que resultou no ensino profissionalizante que conhecemos

hoje. A Revolução Industrial, pouco mais de dois séculos atrás, já configurou uma transformação dos meios de produção que exigiam uma preparação diferenciada dos profissionais para operar as novas máquinas desenvolvidas para a produção em larga escala. O mundo atual, por sua vez, requer preparação cuidadosa dos profissionais para atuar num ambiente em que as máquinas é que executam a quase totalidade dos trabalhos, deixando para a participação humana as atividades de comando e de controle.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil institucionalizou a aprendizagem profissional há pouco mais de um século, quando o Presidente Nilo Peçanha criou a Rede Federal Profissional e Tecnológica em 1909. Estamos comemorando, portanto, 102 anos do início dos cursos profissionalizantes no Brasil.

Naquela ocasião, foram implantadas 19 escolas de aprendizes artífices, subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. A Constituição de 1937 é a primeira a tratar do ensino profissionalizante, transformando as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais.

Em 1941, a reforma de Gustavo Capanema, que abrangeu todo o sistema educacional, considerou o ensino profissionalizante como de nível médio e, no ano seguinte, os Liceus Industriais passaram a chamar-se Escolas Industriais e Técnicas. Essas escolas obtiveram a condição de autarquias durante o governo de Juscelino Kubitschek, em 1959, passando a chamar-se Escolas Técnicas Federais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos falando de uma rede de ensino que atua em escala nacional para preparar os jovens para o mercado de trabalho. Porém onde é realmente possível detectar as necessidades de preparação de profissionais para inserção numa indústria que produz bens específicos é no nível estadual, ou até mesmo regional.

Dessa forma, é importante que fiquemos atentos ao que deve ser realizado por meio do Programa Brasil Profissionalizado, que faz parte do Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE) e contou com a adesão das 27 unidades da federação. Os recursos do programa serão destinados a cada Estado e ao Distrito Federal para construção, reforma, ampliação de infraestrutura escolar e de recursos pedagógicos, além da formação de professores.

É bom ver que o Brasil está despertando para a necessidade de formação de técnicos. O noticiário indica que aumentará significativamente o número de escolas técnicas profissionalizantes, devendo crescer, paralelamente, o número de vagas disponibilizadas.

Além disso, é necessário lembrar que há uma participação marcante da iniciativa privada nessa área de atuação, mormente do sistema “S”, com suas respeitáveis instituições, SENAI, SENAC, SENAT e SENAR, respondendo pela profissionalização, respectivamente, nas áreas de indústria, comércio, transportes e rural.

São incontáveis os benefícios já proporcionados por essas instituições, principalmente para quem não pode prosseguir nos estudos até a conclusão do nível superior.

Reconhecendo a importância de suas participações na educação profissional, foi realizado um acordo do governo com o SESI, SENAI, SESC e SENAC, segundo o qual essas entidades devem aplicar dois terços de seus recursos advindos do imposto sobre a folha de pagamentos do trabalhador na oferta de cursos gratuitos. Essas entidades devem receber alunos das redes estaduais de nível médio, complementando a sua formação com a capacitação técnica e profissional.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil precisa de técnicos e, para preparar esses profissionais para o mercado de trabalho, deve-se dedicar uma atenção especial às escolas profissionalizantes.

Há 102 anos, foram criadas as primeiras desse gênero pelo Presidente Nilo Peçanha, mas as públicas nunca foram a menina dos olhos para o governo.

Então, resta-nos a esperança de que as políticas públicas contemplem essa área tão importante da educação, para que o Brasil venha a dispor de mão de obra técnica bem preparada. O resultado só pode ser a produção de mercadorias de maior qualidade, que redundará em maior aceitação e competitividade no mercado interno e externo.

Um país grande se faz com um povo que trabalha bem.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/ PMDB – PB) – Está encerrada a sessão e, de coração, agradecemos a todos.

(Levanta-se a Sessão às 13 horas e 12 minutos.)

Ata da 86ª Sessão, Não Deliberativa em 30 de maio de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Mozarildo Cavalcanti e Anibal Diniz.

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e encerra-se às 18 horas e 26 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu os seguintes expedientes de Ministros de Estado:

- **Aviso nº 37, de 23 de maio de 2011**, da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em resposta ao Requerimento nº 16, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias.
- **Ofício nº 43, de 23 de maio de 2011**, do Ministro de Estado das Comunicações, em resposta ao Requerimento nº 89, de 2011, de informações, do Senador Randolfe Rodrigues.
- **Ofício nº 346, de 24 de maio de 2011**, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, em resposta ao Requerimento nº 243, de 2011, de informações, do Senador Sérgio Petecão.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes. Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 295, DE 2011 (Complementar)

Altera a Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, para estabelecer percentual de vagas destinadas ao preenchimento por mulheres nas eleições proporcionais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, passa a vigorar acrescida dos seguinte artigo:

“Art. 3ºA. Observado o disposto nos artigos 2º e 3º desta Lei Complementar, a representação dos Estados, do Distrito Federal e do Território Federal terá cinquenta por cento das vagas reservadas para preenchimento por mulheres.

§1º Para o cálculo do percentual de que trata o caput deste artigo, o Tribunal Superior Eleitoral desprezará a fração, se inferior a meio, e igualará a um, se igual ou superior.

§2º Será reservado o mesmo percentual de vagas estabelecido no caput deste artigo, a ser preenchido por mulheres, na representação das Assembléias Legislativas Estaduais, Câmara Legislativa do Distrito Federal e das Câmaras Municipais, observado o critério de cálculo de que trata o seu §1º.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A disparidade entre os sexos na composição dos Legislativos brasileiros revela que dificilmente o equilíbrio político entre homens e mulheres será alcançado naturalmente, demandando, portanto, a adoção de medidas afirmativas.

A título de exemplificação, verificamos que nas eleições para Deputado Federal de 2010 foram eleitas apenas 45 mulheres, o que representa menos de 9% da composição da Câmara dos Deputados.

Conforme dados da Inter-Parliamentary Union, em um ranking de 188 países, o Brasil passou a ocupar em 2011 a 108ª posição, numa escala decrescente de participação feminina na Câmara dos Deputados, atrás da maioria dos países da América do Sul, como a Argentina, Peru, Suriname, Venezuela, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

Para corrigir a distorção na representação feminina nos parlamentos, oferecemos o presente projeto de lei complementar, que fixa o percentual mínimo de cinquenta por cento na representação da Câmara dos Deputados, das Assembléias Legislativas Estaduais,

da Câmara Legislativa do Distrito Federal e das Câmaras Municipais.

Nos termos da presente proposta, no cálculo do referido percentual o Tribunal Superior Eleitoral deverá desprezar a fração, se o resultado for inferior a meio, e igualar a um, se igual ou superior.

A aprovação da presente proposta representa um passo fundamental em direção ao aperfeiçoamento da representação política feminina no Brasil, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres pares. – Senadora **Gleisi Hoffmann**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 78 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1993

Disciplina a fixação do número de Deputados, nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Proporcional à população dos Estados e do Distrito Federal, o número de deputados federais não ultrapassará quinhentos e treze representantes, fornecida, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano anterior às eleições, a atualização estatística demográfica das unidades da Federação.

Parágrafo único. Feitos os cálculos da representação dos Estados e do Distrito Federal, o Tribunal Superior Eleitoral fornecerá aos Tribunais Regionais Eleitorais e aos partidos políticos o número de vagas a serem disputadas.

Art. 2º Nenhum dos Estados membros da Federação terá menos de oito deputados federais.

Parágrafo único. Cada Território Federal será representado por quatro deputados federais.

Art. 3º O Estado mais populoso será representado por setenta deputados federais.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 605, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2011, com o Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2008, por versarem sobre a mesma matéria. – Senador **Alvaro Dias**.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 606, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto da Proposta de Emenda Constitucional nº 3, de 2011, que acrescenta incisos ao artigo 17 da Constituição Federal para prever a realização de eleições internas diretas nos partidos políticos para a escolha de candidatos aos cargos eletivos, com a Proposta de Emenda Constitucional nº 43, de 2011, que altera o artigo 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral proporcional de listas pré-ordenadas para eleições na Câmara dos Deputados, por versarem sobre matérias correlatas.

Justificação

Ambas as proposições possuem finalidade precípua similar, qual seja a de regular o processo eleitoral de escolha de representantes em lista confeccionada pelos partidos políticos.

Dessa forma, solicito seja a PEC nº 43/2011 apensada à PEC nº 23/2011, passando a acompanhar a tramitação desta última por ser esta a mais antiga e mais abrangente. – Senador **Eduardo Suplicy**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 607, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2011, com o Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2011, por versarem sobre a mesma matéria. – Senador **Alvaro Dias**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 268/11 — CDH

Brasília, 25 de maio de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, comunico a Vossa Excelência a instalação da Subcomissão Temporária de Erradica-

ção da Miséria e Redução da Pobreza, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, em reunião ocorrida no dia 18 de maio de 2011.

Na reunião supracitada, foram eleitos para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão os Excelentíssimos Senhores Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente.

A Subcomissão, composta por cinco titulares e cinco suplentes, passou a ter a seguinte formação:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC do B/PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	Ângela Portela (PT/RR)
Wellington Dias (PT/PI)	Gleisi Hoffman (PT/PR)
Bloco parlamentar (PV/PMDB/PP/PMN/PSC)	
Sérgio Petecão (PMN/AC)	Eduardo Amorim (PSC/SE)
Paulo Davim (PV/RN)	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Cyro Miranda (PSDB/GO)	Cristovam Buarque (PDT/DF)

Aproveito a oportunidade para professar minha estima e consideração.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Of. nº 269/11 – CDH

Brasília, 25 de maio de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, comunico a Vossa Excelência a instalação da Subcomissão Permanente da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, em reunião ocorrida no dia 19 de maio de 2011.

Na reunião supracitada, foram eleitos para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão os Excelentíssimos Senhores Senadores Marinor Brito e Marcelo Crivella, respectivamente.

A Subcomissão, composta por cinco titulares e cinco suplentes, passou a ter a seguinte formação:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC do B/PRB)	
Marinor Brito (PSOL/PA)	Ana Rita (PT/ES)
Marcelo Crivella (PRB/RJ)	Lídice da Mata (PSB/BA)
Bloco parlamentar (PV/PMDB/PP/PMN/PSC)	
Eduardo Amorim (PSC/SE)	Garibaldi Alves (PMDB/RN)
Paulo Davim (PV/RN)	Wilson Santiago (PMDB/PB)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Ataídes Oliveira (PSDB/TO)	Cyro Miranda (PSDB/GO)

Aproveito a oportunidade para professar minha estima e consideração.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à Publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 159, de 2011**, na origem, da Senhora Presidente da República, que comunica sua ausência do País, no dia 30 de maio, em viagem oficial ao Uruguai.

A referida matéria foi anexada ao processado da Mensagem nº 37, de 2011.

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM Nº 159, DE 2011, NA ORIGEM

Senhores Membros do Senado Federal,
Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no dia 30 de maio de 2011, em viagem oficial ao Uruguai.

Brasília, 26 de maio de 2011. – **Dilma Rousseff**.

Aviso nº 221 - C. Civil.

Brasília, 26 de maio de 2011.

Assunto: Viagem presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidente da República comunica que se ausentará do País no dia 30 de maio de 2011, em viagem oficial ao Uruguai.

Atenciosamente, – **Antonio Palocci**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 351, DE 2011

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2008, da Senadora Lúcia Vânia, que acrescenta parágrafos ao art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder prioridade nos procedimentos judiciais trabalhistas aos trabalhadores desempregados, com mais de cinquenta anos, e dá outras providências.

RELATORA: Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2008, que tem por finalidade determinar trâmite prioritário, desde que requerido pelo interessado, dos processos e procedimentos judiciais trabalhistas, inclusive na execução de atos e diligências judiciais, em que atue como parte empregado com idade igual ou superior a cinquenta anos de idade, em situação de desemprego devidamente comprovada.

Para tanto, prevê que, ao se conceder a vantagem a esses trabalhadores, respeitar-se-á a preferência já estabelecida pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que assegura às pessoas, com idade igual ou superior a sessenta anos de idade, prioridade na tramitação de todos os processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figurem como partes.

O projeto propõe ainda que a vantagem atribuída a esses trabalhadores não cesse com sua morte e que se estenda em favor de seus sucessores.

Ao justificar sua iniciativa, o autor alega:

A Justiça do Trabalho é sabidamente orientada por princípios sociais e doutrinas mais ajustadas à análise das lides que tenham impactos sobre os interesses de toda a sociedade. Sua função social é inegável. Por essa razão, deve ser ainda mais sensível às condições sociais dos empregados em litígio com seus empregadores. No mais das vezes, o trabalhador não tem condições de esperar indefinidamente por um resultado judicial, mormente se chegou aos cinquenta anos, com as dificuldades naturais de recolocação daí decorrentes, e se encontra desempregado.

Ao projeto, até o momento, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 58, § 2º, inciso I da Constituição Federal, c/c o art. 90, inciso I e com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar o presente projeto de lei..

Inicialmente, não encontramos óbices em relação à constitucionalidade da proposta, vez que seu conteúdo material está incluído no dispositivo relativo à competência legislativa privativa, qual seja, o art. 22 da Constituição Federal, especificamente em seu inciso I. Também foram observadas as normas relativas à iniciativa legislativa, previstas no art. 61 da Constituição da República, estando, dessa forma, apta para entrar em nosso ordenamento jurídico.

Nossa Constituição (art. 5º, XXXV) garante a todo cidadão o direito de provocar e obter o pronunciamento do Poder Judiciário sobre qualquer direito do qual se julgue titular.

A garantia de acesso à Justiça, contudo, não se restringe à simples demanda do juízo. Do Estado, o cidadão deve receber a assistência jurisdicional de forma justa como lhe é assegurada constitucionalmente.

Hoje, infelizmente, a prestação jurisdicional, de forma efetiva, continua enfrentando uma série de obstáculos. Dentre eles, a longa duração do processo constitui, sem dúvida alguma, uma grande barreira à celeridade processual.

Essa demora se torna prejudicial, com muito mais intensidade, para o trabalhador com mais de cinquenta anos de idade e em situação de desemprego involuntário que não tem como suportar, por longo tempo, a demora no desfecho de um processo na Justiça, tendo em vista sua dificuldade natural, decorrente de sua idade, em encontrar uma nova ocupação para buscar o sustento próprio e o de sua família.

Nesse contexto, é meritório o tratamento diferenciado que a proposição dispensa a esses trabalhadores que, obviamente, se encontram em situação jurídica distinta dos demais. Em verdade, longe de criar um privilégio, o projeto está a refletir a sensibilidade que o legislador deve ter em relação a esses trabalhadores, que, por força da idade, estão em condições menos favoráveis que os mais jovens.

III – VOTO

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2008.

Sala da Comissão, 25 de maio de 2011.

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente



, Relatora

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Projeto de Lei do Senado nº 88 de 2008	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 25 / 05 / 2011 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDÊNCIA: SENADOR JAYME CAMPOS	
RELATORIA: Senadora Vanessa Grazziotin	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
PAULO PAIM (PT)	1- EDUARDO SUPLICY (PT)
ÂNGELA PORTELA (PT)	2- MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	3- JOÃO PEDRO (PT)
WELLINGTON DIAS (PT)	4- ANA RITA (PT)
VICENTINHO ALVES (PR)	5- LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO DURVAL (PDT)	6- CLÉSIO ANDRADE (PR)
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) ^{RELATORA}	8- LÍDICE DA MATA (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
WALDEMIR MOKA (PMDB)	1- VITAL DO RÊGO (PMDB)
PAULO DAVIM (PV)	2- PEDRO SIMON (PMDB)
ROMERO JUCÁ (PMDB)	3- LOBÃO FILHO (PMDB)
CASILDO MALDANER (PMDB)	4- EDUARDO BRAGA (PMDB)
RICARDO FERRAÇO (PMDB)	5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
EDUARDO AMORIM (PSC)	6- SÉRGIO PETECÃO (PMN)
ANA AMÉLIA (PP)	7- BENEDITO DE LIRA (PP)
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
CÍCERO LUCENA (PSDB)	1- AÉCIO NEVES (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	2- CYRO MIRANDA (PSDB)
MARISA SERRANO (PSDB)	3- PAULO BAUER (PSDB)
JAYME CAMPOS (DEM) ^{PRESIDENTE}	4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
MOZARILDO CAVALCANTE	1- ARMANDO MONTEIRO
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2- GIM ARGELLO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO - Projeto de Lei do Senado nº 88 de 2008

TITULARES					SUPLENTE				
	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)									
PAULO PAIM (PT)	X				1- EDUARDO SUPLYCY (PT)				
ÂNGELA PORTELA (PT)	X				2- MARTA SUPLYCY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					3- JOÃO PEDRO (PT)				
WELLINGTON DIAS (PT)					4- ANA RITA (PT)				
VICENTINHO ALVES (PR)					5- LINDBERGH FARIAS (PT)				
JOÃO DURAL (PDT)					6- CLÉSIO ANDRADE (PR)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	X				7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) RELATORA	X				8- LÍDICE DA MATA (PSB)				
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)	X				1- VITAL DO RÊGO (PMDB)				
PAULO DAVIM (PV)					2- PEDRO SIMON (PMDB)				
ROMERO JUCÁ (PMDB)					3- LOBÃO FILHO (PMDB)				
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				4- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
RICARDO FERRAÇO (PMDB)					5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)				
EDUARDO AMORIM (PSC)					6- SÉRGIO PETECÃO (PMN)				
ANA AMÉLIA (PP)	X				7- BENEDITO DE LIRA (PP)				
Bloco Parlamentar Minoría (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoría(PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)					1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					2- CYRO MIRANDA (PSDB)	X			
MARISA SERRANO (PSDB)	X				3- PAULO BAUER (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM) RESIDENTE					4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI	X				1- ARMANDO MONTEIRO				
JOÃO VICENTE CLAUDINO					2- GIM ARGELLO				

TOTAL: 14 SIM: 10 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES EM 15/05/2011.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 18/05/2011

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988****TÍTULO II****Dos Direitos e Garantias Fundamentais****CAPÍTULO I****DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

TÍTULO III**Da Organização do Estado****CAPÍTULO II****DA UNIÃO**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

TÍTULO IV**Da Organização dos Poderes****CAPÍTULO I****DO PODER LEGISLATIVO****Seção VII****DAS COMISSÕES**

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 2º - às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

Seção VIII**DO PROCESSO LEGISLATIVO****Subseção III****Das Leis**

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.

Mensagem de veto

Vigência

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

Ofício nº 42/2011-PRS/CAS

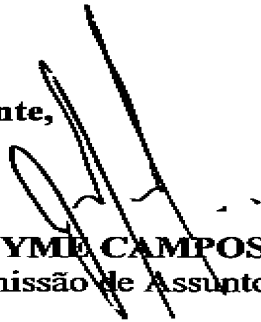
Brasília, 25 de maio de 2011

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2008 que *Acrésceta parágrafos ao art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder prioridade nos procedimentos judiciais trabalhistas aos trabalhadores desempregados, com mais de cinquenta anos, e dá outras providências, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.*

Cordialmente,



Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **LEOMAR QUINTANILHA**

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2008, que tem por finalidade determinar trâmite prioritário, desde que requerido pelo interessado, dos processos e procedimentos judiciais trabalhistas, inclusive na execução de atos e diligências judiciais, em que atue como parte empregado com idade igual ou superior a cinquenta anos de idade, em situação de desemprego devidamente comprovada.

Para tanto, prevê que, ao se conceder a vantagem a esses trabalhadores, respeitar-se-á a preferência já estabelecida pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que assegura às pessoas, com idade igual ou

superior a sessenta anos de idade, prioridade na tramitação de todos os processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figurem como partes.

O projeto propõe ainda que a vantagem atribuída a esses trabalhadores não cesse com sua morte e que se estenda em favor de seus sucessores.

Ao justificar sua iniciativa, o autor alega:

A Justiça do Trabalho é sabidamente orientada por princípios sociais e doutrinas mais ajustadas à análise das lides que tenham impactos sobre os interesses de toda a sociedade. Sua função social é inegável. Por essa razão, deve ser ainda mais sensível às condições sociais dos empregados em litígio com seus empregadores. No mais das vezes, o trabalhador não tem condições de esperar indefinidamente por um resultado judicial, mormente se chegou aos cinquenta anos, com as dificuldades naturais de recolocação daí decorrentes, e se encontra desempregado.

Ao projeto, até o momento, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 58, §2º, inciso I da Constituição Federal, c/c o art. 90, inciso I e com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar o presente projeto de lei..

Inicialmente, não encontramos óbices em relação à constitucionalidade da proposta, vez que seu conteúdo material está incluído no dispositivo relativo à competência legislativa privativa, qual seja, o art. 22 da Constituição Federal, especificamente em seu inciso I. Também foram observadas as normas relativas à iniciativa legislativa, previstas no art. 61 da Constituição da República, estando, dessa forma, apta para entrar em nosso ordenamento jurídico.

Nossa Constituição (art. 5º, XXXV) garante a todo cidadão o direito de provocar e obter o pronunciamento do Poder Judiciário sobre qualquer direito do qual se julgue titular.

A garantia de acesso à Justiça, contudo, não se restringe à simples demanda do juízo. Do Estado, o cidadão deve receber a assistência jurisdicional de forma justa como lhe é assegurada constitucionalmente.

Hoje, infelizmente, a prestação jurisdicional, de forma efetiva, continua enfrentando uma série de obstáculos. Dentre eles, a longa duração do processo constitui, sem dúvida alguma, uma grande barreira à celeridade processual.

Essa demora se torna prejudicial, com muito mais intensidade, para o trabalhador com mais de cinquenta anos de idade e em situação de desemprego involuntário que não tem como suportar, por longo tempo, a demora no desfecho de um processo na Justiça, tendo em vista sua dificuldade natural, decorrente de sua idade, em encontrar uma nova ocupação para buscar o sustento próprio e o de sua família.

Nesse contexto, é meritório o tratamento diferenciado que a proposição dispensa a esses trabalhadores que, obviamente, se encontram em situação jurídica distinta dos demais. Em verdade, longe de criar um privilégio, o projeto está a refletir a sensibilidade que o legislador deve ter em relação a esses trabalhadores, que, por força da idade, estão em condições menos favoráveis que os mais jovens.

III – VOTO

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2008.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **EXPEDITO JÚNIOR**

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2008, que tem por finalidade determinar trâmite prioritário, desde que requerido pelo interessado, dos processos e procedimentos judiciais trabalhistas, inclusive na execução de atos e diligências judiciais, em que atue como parte empregado com idade igual ou superior a cinquenta anos de idade, em situação de desemprego devidamente comprovada.

Para tanto, a proposição prevê que, ao se conceder a vantagem a esses trabalhadores, respeitar-se-á a preferência já estabelecida pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que assegura às pessoas, com idade igual ou superior a sessenta anos de idade, prioridade na tramitação de todos os processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figurem como partes.

O projeto propõe ainda que a vantagem atribuída a esses trabalhadores não cessa com sua morte e se estende em favor de seus sucessores.

Ao justificar sua iniciativa, a autora alega:

A Justiça do Trabalho é sabidamente orientada por princípios sociais e doutrinas mais ajustadas à análise das lides que tenham impactos sobre os interesses de toda a sociedade. Sua função social é inegável. Por essa razão, deve ser ainda mais sensível às condições sociais dos empregados em litígio com seus empregadores. No mais das vezes, o trabalhador não tem condições de esperar indefinidamente por um resultado judicial, mormente se chegou aos cinquenta anos, com as dificuldades naturais de recolocação daí decorrentes, e se encontra desempregado.

Ao projeto, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei no que tange aos aspectos que envolvem as relações de trabalho, presentes nos dispositivos da proposição.

Inicialmente, não encontramos óbices em relação à constitucionalidade da proposta, vez que seu conteúdo material está incluído no dispositivo relativo à competência legislativa privativa, qual seja, o art. 22 da Constituição Federal, especificamente em seu inciso I. Também foram observadas as normas relativas à iniciativa legislativa, previstas no art. 61 da Constituição da República, estando, dessa forma, apta para entrar em nosso ordenamento jurídico.

Nossa Constituição (art. 5º, XXXV) assegura a todo cidadão o direito de provocar e obter o pronunciamento do Poder Judiciário sobre qualquer direito do qual se julgue titular.

Essa garantia de acesso à Justiça, no entanto, não se restringe à simples demanda do juízo. Do Estado, o cidadão deve receber a assistência jurisdicional de forma adequada e justa como lhe é garantida constitucionalmente.

Hoje, infelizmente, a prestação jurisdicional, de forma efetiva, continua enfrentando uma série de obstáculos. Dentre eles, a longa duração do processo constitui, sem dúvida alguma, uma grande barreira à satisfação efetiva da prestação jurisdicional.

Essa demora se torna prejudicial, com muito mais intensidade, para o trabalhador com mais de cinquenta anos de idade e em situação de desemprego involuntário que não tem como suportar, por longo tempo, a demora no desfecho

de um processo na Justiça, tendo em vista sua dificuldade natural, decorrente de sua idade, de encontrar uma nova ocupação para buscar o sustento próprio e o de sua família.

Nesse contexto, é meritório o tratamento diferenciado que a proposição dispensa a esses trabalhadores que, obviamente, se encontram em situação jurídica distinta dos demais. Em verdade, longe de criar um privilégio, o projeto está a refletir a sensibilidade que o legislador deve ter em relação a esses trabalhadores, que, por força da idade, estão em condições menos favoráveis que os mais jovens para encontrar um novo posto de trabalho.

Finalmente, com o intuito de aperfeiçoar o presente projeto, propomos, ao final, duas emendas: a primeira, para modificar a expressão “em situação de desemprego devidamente comprovada” – presente, *in fine*, do § 4º que se pretende introduzir ao art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho –, para “em situação de desemprego involuntário devidamente comprovada”, a fim de caracterizar de maneira mais precisa a situação de desemprego.

A segunda emenda tem como objetivo prever a situação em que o desempregado, que tenha sido admitido em novo emprego, deixa de fazer jus à prioridade na tramitação dos processos e na execução de atos e diligências judiciais. Nesse caso, o trabalhador deverá comunicar à autoridade judicial sua nova situação, sob pena de incorrer no disposto nos arts. 17 e 18 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), que tratam da litigância de má-fé e da multa a ser imposta ao litigante de má-fé, respectivamente, pois quando se provoca uma atuação do Estado, fora dos limites de composição do pleito judicial, significa agir deslealmente e de má-fé.

III – VOTO

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2008, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CAS

Dê-se ao § 4º do art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho, na forma que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 643.
.....

§ 4º Respeitado o disposto no art. 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, tramitarão, prioritariamente, mediante requerimento do interessado, os processos e procedimentos judiciais trabalhistas, inclusive na execução de atos e diligências judiciais, em que figure como parte empregado com idade igual ou superior a cinquenta anos, em situação de desemprego involuntário devidamente comprovada.

.....” (NR)

EMENDA Nº - CAS

Inclua-se no art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho, na forma que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2008, os seguintes §§6º e 7:

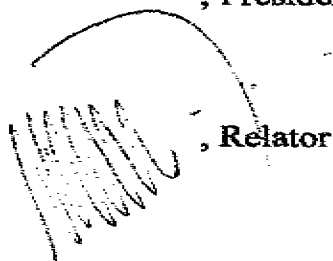
“Art. 643.

§ 6º Se no curso da ação, o trabalhador beneficiado pela prioridade, de que trata o § 4º, for admitido em novo emprego, ele comunicará, de imediato, o fato à autoridade judiciária, que determinará a cessação dessa prioridade e as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância nos autos do processo.

§ 7º A falta da comunicação à autoridade judiciária, pelo trabalhador, da admissão em novo emprego, caracteriza má-fé, sujeitando-o ao que prescreve o art. 18 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.” (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **HERÁCLITO FORTES**

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 88, de 2008, que tem por finalidade determinar trâmite prioritário, desde que requerido pelo interessado, dos processos e procedimentos judiciais trabalhistas, inclusive na execução de atos e diligências judiciais, em que atue como parte empregado com idade igual ou superior a cinquenta anos de idade, em situação de desemprego devidamente comprovada.

Para tanto, a proposição prevê que, ao se conceder a vantagem a esses trabalhadores, respeitar-se-á a preferência já estabelecida pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que assegura às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos de idade, prioridade na tramitação de todos os processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figurem como partes.

O projeto propõe ainda que a vantagem atribuída a esses trabalhadores não cessa com sua morte e se estende em favor de seus sucessores.

Ao justificar sua iniciativa, a autora alega:

A Justiça do Trabalho é sabidamente orientada por princípios sociais e doutrinas mais ajustadas à análise das lides que tenham impactos sobre os interesses de toda a sociedade. Sua função social é inegável. Por essa razão, deve ser ainda mais sensível às condições sociais dos empregados em litígio com seus empregadores. No mais das vezes, o trabalhador não tem condições de esperar indefinidamente por um resultado judicial, mormente se chegou aos cinquenta anos, com as dificuldades naturais de recolocação daí decorrentes, e se encontra desempregado.

Ao projeto, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei no que tange aos aspectos que envolvem as relações de trabalho, presentes nos dispositivos da proposição.

Não encontramos óbices em relação à constitucionalidade da proposta, vez que seu conteúdo material está incluído no dispositivo relativo à competência legislativa privativa, qual seja, o art. 22 da Constituição Federal, especificamente em seu inciso I. Também foram observadas as normas relativas à iniciativa legislativa, previstas no art. 61 da Constituição da República, estando, dessa forma, apta para entrar em nosso ordenamento jurídico.

A demora na prestação jurisdicional tem favorecido um clima de total insatisfação e angústia nos mais diversificados segmentos da sociedade, que, invariavelmente, se traduz em perene fonte de frustração e desesperança.

Muito se tem discutido sobre a necessidade da aplicação do direito fundamental à razoável duração do processo, em decorrência do disposto no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal: *...a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.*

Este dispositivo estabelece de maneira cabal a pronta entrega da prestação jurisdicional, ao assegurar a todo cidadão a razoabilidade da duração do processo e a celeridade processual. Como isso, geralmente, não acontece, a lentidão dos processos, a morosidade da Justiça e a ineficácia de muitos provimentos judiciais deixam os jurisdicionados descrentes do Poder Judiciário e, o que é pior, sem a reparação dos danos causados por essa morosidade.

A demora processual, no entanto, está atrelada ao crescente número de ações, escassez de recursos humanos e financeiros e à ineficiente organização judiciária.

O fenômeno da lentidão da Justiça não só é brasileiro e, de acordo com pesquisas, no Chile, Itália, Estados Unidos, Espanha, Inglaterra, Alemanha, Portugal, entre outros países, há uma insatisfação da população com o Poder Judiciário e, quase sempre, a demora na finalização dos processos é uma das maiores causas desse descontentamento.

Não há dúvida que, além dos prejuízos individuais, a demora causa também danos à coletividade, por desencorajar outras pessoas a pleitear seus direitos em Juízo, comprometendo a própria credibilidade das instituições judiciárias.

A preocupação com a duração razoável dos processos ultrapassou os limites teóricos do Direito Processual e passou a fazer parte de textos legislativos e constitucionais, além de tratados internacionais.

Exemplo disso é o Estatuto do Idoso que, no art. 71, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, concede prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos, em qualquer instância. Mais recentemente, com o advento da Lei nº 12.008, de 29 de julho de 2009, reitera-se a mesma prioridade para as pessoas com 60 anos ou mais de idade e para as pessoas portadoras de doença grave (tuberculose ativa, neoplasia maligna, hanseníase, cardiopatia grave, mal de Parkinson entre outras).

Nessa mesma linha, temos o PLS nº 88, de 2008, que determina tratamento prioritário, no âmbito da Justiça do Trabalho, ao trabalhador que contar com cinquenta anos ou mais, em situação de desemprego involuntário, pois ao atingir essa idade – segundo sua autora, Senadora Lúcia Vânia – ele não pode esperar indefinidamente pela solução de sua demanda, sujeito que está, às dificuldades naturais de recolocação, se desempregado.

Infelizmente, o simples fato de se priorizar o trâmite de um processo em que figure como parte pessoa com idade igual ou maior de cinquenta anos não será garantia de efetividade jurisdicional. Isso porque não há previsão de limitação do uso indiscriminado de recursos, que permite que os litígios se arrastem na Justiça. Em segundo lugar, porque a Fazenda Pública continuará tendo de

inúmeras prerrogativas processuais (prazos para recorrer em dobro, contestar em quádruplo etc.).

A par desses aspectos, acompanhando o movimento da população, o mercado de trabalho está ficando cada vez mais envelhecido, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgados em setembro deste ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O estudo mostra que os trabalhadores com mais de 50 anos de idade representaram, em 2008, 20,3% do total da população ocupada, o que significava um contingente de 18,7 milhões de pessoas. Em 2007, essa parcela de trabalhadores correspondia a 19,5% da totalidade, ou 17,4 milhões de pessoas. Mais ainda: o contingente de trabalhadores com mais de 50 anos sobe mais do que em qualquer outra faixa etária, segundo o coordenador de emprego e salário do IBGE.

Parte desses trabalhadores, se aprovado o PLS nº 88, de 2008, representam um contingente potencial que irá usufruir do tratamento diferenciado na tramitação dos processos pela Justiça do Trabalho e deverá colaborar ainda mais, paradoxalmente, para uma maior morosidade no andamento dos processos.

Segundo o *Relatório Anual do Conselho Nacional de Justiça*, de 2008, ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho, em 2007, cerca de 3,6 milhões de processos. Esse quantitativo somou-se aos processos já existentes de outros anos, que estavam contabilizados em três milhões de casos pendentes. Para atender a essa demanda, foram julgados mais de 3,5 milhões de processos, que correspondem, percentualmente, a 53,3% do total de processos que estavam em tramitação em 2007.

Nos últimos três anos, desde 2004, houve um aumento de 13% no número de processos em tramitação e sentenciados. A taxa de congestionamento da Justiça do Trabalho ficou em 46,7%, isto é, de cada 100 processos que estavam em tramitação, aproximadamente 53 conseguiram ser julgados. A maior taxa de congestionamento foi no 1º grau, fase de execução, igual a 63,4%. A fase de conhecimento do 1º grau, como esperado, obteve congestionamento de apenas 34,2%. O Tribunal Superior do Trabalho, de acordo com os dados informados, teve seu congestionamento igual a 62,5%. Não há dúvida que a grande quantidade de feitos afeta profundamente a capacidade da justiça trabalhista de processá-los com qualidade e eficiência.

Por isso, muitos sugerem que, para tornar realmente efetiva a prestação jurisdicional aos idosos e às pessoas portadoras de doença grave, deveria o sistema tratar esses autos de forma diferenciada, com outra pauta de audiências, de despachos, cumprimento de mandados, fila de publicação do edital etc, o que demandaria uma profunda alteração dos procedimentos processuais.

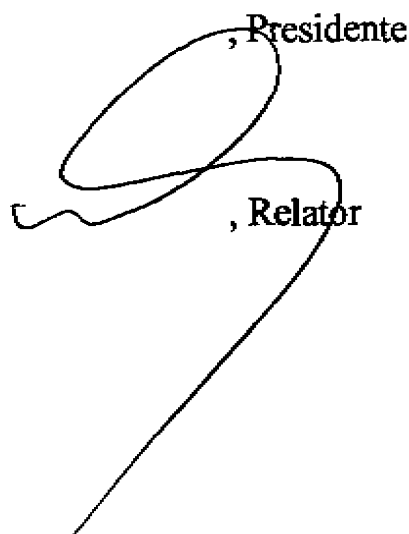
Em conclusão, a despeito da iniciativa em análise ser louvável e refletir a sensibilidade que o legislador deve ter em relação àqueles trabalhadores que, por força da idade, estão em condições menos favoráveis que os mais jovens para encontrar um novo posto de trabalho, o projeto, a nosso ver, é de duvidosa ou pouca efetividade.

III – VOTO

Pelas razões acima expostas, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2008.

Sala da Comissão,

, Presidente
, Relator



PARECER Nº 352, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 632, de 2010 (nº 2.128/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, celebrado em Hanói, no dia 10 de julho de 2008.

RELATOR: Senador JOÃO PEDRO

RELATOR “AD HOC: Senador ANÍBAL DINIZ

I – RELATÓRIO

Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a examinar o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 632, de 2010 (nº 2.128, de 2009, na origem), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, celebrado em Hanói, no dia 10 de julho de 2008.

Em atenção ao disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, combinado com seu art. 84, inciso VIII, o Presidente da República enviou às Casas Legislativas a Mensagem nº 81, de 18 de fevereiro de 2009, solicitando a apreciação da matéria.

A mensagem presidencial traz anexa Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

Trata-se de instrumento marco que contribuirá para elevar o patamar das relações Brasil-Vietnã, expandindo e fortalecendo os laços entre as comunidades científicas dos dois países por meio do estabelecimento de condições favoráveis para o desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica, em bases mutuamente benéficas e equitativas. No acordo, os dois países reconhecem a

importância da ciência, da tecnologia e da inovação para o desenvolvimento de suas economias e para a melhora dos padrões socioeconômicos de suas populações.

O tratado em apreço foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 11 de novembro de 2010, após passar pelo crivo das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, ele foi distribuído a esta Comissão em 29 de novembro de 2010. Não obstante o término da legislatura em que foi apresentada, a proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa desta Casa.

Decorrido o prazo regimental sem apresentação de emendas, a proposição foi distribuída à minha relatoria em 28 de abril de 2011.

II – ANÁLISE

O ato internacional em apreço tem 12 artigos. O documento objetiva disciplinar a cooperação científica e tecnológica entre os dois países. Nesse sentido, ele segue a estrutura comum a tratados dessa natureza. Os consideranda informam a convicção das Partes de que a matéria fortalecerá os laços de amizade e de entendimento mútuo e constituirá importante componente nas relações bilaterais.

O Acordo indica como principal coordenador de sua aplicação no Brasil, o Ministério da Ciência e Tecnologia. O texto estabelece, ainda, a cooperação mediante intercâmbio de delegações, realização de seminários e conferências, treinamento de cientistas, troca de informações científicas e concepção e implementação conjunta de programas e projetos.

O tratado institui, também, Comissão Conjunta de Cooperação em Ciência e Tecnologia que possui, entre suas atribuições, competência para identificar áreas prioritárias, fazer recomendações para criação de condições favoráveis à cooperação que se deseja, examinar o progresso das atividades relacionadas ao Acordo.

Outro aspecto relevante diz respeito à previsão de que as Partes promoverão o desenvolvimento e execução, em áreas de interesse mútuo, de programas, projetos ou outras formas de cooperação científica e tecnológica mediante a celebração de ajustes complementares. Esses ajustes, que serão coordenados por meio de canais diplomáticos, determinarão planos de trabalho, procedimentos, alocação de recursos financeiros e demais aspectos suplementares.

O documento contempla, por igual, a proteção de direitos de propriedade intelectual em conformidade com a legislação nacional e regulamentos das Partes, bem assim com acordos internacionais que vinculam ambos os países.

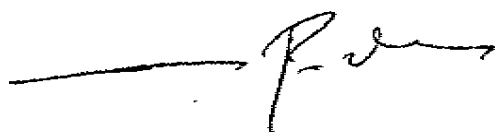
Cuida-se, portanto, de típico instrumento de cooperação com as cláusulas próprias a tratados dessa natureza.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 632, de 2010.

Sala da Comissão, 26 de maio de 2011.

, Presidente



, Relator

Augusto Diniz Relator
ad hoc

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF), Nº 632, DE 2010

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO ORDINÁRIA, DE 26/05/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>Fern</i>	
RELATOR AD HOC: SENADOR ANIBAL DINIZ	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT) <i>Anibal Diniz</i>	1 - DELCIDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPPLY (PT) <i>Eduardo Supply</i>	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT) <i>Gleisi Hoffmann</i>	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antônio Carlos Valadares</i>	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUILÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER Nº 353, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre Projeto de Decreto Legislativo nº 635, de 2010 (nº 2.402/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial Agropecuário nº 3, que protocoliza o Acordo de Constituição do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul ao amparo do Tratado de Montevidéu de 1980, assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, da República da Bolívia e da República do Chile, em Montevidéu, em 8 de agosto de 2006.

RELATOR: Senador LUIZ HENRIQUE

RELATOR “AD HOC”: Senador GIM ARGELLO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo em tela foi encaminhado ao crivo congressional por meio da Mensagem presidencial nº 669, de 5 de setembro de 2007, endereçada pelo Aviso nº 912 da Casa Civil, de mesma data, e acompanhado da Exposição de Motivos nº 00230, MRE, DAI/DIR/DPB/MRE-EAGR-XCOR-ALADI, de 13 de agosto de 2007, que explica as razões por que o ato internacional em apreço foi celebrado e historia sua negociação.

De acordo com a Exposição de Motivos, o ato internacional encontra-se ao amparo do tratado constitutivo do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o Tratado de Montevidéu, artigo 12, que prevê a possibilidade de instituição de acordos de alcance parcial agropecuários.

O Convênio Constitutivo do Conselho Agropecuário do Sul (CAS) e o Acordo de Constituição do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul (CVP), como órgão do Conselho, foram assinados no ano de 2003, porém apenas protocolizados ao amparo do Tratado de Montevidéu em 2006, em virtude da necessidade constatada de lhes assegurar indubitável caráter vinculante.

O Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial Agropecuário nº 3 é, assim, versado em um *consideranda* em seis itens, cinco cláusulas e disposições gerais e transitórias.

O primeiro *consideranda* destaca a importância do comércio regional de animais, produtos e subprodutos de origem animal. O segundo *consideranda* afirma que o Comitê atuará em coordenação com as diferentes instâncias nacionais de segurança sanitária e fitossanitária. O terceiro adverte que os excelentes níveis de controle da febre aftosa durante a década de 1990 na região podem ter inspirado certa invigilância nos sistemas de controle, que redundaram na reaparição de focos durante os anos de 2000 e 2002. O quarto *consideranda* desenvolve que a situação anteriormente descrita colocou em evidência a necessidade de fortalecer as instâncias de coordenação regional. O quinto explica a assinatura do convênio constitutivo do Conselho Agropecuário do Sul (CAS) como instrumento de diálogo, consulta, definição e concertação de “ações concernentes aos setores agropecuário, florestal e pesqueiro, à sanidade animal e vegetal, à inocuidade de alimentos, assim como às negociações internacionais sobre o comércio de produtos”. O último *consideranda* evoca os consensos alcançados na Primeira Reunião de Constituição do Comitê Veterinário Permanente dos Países do Cone Sul, ocorrida em Montevideu, Uruguai, em 10 e 11 de abril de 2003.

A primeira cláusula define o Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul como o órgão do Conselho Agropecuário do Sul responsável pela coordenação de ações e pelo incremento da capacidade regional de prevenir, controlar e evitar os impactos e riscos sanitários que afetam a produção e a comercialização de animais, produtos e subprodutos de origem animal na região.

A segunda cláusula dispõe que o Comitê será integrado pelas autoridades de maior hierarquia na área de sanidade animal dos ministérios dos países subscritores, investidos das faculdades decisórias nas áreas de competência do Comitê, que realizará sessões ordinárias com um intervalo máximo de 90 dias e, de forma extraordinária, por solicitação do presidente ou de pelo menos dois de seus membros. Em seguida, estabelece parâmetros sobre a escolha da presidência do Comitê e sua representação em caso de vacância, a regra do consenso para a adoção de suas decisões e a submissão das decisões ao Conselho naqueles temas nos quais não se logrou o consenso.

A cláusula terceira assenta as atribuições do Comitê: 1. analisar e propor soluções à legislação comum entre os países-membros que estiver causando inconvenientes ao comércio ou que for totalmente injustificada e se

refira à sanidade animal; inocuidade de produtos e subprodutos e derivados de origem animal de todas as espécies; e normas de importação e exportação entre países-membros e com terceiros; 2. elaborar projetos de normas sanitárias, por solicitação dos países-membros, para problemas sanitários emergentes; 3. coordenar as ações e estratégias dos países-membros, ante terceiros países ou bloco econômicos, para facilitar a comercialização de produtos pecuários da região, incluindo a abertura de novos mercados; 4. coordenar as ações dos países-membros perante os organismos multilaterais; 5. representar os interesses dos países da região, quando se considere apropriado; 6. identificar mecanismos de financiamento para atender as emergências que ocorreram em qualquer Estado-membro, ou para dar cumprimento às atribuições do Comitê, desenvolvendo gestões para a sua liberação; 7. convocar a constituição de equipes multiinstitucionais e multidisciplinares para atender a emergências sanitárias e vigilância epidemiológica da região. Para tal fim elaborará uma base de dados com os especialistas indicados por cada país-membro; 8. o Comitê elaborará um plano estratégico para assegurar a provisão de vacinas para aquelas enfermidades que considere de alta prioridade, a fim de manter estoques adequados de material biológico para casos de emergência sanitária; 9. diligenciar os recursos próprios necessários para o funcionamento do Comitê; 10. aprovar o Programa Orçamentário Anual, os regulamentos e normas de funcionamento do Comitê e da Secretaria Técnico-Administrativa, que serão por esta propostos; 11. designar o Secretário Técnico, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo próprio Comitê.

A Cláusula Quarta trata das atribuições do Presidente do Comitê Veterinário Permanente: 1. representar o organismo quando as circunstâncias o requeiram; 2. convocar para as sessões do Comitê, tanto as ordinárias como as extraordinárias; 3. elaborar a ordem do dia e dirigir o desenvolvimento das sessões; 4. encaminhar as inquietudes dos membros do Comitê e de organismos nacionais e internacionais; 5. assegurar o cumprimento das disposições comuns estabelecidas entre seus membros; 6. promover e difundir o valor da instituição que representa; 7. elevar as resoluções aprovadas ao Conselho Agropecuário do Sul, quando pertinente.

A Cláusula Quinta estabelece uma Secretaria Técnica-Administrativa Permanente e designa suas competências, dentre eles: apoio logístico, elaboração do orçamento anual, administração de recursos humanos, realização de tarefas de coordenação e assessoramento e apoio ao Presidente do Comitê nas gestões e negociações para obtenção de assistência técnica e financeira.

As disposições gerais e transitórias tratam da entrada em vigor do ato internacional em apreço, designa a Secretaria Técnico-Permanente do MERCOSUL como a depositária dos instrumentos de internalização do ato, versa sobre sua vigência e denúncia, sobre a apresentação de emendas ou cláusulas adicionais ao Convênio e sobre a solução de controvérsias que surjam na aplicação do convênio.

Na Câmara dos Deputados, o Convênio foi encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN), tendo sido os pareceres aprovados por unanimidade na CCJC e na CAPADR e aprovado por maioria na CREDN. Nesta Casa Parlamentar, foi encaminhado apenas a esta Comissão, até o momento.

II – ANÁLISE

A instituição do Comitê Veterinário Permanente do MERCOSUL é medida útil e conveniente não apenas para fortalecer os padrões regionais de fiscalização e vigilância sanitária e fitossanitária, mas para dotar o MERCOSUL de mecanismo que o auxilie, em cooperação com o Codex Alimentarius e o Escritório Internacional de Epizootias, entre outros organismos internacionais, a evitar que barreiras sanitárias e fitossanitárias favoreçam o protecionismo econômico disfarçado e o desvio de comércio.

No âmbito do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), em estatística grosseira, dos 419 casos postulados até o momento, 66 se referiram ao Acordo Agrícola e 37 se referiram ao Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias; dados que demonstram a vulnerabilidade das exportações agrícolas a expedientes desleais de comércio, em particular, as que tomam a forma de medidas sanitárias e fitossanitárias.

O Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, um dos acordos do sistema multilateral de comércio pactuados durante a Rodada Uruguai, da qual também resultou a criação da OMC, foi cuidadosamente construído a partir de difíceis negociações nas quais se sabia que, com a proibição de outros meios e métodos de proteção do comércio que não as tarifas aduaneiras, os países procurariam dissimular suas práticas protecionistas com motivações aparentemente legítimas das mais diversas naturezas. Como resultado desse alerta, logrou-se que o acordo multilateral temático fornecesse critérios justos e rigorosos para a aferição da legitimidade das medidas sanitárias e fitossanitárias.

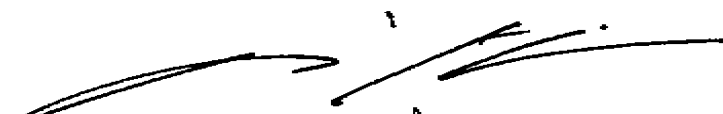
Todavia, a letra do acordo perdeu força a partir da jurisprudência do órgão de solução de controvérsias da OMC, o qual conferiu, desde o primeiro litígio levado à sua consideração no tocante ao Acordo— o contencioso sobre a carne bovina resultante do abate de gado tratado com hormônio de crescimento — leitura menos rigorosa aos seus termos. A jurisprudência da OMC retirou, em grande medida, a força dos organismos internacionais de padronização e da opinião científica dominante como balizas de aferição da legitimidade de medidas sanitárias e fitossanitárias e alargou, com isso, a margem de arbítrio dos Estados para a imposição de medidas dessa ordem. Nada obstante, os organismos internacionais de padronização seguem a ter relevância, ainda que mitigada, como elementos de respaldo, ou contestação, das barreiras técnicas em geral.

Os países do MERCOSUL são grandes exportadores de produtos agropecuários. Em particular, o Brasil se apresentou, em 2010, predominantemente como exportador de produtos básicos (resultados do extrativismo mineral ou vegetal, os quais não tiveram qualquer processamento) e semi-faturados (industrializados, mas não ainda prontos para o usuário final). Esses produtos são tradicionalmente vulneráveis a barreiras técnicas, seja pela incidência do Acordo Agrícola e do Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, seja por força do Acordo sobre Barreiras Não-Tarifárias, entre outros.

Tudo a demonstrar que a importância e a vocação do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul estão além daquelas afirmadas em seu acordo constitutivo.

III- VOTO

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 635, de 2010, por sua conveniência e oportunidade.




Sala das Sessões, 26 de maio de 2011.
, Presidente

, Relator

Relator ad hoc

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF), Nº 635, DE 2010

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO ORDINÁRIA, DE 26/05/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>FC</i>	
RELATOR AD HOC: SENADOR GIM ARGELLO	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT) <i>Anibal Diniz</i>	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i>	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT) <i>Gleisi Hoffmann</i>	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB) <i>Pedro Simon</i>	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP) <i>Francisco Dornelles</i>	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO <i>Gim Argello</i>	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B) <i>Inácio Arruda</i>
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES <i>Randolfe Rodrigues</i>	VAGO

PARECER Nº 354, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2011 (nº 568/2008, na Câmara dos Deputados), da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas dos Estados Partes do Mercosul, com a República da Bolívia e a República do Chile, assinado na Cidade de Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.

RELATORA: Senadora GLEISI HOFFMANN

I – RELATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima ementado. Por conseguinte, esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2011 (nº 568, de 2008, na origem).

Na Câmara dos Deputados, o acordo foi aprovado pelo Plenário em 10 de fevereiro de 2011, após passar pelo crivo da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que elaborou o projeto de decreto legislativo que o aprova, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 954, de 11 de dezembro de 2007, do Poder Executivo, que encaminha o texto do Acordo ao Congresso Nacional, bem como a Exposição de Motivos nº 278 (MRE DJ/CJ/DAÍ JUST BRAS - MSUL), de 28 de setembro de 2007, do Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores. O documento informa que o Acordo, composto de dezessete artigos, “foi firmado com o propósito de proporcionar às pessoas que se encontrem privadas de liberdade em razão de uma decisão judicial a possibilidade, por meio de cooperação e assistência jurídica mútua, de cumprirem a condenação em seu próprio meio social e familiar de origem”.

O documento registra, por igual, que o Acordo se inscreve “num contexto de ampla assistência, favorecendo a reinserção social das pessoas condenadas, que é um dos objetivos precípuos da pena, e refletindo a tendência contemporânea de respeito aos direitos humanos universalmente reconhecidos”.

O Artigo 1º apresenta as definições de termos e expressões a serem utilizados nos dispositivos seguintes do Acordo. O Artigo 2º estabelece princípios gerais que o regem e o Artigo 3º determina as condições para a sua aplicação, entre elas, que exista condenação imposta por sentença transitada em julgado; que o condenado dê seu consentimento expresso à transferência; que a ação ou omissão pela qual a pessoa tenha sido condenada seja também considerada delito no Estado recebedor; que a pessoa condenada seja nacional ou residente legal e permanente do Estado recebedor; que a condenação imposta não seja a pena de morte nem a prisão perpétua; que o tempo de pena a ser cumprido, no momento da solicitação da apresentação, seja de pelo menos um ano; que a sentença condenatória não seja contrária aos princípios da ordem pública do Estado recebedor; que tanto o estado sentenciador quanto o Estado recebedor aprovem a transferência.

O Artigo 4º dispõe sobre a obrigatoriedade de cada Estado Parte prestar informação, quanto ao conteúdo do Acordo, a toda pessoa condenada que possa beneficiar-se de sua aplicação. O Artigo 5º determina o procedimento para a transferência da pessoa condenada; os Artigos 6º e 7º enumeram as informações a serem prestadas pelo Estado sentenciador e apresentadas pelo Estado recebedor, respectivamente. Os Artigos 8º e 9º dispõem sobre a entrega da pessoa condenada e sobre a sua passagem pelo território de um terceiro Estado parte do Acordo.

O Artigo 10º determina os direitos da pessoa condenada transferida, vedando nova detenção, novo processo ou nova condenação no Estado recebedor pelos mesmos fatos que fundamentaram a condenação imposta no Estado sentenciador. Também estabelece que a condenação será cumprida conforme as leis e procedimentos do Estado recebedor, podendo, o Estado sentenciador conceder indulto, anistia, ou comutar a pena, medida que deverá ser imediatamente cumprida pelo Estado recebedor. O Estado recebedor poderá solicitar ao Estado sentenciador o indulto ou comutação da pena, mediante petição fundamentada. Por outro lado, a condenação não poderá ser aumentada ou prolongada pelo Estado recebedor. Finalmente, o Estado sentenciador poderá solicitar ao Estado recebedor informes sobre o cumprimento da pena da pessoa transferida.

O Artigo 11 atribui ao Estado sentenciador a jurisdição para a revisão das sentenças e o Artigo 12 prevê a designação, pelos Estados Partes, de Autoridades Centrais para o desempenho das funções nele previstas.

Os Artigos 13 e 14 versam sobre isenção de legalização das solicitações de transferência e sobre a tradução para o idioma do Estado Parte destinatário das solicitações de transferência e documentação.

O Artigo 15 permite a utilização de novas tecnologias para a comunicação entre as Autoridades Centrais dos Estados Partes.

Os Artigos seguintes contêm disposições finais sobre vigência, ratificação e depósito do instrumento de ratificação para entrada em vigor.

A matéria foi recebida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal em 16 de fevereiro de 2011 e distribuída a esta Relatora em 28 de abril de 2011, não havendo sido apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

II – ANÁLISE

O Acordo em apreço contempla matéria inserida nos domínios da cooperação jurídica internacional. Cuida-se, em derradeira análise, de cooperação que se dá com acentuado caráter humanitário ao permitir que o condenado cumpra pena em seu meio social e cultural. Nada mais justo, na medida em que a pena visa, também, à reinserção do sentenciado no convívio em sociedade.

Assim, os Estados membros da comunidade internacional deram início à negociação de tratados sobre transferência de pessoas condenadas, como maneira de possibilitar a reabilitação social de seus nacionais. No caso em análise, importa ressaltar que a Bolívia e o Chile são Estados Associados do Mercosul por força do disposto no Acordo de Complementação Econômica Nº 36 e no Acordo de Complementação Econômica Nº 35, respectivamente, razão pela qual a cooperação entre as Justiças destes países e dos Estados membros do Mercosul reveste-se de particular importância.

O texto acordado segue a linha de tratados celebrados pela República na mesma área temática, no âmbito bilateral, bem assim de atos internacionais de idêntica natureza celebrados por outras soberanias. Assim, a pessoa condenada deve ser nacional ou residente legal ou permanente do Estado recebedor (Artigo 2º) e não pode ser sujeita a novo procedimento criminal pelos mesmos fatos que fundamentaram a condenação imposta no Estado remetente (Artigo 10). Aspecto relevante em atos dessa natureza é a manifestação de vontade da pessoa a ser transferida (art. 3º, inciso 2).

Aspecto inovador diz respeito à possibilidade de a cooperação dar-se mediante a utilização de meios eletrônicos ou de qualquer outro que permita melhor e mais ágil comunicação entre as Partes (Artigo 15). Cuida-se de avanço importante que objetiva imprimir maior celeridade e afastar desnecessária carga burocrática para assuntos dessa natureza. A isenção de

legalização das solicitações de transferência prevista no Artigo 13, bem como dos documentos que as acompanhem e demais comunicações pertinentes tem por objetivo imprimir maior agilidade ao processo. Entretanto, é mantido o requisito de praxe referente à necessidade de tradução, para o idioma do Estado recebedor, das solicitações e de toda a documentação que as acompanhe. O Acordo disciplina, ainda, a obrigatoriedade de o Estado recebedor respeitar a natureza legal e a duração da pena, como determinado pelo Estado remetente (Artigo 10).

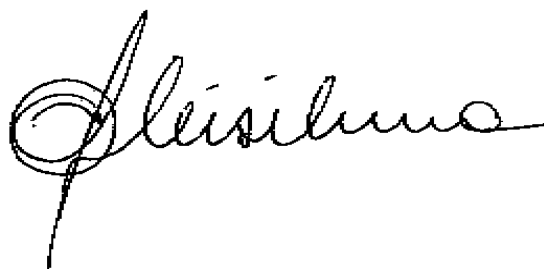
O Estado sentenciador conservará plena jurisdição para a revisão das sentenças proferidas por seus tribunais. Ao receber qualquer notificação de decisão a respeito, o Estado recebedor deverá adotar, imediatamente, as medidas correspondentes (Artigo 11).

III – VOTO

Por todo exposto, por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, especialmente à luz da participação do Brasil no processo de integração do Mercosul; por ser constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2011.

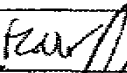
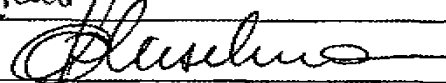
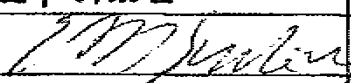
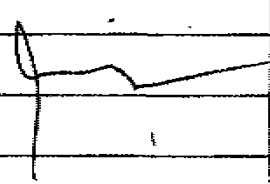
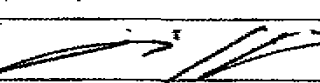
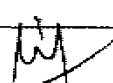
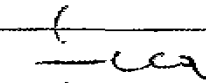
Sala da Comissão, 26 de maio de 2011.

Senador Fernando Collor, Presidente

 Relatora

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF), Nº 72, DE 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO ORDINÁRIA, DE 26/05/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR 	
RELATOR: SENADORA GLEISI HOFFMANN 	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT) 	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT) 	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB) 
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB) 	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB) 	4 - ROBERTO REQUILÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB) 	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP) 	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB) 	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIÑO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO 	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B) 
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES 	VAGO

PARECER Nº 355, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2011 (nº 2.827/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, no dia 22 de julho de 2009.

RELATOR: Senador BLAIRO MAGGI

RELATOR "AD HOC": Senador PAULO BAUER

I – RELATÓRIO

Em atenção ao disposto no inciso I do art. 49 da Constituição Federal, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar os atos internacionais, o Poder Executivo enviou às casas legislativas a Mensagem nº 927, de 16 de novembro de 2009, solicitando a apreciação do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Estado de Israel, celebrado em Brasília, em 22 de julho de 2009.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi aprovada em Plenário no dia 10 de fevereiro de 2011, na forma do Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado pela sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após confirmação das comissões de Constituição e Justiça e Cidadania e de Viação e Transportes.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no dia 17 de fevereiro de 2011, e ao Relator que subscreve no dia 28 de abril seguinte, após o prazo regimental, no qual não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Cuida-se de um acordo internacional bilateral sobre aviação, fulcrado principalmente em duas vertentes: estabelecer as bases para a ligação aérea regular entre Brasil e Israel e o tratamento das questões financeiras e trabalhistas incidentes, entre as quais as de compensação de dívidas tributárias incidentes nas operações, de conversão e remessa de receitas e de contratação de pessoal.

A negociação do Acordo visou a favorecer um maior intercâmbio entre Brasil e Israel, de forma a estreitar os laços bilaterais e promover um maior ordenamento dos serviços de transporte aéreo entre os dois países. O objetivo da Chancelaria brasileira tem sido, em múltiplas frentes, ordenar os serviços de transportes aéreos, de forma a trazer efeitos benéficos nos campos do comércio e turismo. A conclusão do Acordo, segundo o Itamaraty, deverá contribuir para a intensificação dos fluxos comerciais de cargas e passageiros com Israel, representando um passo adicional no esforço de adensamento das relações entre o Brasil e o Oriente Médio.

Nos termos do disposto no Acordo, as empresas aéreas designadas por cada uma das Partes deverão gozar dos direitos de (a) sobrevoar o território da outra Parte sem pousar; (b) fazer escalas no território da outra Parte para fins não comerciais; e (c) fazer escalas em pontos das rotas especificadas no Quadro de Rotas deste Acordo para embarcar ou desembarcar tráfego internacional de passageiros, bagagem, carga ou mala postal, separadamente ou em combinação.

As autoridades aeronáuticas de cada Parte terão o direito de negar as autorizações à empresa aérea designada pela outra Parte e de revogar, suspender ou impor condições a tais autorizações, temporária ou permanentemente, no caso em que: (a) elas não estejam convencidas de que a propriedade majoritária e controle efetivo pertençam à Parte que designou a empresa ou a seus nacionais ou (b) quando a Parte que designa a empresa não cumpra as disposições sobre segurança previstas no tratado.

Em relação a esse tópico, ressalte-se que o Acordo incorpora modernas disposições de segurança da aviação e de proteção ao meio ambiente, em plena consonância com as disposições da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

Nas tratativas mantidas com Israel foi possível lograr a inclusão de dispositivos de particular interesse para o país, à luz da política aerocomercial exterior traçada pelas autoridades aeronáuticas ao longo dos últimos anos.

Especificamente, além do regime de liberdade mencionado, destacam-se os seguintes pontos no Acordo:

- a) Artigo 3: institui o princípio da multidesignação de empresas pelas Partes, normalmente difícil de ser negociado, dado o receio existente quanto ao surgimento de quadro de desvantagem no tráfego multilateral;
- b) Artigo 8: incorpora o tema da segurança da aviação civil no Acordo conforme prescrição recorrente da OACI a todos seus Estados integrantes.
- c) Artigo 11: referente a direitos alfandegários, reflete os recentes entendimentos da Secretaria da Receita Federal a respeito do tratamento da questão fiscal em acordos aéreos; e
- d) Artigo 16: sobre conversão e remessas de receitas, também em linha com as recomendações do Banco Central para acordos do gênero.

A questão da remissão de débitos tributários por parte de empresas aéreas tem constituído tema recorrente nos encontros de alto nível para acordos de aviação e encontrou, por meio do presente Acordo, encaminhamento condizente com o dinamismo das relações econômico-comerciais bilaterais e com a necessidade de intensificação do intercâmbio turístico.

O tratado em apreço estabelece que, respeitado o princípio da reciprocidade, os pactuantes isentarão as empresas aéreas de direitos aduaneiros, emolumentos de inspeção e outros direitos ou impostos sobre aeronaves, combustíveis, e outros itens da atividade aeroviária, incluindo provisões de bordo.

No ato internacional são prescritas, por igual, as condições de conversão e remessa de lucros para o exterior pelas empresas aéreas, com isenção de encargos administrativos e cambiais, exceto os normalmente cobrados pelos bancos para sua execução.

O Acordo não implica concessão de benefícios fiscais ou tratamento tributário privilegiado em relação às concessões normais às demais empresas de transporte aéreo nacionais e internacionais, motivo pelo qual não conflita com as normas de finanças públicas em vigor.

Não obstante a previsão da múltipla designação de empresas áreas, as Partes não se olvidaram de assegurar igualdade de oportunidade e justiça para que as empresas aéreas designadas operem seus serviços nas rotas especificadas em igualdade de condições.

Por fim, é de se salientar que o presente acordo surge no mesmo momento em que se aprovou o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado de Israel, o que poderá multiplicar as trocas comerciais entre Brasil e aquele país, principalmente nos setores de tecnologia e inovação, além de elevar o trânsito de passageiros.

O Acordo, que está vazado em 29 Artigos e um Anexo sobre Quadro de Rotas, se aperfeiçoa com as cláusulas formais de praxe, que apresentam boa solução técnica, dentro dos cânones do direito internacional. Prevê sua vigência por prazo indeterminado, ressalvado o direito de renúncia, e estabelece a arbitragem como mecanismo para solução de eventuais controvérsias decorrentes do acordo, caso a negociação direta não seja bem sucedida.

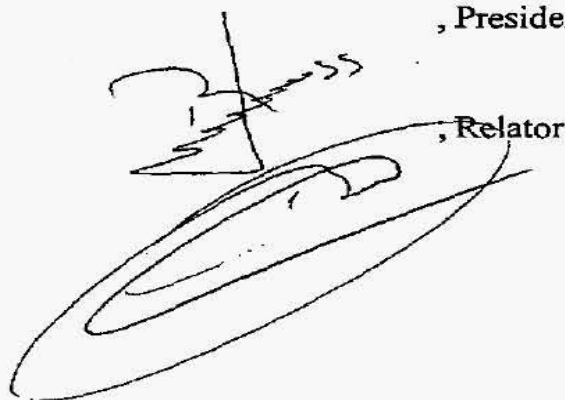
III – VOTO

Pelo exposto, e consoante a conveniência aos interesses nacionais deste acordo firmado pelo Governo brasileiro, opinamos pela aprovação do projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2011, nos termos da redação oriunda da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de maio de 2011.

, Presidente

, Relator

The image shows two handwritten signatures. The top signature is a stylized, somewhat abstract scribble. The bottom signature is a large, flowing, cursive signature that fills most of the space below the top one. Both signatures are in black ink.

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF), Nº 77, DE 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO ORDINÁRIA, DE 26/05/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>FC</i>	
RELATOR AD HOC: SENADOR PAULO BAUER	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANÍBAL DINIZ (PT) <i>Anibal Diniz</i>	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i>	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAÍRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUFF (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIÑO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER Nº 356, DE 2011

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS sobre o Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2011, do Senador Eunício Oliveira, que regulamenta a profissão de taxista e dá outras providências.

RELATORA: Senadora ANA AMÉLIA

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 42, de 2011, de autoria do Senador Eunício Oliveira, *que regulamenta a profissão de taxista e dá outras providências*.

Pretende-se, para tal objetivo, estabelecer em lei federal que a atividade profissional de taxista somente poderá ser exercida por aqueles que preencham a seguintes condições:

a) tenham habilitação para conduzir veículo automotor, em uma das categorias B, C, D ou E, assim definidas no art. 143, da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997;

b) tenham feito curso de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos, promovido por entidade reconhecida pelo respectivo órgão permissionário;

c) tenham atestada por autoridade policial local, o conhecimento da cidade ou da área de abrangência da sua sede de trabalho;

d) utilizem-se de veículo com as características exigidas pela autoridade de trânsito;

e) possuam a permissão dos órgãos competentes e de trânsito do seu domicílio profissional, ou alvará municipal, específicos para o exercício da profissão.

No art. 3º da proposição são fixadas como atribuições privativas dos profissionais taxistas, as seguintes:

a) utilizar-se de veículo automotor, próprio ou de terceiros, para o transporte de passageiros e de pequenas encomendas, mediante remuneração, para os locais determinados pela clientela;

b) conhecer bem a cidade onde trabalha, para sempre utilizar-se dos caminhos regulares ou alternativos, procurando sempre a melhor opção para o cumprimento de sua missão.

Estabelece, também, no art. 4º que o profissional taxista deve trabalhar em qualquer horário do dia ou da noite e:

a) trajar-se adequadamente;

- b) atender o cliente com educação;
- c) manter em boas condições de funcionamento e de limpeza o veículo do qual se utiliza para trabalhar;
- d) obedecer às leis de trânsito;
- e) respeitar o pedestre; e
- f) manter em seu veículo taxímetro sempre aferido pelo INMETRO/IPEM.

Para efeitos da lei de regulamentação profissional, o projeto classifica os taxistas da seguinte forma:

taxista permissionário, que é o motorista proprietário de um veículo, que possui permissão dos órgãos competentes e de trânsito de seu domicílio, como pessoa física;

taxista empregado, que é o motorista que trabalha em veículo de propriedade de empresa e que possui permissão dos órgãos competentes e de trânsito de sua sede;

taxista colaborador auxiliar, que é o motorista que possui autorização para exercer a atividade profissional, em consonância com as disposições estabelecidas na Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974;

Na hipótese de taxista empregado, o projeto de lei lhe assegura os seguintes direitos:

1. remuneração mínima mensal não inferior a 3 (três) salários mínimos;
2. comissão ajustada, não incluída no cálculo da remuneração mínima, incidente sobre os serviços realizados e nunca inferior a 3% (três por cento) do valor das tarifas auferidas durante o seu trabalho;
3. repouso semanal remunerado com, no mínimo 36 (trinta e seis) horas de duração;
4. em caso de compensação da jornada, repouso compensatório durante tempo equivalente ao dobro do período do período da jornada de trabalho em que ficar à disposição do empregador.

Por fim, autoriza a criação de Conselho Federal e Conselhos Regionais de Taxistas, nos termos do art. 58 e parágrafos, da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, e mantém todos os benefícios já alcançados para o exercício da profissão, notadamente quanto à sanção ou redução de impostos, tais como IPI, ICMS, e IPVA e eleva, para esses profissionais, o adicional de insalubridade para, respectivamente, 50%, 30% e 20%, segundo as condições de insalubridade se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

Ao justificar sua iniciativa, o eminente autor assevera que *a despeito da grande e universalmente reconhecida importância social dos taxistas, sua profissão não foi regulamentada até hoje e que o presente projeto de lei se propõe a colmatar essa lacuna, dotando a laboriosa e útil categoria dos condutores autônomos de veículos de passageiros de um estatuto jurídico, o que vem ao encontro de uma antiga reivindicação desses profissionais.*

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer em caráter terminativo sobre o presente projeto de lei.

Sob o ângulo constitucional encontramos óbice no que se refere ao disposto no art. 7º do projeto, quando autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Taxistas.

O projeto de lei ora *sub examine* está em conformidade com os pressupostos constitucionais que regem a elaboração de leis. A legislação sobre a matéria – pertencente ao campo do Direito do Trabalho – é atribuição do Congresso Nacional.

Em relação ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Taxistas, que a proposição pretende criar, vale lembrar que, de acordo com a doutrina e a jurisprudência dos tribunais, inclusive dos superiores e do Supremo Tribunal Federal, os conselhos profissionais são autarquias corporativas, espécies do gênero autarquia, cuja existência encontra fundamento no art. 22, XVI, da Constituição Federal. A criação de autarquias, pessoa jurídica de direito público, depende de lei específica, de acordo com o seu art. 37, XIX.

A iniciativa do processo legislativo, no caso, é privativa do Presidente da República, de acordo com o disposto no art. 61, § 1º, II, “e”, não sendo, portanto, admissível, para a matéria, iniciativa de parlamentar.

Como se sabe, a iniciativa reservada ocorre quando um mandamento constitucional comete a uma autoridade, privativa ou exclusivamente, o poder de provocar o processo legislativo sobre determinada matéria. Essa reserva nada menos é do que o reconhecimento constitucional de que somente essa determinada autoridade reúne todas as condições para avaliar a viabilidade, a conveniência e a oportunidade de instaurar o procedimento necessário para inovar o direito sobre determinado assunto.

É bem verdade que, ante tal restrição ao poder de iniciativa parlamentar em matéria administrativa do Presidente da República, no âmbito do Congresso Nacional, tem surgido, vez por outra, a indagação sobre a possibilidade de a falta de iniciativa da autoridade competente vir a ser sanada pela sanção do projeto pelo Presidente da República, com superação da inconstitucionalidade formal decorrente do vício de iniciativa.

Vale observar, todavia, que o vício da inconstitucionalidade quanto à iniciativa do processo legislativo é de tal gravidade que, ainda que se trate de matéria atinente ao Poder Executivo, nem mesmo a sanção do seu Chefe o supera, segundo posição dominante na doutrina e abraçada pelo Supremo Tribunal Federal, o qual, inclusive, dentro dessa nova linha, revogou sua Súmula nº 5, que decidia em sentido inverso.

O Supremo Tribunal Federal entendeu, por exemplo, ao julgar medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.070/94, que a sanção não tem o condão de superar a inconstitucionalidade por vício de iniciativa.

A propósito, a doutrina nacional tem-se manifestado reiteradamente contra essa “convalidação”. Como assinala o eminente mestre Pinto Ferreira (“Comentários à Constituição de 1988”, 3º volume, p. 263):

“A volição legislativa, do mesmo modo que a volição contratual, só se transforma em ato jurídico quando se reveste de forma legal, tanto de forma como de solenidade (...) Caso o ato legislativo não seja moldado segundo o paradigma legal, ele é inexistente como ato jurídico.”

Este tem sido também o entendimento do Supremo Tribunal Federal em diversos julgados sobre a matéria. (Vide ADIn 822-RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; ADIn 766 e 774, Rel. Min. Celso de Mello; ADIn 582-SP, Rel. Min. Néri da Silveira; ADIn 152-MG e 645-DF, Rel. Min. Ilmar Galvão.)

Em conclusão, a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Taxistas encerra vício de iniciativa insanável, razão pela qual somos obrigados a sugerir a supressão do artigo.

Também, e de igual forma, o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 5º ao estabelecer, como remuneração mínima do empregado taxista o valor de três salários mínimos incorre em flagrante inconstitucionalidade, na medida em que vincula remuneração ao salário mínimo, o que é vedado pelo art. 7º, inciso IV da Constituição, confirmado pela Súmula Vinculante nº 04 do STF, que assim consigna:

“Súmula Vinculante nº 04. Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.”

Nestes termos, sugerimos, também, a supressão deste dispositivo em face do flagrante vício de inconstitucionalidade.

Temos, ainda, algumas impropriedades jurídicas contidas no art. 8º, especialmente no que se refere à manutenção de benefícios fiscais aos taxistas relativamente ao ICMS e ao IPVA, uma vez que se trata de impostos estaduais e do Distrito Federal, razão pela qual a competência para legislar sobre eles é das Assembléias Legislativas respectivas e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

No mérito, consideramos relevantes os argumentos expostos pelo autor e plenamente justificável a aprovação da proposta, com os devidos ajustes necessários.

O táxi, como é conhecido hoje, surgiu quando foram aplicadas taxas à sua utilização através dos conhecidos taxímetros, no século XIX. O primeiro serviço desse gênero apareceu com a invenção do riquixá - carro de duas rodas puxado por um só homem, comum na antiguidade, porém exclusivo das elites, que possuíam escravos para fazer esse trabalho.

Nas ruas da Roma antiga circulavam liteiras (espécie de cadeira coberta e apoiada sobre varas compridas, transportadas por dois ou quatro escravos que levavam quem quer que os solicitasse). Essa pessoa teria de pagar apenas o preço previamente estipulado pelo amo desses escravos. Depois da queda do Império Romano do Ocidente, os primitivos carros e carruagens começaram a desaparecer das grandes metrópoles, tal como a sua população, que foi para o meio rural à procura de subsistência. Este acontecimento ditou o fim dos serviços de transporte público e privado.

Na Idade Média, o transporte de pessoas era assegurado por carruagens muito rudimentares de tração animal, que, no Renascimento, foram melhoradas, tendo sido acrescentados ornamentos, cobertura e até cortinas. Em 1605, apareceram, em Londres, as primeiras carruagens de aluguel - as *hackneys*.

O sucesso foi tanto que, quatro anos após, o elevado número de carruagens de aluguel fazia com que as principais ruas da metrópole ficassem completamente engarrafadas, o que levou o Parlamento a limitar o número de carruagens a circular.

Mas não só em Londres havia problemas de tráfego por causa de carruagens de aluguel; também em Paris, primeiro os *corbillards* e depois os *sociables*, fizeram um estrondoso sucesso no século XVII. Já no final do mesmo século, surgiram na Alemanha os inovadores *landau* e *landaulet* (versão reduzida do *landau*). Posteriormente, no século XVIII, foi criado o *gig*, na França, que deu origem ao *tilibury* na Inglaterra e posteriormente ao *cabriolet*.

No século XIX, qualquer grande cidade tinha centenas, ou mesmo milhares de carruagens de aluguel.

Os primeiros táxis motorizados apareceram em 1896 na cidade alemã de Stuttgart. No ano seguinte, Freidrich Greiner abriu uma empresa concorrente, na mesma cidade, com carros equipados com um sistema inovador de cobrança - o taxímetro. A implantação dos táxis foi generalizada em 1907. Nesse mesmo ano, em Paris, todos os carros de aluguel tinham de possuir um taxímetro obrigado por lei. Antes da Primeira Guerra Mundial, todas as grandes cidades européias e norte-americanas já tinham serviço de táxis legais e pintados com esquemas de cores diferentes. Desde, então, as alterações foram poucas, apenas nos aparelhos possuídos pelos carros, tais como um rádio ou ar condicionado.

É salutar a iniciativa do Senador Eunício Oliveira, pois a ausência do reconhecimento profissional pode, de alguma forma, vulnerabilizar a profissão.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CAS

Suprima-se o inciso I do parágrafo único do art. 5º do Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2011, renumerando-se os demais.

EMENDA Nº 2 – CAS

Suprima-se o art. 7º do Projeto de Lei no Senado nº 42, de 2011.

EMENDA Nº 3 – CAS

Substitua-se, no art. 8º do Projeto de Lei no Senado nº 42, de 2011, a expressão “sanção” por “isenção”, e suprimam-se os termos “ICMS” e “IPVA”.

Sala da Comissão, 25 de maio de 2011.

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente



, Relatora

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Projeto de Lei do Senado nº 42 de 2011	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 25 / 05 / 2011 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDÊNCIA: SENADOR JAYME CAMPOS	
RELATORIA: Senadora Ana Amélia	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
PAULO PAIM (PT)	1- EDUARDO SUPLICY (PT)
ÂNGELA PORTELA (PT)	2- MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	3- JOÃO PEDRO (PT)
WELLINGTON DIAS (PT)	4- ANA RITA (PT)
VICENTINHO ALVES (PR)	5- LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO DURVAL (PDT)	6- CLÉSIO ANDRADE (PR)
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	8- LÍDICE DA MATA (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
WALDEMIR MOKA (PMDB)	1- VITAL DO RÊGO (PMDB)
PAULO DAVIM (PV)	2- PEDRO SIMON (PMDB)
ROMERO JUCÁ (PMDB)	3- LOBÃO FILHO (PMDB)
CASILDO MALDANER (PMDB)	4- EDUARDO BRAGA (PMDB)
RICARDO FERRAÇO (PMDB)	5- ROBERTO REQUILÃO (PMDB)
EDUARDO AMORIM (PSC)	6- SÉRGIO PETECÃO (PMN)
ANA AMÉLIA (PP) RELATORA	7- BENEDITO DE LIRA (PP)
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
CÍCERO LUCENA (PSDB)	1- AÉCIO NEVES (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	2- CYRO MIRANDA (PSDB)
MARISA SERRANO (PSDB)	3- PAULO BAUER (PSDB)
JAYME CAMPOS (DEM) Presidente	4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
MOZARILDO CAVALCANTI	1- ARMANDO MONTEIRO
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2- GIM ARGELLO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO - Projeto de Lei do Senado nº 42 de 2011

TITULARES				SUPLENTE			
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO
PAULO PAIM (PT)					1- EDUARDO SUPLICY (PT)		
ÂNGELA PORTELA (PT)	X				2- MARTA SUPLICY (PT)		
HUMBERTO COSTA (PT)					3- JOÃO PEDRO (PT)		
WELLINGTON DIAS (PT)					4- ANA RITA (PT)		
VICENTINHO ALVES (PR)					5- LINDBERGH FARIAS (PT)		
JOÃO DURALVAL (PDT)					6- CLÉSIO ANDRADE (PR)		
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	X				7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)		
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	X				8- LÍDICE DA MATA (PSB)		
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)	X				1- VITAL DO RÊGO (PMDB)		
PAULO DAVIM (PV)	X				2- PEDRO SIMON (PMDB)		
ROMERO JUCÁ (PMDB)					3- LÓBÃO FILHO (PMDB)		
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				4- EDUARDO BRAGA (PMDB)		
RICARDO FERRAÇO (PMDB)					5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	X	
EDUARDO AMORIM (PSC)					6- SÉRGIO PETECÃO (PMN)		
ANA AMÉLIA (PP) RELATORA	X				7- BENEDITO DE LIRA (PP)		
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)					1- AÉCIO NEVES (PSDB)		
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					2- CYRO MIRANDA (PSDB)		
MARISA SERRANO (PSDB)	X				3- PAULO BAUFER (PSDB)		
JAYME CAMPOS (DEM) PRESIDENTE					4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)		
PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB	SIM	NÃO
MOZARILDO CAVALCANTI	X				1- ARMANDO MONTEIRO		
JOÃO VICENTE CLAUDINO					2- GIM ARGELIO		

TOTAL: 44 SIM: 40 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES EM 22/05/2011.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RFSB)

Atualizada em 18/05/2011

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO - Emendas nºs 123-CAS ao PLS nº 42 de 2011

TITULARES				SUPLENTE			
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO
PAULO PAIM (PT)					1- EDUARDO SUPLICY (PT)		
ÂNGELA PORTELA (PT)	X				2- MARTA SUPLICY (PT)		
HUMBERTO COSTA (PT)					3- JOÃO PEDRO (PT)		
WELLINGTON DIAS (PT)					4- ANA RITA (PT)		
VICENTINHO ALVES (PR)					5- LINDBERGH FARIAS (PT)		
JOÃO DURVAL (PDT)					6- CLÉSIO ANDRADE (PR)		
RODRIGO ROLEMBERG (PSB)	X				7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)		
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	X				8- LÍDICE DA MATA (PSB)		
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)	X				1- VITAL DO RÊGO (PMDB)		
PALLO DAVIM (PV)	X				2- PEDRO SIMON (PMDB)		
ROMERO JUCA (PMDB)					3- LOBÃO FILHO (PMDB)		
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				4- EDUARDO BRAGA (PMDB)		
RICARDO FERRACIO (PMDB)					5- ROBERTO REQUILÃO (PMDB)	X	
EDUARDO AMORIM (PSC)					6- SÉRGIO FETEÇÃO (PMN)		
ANA AMÉLIA (PP) 2- ELAIDE A	X				7- BENEDITO DE LIRA (PP)		
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)					1- AÉCIO NEVES (PSDB)		
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					2- CYRO MIRANDA (PSDB)		
MARISA SERRANO (PSDB)	X				3- PAULO BAUER (PSDB)		
JAYME CAMPOS (DEM) 3- EX-DEPUTADO					4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)		
PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB	SIM	NÃO
MOZARILDO CAVALCANTI	X				1- ARMANDO MONTEIRO		
JOÃO VICENTE CLAUDINO					2- GIM ARGELLO		

TOTAL: 11 SIM; 10 NÃO; - ABSTENÇÃO: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 25/05/2011.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 2º - RSTF)



Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 18/05/2011

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 2011

Regulamenta a profissão de taxista e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Fica reconhecido, em todo o território nacional, o exercício da profissão de taxista, observados os preceitos desta lei.

Art. 2º - A atividade profissional de que trata o artigo anterior somente poderá ser exercida por aqueles que preencham a seguintes condições:

I - tenham habilitação para conduzir veículo automotor, em uma das categorias B, C, D ou E, assim definidas no art. 143, da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997;

II - tenham feito curso de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos, promovido por entidade reconhecida pelo respectivo órgão permissionário;

III - tenham atestada por autoridade policial local, o conhecimento da cidade ou da área de abrangência da sua sede de trabalho;

IV - utilizem-se de veículo com as características exigidas pela autoridade de trânsito;

V - possuam a permissão dos órgãos competentes e de trânsito do seu domicílio profissional, ou alvará municipal, específica para o exercício da profissão.

Art. 3º - São atribuições privativas dos profissionais taxistas:

I - utilizar-se de veículo automotor, próprio ou de terceiros, para o transporte de passageiros e de pequenas encomendas, mediante remuneração, para os locais determinados pela clientela;

II - conhecer bem a cidade onde trabalha, para sempre utilizar-se dos caminhos regulares ou alternativos, procurando sempre a melhor opção para o cumprimento de sua missão.

Art. 4º - O profissional taxista deve trabalhar em qualquer horário do dia ou da noite, trajar-se adequadamente, atender o cliente com educação, manter em boas condições de funcionamento e de limpeza o veículo do qual se utiliza para trabalhar, obedecer às leis de trânsito, respeitar o pedestre e manter em seu veículo taxímetro sempre aferido pelo INMETRO/IPEM.

Art. 5º - Os profissionais taxistas são classificados da seguinte forma:

I - taxista permissionário, que é o motorista proprietário de um veículo, que possui permissão dos órgãos competentes e de trânsito de seu domicílio, como pessoa física;

II - taxista empregado, que é o motorista que trabalha em veículo de propriedade de empresa e que possui permissão dos órgãos competentes e de trânsito de sua sede;

III - taxista colaborador auxiliar, que é o motorista que possui autorização para exercer a atividade profissional, em consonância com as disposições estabelecidas na Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974;

Parágrafo único. Ao taxista empregado são assegurados os seguintes direitos:

I - comissão ajustada, não incluída no cálculo da remuneração mínima, incidente sobre os serviços realizados e nunca inferior a 3% (três por cento) do valor das tarifas auferidas durante o seu trabalho;

II - repouso semanal remunerado com, no mínimo 36 (trinta e seis) horas de duração;

III - em caso de compensação da jornada, repouso compensatório durante tempo equivalente ao dobro do período da jornada de trabalho em que ficar à disposição do empregador.

Artº 6º - Aplicam-se aos profissionais a que se refere esta lei, no que couber, as normas constantes da Consolidação das Leis do Trabalhador e da Previdência Social.

Art. 7º - Ficam mantidos todos os benefícios já alcançados para o exercício da profissão, notadamente quanto à isenção ou redução de impostos, tal como IPI.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 25 de maio de 2011.

Senador **JAYME CAMPOS**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

.....

IV - salário mínimo , fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....

XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

.....

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

Subseção III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

.....

II - disponham sobre:

.....

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

.....

LEI Nº 6.094, DE 30 DE AGOSTO DE 1974.

Define, para fins de Previdência Social, a atividade de Auxiliar de Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

.....

Art. 143. Os candidatos poderão habilitar-se nas categorias de A a E, obedecida a seguinte gradação:

- I - Categoria A - condutor de veículo motorizado de duas ou três rodas, com ou sem carro lateral;
- II - Categoria B - condutor de veículo motorizado, não abrangido pela categoria A, cujo peso bruto total não exceda a três mil e quinhentos quilogramas e cuja lotação não exceda a oito lugares, excluído o do motorista;
- III - Categoria C - condutor de veículo motorizado utilizado em transporte de carga, cujo peso bruto total exceda a três mil e quinhentos quilogramas;
- IV - Categoria D - condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a oito lugares, excluído o do motorista;
- V - Categoria E - condutor de combinação de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas Categorias B, C ou D e cuja unidade acoplada, reboque, semi-reboque ou articulada, tenha seis mil quilogramas ou mais de peso bruto total, ou cuja lotação exceda a oito lugares, ou, ainda, seja enquadrado na categoria *trailer*.

§ 1º Para habilitar-se na categoria C, o condutor deverá estar habilitado no mínimo há um ano na categoria B e não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias, durante os últimos doze meses.

§ 2º Aplica-se o disposto no inciso V ao condutor da combinação de veículos com mais de uma unidade tracionada, independentemente da capacidade de tração ou do peso bruto total.

.....

LEI Nº 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998.

Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Art. 58. Os serviços de fiscalização de profissões regulamentadas serão exercidos em caráter privado, por delegação do poder público, mediante autorização legislativa. (Vide ADIN nº 1.717-6)

§ 1º A organização, a estrutura e o funcionamento dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas serão disciplinados mediante decisão do plenário do conselho federal da respectiva profissão, garantindo-se que na composição deste estejam representados todos seus conselhos regionais. (Vide ADIN nº 1.717-6)

§ 2º Os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, dotados de personalidade jurídica de direito privado, não manterão com os órgãos da Administração Pública qualquer vínculo funcional ou hierárquico. (Vide ADIN nº 1.717-6)

§ 3º Os empregados dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas são regidos pela legislação trabalhista, sendo vedada qualquer forma de transposição, transferência ou deslocamento para o quadro da Administração Pública direta ou indireta.

§ 4º Os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas são autorizados a fixar, cobrar e executar as contribuições anuais devidas por pessoas físicas e jurídicas, bem como preços de serviços e multas, que constituirão receitas próprias, considerando-se título executivo extrajudicial a certidão relativa aos créditos decorrentes. (Vide ADIN nº 1.717-6)

§ 5º O controle das atividades financeiras e administrativas dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas será realizado pelos seus órgãos internos, devendo os conselhos regionais prestar contas, anualmente, ao conselho federal da respectiva profissão, e estes aos conselhos regionais. (Vide ADIN nº 1.717-6)

§ 6º Os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, por constituírem serviço público, gozam de imunidade tributária total em relação aos seus bens, rendas e serviços. (Vide ADIN nº 1.717-6)

§ 7º Os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas promoverão, até 30 de junho de 1998, a adaptação de seus estatutos e regimentos ao estabelecido neste artigo. (Vide ADIN nº 1.717-6)

§ 8º Compete à Justiça Federal a apreciação das controvérsias que envolvam os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, quando no exercício dos serviços a eles delegados, conforme disposto no *caput*. (Vide ADIN nº 1.717-6)

§ 9º O disposto neste artigo não se aplica à entidade de que trata a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

Súmula Vinculante 4

Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.

Data de Aprovação

Sessão Plenária do Supremo Tribunal Federal de 30/04/2008

OFÍCIO Nº 41/2011 – PRES/CAS**Brasília, 25 de maio de 2011..**

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2011, e as Emendas nºs 1-CAS a 3-CAS, que *Regulamenta a profissão de taxista e dá outras providências*, de autoria do Senador Eunício Oliveira.

Cordialmente,


Senador **JAYME CAMPOS**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

PARECER Nº 357, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Emenda nº 1, de Plenário oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que altera a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade de aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.

RELATOR: Senador GIM ARGELLO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2011, tem por objetivo alterar a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade de aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de aditância nas representações diplomáticas.

Em Plenário, o Senador Romero Jucá apresentou a Emenda nº 1, Substitutiva. A emenda oferecida tem por escopo aprimorar o meio pelo qual o objeto da proposição é perseguido. Argumenta-se, para tanto, que as aditâncias não estão contempladas no Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro. Esse Serviço é composto das carreiras de diplomata, de oficial de chancelaria e de assistente de chancelaria. Essa circunstância poderia dar ensejo a questionamento judicial sobre direitos e prerrogativas próprias do Serviço Exterior Brasileiro.

A Emenda de Plenário foi submetida à análise desta Comissão tocando a mim a relatoria do feito.

II – ANÁLISE

Foram observadas as regras pertinentes à regimentalidade, dado que, nos termos do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre assuntos correlatos às relações internacionais.

No mérito, a Emenda em apreço revela-se pertinente. Com efeito, o texto original poderia ensejar demandas judiciais. A proposta apresentada em Plenário visa contornar eventual imperfeição técnica do projeto, sem alterar o escopo inicial do PLS, que fica integralmente mantido.

Cuida-se, tão só, de dar enquadramento técnico jurídico mais preciso e assegurar o objetivo final do projeto, que é altamente meritório.

III – VOTO

Pelos motivos expostos, manifestamo-nos pela aprovação da Emenda de Plenário nº 1, de autoria do Senador Romero Jucá.

Sala da Comissão, 26 de maio de 2011.

Senador Fernando Collor, Presidente

, Relator

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO ORDINÁRIA, DE 26/05/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>fcw</i>	
RELATOR: SENADOR GIM ARGELLO	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIÑO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 42, de 2011**, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2008.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 42/2011-PRES/CAS

Brasília, 25 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2008, que “acrescenta parágrafos ao art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder prioridade nos procedimentos judiciais trabalhistas aos trabalhadores desempregados, com mais de cinquenta anos, e dá outras providências, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

Cordialmente, Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência ao Ofício nº 42, de 2011, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 41, de 2011**, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que comunica a aprovação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2011.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 41/2011 – PRES/CAS

Brasília, 25 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2011, e as Emendas nºs 1-CAS a 3-CAS, que “regulamenta a profissão de taxista e dá outras providências”, de autoria do Senador Eunício Oliveira.

Cordialmente, Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência ao Ofício nº 41, de 2011, fica

aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 3/2011**, na origem, do Presidente do Grupo Parlamentar Brasil – Portugal, que informa a reinstalação daquele Órgão, bem como a eleição e posse da sua Diretoria.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 3/11/GP-BR/PT (*)

Brasília, 18 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi reinstalado no Congresso Nacional, em 12 de abril último, o GRUPO PARLAMENTAR BRASIL – PORTUGAL. Na mesma oportunidade, foi eleita e empossada a sua Diretoria, da qual Vossa Excelência como Presidente do Senado Federal, faz parte como Presidente de Honra, juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados.

Este Grupo Parlamentar foi criado por força da Resolução nº 2/95, de 28 de novembro de 1985, da Câmara dos Deputados, fruto do Projeto de Resolução nº 37/95, de minha autoria, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da República Portuguesa. O Grupo é formado por 47 Deputados Federais e 21 Senadores.

Encaminho, em anexo, para os devidos registros, a Ata da Reunião de Reinstalação do GRUPO PARLAMENTAR BRASIL – PORTUGAL, a relação dos Parlamentares que o integram, bem como de sua Diretoria, onde tive a satisfação de ver meu nome escolhido por meus pares do Congresso Nacional para, no próximo biênio, presidir este Grupo Parlamentar.

Na certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações que serão desenvolvidas, em prol da intensificação do relacionamento entre nossos Parlamentares, antecipo agradecimentos.

Respeitosamente, Deputado **Paes Landim**, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Portugal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente Paulo Paim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto, pela ordem.

(*) A Ata a que se refere o ofício encontra-se publicada no presente diário (Item 3 do Sumário)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a, com a bondade que lhe é peculiar, poderia me inscrever para falar pela liderança da oposição neste Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a está inscrito pela liderança da oposição, na segunda-feira, 20 minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Muito obrigado, Senador.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem.

Quero solicitar, Presidente, a minha inscrição para falar no período de comunicação inadiável ao mesmo tempo em que eu solicito de V. Ex^a, já conversei com os colegas, amigos Srs. Senadores, que eu possa usar a tribuna em primeiro lugar para comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora, por entendimento feito com o Senador Mozarildo, que é o primeiro inscrito, V. Ex^a falará agora para uma comunicação inadiável.

Em seguida, fala o Senador Mozarildo; e, aí, o Senador Geovani.

Senador Mário Couto, só para dizer que eu não falei uma inverdade, baseado no Regimento, me avisam aqui que, mesmo na segunda-feira, o horário de liderança é cinco minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Mas hoje não tem ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas eu serei tolerante com V. Ex^a como tenho sido com todos os Senadores.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Hoje está liberado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu colocarei V. Ex^a como orador inscrito.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado pela sua bondade, como sempre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, companheiros e companheiras, eu gostaria de agradecer enormemente a compreensão a todos os Senadores aqui presentes, que me permitem falar neste primeiro momento.

Para mim, é muito importante falar neste primeiro momento, porque vou falar de um assunto, Sr. Presidente, que foi notícia, matéria em toda imprensa nacional no último sábado, na última sexta-feira.

Eu me refiro aqui ao assassinato de mais um agricultor, ocorrido dessa vez em território do Estado de Rondônia. A pessoa atingida, morta, se chamava Adelino Ramos, conhecido por todos nós como Dinho, um militante já antigo do movimento dos trabalhadores rurais. É bom que se diga, Sr. Presidente: ele já escapou da morte numa chacina semelhante ocorrida no Estado do Pará; era uma pessoa que constava da lista elaborada pela CPT, Comissão Pastoral da Terra, como um dos perseguidos para serem mortos por aqueles que, sem qualquer escrúpulo, atuam no campo de nosso País.

Neste momento, quero, desde já, prestar não só meus votos de pesar à família, aos amigos, aos agricultores do movimento dos trabalhadores rurais de Rondônia dirigido por Dinho, quero dizer que, além de um sindicalista, além de um líder do movimento, Sr. Presidente, ele era filiado ao meu Partido, o PCdoB. Um companheiro que vivia numa região difícil, muito difícil, que é o sul do Amazonas, divisa com os Estados do Acre e de Rondônia, mas tinha como objetivo principal transformar aquela que é uma das maiores áreas de conflito, de confronto entre os pequenos produtores, os agricultores que buscam uma alternativa de sobrevivência, mesmo nas florestas, mas uma sobrevivência produtiva, respeitando o meio ambiente, respeitando a floresta. Eles viviam em confronto permanente com os desmatadores, com os grileiros que, sem o menor escrúpulo, Presidente Paim, V. Ex^a que preside a Comissão de Direitos Humanos desta Casa...

Como tantos outros, Dinho escolheu essa vida para lutar. Lutar não por ele ou por sua família, mas lutar por todos nós, por todo um país, combatendo essas pessoas que, repito, além de grileiras, produzem crimes e são insaciáveis, cometendo um crime atrás do outro. Nesse caso, o crime de desmatamento, de extração ilegal de madeira e tudo mais.

Então, agradeço aos Srs. Senadores que me permitem falar de um assunto tão triste, mas que precisa ser enfrentado e precisa ser tratado pelo Poder Legislativo do nosso Brasil e pelo Senado Federal.

E já adianto, Sr. Presidente, que estou apresentando hoje um requerimento, e amanhã devemos conversar antecipadamente com o Presidente José Sarney. Já obtive o apoio de V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para formar uma comissão externa de Senadores para ir à região – e não me refiro apenas ao Amazonas e a Rondônia, mas também ao Estado do Pará e ao Estado do Acre – fazer uma visita a essas áreas de conflito, para que a gente possa ajudar na superação do problema.

Para que V. Ex^a tenha uma ideia, quando a imprensa divulgou o assassinato de Dinho, dias depois do assassinato de um casal no Estado do Pará, um casal que lutava também, Sr. José Claudino Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, também agricultores, pessoas que trabalhavam nos seringais no Pará, preservando a floresta, que, da mesma forma, constavam da lista de pessoas marcadas para morrer e foram mortas.

Em decorrência disso, hoje a Secretaria-Geral da Presidência da República anuncia que deverá haver, proximamente, uma reunião de emergência hoje no Palácio do Planalto. Nessa reunião de emergência no Palácio do Planalto, deverá ser discutida a decretação – reparem, Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Senadores, Senador Mário Couto – de uma medida que seria uma espécie de intervenção na tríplice divisa entre os Estados do Amazonas, de Rondônia e do Acre.

Vou falar exatamente dessa situação de conflito e de insegurança que vive essa região de fronteira entre três Estados brasileiros – Rondônia, Acre e Amazonas –, onde há uma situação de completo descontrole.

Para que o senhor tenha uma ideia, o Dinho, o sindicalista morto na última sexta-feira, morava no Amazonas, num assentamento. Ele e todas as companheiras e todos os companheiros que ali viviam lutavam muito pela criação de uma reserva extrativista, de uma reserva produtiva. Como pequeno produtor de agricultura familiar, ele estava se dirigindo a um Município de Rondônia, Estado em que foi morto.

O Governo do Estado do Amazonas, sabendo da situação delicada, preocupante, de insegurança gerada em Nova Califórnia – nome dado àquela área –, tem tomado as devidas providências. Quero cumprimentar não só o Governador Omar Aziz, mas o Secretário de Segurança, Dr. Zulmar, e o Secretário de Produção Rural, Eron Bezerra, pelas iniciativas que têm tomado no sentido de levar segurança àquela área, mas, como estamos numa fronteira com Acre e Rondônia, as coisas ficam muito mais difíceis.

O agricultor Adelino Ramos, 57 anos, foi assinado na manhã da última sexta-feira, no Município de Vista Alegre do Abunã, em Rondônia. Conhecido como Dinho, Adelino morava num assentamento localizado no sul de Lábrea e estava levando seus produtos para comercializar numa feira, quando foi atingido pelos tiros. Seis tiros atingiram seu corpo, atingiram o corpo de Dinho, atingiram o corpo de Adelino. Ele ainda foi socorrido e levado para um hospital no Município de Extrema, mas não resistiu aos ferimentos, vindo a falecer.

Dinho era líder do Movimento Camponês Corumbiara e morava no Projeto de Assentamento Florestal Curuquetê, do Instituto de Colonização e Reforma

Agrária, Incra, com outras famílias. Eles buscavam regularizar sua produção e tinham alguns programas desenvolvidos pela Secretaria Estadual de Produção Rural do Estado do Amazonas.

As ameaças de morte são frequentes na região do sul de Lábrea. Há dois meses, o gerente do Idam de Nova Califórnia, a área a que me referi, Sr. Geraldo Cáceres, pediu socorro à Secretaria de Produção por causa das ameaças que vinha sofrendo. A Secretaria de Segurança do Estado do Amazonas mandou uma equipe do Batalhão Raio para o local, mas Cáceres foi removido do local para evitar sua morte.

A luta de Dinho era pela regularização fundiária, pela reforma agrária e pela organização dos trabalhadores rurais. Dinho não era apenas filiado ao meu partido, era homem ligado também à Comissão Pastoral da Terra, homem – e já vou falar um pouco – amigo de todos nós. Ele era uma pessoa muito mais conhecida não apenas pela amizade que tinha com aqueles que viviam no assentamento com ele, mas também era conhecido pela luta e pelo combate aos madeireiros que atuavam e continuavam atuando, impunemente e de forma irregular, naquela região. E ele dizia sempre que uma das melhores formas de banir a presença de criminosos daquela área era a presença do Estado. E foi ele que convenceu, Sr. Presidente, Senador Paim, o Governo do Estado do Amazonas que era preciso levar o Idam para lá.

E o que é o Idam? É a Emater do Amazonas. E o Idam passou a ter dois escritórios no Município de Lábrea: um, na sede do Município de Lábrea, e outro, na região do sul do Município de Lábrea, que fica a mais de 400 quilômetros de distância da sede do Município, que é a localidade de Nova Califórnia.

A Secretaria de Segurança Pública mantinha sempre contingente de pessoas para proteger a vida daqueles que lá lutavam para proteger as florestas. Mas, infelizmente, Sr. Presidente, aqui quero dar um depoimento, inúmeras vezes, nós fomos levados – e quando falo nós somos nós da Bancada do Amazonas – à Presidência do Ibama para tratar de assuntos de Lábrea, que é o Município onde morava Dinho, onde residia Dinho; não na sede do Município, e, sim, no sul daquele Município. O Município de Lábrea, no Estado do Amazonas, é um desafio para nós porque é o único Município do Estado do Amazonas que se encontra na lista dos Municípios que mais desmatam no País. E é o único Município, Sr. Presidente, exatamente por conta dessa ação no sul daquele Município, que não tem nada a ver com a sede do Município. E quantas vezes o Ibama foi a Lábrea autuar, multar agricultores, produtores de madeira, uma produção manejada do Município? E nós dizíamos para o Ibama:

o problema de Lábrea não é a sede do Município, é o sul do Município. Lá sim, existe ação de fazendeiros e de madeireiros inescrupulosos, e esses é que têm de ser tirados de lá.

E o que importa, Sr. Presidente, é que, mesmo com uma presença muito pequena, o Ibama, recentemente, esteve na área, autuando e multando vários fazendeiros. Nós achamos que essa foi exatamente a razão que os levou a assassinar Dinho; devem ter colocado sob sua responsabilidade o fato de o Ibama, depois de muito tempo, ter ido à região e ter feito essa multa e essa apreensão.

Primeiro, quero cumprimentar a Ministra Maria do Rosário, que foi muito ágil, juntamente com o Ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência, que lançaram de imediato, no mesmo dia, algumas horas depois, uma nota de repúdio em relação ao ocorrido, comprometendo-se não apenas com a família de Dinho, mas com os movimentos e a sociedade, a apurar e investigar duramente o ocorrido e não permitir que os assassinos continuem impunes.

Então, quero cumprimentar a Ministra Maria do Rosário, o Ministro Gilberto Carvalho e a Presidente Dilma pela agilidade. Repito: hoje, está ocorrendo essa reunião de emergência e seria importante que nós, no Senado, Presidente Paulo Paim, formássemos essa comissão externa, porque somente a presença das Senadoras e dos Senadores no local intimida aqueles criminosos que, sem escrúpulo nenhum, tiram a vida de pessoas corretas, de pessoas justas, de pessoas honestas que vivem na mais profunda privação por uma causa, porque era assim que vivia Dinho. Era assim que viviam os companheiros do Pará que foram assassinados recentemente.

Então digo, Sr. Presidente, que estou encaminhando alguns expedientes à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal, porque esse tem que ser tratado como um crime federal, e está sendo tratado assim desde já pelo Governo.

E principalmente vamos lutar, e digo vamos porque sei que V. Ex^a que aqui preside com muita paixão, não é com muita competência só não, é com muita paixão, a Comissão de Direitos Humanos, V. Ex^a dará tudo de si também para que a gente possa ajudar, para que o Senado Federal possa ajudar o Brasil, o Governo brasileiro a desvendar esses crimes e não permitir que a insegurança volte a reinar no campo do Brasil e nos campos da Amazônia principalmente.

Eu quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que assim que soubermos do assassinato no Estado do Amazonas, imediatamente uma equipe de dirigentes estaduais, o Secretário de Produção Rural, membros da Secretaria de Justiça, deslocaram-se até Nova Ca-

lifórnia, ao sul do Município de Lábrea, para ajudar naquilo que fosse preciso e para evitar que novas mortes ali pudessem ocorrer.

E, por último, digo o seguinte: Dinho já escapou de uma chacina, em Corumbiara, onde dez morreram no Estado do Pará. Ele foi sobrevivente de uma chacina, e essa não foi uma chacina, mas nós consideramos uma chacina de um homem porque era um homem que lutava em nome de milhões de homens e mulheres que querem um País melhor.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Vanessa Grazziotin, pode contar com o total apoio da Comissão de Direitos Humanos e também deste Senador nos contatos junto ao Presidente Sarney para que essa comissão externa seja formada, porque, vejam bem, em menos de dez dias, foram assassinados três lutadores da área do meio ambiente, da área rural.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus parabéns a V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 608, DE 2011

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção de Voto de Pesar pelo falecimento do agricultor Adelino Ramos, líder do Movimento Camponês Corumbiara, no estado de Rondônia, bem como seja encaminhada o referido Voto aos seus familiares e amigos no endereço: Rua Almirante Barroso, nº 2594, Sala 2, Bairro Nossa Senhora das Graças, CEP 78.915-020, Porto Velho/RO.

Justificação

Adelino Ramos – o Dinho como era mais conhecido – era líder do Movimento Camponês Corumbiara – MCC e morava no Projeto de Assentamento Florestal Coruquetê, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA com outras famílias, no Estado de Rondônia.

Dinho que era membro da direção do PCdoB de Rondônia foi assassinado com seis tiros por um motociclista, enquanto vendia frutas e verduras produzidas no acampamento onde vivia. Ele nunca deixou de sofrer ameaças de morte desde o massacre dos Corumbiaras em 1995, de onde conseguiu escapar com vida.

A morte de Adelino Ramos foi o terceiro só nesta semana. Na terça-feira, um casal de líderes extrativistas foi morto em Nova Ipixuna/PA. Assim como o casal

paraense José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo Silva, Dinho também vinha denunciando a ação ilegal de madeireira na região.

Sala das Sessões, 30 de maio de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 609, DE 2011

Nos termos do art. 74, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a designação de uma Comissão Externa composta por 3 (três) Senadores, com o objetivo de visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos, e ainda o município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa Maria do Espírito Santo Silva e Eremilton Pereira dos Santos.

Justificação

O recrudescimento da violência do campo tem assumido proporções inaceitáveis. Na terça-feira, dia 24, um casal de extrativistas no Pará foi brutalmente assassinado. José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa Maria do Espírito Santo Silva perderam a vida no assentamento em que viviam próximo a Nova Ipixuna, sudeste do Pará. O casal vinha denunciando a ação ilegal de madeireiros na região. Na sexta-feira, dia 27, foi a vez de Adelino Ramos, líder do Movimento Camponês Corumbiara, ele próprio sobrevivente do massacre de Corumbiara em 1995, ser morto numa emboscada. Dinho, como era conhecido, também denunciava a ação ilegal de madeireiros na região. Em depoimento gravado, o líder do Movimento Camponês afirmava que vivia com “bala na cabeça a qualquer hora”. No sábado, dia 28, outro agricultor, Eremilton Pereira dos Santos, morador do assentamento agroextrativista Praia Alta Piranheira no município de Nova Ipixuna também foi morto por sua atuação em favor da preservação do meio ambiente.

O Senado Federal não pode se omitir diante desse quadro assustador de violência, impondo a criação de uma Comissão de Senadores para verificar “in loco” a situação em que ocorreu esses crimes bárbaros, bem como sugerir medidas que possam inibir a violência naquela região.

Sala das Sessões, 30 de maio de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, de imediato, ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, como primeiro orador inscrito.

Em seguida, o Senador Geovani Borges e, em seguida, o Senador...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. *Fora do Microfone*.) – O senhor só me dê um tempinho a mais. Eu aguardo a tarde inteira, pacientemente, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª falará como orador inscrito.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. *Fora do Microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Srs. Senadoras, a revista *Veja* desta semana publicou uma matéria sob o título “Vida Brasileira, uma Reserva de Miséria”. É sobre a reserva indígena Raposa Serra do Sol, no meu Estado de Roraima.

Essa questão, durante muito tempo, debati neste Senado em busca de uma solução que pudesse ser realmente justa para todos, boa para todos. Inclusive, contamos com a boa vontade do Presidente Lula, que concordou que fosse feita uma comissão temporária externa da Câmara e outra comissão temporária externa do Senado. Ambas funcionaram e concluíram seus trabalhos: a da Câmara sob a relatoria do Deputado Lindbergh Farias, hoje Senador da República; a do Senado sob a relatoria do Senador Delcídio Amaral.

Concluímos, Senador Paim, por um modelo de demarcação contínuo, e não em ilhas, como se apregoava, porém não excludente, isto é, que respeitava as cinco ou seis etnias indígenas lá existentes e suas diferenças, que respeitava as cerca de 400 famílias que lá moravam desde 1910, 1917, portanto, há várias gerações lá presentes, respeitando também a presença de arroteiros que compraram terras com títulos definitivos de propriedades centenárias e que produziam na faixa, na parte externa da dita reserva 25% do PIB do Estado. Infelizmente, apesar do trabalho das duas comissões externas, apesar das ações que tivemos no Supremo, o Governo Federal impôs uma demarcação contínua, excludente, tirando todo mundo, até índios que eram casados com não índias e vice-versa, ou seja, casamentos entre etnias diferentes. Os mestiços, portanto, foram retirados. Bastava não seguir o comando de determinadas ONGs.

O que diz a revista *Veja* desta semana?

O título: “Uma Reserva de Miséria”. E aqui tem a foto de um índio, sua esposa e a filha, todos os três, índios. E diz:

Cacique de favela. Chefe de sete aldeias, Avelino Pereira (ao lado) mudou-se para a periferia de Boa Vista. Acima, os [...] [não índios] expulsos

da reserva em 2009. Até hoje, eles não receberam as terras prometidas pelo Governo Federal.

Aí tem uma foto com vários não indígenas que estavam lá, como eu disse, há várias gerações, que foram assentados, Senador Mário Couto, numa região, e agora já estão sendo expulsos dessa região, porque nessa região que eles foram assentados, alguns deles, será criada uma reserva ecológica chamada Reserva do Lavrado. Quer dizer, eles estavam lá nas serras, foram expulsos e agora sofreram uma segunda expulsão.

E diz a revista: “A demarcação da Raposa Serra do Sol, em Roraima, empurrou centenas de índios para as favelas de Boa Vista e converteu agricultores outrora prósperos em cidadãos pobres”. O jornalista que escreve a matéria é Leonardo Coutinho.

Quatro novas favelas brotaram na periferia de Boa Vista nos últimos dois anos. O surgimento de Monte das Oliveiras, Santa Helena, São Germano e Brigadeiro coincide com a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Nesse território [da reserva] de extensão contínua, que abarca 7,5% [do Estado] de Roraima, viviam 340 famílias de brancos e mestiços. Em sua maioria, eram constituídas por arroteiros, pecuaristas e pequenos comerciantes, [pequenos criadores] que respondiam por 6% da economia do Estado. [Ele fala 6%, mas com certeza eu tenho dados concretos de que são 25% da economia]. Alguns possuíam títulos de terra, emitidos havia mais de 100 anos pelo Governo Federal, de quem tinham comprado suas propriedades. Empregavam índios e compravam as mercadorias produzidas em suas aldeias, como mandioca, frutas, galinhas e porcos. Em 2009, todos foram expulsos. O Governo Federal prometeu indenizá-los de maneira justa. No momento de calcular as compensações, alegou que eles haviam ocupado ilegalmente terra indígena. Por isso, encampou as propriedades e pagou apenas o valor das edificações.

Os novos sem-terra iniciaram o êxodo em direção à capital. As indenizações foram suficientes apenas para que os ex-criadores se estabelecessem em Boa Vista. [A revista] VEJA ouviu quarenta deles. Suas reparações variaram de 50.000 a 230.000 reais – isso não daria para comprar nem um bom apartamento de três quartos nas principais cidades do País, imagine uma outra fazenda.

Em seguida, foi a vez de os índios migrarem para a capital de Roraima.

Cansei de alertar isso aqui, que não ia ser bom para os não índios e não ia ser bom para os índios. E aqui está a revista dizendo, algum tempo depois já.

Os historiadores acreditam que eles estavam em contato com os brancos havia três

séculos. Perderam sua fonte de renda, proveniente de empregos e comércio, depois que os fazendeiros foram expulsos. A situação piorou com a ruína das estradas e pontes, até então concertadas pelos agricultores. “Acabou quase tudo. No próximo inverno, ficaremos totalmente isolados”, diz o cacique macuxi Nicodemos Andrade Ramos, de 28 anos. Um milhar de índios [eu diria que é uma conta por baixo, muito mais de milhares de índios] se instalou nas novas favelas de Boa Vista. “Está impossível sustentar uma família na reserva. Meus parentes que ficaram lá estão abandonados e passam por necessidades que jamais imaginávamos”, afirma o também macuxi Avelino Pereira, de 48 anos. Cacique de sete aldeias, ele preferiu trocar uma espaçosa casa de alvenaria na reserva por um barraco de tábuas na favela de Santa Helena. O líder indígena diz que foi para Boa Vista para evitar que sua família perdesse o acesso a escolas, ao sistema de saúde e, sobretudo, ao mercado de trabalho.

Com o passar do tempo, a situação dos índios tem piorado. Recentemente, algumas das famílias desaldeadas começaram a erguer barracos no aterro sanitário de Boa Vista. Uma delas é a do macuxi Adalto da Silva de 31 anos, que chegou à capital há apenas um mês. Ele fala mal português, mas nunca pensou em viver da mesma forma que seus antepassados.

Mesmo porque a caça e a pesca são escassas na Raposa Serra do Sol já faz tempo. Até 2009, ele recebia um salário mínimo para trabalhar como peão de gado. Está desempregado desde então. Como os índios não têm dinheiro, tecnologia ou assistência técnica para cultivar as lavouras, os campos onde o peão trabalhava foram abandonados. Silva preferiu construir uma maloca sobre uma montanha de lixo a viver na aldeia. Agora, ganha 10 reais por dia coletando latinhas de alumínio, 40% menos do que recebia para tocar boiada. Ainda assim, considera sua vida no lixão menos miserável do que na reserva [Senador Paulo Paim, ele a considera menos miserável que na tão decantada reserva]. Ele é vizinho do casal uapixana Roberto da Silva, de 79 anos, e Maria Luciano da Silva, de 60, que também cata latas e comida no aterro. “O lixo virou a única forma de subsistência de muita gente que morava na Raposa Serra do Sol”, diz o macuxi Sílvio Silva, presidente da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima.

Brancos e mestiços expulsos da reserva também foram jogados na pobreza. O pecuarista Wilson Alves Bezerra, de 69 anos, tinha uma fazenda de 50 quilômetros quadrados na qual criava 1.300 cabeças de gado. Um avalia-

dor privado estimou em 350.000 reais o valor das edificações da propriedade. A Fundação Nacional do Índio (Funai) deu-lhe 72.000 reais por essas benfeitorias e nada pela terra. Seu rebanho definhou. Restam-lhe cinquenta reses em um pasto alugado. Falido, ele sobrevive vendendo churrasquinho no centro de Boa Vista. Ganha 40 reais por noite. “O que o Governo fez comigo me dá vergonha de ser brasileiro”, afirma Bezerra. Coema Magalhães Lima, de 64 anos, está em situação semelhante. Ela chegou a ter 200 cabeças de gado e setenta cavalos. O fato de ser descendente de índios [vejam bem: descendente de índio!] não impediu que ela fosse expulsa da reserva. Coema recebeu 24.000 reais de indenização. Ela e o marido gastam suas aposentadorias, que juntas chegam a 1.000 reais, para pagar o aluguel de uma pastagem para os 100 animais que lhes restam. “Um dia o Governo vai cumprir a promessa de me reassentar em uma área do mesmo tamanho da minha”, acredita Coema.

Quando negociou a formação da reserva, o governo federal prometeu que agricultores e índios não sofreriam prejuízos. Chegou a registrar a promessa na Justiça Federal [inclusive com o aval do Desembargador Jirair, Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, designado pelo Tribunal Superior Federal]. Mas, em Roraima, a palavra, os documentos e os títulos do governo não têm valor. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) avisou que só reassentará 130 famílias desalojadas da Raposa Serra do Sol. As outras 210 ficarão a ver navios – ou melhor, canoas. Mais [ainda]: não concederá nenhuma gleba superior a 5 quilômetros quadrados. Quem tinha fazenda maior que isso arcará com o calote. Mesmo as famílias assentadas na Serra da Lua [a que me referi antes], perto da Raposa Serra do Sol, continuarão sob ameaça. O Ministério do Meio Ambiente pretende transformar essa área em reserva ambiental [a tal reserva do Lavrado]. Se a ideia vingar, 200 pequenos agricultores que vivem no local se juntarão aos desalojados que hoje estão em Boa Vista. Com o menor PIB entre as 27 Unidades da federação, Roraima já tem 68% de seu território [chamo a atenção] inutilizado por reservas florestais e indígenas. Com a [reserva da] Serra da Lua, passaria a ter 70% [do seu território ocupado por reservas federais, portanto]. Será mais um golpe nas esperanças de desenvolvimento do Estado.

Senador Paim, eu fiz questão de ler a matéria *ipsis litteris* para não dizerem que eu estou usando palavras minhas, porque eu sei de cor e salteado essa

questão. Eu fiz esse alerta inúmeras vezes da tribuna do Senado e disse, claramente, que eu não tenho essa questão de ideologia. Se eu tenho uma ideologia é a de ser humanista. Pela minha formação de médico, eu não distingo as pessoas pela cor da pele, pela origem ou pelo *status* social. Eu alertei que esses seres humanos de lá – índios, não índios –, todos iriam pagar um preço altíssimo sobre essa questão.

Passados dois anos já da demarcação da reserva, a realidade é essa que a revista *Veja* mostra. Espero aqui e quero fazer um apelo mesmo à Presidente Dilma, que herdou, vamos dizer assim, essa maldade para administrar, essa malvadeza feita, que ela corrija esses malfeitos.

Não estou pedindo aqui que ela desfaça a demarcação, mas que faça justiça a essas pessoas, que indenize aquelas que foram tiradas de lá, que os aceite, como manda a lei, em terras adequadas para que possam produzir, e que, principalmente, assista os índios, porque os índios estão saindo da reserva para morarem em favelas na periferia da capital. É essa a grande obra de atender aos índios? Foi essa a grande finalidade de demarcar a reserva indígena Raposa Serra do Sol? Foi transformar os índios de aldeados em favelados? Não foi. Com certeza, não foi, embora tenhamos, repito, alertado aqui, na Comissão Temporária Externa do Senado, com o relatório do Senador Delcídio do Amaral, do PT, e com o relatório da Câmara, do então Deputado Federal Lindbergh Farias, hoje Senador, que essas coisas poderiam acontecer.

Vou falar também como médico. Estamos em uma realidade, Senador Paim. Vamos tratar desta realidade. Não é possível ver brasileiros, índios e não índios, índios se transformando em favelados na periferia da cidade. Aliás, a fotografia que a revista *Veja* publica diz tudo: o casal de índios com a sua filha num barraco de madeira, porque ele não aguentou ficar lá.

Espero que haja realmente ação.

Como médico também, não consigo entender, você ter um diagnóstico, saber como tratar e não tratar. O Governo Federal tem o diagnóstico, tem os remédios e precisa tratar dessa questão.

Portanto, fica aqui o meu apelo à Presidente Dilma, aos seus ministros, aos diversos que têm a ver com essa questão. E peço, embora tenha lido, a V. Ex^a, Senador Paim, que autorize a transcrição na íntegra dessa matéria publicada na revista *Veja* desta semana.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Vida brasileira

UMA RESERVA DE MISÉRIA

A demarcação da Raposa Serra do Sol, em Roraima, empurrou centenas de índios para as favelas de Boa Vista e converteu agricultores outrora prósperos em cidadãos pobres

LEONARDO CONTINHO, DE NORMANDIA

Quatro novas favelas brotaram na periferia de Boa Vista, nos últimos dois anos. O surgimento de Monte das Oliveiras, Santa Helena, São Germano e Brigadeiro coincide com a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Nesse território de extensão contínua que abarca 7,5% de Roraima, viviam 340 famílias de brancos e mestiços. Em sua maioria, eram constituídas por arroteiros, pecuaristas e pequenos comerciantes, que respondiam por 6% da economia do estado. Alguns possuíam títulos de terra emitidos havia mais de 100 anos pelo governo federal, de quem tinham comprado suas propriedades. Empregavam índios e compravam as mercadorias produzidas em suas aldeias, como mandioca, frutas, galinhas e porcos. Em 2009, todos foram expulsos. O governo federal prometeu inde-

nizá-los de maneira justa. No momento de calcular as compensações, alegou que eles haviam ocupado ilegalmente terra indígena. Por isso, encampou as propriedades e pagou apenas o valor das edificações. Os novos sem-terra iniciaram o êxodo em direção à capital. As indenizações foram suficientes apenas para que os ex-fazendeiros se estabelecessem em Boa Vista. VEJA ouviu quarenta deles. Suas reparações variaram de 50.000 a 230.000 reais — isso não daria para comprar nem um bom apartamento de três quartos nas principais cidades do país, imagine uma outra fazenda.

Em seguida, foi a vez de os índios migrarem para a capital de Roraima. Os historiadores acreditam que eles estavam em contato com os brancos havia três séculos. Perderam sua fonte de renda, proveniente de empregos e comércio, depois que os fazendeiros foram expulsos. A situação piorou com a ruína das estradas e pontes, até então conservadas pelos agricultores. "Acabou quase tudo. No próximo inverno, ficaremos totalmente isolados", diz o cacique macuxi Nicodemos Andrade Ramos, de 28 anos. Um milhar de índios se instalou nas novas favelas de Boa Vista. "Está

CACIQUE DE FAVELA

Chefe de sete aldeias, Avelino Pereira (ao lado) mudou-se para a periferia de Boa Vista. Acima, os brancos expulsos da reserva em 2009. Até hoje, eles não receberam as terras prometidas pelo governo federal

Vida brasileira

impossível sustentar uma família na reserva. Meus parentes que ficaram lá estão abandonados e passam por necessidades que jamais imaginávamos”, afirma o também macuxi Avelino Pereira, de 48 anos. Cacique de sete aldeias, ele preferiu trocar uma espaçosa casa de alvenaria na reserva por um barraco de tábuas na favela Santa Helena. O líder indígena diz que foi para Boa Vista para evitar que sua família perdesse o acesso a escolas, ao sistema de saúde e, sobretudo, ao mercado de trabalho.

Com o passar do tempo, a situação dos índios tem piorado. Recentemente, algumas das famílias desalojadas começaram a erguer barracos no aterro sanitário de Boa Vista. Uma delas é a do macuxi Adalto da Silva, de 31 anos, que chegou à capital há apenas um mês. Ele fala mal português, mas nunca pensou em viver da mesma forma que seus antepassados. Mesmo porque a caça e a pesca são escassas na Raposa Serra do Sol já faz tempo. Até 2009, ele recebia um salário mínimo para trabalhar como peão de gado. Está desempregado desde então. Como os índios não têm dinheiro, tecnologia ou assistência técnica para cultivar as lavouras, os campos onde o peão trabalhava foram abandonados. Silva preferiu construir uma maloca sobre uma montanha de lixo a viver na aldeia. Agora, ganha 10 reais por dia coletando latinhas de alumínio, 40% menos do que recebia para tocar boiada. Ainda assim, considera sua vida no lixo menos miserável do que na reserva. Ele é vizinho do casal uapixana Roberto da Silva, de 79 anos, e Maria Luciano da Silva, de 60, que também cata latas e comida no aterro. “O lixo virou a única forma de subsistência de muita gente que morava na Raposa Serra do Sol”, diz o macuxi Sílvia Silva, presidente da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima.

Brancos e mestiços expulsos da reserva também foram jogados na pobreza. O pecua-

rista Wilson Alves Bezerra, de 69 anos, tinha uma fazenda de 50 quilômetros quadrados na qual criava 1 300 cabeças de gado. Um avaliador privado estimou em 350 000 reais o valor das edificações da propriedade. A Fundação Nacional do Índio (Funai) deu-lhe 72 000 reais por essas benfeitorias e nada pela terra. Seu rebanho definhou. Restam-lhe cinquenta reses em um pasto alugado. Faltado, ele sobrevive vendendo churrascos no centro de Boa Vista. Ganha 40 reais por noite. “O que o governo fez comigo me dá vergonha de ser brasileiro”, afirma Bezerra. Coema Magalhães Lima, de 64 anos, está em situação semelhante. Ela chegou a ter 200 cabeças de gado e setenta cavalos. O fato de ser descendente de índios não impediu que ela fosse expulsa da reserva. Coema recebeu 24 000 reais de indenização. Ela e o marido gastam suas aposentadorias, que juntas chegam a 1 000 reais, para pagar o aluguel de uma pastagem para os 100 animais que lhes restam. “Um dia o governo vai cumprir a promessa de me reassentar em uma área do mesmo tamanho da minha”, acredita Coema.

Quando negociou a formação da reserva, o governo federal prometeu que agricultores e índios não sofreriam prejuízos. Chegou a registrar a promessa na Justiça Federal. Mas, em Roraima, a palavra, os documentos e os títulos do governo não têm valor. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) avisou que só reassentará 130 famílias desalojadas da Raposa Serra do Sol. As outras 210 ficarão a ver navios — ou melhor, canoas. Mais: não concederá nenhuma gleba superior a 5 quilômetros quadrados. Quem tinha fazenda maior que isso arcará com o calote. Mesmo as famílias assentadas na Serra da Lua, perto da Raposa Serra do Sol, continuarão sob ameaça. O Ministério do Meio Ambiente pretende transformar essa área em reserva ambiental. Se a ideia vingar, 200 pequenos agricultores que vivem no local se juntarão aos desalojados que hoje estão em Boa Vista. Com o menor PIB entre as 27 unidades da federação, Roraima já tem 68% de seu território inutilizado por reservas florestais e indígenas. Com a Serra da Lua, passaria a ter 70%. Será mais um golpe nas esperanças de desenvolvimento do estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Passamos a palavra ao nobre Senador Geovani Borges.

Senadora Gleisi Hoffmann, pela ordem.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR.

Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Para fazer um registro nesta Casa.

Neste final de semana, mais especificamente na sexta-feira, estivemos no Município de Paranaíba, região noroeste do meu Estado do Paraná, no lançamento de um importante programa do Banco do Brasil, chamado Arenito Caiuá, destinado àquela região pelo solo arenoso que tem, englobando 107 Municípios. Um projeto que vai do crédito agrícola, assistência técnica e à organização da cadeia produtiva e de comercialização de produtos de agricultura, tanto gado de corte quanto leite, frango de corte, citricultura, mandioca, projeto muito importante para o desenvolvimento do nosso Estado.

O banco aplicará, nos próximos cinco anos, R\$2,5 bilhões nesse projeto, que envolve várias entidades, universidades, parcerias e teve a adesão do Governo do Estado.

Faço este registro e parabeno ao Banco do Brasil, pois, além de banco, é uma agência importante de fomento e de apoio.

Eu queria deixar registrado também nesta Casa que tivemos a presença do ex-Senador Osmar Dias, que está participando ativamente desse projeto e que hoje é Vice-Presidente da área de crédito agrícola do Banco do Brasil, o que muito nos honra como paraenses.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendida na forma regimental.

Com a palavra o nobre Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; nosso querido Senador Mário Couto, que o acompanha na Mesa dos trabalhos; Senador Mozarildo e demais Senadores, Sr^{as} Senadoras, o que me move a vir a esta tribuna hoje é um misto de indignação, desabafo, alerta à sociedade e, quem sabe, a tentativa de mostrar um pouco de uma família confusa, duvidosa e cuja atuação nefasta explica um número sem fim de processos e de enquadramentos constantes nos códigos penal e eleitoral a que estão submetidos. Naturalmente, estou falando do clã Capiberibe.

Não é improvável que alguém diga: “O Geovani está acertando contas pelo irmão, se doendo pelo titular do mandato.” Não me constrange se assim pensarem. Conheço a lisura do meu irmão, a decência e a humildade com que ele sempre atuou na política, sua fé, sua determinação, seu amor incondicional pelo Amapá e por sua gente. E, se neste momento me exponho a críticas ou a interpretações quanto às intenções que me movem, faço-o com o sentimento de estar cumprindo com meu dever de cidadão.

A Polícia Federal cumpriu, neste sábado, mandados de busca e apreensão e de condução coercitiva e apreensão em endereços de conselheiros, servidores e ex-conselheiros do Tribunal de Contas do Amapá. De acordo com a ação, pessoas foram levadas à sede da Superintendência no Estado para prestar esclarecimentos. A investigação da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União constatou desvio de parte do orçamento do Tribunal de Contas. E, mais uma vez, quem está no foco é a badalada família; dessa vez, através da ex-Conselheira Raquel Capiberibe, tia do Governador do Amapá, Camilo Capiberibe, e irmã do Senador cassado e ex-Governador João Capiberibe; e seu compadre, Manoel Antonio Dias, nomeado Conselheiro, na época em que era Governador o ex-Governador cassado João Capiberibe.

As fontes noticiosas dão conta de que o material apreendido na casa da ex-conselheira, nomeada à época pelo Senador cassado João Capiberibe, à época Governador, pode ligar o esquema de fraude ao grupo político. Essa iniciativa, na verdade, trata de um desdobramento da Operação Mãos Limpas, que, em 2010, já levou outras tantas pessoas à prisão.

Segundo a Polícia Federal, na casa de Raquel Capiberibe foram apreendidas duas pastas com documentos, entre eles, relação de nomes de funcionários, provavelmente, não sei, do TCE, que não estariam apoiando Camilo Capiberibe, atual Governador do Estado. E também sugestões a Camilo sobre cargos que poderiam ser ocupados pela família Capiberibe no Governo.

Os agentes federais estiveram também na casa do Conselheiro Manoel Dias, compadre e indicado do ex-Governador e ex-Senador cassado João Capiberibe, que, coincidentemente, aprovou as contas do ex-Governador algumas semanas. E lá foi encontrado dinheiro.

No prédio do TCE, além de documentos, foram apreendidos computadores. Todo o material está na Superintendência da Polícia Federal e será anexado aos outros, já apreendidos, no decorrer da operação, para ser apreciado. A operação contou com o apoio de técnicos da Controladoria-Geral da União (CGU);

relatórios emitidos pela Polícia Federal e pela própria Controladoria.

Como seria o correto, a imprensa local, de modo especial o jornal independente *A Gazeta*, do Amapá, cujo superintendente é o jornalista Sila Assis, tentou ouvir a ex-Conselheira Raquel Capiberibe, até mesmo o próprio Governador Camilo Capiberibe e o ex-Senador cassado João Capiberibe para falarem a respeito da operação, mas, sem sucesso, o que é estranho, porque o dito popular consagra uma verdade inquestionável: quem não deve não teme.

Os mandatos para a ação deste final de semana foram expedidos pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça João Otávio de Noronha.

Olha, minha gente, em toda investigação, há coisas que não se sustentam e coisas que ficam como evidência de culpa. O que se clama aqui é pela justiça, é pela determinação de desbaratar quadrilhas e de ir a fundo nas buscas. Quem não deve não teme.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Geovani Borges, V. Ex^a me permite um aparte não protocolar e de quebra do Regimento?

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estamos recebendo aqui, neste momento, o Ministro Garibaldi, nosso colega Senador da Casa. Prometo descontar no seu tempo. É só para poder cumprimentá-lo. V. Ex^a também pode cumprimentá-lo da tribuna. Quero dar um abraço no Ministro.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – É uma honra para nós receber o Ministro, Senador Garibaldi. Além de tudo, o meu pai e a minha mãe, Dona Cícera, nasceram no Rio Grande do Norte, na cidade de Vera Cruz. Para mim é uma honra muito grande. Eu nasci no Amapá, na cidade de Mazagão, meu grande Ministro e ex-Presidente desta Casa, Senador Garibaldi. Bem-vindo!

Como eu estava falando há pouco, quem não deve não teme. O jornalista Catanhede, colunista do *Jornal do Dia*, chama atenção em uma parte da sua coluna intitulada “A Maleta” e diz o seguinte:

Em contato com alguns federais, eles me disseram em off que na operação de ontem, duas malas foram encontradas na casa da ex-conselheira. Uma das malas contendo nomes que não apoiaram o governador Camilo Capiberibe [a quem me referia agora há pouco] nas eleições de 2010, e a outra contendo nomes de possíveis indicações no governo. [Aí, meu amigo,] se tudo isso for realmente verdade [segundo o jornalista Catanhede, um grande colunista do *Jornal do Dia*], está aí um prato cheio para o Ministério Público Federal, para própria Polícia Federal e também

para a Justiça Federal investigarem o que pode estar por trás das eleições de 2010.

Pois, no mínimo, em respeito ao povo do Amapá, tudo precisa ficar bem claro.

Sr. Presidente, o Amapá é um Estado de gente simples, de gente modesta. Não merece estar nas páginas dos jornais outra vez por conta de operações investigativas que expõem o lado perverso de uma família que já sugou tudo aquilo que podia e que continua perseguindo grande parte da população.

Do nosso destino, só Deus sabe. Estou aqui hoje, substituindo o meu irmão; posso não estar amanhã. Ele segue lá, com serenidade, cuidando da saúde e aguardando os desdobramentos jurídicos que podem ou não lhe preservar o mandato, um mandato construído no voto, pé no chão, no voto cara a cara, no voto dado pelo reconhecimento, pela simplicidade e não pela opulência e pela compra da dignidade alheia.

Pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores, até hoje não foi esclarecida, pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal e pelo Tribunal Regional do meu Estado, a apreensão de uma aeronave com mais de R\$5 milhões, procedente do Estado de Pernambuco. A sociedade está aguardando um esclarecimento, uma satisfação, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Do destino sabe Deus, repito. Mas eu não poderia deixar sem registro mais este capítulo da novela Capiberibe, o Senador cassado que não sai do foco, seja pelas próprias ações, seja pela própria atuação duvidosa de membros da sua família.

A Polícia Federal é suficientemente aparelhada para desbaratar quadrilhas e dirimir suspeitas, ou inocentar quem de fato é inocente. Vamos aguardar o desdobramento dos fatos e ver onde isso vai dar. A mentira tem pernas pequeninas. Uma hora as máscaras caem e o cerne dessa sangria antiga aparece todo. De novo Dona Raquel Capiberibe, de novo o Dr. Manoel Dias, o compadre, ambos indicados e nomeados pelo chefe do clã Capiberibe, ex-Governador e ex-Senador cassado. De novo a história política do Amapá é manchada.

Fica aqui o meu desabafo e o meu lamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acostumados que estamos a notícias ruins, ficamos de fato alegres e otimistas quando uma nota alvissareira nos chega. Como é comum de minha personalidade, gosto sim de ressaltar as coisas boas, aquilo que se anuncia como um projeto de bem-estar em favor de nossa gente.

A imprensa mundial destaca a melhora do Brasil nos indicativos de paz e registra que nosso País é hoje o 74º país mais pacífico do mundo.

Tal informação pode suscitar, na verdade, diferentes sentimentos, de esperança em uns, de inconformidade em outros e de ironia também, Sr. Presidente. Afinal, quando se fala em paz, entende-se uma sinalização mais direta em relação à proteção, à sensação de segurança por parte da população e como, a cada dia, somos surpreendidos com notícias apavorantes, que nos deixam inquietos quando o tema é justamente paz para viver, fica de fato um pouco estranho entender esse indicativo internacional como algo promissor, algo a se festejar

Mas, vejamos: essa melhora no *ranking* vem do Índice Global de Paz de 2011. De acordo com este indicador, o País subiu nove posições em relação a 2010 e superou a mais poderosa nação do Planeta, os Estados Unidos.

O Instituto pela Economia e pela Paz é um centro de pesquisas internacional sobre as relações entre o desenvolvimento econômico e a paz no mundo. O índice, que está na sua quinta edição, classifica os países de acordo com sua pontuação em uma escala de um a cinco. O número um representa mais proximidade do estado de paz e o número cinco, mais distanciamento.

Para avaliar a ausência de violência nos países, uma equipe de acadêmicos, empresários, filantropos e membros de organizações pela paz analisa indicadores como relações com países os vizinhos, instabilidade política, número de homicídios para cada 100 mil pessoas, número de população encarcerada, gastos com a militarização e facilidade de acesso às armas.

A Islândia ocupa o primeiro lugar no *ranking* de 2011, seguida por Nova Zelândia, Japão, Dinamarca e República Tcheca. Já a Somália foi considerada o país menos pacífico, substituindo o Iraque, que foi para o penúltimo lugar. Acima deles, estão o Sudão, o Afeganistão e a Coreia do Norte.

Em 2011, o Brasil era o país de número 83 na fila e, agora, é o de número 74, ultrapassou os Estados Unidos. É bem verdade que isso se deve principalmente ao envolvimento em conflitos internacionais, à exportação de armas e aos gastos com a militarização do país, experimentado pelos norte-americanos.

Na América do Sul, o Brasil é o nono país mais pacífico, atrás do Uruguai, que ocupa o primeiro lugar, e de países como Costa Rica, Panamá, Chile e Cuba. Em 2010, o Brasil ocupava a décima posição, atrás da Bolívia. Estamos na nona posição agora, Sr. Presidente.

E aí sim, começa a nossa nota crítica, sem merecer qualquer sinal de melhora que a projeção internacional nos confere.

Senão, vejamos: o Brasil apresenta níveis de crimes violentos, desrespeito aos direitos humanos, número de população encarcerada e número de homicídios por 100 mil pessoas iguais ou maiores do que os níveis da Colômbia e do México, respectivamente o primeiro e o quarto país menos pacífico do continente.

A desafiar nossa consciência, estão aí diante de nossos olhos vertentes macabras do crime e indicadores perigosos da falta de segurança em nosso País.

São pelo menos três desafios que precisamos vencer e sobre os quais, se me for dada oportunidade, quero discorrer de forma mais detalhada em outra ocasião.

Mas, apenas para que sirva de contraponto a esses indicadores externos, cito três elos dessa corrente do mal que precisam ser quebrados:

O primeiro deles é a violência, que tem levado à morte os jovens brasileiros, nas capitais, Estados, grandes conglomerados urbanos e mesmo em pequenos Municípios. Ajudar a encontrar resposta a essa pergunta é uma das propostas do Mapa da Violência 2011 - Os Jovens do Brasil, lançamento conjunto do Ministério da Justiça e do Instituto Sangari, braço social da Sangari.

Os casos de espancamento, o envolvimento com drogas, a deterioração do tecido moral são preocupantes e configuram extrema ameaça à juventude brasileira, que hoje avança com medo, insegurança e, ousaria dizer, com menos alegria de viver justo numa fase que deveria ser a mais alegre, a mais esperançosa. Pais e mães vivem a angústia diária do medo e tentam, da maneira que podem, manter seus filhos livres desse mal.

Destaco ainda mais uma vertente: a violência no trânsito. E isso nos faz refletir sobre como poderemos contribuir para a compreensão e a discussão de um dos maiores desafios que hoje enfrenta não só a sociedade brasileira como também as sociedades dos demais países, tamanha é a violência nas vias públicas, barbarizando nossas vidas cotidianas.

Finalmente, no mesmo grau de importância, destaco a questão da violência contra a mulher, centrando a minha brevíssima análise na problemática da vitimização feminina por homicídios.

Dada a relevância de cada uma dessas questões, espero, sim, ter oportunidade de discorrer sobre cada uma delas de forma mais completa.

Enfim, eu não poderia deixar de fazer esse registro que, como eu disse, é um contraponto aos índices que medem os indicativos de paz no mundo e que, nesta tarde de segunda-feira, circulam no meio noticioso internacional de maneira favorável ao Brasil.

O reflexo dos conflitos que eclodiram em diversos países, estimulados pelo rápido aumento nos preços de alimentos e combustíveis em 2008 e pela crise econômica são considerados nessa pesquisa. Outro fator, de acordo com a instituição, teria sido o aumento de risco de ataques terroristas em 29 países.

O Instituto pela Economia e pela Paz, que organiza a avaliação, diz que o mundo está menos pacífico pelo terceiro ano consecutivo. E nós estamos lá, como eu disse, no 74º da fila – melhor do que já estivemos, mas ainda num patamar que nos constrange e nos preocupa demais.

Sr. Presidente, estou concluindo e agradeço a generosidade. Sei que V. Exª já ia apertar a sirene, mas já estou quase concluindo.

Fica, em todo caso, este registro e com ele a expectativa de que realmente possamos um dia brindar, Senador Mozarildo e Senador Mário Couto, ao olharmos para essas estatísticas e vermos que avançamos, de verdade, nos indicadores de paz, de qualidade de vida, de respeito ao próximo, de dignidade e de alegria e paz para viver.

Concluindo, Sr. Presidente, neste momento, está me assistindo, aqui em Brasília, no Hospital Daher, minha genitora, mãe de treze filhos, dez filhos vivos hoje, a Dona Cícera, que fez uma cirurgia no sábado e, graças a Deus, bem sucedida. Ela está sintonizada lá, em recuperação.

Senador Aloysio Nunes, muito obrigado pela deferência, quando sempre me pergunta: – E a Dona Cícera?

Ela está se recuperando de uma cirurgia, aqui em Brasília. Ela também trouxe uma colega para fazer a mesma cirurgia, que, como o Senador Gilvam fala com muita propriedade, é a troca da dobradiça do joelho, a velha por uma nova. Está acompanhada também de uma amiga lá do Amapá, a Dona Maria, e toda a sua família.

Concluo este pronunciamento, agradecendo a generosidade, a paciência do próximo orador inscrito, o Senador Mário Couto, que permitiu que V. Exª me deixasse fazer este pronunciamento com esse tempo todo.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Cumprimento V. Exª, e estendemos também nossos votos de saúde e boa recuperação para sua mãe.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP)
– Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Passamos a palavra, neste momento, à Senadora Gleisi Hoffmann, que falará como oradora inscrita, e, em seguida, à Senadora Angela Portela.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR.
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, visitantes nas galerias do Senado, é um prazer recebê-los.

O que me traz, hoje, a esta tribuna é um motivo de comemoração pelo desenvolvimento da nossa economia, Presidente. Os analistas e investidores do mercado financeiro reduziram pela quarta semana consecutiva a projeção da inflação oficial para este ano.

Os dados são do Relatório Focus do dia 27 de maio. Isso é motivo de alegria, de comemoração, porque lembro, Sr. Presidente, no início deste ano, quando começaram as discussões sobre a questão econômica, muita gente dizia que a inflação estava descontrolada, que o Governo tinha perdido o controle da inflação, que a inflação era o principal elemento para o qual o Governo deveria voltado as suas atenções, porque a inflação realmente retirava a renda, a inflação deixava os pobres mais pobres, a inflação desestruturava a economia.

E nós sabedores disso; sabemos o malefício da inflação. Mas desde o final do ano passado, o Governo do Presidente Lula e, agora, o Governo da Presidenta Dilma tinham clareza muito grande do papel da política econômica, em todas as suas dimensões, de controle inflacionário. Em nenhum momento, titubearam em relação a isso. Sempre com firmeza, com determinação, mas, sobretudo, com responsabilidade pelo crescimento do País.

Dizia a Presidenta Dilma: “A inflação é a nossa prioridade no controle e no combate, mas nós não vamos fazer isso abrindo mão do desenvolvimento econômico, da geração de emprego e da melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro”.

Ouvi muitos, Sr. Presidente, desta tribuna, também na imprensa, analistas, parlamentares, dizerem que era um absurdo, que o único instrumento capaz realmente de debelar a inflação era a taxa Selic, que o Governo não estava sendo firme, naquele momento, para fazer esse enfrentamento e que nós iríamos pagar caro.

Quando saiu o acumulado da inflação dos doze últimos meses, no mês passado, em que passamos a banda superior da meta, ouvimos muitas críticas. E, desta tribuna, tanto eu, como muitos companheiros, colegas Senadores, vieram aqui explicar que aquele acumulado levava em consideração a retirada de meses de inflação muito baixa de 2010 e, por isso, nós começávamos a ver uma inflação maior pelo período mais recente, mas que essa inflação entraria em declínio.

Muitos não acreditaram. E hoje venho a esta tribuna, Sr. Presidente, para trazer um relatório do

mercado sobre índices inflacionários e índices que estão caindo.

Só para se ter uma idéia, Sr. Presidente, há quatro semanas o Relatório Focus apontava um IPCA de 6,37%. Há uma semana, de 6,27% e no dia 27 de maio, de 6,23%.

A mesma coisa com o IGP-DI. Há quatro semanas, 7,01%. Há uma semana 6,89%, no dia 27 de maio, 6,84%.

O IGP-M, há quatro semanas, 6,9%, há uma semana, 6,8% e continua a meta em 6,79%.

Sr. Presidente, esses índices mostram que a política econômica conduzida pela Presidenta Dilma, a firmeza do Banco Central, a tranquilidade da equipe econômica estão colocando a inflação no seu devido lugar. Está sob controle, descendo, cada vez mais, e chegaremos, no ano que vem, ao centro da meta, mas o que é mais importante, Sr. Presidente, sem comprometer o desenvolvimento deste País, sem comprometer a geração de emprego, sem comprometer o bem estar do povo brasileiro.

O Governo Central apresentou um superávit primário, o tão falado superávit primário, necessário para equilibrar as nossas contas e também para pagar a nossa dívida, reduzindo a relação dívida/PIB.

E o superávit primário do mês de abril ficou em R\$15,6 bilhões, contra R\$9,1 bilhões registrados no mês anterior. Isso quer dizer que o Governo fez a economia que se pretendia fazer.

No acumulado de janeiro a abril, a economia do Governo foi de R\$41,5 bilhões, o que já ultrapassa, antes da metade do ano, a metade da economia prevista para o ano de 2011, que é R\$81 bilhões.

Isso é resultado da política fiscal feita neste País pela Presidenta Dilma. Quando ela disse: “Nós vamos conter despesas, nós vamos fazer uma restrição orçamentária de 50 bilhões, nós vamos, sim, fazer economia para baixar a relação dívida/PIB, pouca gente acreditou.

E aqui hoje estamos avaliando o resultado de cinco meses de Governo, mostrando de forma concreta, com números, com dados, que a política econômica tem consistência.

A receita bruta do Tesouro Nacional, em abril de 2011, foi de R\$70,9 bilhões, um crescimento de 27% em comparação com o mês de março.

Já na despesa, houve crescimento de apenas R\$2,3 bilhões.

O investimento total no acumulado de janeiro a abril obteve crescimento de 5% em relação ao mesmo quadrimestre de 2010. É importante lembrar aqui que, em 2010, ainda vivíamos no ciclo expansionista de despesas do Governo, principalmente em relação a

crédito e a investimentos, porque estávamos fazendo frente ao rescaldo da crise internacional. Mas entramos neste ano em um contraciclo, ou seja, em uma política de restrição. Mesmo assim, tivemos os investimentos majorados. Até abril deste ano, foram aplicados R\$13,4 bilhões em investimentos. Em 2010, no mesmo período, R\$12,8 bilhões.

O PAC, Sr. Presidente, que é o grande programa que acelera o crescimento deste País e que leva em consideração o planejamento de médio e longo prazo, teve o crescimento de 39% nos seus desembolsos neste quadrimestre, passando de R\$5,4 bilhões, em abril de 2010, para R\$7,5 bilhões, no mesmo período de 2011.

Aqui, novamente, a Presidente Dilma apresenta o que ela se comprometeu como País no início do seu mandato: “Vamos, sim, segurar a inflação; vamos, sim, fazer boa gestão da economia, mas vamos ter investimento, e no investimento não vamos ter economia, porque investimento é o que tem condições de manter o país funcionando e crescendo e debelando a inflação no futuro”.

Seria a mesma coisa se tivéssemos tido investimento no passado na área de energia, na área de transporte, hoje teríamos uma situação muito melhor na economia, mas a visão era outra. O que acontecia? Se tinha um pouco de inflação, cortava-se a despesa de forma linear, inclusive os investimentos. Assim, não tinha como o País responder à demanda, e gerava-se um ciclo vicioso. Hoje temos um ciclo virtuoso. Se precisamos fazer economia, não são os investimentos que vamos cortar. São as despesas de custeio que vamos segurar. Os investimentos continuam para fazer frente ao crescimento deste País.

Também cresceram no primeiro quadrimestre deste ano as transferências para Estados e Municípios, Sr. Presidente. Os recursos somaram R\$56,3 bilhões, o que representa R\$12,1 bilhões a mais que no mesmo período de 2010. Quase 30%, Sr. Presidente, a mais de transferência para Estados e Municípios, e sabemos a importância que isso tem nas economias locais. Os Estados e Municípios também estão se beneficiando de uma política econômica acertada, de crescimento econômico, que traz com certeza um recolhimento maior de nossa receita.

O Relatório Focus também demonstrou que o mercado financeiro acredita ainda em uma redução da relação entre a dívida líquida do setor público e o Produto Interno Bruto, conjunto das nossas riquezas, que deve fechar o ano em 39,2% e não mais nos 39,23% projetados anteriormente.

Sr. Presidente, esse dado é muito importante. Em 2002, nós tínhamos uma relação da dívida/PIB de

60,6%. O Governo do Presidente Lula e o Governo da Presidenta Dilma estão reduzindo para quase a metade a relação da dívida/PIB. Isso é muito importante, porque quer dizer que teremos mais dinheiro para investimento, para contratar serviço para os brasileiros, pagando menos serviço da dívida, porque é uma dívida que impacta menos o nosso orçamento.

Então, quero aqui parabenizar nossa equipe econômica, o Ministro Guido Mantega, a Ministra Miriam Belchior, sobretudo a nossa Presidenta e o nosso Presidente do Banco Central pelo esforço que estão fazendo, mostrando, sim, que é possível ter uma gestão da macroeconomia sem comprometer desenvolvimento econômico, como sempre disse a nossa Presidenta Dilma.

Os analistas mantiveram em 4% a estimativa de crescimento da economia este ano. O Governo e o Ministro Guido Mantega mantêm em 4,5%. E não é pouca coisa, ainda que fosse 4%. É um crescimento em cima de um crescimento de 7,5% que tivemos em 2010! Um crescimento muito grande da economia brasileira, como há muito tempo não víamos! E se crescer agora 4,5%, 4%, o impacto para o País, para a riqueza do Brasil e do seu povo será muito grande. A expansão da produção industrial também foi mantida em 3,73%.

Sr. Presidente, sei que V. Ex^a é um militante dessa área, um defensor dos trabalhadores, da geração de emprego. O Brasil criou, no mês de abril, com carteira assinada, 272.225 empregos. O resultado está acima da média dos últimos quatro anos, que ficou em torno de 250 mil empregos mensais. Não é pouca coisa, Sr. Presidente.

Já assistimos a este País ter índices recordes de desemprego. Só para ter uma ideia, Sr. Presidente, o índice de desemprego atual medido pelo Caged é o menor da série histórica: 6,4%. Nós estamos quase chegando a uma situação de pleno emprego no Brasil. Qual foi a época em que vimos isso? Talvez no "milagre econômico", quando nós tínhamos ainda neste País o governo militar, com os investimentos do Governo Geisel, talvez lá.

Temos 6,4 de desemprego, e a tendência é o emprego crescer. Isso é uma maravilha, Sr. Presidente! Porque é isso que dá sustentação a uma economia, é isso que distribui renda, é isso que dá dignidade ao povo brasileiro. É isso que dá dignidade! Nós temos, sim, programas sociais de ajuda na renda, como o Bolsa Família e tantos outros. Mas o principal do governo do Presidente Lula, o principal do Governo da Presidenta Dilma é resgatar a dignidade dos trabalhadores, é dar oportunidade de trabalho, é dar condições melhores de vida. E esse é o resultado. Aqui não tem ilação, Sr.

Presidente, aqui não tem eu acho, aqui tem dados que mostram a eficiência dessa política econômica.

Entre as unidades da Federação, 23 Estados tiveram aumentos no nível de emprego, com Rio de Janeiro e Amazonas registrando saldo recorde para o mês, e o meu Estado do Paraná está também entre aqueles que mais geraram emprego.

Outros seis Estados apresentaram segundo melhor resultado para o período. Entre janeiro e abril deste ano foram gerados 880.711 postos de trabalho formal, incorporando as declarações fora de prazo. O resultado, equivalente a um crescimento de 2,45% em relação ao estoque de empregos de dezembro de 2010, é o terceiro melhor do Caged no período de 2003 a 2011.

Nos últimos 12 meses, o montante de empregos gerados no Brasil foi de 2.294.809 postos de trabalho, correspondendo ao aumento de 6,65% em relação ao estoque de trabalhadores.

E isso passando por uma crise devastadora, uma crise mundial que o Brasil enfrentou com galhardia, com competência, com responsabilidade. Como disse o ex-Presidente Lula "fomos os últimos a entrar e os primeiros a sair da crise, protegendo o povo e a renda do trabalhador."

A Região Sul do País, que é a minha região, gerou 46.585 mil novos postos de trabalho formal no mês de abril. O resultado representa a segunda melhor colocação nacional, ficando atrás do Sudeste; no acumulado do ano a região soma mais de 199 mil vagas com carteira assinada. O resultado do mês ficou positivo nos três Estados: Paraná, com quase 21 mil postos; Rio Grande do Sul, com 17 mil e Santa Catarina, com quase nove mil.

Houve um anúncio muito positivo aos nossos exportadores feito pelo Ministério da Fazenda na semana passada, no *Diário Oficial da União*, sob a Portaria nº 260, que simplifica a devolução dos créditos do PIS e Cofins para os exportadores. Este Governo tem grande responsabilidade com as indústrias de exportação deste País e está protegendo, sim, aqueles que produzem e trazem divisas para o nosso País. Com a mudança, as empresas que tiverem 10% do seu faturamento bruto oriundos de exportação terão direito a devolução de crédito. Pela legislação anterior, o faturamento teria de ser de 15%. Portanto, ao abaixar o faturamento, mais empresas estão incluídas e mais empresas podem ser ajudadas e protegidas da situação cambial que atravessamos.

Segundo o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, o Governo está preparando um mecanismo automático de ressarcimento de crédito que deve começar a ser implantado entre junho e dezembro deste ano. Os

créditos serão liberados em sessenta dias, de forma quase automática. É um alívio para o exportador, que tradicionalmente ficava muitos anos esperando a devolução do seu crédito de imposto. O Ministro Mantega ressaltou ainda que os empresários poderão resgatar o estoque de créditos acumulados desde 2009 nesse curto espaço de tempo. Antes, os exportadores estavam limitados a resgates a partir de abril de 2010. Segundo ele, o fluxo atual de créditos pedidos pelas empresas está em torno de R\$2 bilhões.

São notícias, Sr. Presidente, realmente muito alvissareiras e muito importantes para a economia brasileira que faço questão de registrar nesta data, no final do mês de maio. Sob todos os prognósticos pessimistas de mercados – alguns inclusive torciam para que desse errado –, o Governo da Presidenta Dilma está mostrando ao País responsabilidade na condução da política econômica e fazendo isso sem comprometer o emprego, sem comprometer a renda, sem comprometer o crescimento da nossa economia. Mostramos, mais uma vez, ao Brasil que é possível, sim, crescer, ter estabilidade, distribuir riqueza e ser um País cada vez mais referencial e respeitado no mundo.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, ao finalizar meu pronunciamento, para tratar de um tema que tem me tomado a atenção durante esses últimos dias aqui no Congresso Nacional, no Senado da República, que é a tarifa de pedágio do meu Estado, do Estado do Paraná. E por que não dizer a tarifa de pedágio de algumas concessões federais feitas na década de 90, mais especificamente em 97, 98, com tarifas altas para o usuário?

Um jornal do meu Estado, o jornal *Gazeta do Povo*, trouxe uma matéria de domingo que eu gostaria de deixar registrada porque fiz aqui requerimento ao Tribunal de Contas da União sobre essa situação, mostrando que o pedágio do Paraná – e já tinha dito isto desta tribuna – é um dos pedágios mais caros do Brasil.

Não queremos aqui, Sr. Presidente, que o empresário responsável pela concessionária deixe de ter o seu lucro, deixe de ganhar, afinal é um negócio, é um contrato. O que nós não podemos permitir é que esse ganho extrapole a razoabilidade contratual.

Sempre que um empresário perde num contrato ele se vale de uma cláusula que se chama reequilíbrio contratual, reequilíbrio econômico e financeiro

do contrato. Está na hora de nós termos o reequilíbrio econômico e financeiro dos contratos de pedágio do Brasil – os primeiros assinados, os primeiros lotes – e também do meu Estado, do Estado do Paraná.

Portanto, fico muito feliz de receber do Tribunal de Contas da União a assertiva de que ele é competente para fazer as análises dos contratos do Estado do Paraná. Nós aprovamos no plenário desta Casa um requerimento de minha autoria que foi aqui apoiado por vários Senadores, entre eles o Senador Alvaro Dias, que está neste plenário, meu colega de Estado, para que os contratos de pedágio do Estado do Paraná também fossem verificados pelo Tribunal de Contas da União à luz da verificação que estava ocorrendo em relação aos contratos federais, aos de concessão federal da década de 90. O Tribunal julgou-se competente e vai verificá-los.

Uma das questões mais importantes a ser analisada nesses contratos é a taxa interna de retorno das concessionárias. O quanto essas concessionárias estão ganhando nesse período.

Essa matéria de que falo aqui dá conta de que, nos últimos doze anos, as concessionárias tiveram um aumento de 238% em relação àquilo que arrecadavam no início do pedágio no Estado do Paraná.

Espero que todos esses dados estejam à mostra e venham a público, para que, se tivermos que negociar, como o Governo do meu Estado do Paraná pretende, nós possamos negociar com todos os elementos à mesa e para que não seja, mais uma vez, o usuário do pedágio o responsável para assegurar aumentos e para dar garantias de crescimento e de receitas de concessionárias. Nós queremos o equilíbrio desses contratos. Nós queremos o justo, a justiça. Portanto, não posso deixar aqui de fazer este registro e de agradecer ao Tribunal de Contas o pronto recebimento do requerimento e a designação, de imediato, de um dos seus Ministros, José Múcio, para analisar a matéria.

Agradeço, Sr. Presidente, a atenção e a todos aqueles que acompanham esta sessão do Senado Federal.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A
SR^a SENADORA GLEISI HOFFMANN EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art.210, Inciso I e § 2º do Regimento Interno).

GAZETA DO POVO

TRANSPORTE • FATURAMENTO DAS CONCESSIONÁRIAS QUE ATUAM NO PARANÁ CRESCERAM 238% DESDE 2001

PREÇO DO PEDÁGIO TRIPLICA EM 12 ANOS

Entre 2001 e 2010, as concessionárias de rodovias que atuam no Paraná turbinaram sua arrecadação anual em 238%, passando de R\$ 355 milhões para R\$ 1,2 bilhão. Esse aumento foi bancado, principalmente, pelo usuário, por meio do preço da tarifa e do volume de tráfego. O valor desembolsado para pagar o pedágio praticamente triplicou desde o início da concessão (1998) – o aumento médio foi de 185%, enquanto a inflação no período ficou em 118%. Alguns trechos registraram alta de 224%, como é o caso do percurso entre Curitiba e o litoral, cuja tarifa para carros de passeio passou de R\$ 4,10 para R\$ 13,30. O aumento dos custos operacionais das concessionárias foi de 138% no período. O valor médio das tarifas cobrado nas estradas pedagiadas do Paraná é maior do que nos demais sistemas de concessão do país (veja ao lado). *Vitória e Cidadania, 4*

TARIFA MÉDIA	
PARANÁ	R\$ 14,35
RIO GRANDE DO SUL	R\$ 8,75
SÃO PAULO	R\$ 8,15
RODOVIAS FEDERAIS	R\$ 6,53

O valor médio foi calculado pela arrecadação total com a tarifa dividida pelo número de veículos pagantes. O objetivo é mostrar o quadro geral dos preços nos diferentes sistemas. A Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) não concorda com a comparação pela média porque a variação de receita pelos diferentes tipos de veículos (de passeio, caminhões, moto) oscila muito.

POR DENTRO DA CONCESSÃO

RODOVIAS

Pedágio sempre em alta

Kátia Brummett

A combinação de tarifas justas das tarifas de pedágio acima da inflação com o aumento do número de veículos circulando nas rodovias concedidas do Paraná fez a arrecadação das concessões subir 238% nos últimos nove anos. As concessionárias que administram estradas no estado arrecadaram juntas, em 2010, R\$ 355 milhões e fecharam 2010 com faturamento de R\$ 1,2 bilhão. Os dois principais fatores que elevaram a receita foram justamente as correções da tarifa — que quase triplicou desde o início da concessão, com aumento de 185% — e o crescimento do tráfego, na taxa de 51%.

A comparação da receita das concessões das rodovias elaborada pela Gazeta do Povo, demonstrando os primeiros anos do contrato de concessão (de 1998 a 2000), quando oscilações nos valores das tarifas decorrentes de reajustes unilateral do governo do estado distorciam a análise. No período de nove anos, entre 2001 e 2010, as despesas não aumentaram na mesma proporção que as receitas.

Os custos operacionais, por exemplo, subiram 138% — 100 pontos percentuais a menos que a arrecadação. Temos bons resultados em função de uma gestão mais qualificada”, pondera o presidente regional da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, João Chaminado Neto. Já o aumento do valor investido em novas obras foi de 394% em nove anos — é preciso considerar que o investimento inicial foi mais alto nos primeiros anos da concessão.

Outro fator que faz a receita das concessionárias paranaenses apresentarem uma variação positiva é significativa é que, no Paraná, a proporção de caminhões e ônibus nas rodovias é expressiva. Para cada dois veículos leves trafegando, há um veículo pesado. Em São Paulo, a proporção é de três veículos leves para cada pesado. Caminhões e ônibus pagam pedágio por eixo, o que faz os valores unitários serem muito maiores.

Valor repassado

Para o economista Marcelo Curado, a quantidade de caminhões nas estradas do estado — semelhante ao tipo de tráfego em rodovias com concessão federal — é uma prova de que o valor repassado tem maior impacto nos movimentos econômicos no Paraná. “O pedágio não pressupõe quem vai pagar a passagem cobrada. Quem usa a rodovia repassa o custo e todos os produtos e serviços acabam sofrendo variações. Podem aumentar custos de exportação e importação de mercadorias”, afirma.

O professor avalia ainda que o crescimento de 238% das receitas — compensado a um aumento menor de despesas e investimentos — indica que as concessionárias paranaenses estão bem gerenciadas. Além disso, afirma, os dados mostram o equilíbrio do sistema paranaense de pedágio em comparação com o 10% e 14% da receita dos pedágios em todo o país, incluindo o Paraná. “É impressionante que apenas 6% da frota pagante no país tenha gerado receita de R\$ 355 milhões”, afirma.

PEDÁGIO EM NÚMEROS

Conhecer todas as informações sobre os contratos de concessões de rodovias faz parte da busca por declarar quais variáveis estão na mesa de negociação do pedágio no Paraná. Acompanhe alguns indicadores:

RECEITA (BEM) EM ALTA

O valor que as seis concessionárias do Paraná arrecadaram no ano passado é o maior da história da concessão. Na mesma época, a inflação subiu bem menos. Os gastos e investimentos não aumentaram na mesma proporção de receita.

Receita de pedágio do Paraná
R\$ milhões

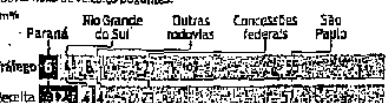


Investimentos
R\$ milhões



TRÁFEGO X RECEITA EM 2010

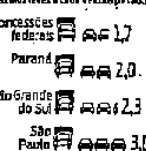
A participação das concessionárias paranaenses no sistema que engloba todos os pedágios do Brasil mostra mais influência proporcional nas receitas do que no fluxo de veículos pagantes.



PESADOS X LEVES

A proporção de veículos pesados, como caminhões, nas rodovias da concessão paranaense é maior que a encontrada nas estradas de São Paulo e Rio Grande do Sul. É a quantidade de veículos com mais eixos pesada a arrecadação.

Veículos leves e cada veículo pesado



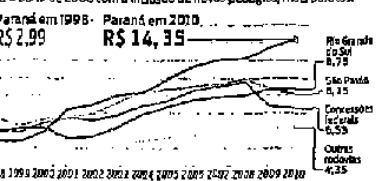
ACIMA DA INFLAÇÃO

Além de pagar um valor médio das tarifas praticadas no Paraná em 1998 com a metade do preço atual, o aumento é de 185% — acima dos 117,8% da inflação.



ÍNDICE MÃO NO BOLSO

A tarifa média a cada passagem de veículo em praça de cobrança é o resultado da divisão do valor total arrecadado entre o número de concessão pelo número de veículos pagantes. A partir de 2004, o Paraná começou a se distanciar dos demais sistemas e assume a dianteira no valor unitário de despesa. As concessões federais e as paulistas alteraram a tendência de alta a partir de 2008 com a inclusão de novos pedágios, mais baratos.



ANÁLISE

É preciso ver relação preço com qualidade

Os aumentos consideráveis nos valores da receita do tarifa do pedágio, na avaliação de especialistas consultados pela Gazeta do Povo, não podem ser analisados sem ponderar a qualidade do serviço oferecido. Pagar R\$ 10 por algo que é muito bom pode ser barato, enquanto pagar R\$ 1 por algo que é muito ruim pode ser caro”, diz o economista Marcelo Curado.

O professor Luiz Afonso Senna, integrante do Laboratório do Sistema de Transportes da UFPR e um dos principais especialistas em pedágio do país, destaca a dificuldade de analisar o momento presente avaliando o que foi no passado. “Quando os contratos foram feitos, houve uma decisão de fixar o preço de pedágio em R\$ 2,00 por eixo”, afirma.

Para o analista Sandro Silva, do Departamento Interinstitucional de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIESE) no Paraná, o aumento da tarifa de pedágio em 185% em nove anos é uma boa notícia. “Mas é preciso avaliar se a qualidade do serviço oferecido está sendo paga”, afirma.

NEGOCIAÇÃO

Detalhes de concessões são revisados

O sistema de concessão estadual, baseado em contratos de concessão de pedágio em 1998, está em revisão. O governo e as concessionárias estão na mesa de negociações para avaliar se é possível reduzir tarifas, incluir e alterar obras e reduzir outros aspectos, como a priorização de obras de manutenção. A última revisão foi feita em 2004, a partir de maio, as 140 ações que foram implementadas.

Em seis meses, técnicos do governo estadual e das concessionárias se reuniram em três ocasiões e é possível encontrar mais vezes nos próximos dias para avaliar diversas possibilidades de alterações nos termos dos contratos. Todos os informes sobre o pedágio no Paraná estão sendo avaliados.

Em valores absolutos, não corrigidos pela inflação, as concessões da BR-262 já arrecadaram R\$ 7,6 bilhões em 12 anos de contrato e tiveram investimentos que somam R\$ 2,3 bilhões. Já as despesas operacionais somaram R\$ 3,2 bilhões. (R&P)

Valor da tarifa quase triplicou em 12 anos

Em comparação com os preços que eram praticados quando o pedágio foi implantado no Paraná, em 1998, as tarifas praticamente triplicaram. A variação de 185% representa a média dos valores praticados em várias praças do estado. Alguns trechos subiram bem acima desse percentual, como é o caso do percurso entre Curitiba e o litoral paranaense. A tarifa original era de R\$ 4,10 e atualmente está em R\$ 13,30 — oscilação de 224%.

O reajuste das tarifas é bem maior que a variação inflacionária do período (de 1998 a 2010), que foi de 117,8% em 12 anos. Diferentemente de cobratos mais recentes de pedágio, como os de São Paulo e de São Paulo, o modelo paranaense não usa o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é o índice oficial de inflação, como fórmula para reajustar os valores cobrados nas praças. Uma combinação de indicadores econômicos — a maioria exclusiva do setor de obras rodoviárias — é que altera, ano a ano, as tarifas no Paraná.

Para o analista Sandro Silva, do Departamento Interinstitucional de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIESE) no Paraná, o aumento da tarifa de pedágio em 185% em nove anos é uma boa notícia.

Além dos reajustes inflacionários, as tarifas também subiram em função de aumentos programados por alterações contratuais. A decisão de reduzir o valor pela metade por 18 meses e de modificar o cronograma de obras gerou os chamados deprecios tarifários; uma variação percentual a mais era incorporada à tarifa, além do reajuste previsto. (ICB)

INTERATIVIDADE

Você acha que o valor cobrado pelo pedágio no Paraná é justo? Por quê?

Escreva para inter@diariodopovo.com.br. As melhores respostas serão publicadas na Coluna do Leitor.

Preço médio cobrado no Paraná é de R\$ 14,35

A tarifa média paga por veículo unitário que passa nas praças de pedágio paranaenses é de R\$ 14,35 — preço bem acima dos demais sistemas de concessão integrados no Brasil. O valor é calculado ao dividir toda a arrecadação com pedágio pelo número de veículos pagantes, levando em consideração que veículos pesados pagam, a cada passagem, bem mais do que os automóveis.

Não é possível afirmar com base nesse indicador que o pedágio paranaense é o mais caro do país. A conta tem o objetivo de mostrar o quadro geral de cobrança — e bate com uma das principais reclamações dos usuários (preço alto). É evidente que os veículos com mais eixos, como caminhões e ônibus, têm participação considerável no peso da arrecadação das concessionárias do Paraná.

A Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) rechaça qualquer comparação entre os diversos sistemas de pedágio e avalia que a divisão dos valores arrecadados pelos veículos pagantes mostra uma boa distribuição, já que o preço cobrado varia de acordo com o eixo. Diante da comparação

“A divisão da receita por tráfego é uma associação muito simples para uma questão que é complexa.”

Romeu Stenzel, coordenador do DER-PR.

Povo, o coordenador de Concessão e Pedágio do Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná (DER-PR), Romeu Stenzel, defendendo por outros pontos, também não concorda com a conta. “O sistema apresenta tarifas elevadas em relação ao perfil econômico do estado. Mas a divisão de receita por tráfego, contudo, é uma associação muito simples para uma questão que é complexa. Não leva em consideração fatores como tipo da via, investimentos e quilômetros percorridos. Assim, não reflete a realidade.”

Somente comparações com outros modelos de concessão poderiam indicar se o sistema paranaense é caro ou não. Mas a variedade de fatores que precisam ser considerados na avaliação é tão grande que inviabiliza qualquer tentativa de encontrar

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento, Senadora Gleisi Hoffmann. V. Exª será atendida na forma regimental quanto aos documentos.

Passamos de imediato a palavra à nobre Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na condição de Presidente da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, da qual V. Exª é Presidente, gostaria de registrar que, no último dia 28 de maio, sábado, foi comemorado o Dia Nacional da Redução da Mortalidade Materna e o Dia Internacional da Saúde da Mulher.

Comemorado é uma forma de falar; na verdade, foi um dia de mobilização em todo o Brasil. E essa mobilização é extremamente necessária já que a mortalidade materna é uma das piores formas de violação de direitos humanos cometidas contra as mulheres, principalmente quando se sabe que 92% dessas mortes poderiam ser evitadas com atendimento adequado.

Mortalidade materna, Sr. Presidente, é a morte da mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término dessa gestação em decorrência de complicações da própria gravidez, do parto ou puerpério.

Estudo da Organização Mundial da Saúde revela que cerca de quinhentas mil mulheres morrem anualmente em todo o mundo vítimas de complicações relacionadas a gravidez. Apenas 5% desses óbitos ocorrem em países desenvolvidos. A maioria absoluta é registrada em países em desenvolvimento. Nesses países, o risco de uma mulher morrer de complicações relacionadas com a gestação é 36 vezes maior. Vinte e oito mil mulheres morrem todos os anos na América Latina por esse motivo. Em alguns países, como Peru e Haiti, a razão é de duzentos óbitos para cada 100 mil nascidos vivos. Para efeito de comparação, no Canadá e nos Estados Unidos, esta razão cai para menos de 9 por 100 mil nascidos vivos.

No Brasil, felizmente, avançamos muito nos últimos anos, mas ainda estamos longe de apresentar taxas compatíveis com outros países do mesmo nível de desenvolvimento econômico e social do Brasil.

De acordo com o Ministério da Saúde, a cada 100 mil nascimentos no País, 68 mulheres perdem a vida. Essa é uma das principais causas de óbito de mulheres com idade entre 10 e 49 anos no Brasil.

Já foi muito pior, Sr. Presidente. Em 1990, essa razão era de 140 mortes maternas para 100 mil nascidos vivos. Mas ainda estamos muito longe da meta que o Brasil assumiu com a ONU e que consta dos

Objetivos do Milênio, que é de 35 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos até 2015.

Entre 1990 e 2007, a redução foi de 56%, quando a taxa chegou a 75 mortes maternas. Para atingir a meta pactuada nos Objetivos do Milênio, no entanto, a redução teria que ser de 48% nos próximos quatro anos.

Observe-se que é um objetivo pouco ambicioso a ser atingido. Trinta e cinco mortes maternas por 100 mil nascidos vivos ainda está muito acima dos resultados obtidos por países desenvolvidos.

Esta deve ser, portanto, uma luta sem trégua, Sr. Presidente, já que um dos principais problemas do Brasil é a subnotificação desses óbitos, principalmente nos Estados das Regiões Norte e Nordeste, onde a mortalidade materna é ainda mais alarmante.

Nesse sentido, quero aqui chamar a atenção para a importância do trabalho desenvolvido pelos Comitês Estaduais e Municipais de Mortalidade Materna. Embora sua implantação tenha sido iniciada no Brasil em 1984, como estratégia de política de assistência integral à saúde da mulher, somente em 2005 os comitês estavam efetivamente funcionando em todos os Estados. E a maioria dos Municípios brasileiros, infelizmente, ainda não tem seu comitê de mortalidade materna.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senadora Angela Portela, o assunto que V. Exª aborda, que é de interesse nacional, mexe diretamente comigo, como obstetra que sou, como homem que dediquei mais de uma década da minha vida a fazer partos e pré-natais. Tive, inclusive, a ousadia de ser o parteiro dos meus três filhos, fiz os três partos da minha mulher. E quero dizer que esses números citados por V. Exª, conquanto representem realmente uma melhora significativa, como V. Exª frisou, ainda são uma vergonha para o País, notadamente, disse muito bem V. Exª, na nossa Região Norte e Nordeste. E aí se pergunta: mas por quê? É difícil demais de fazer isto? Não é não, Senadora Angela Portela. Se os Governo Federal, estadual e o municipal priorizassem, de fato, a saúde... E aí é muito fácil de saber: se você se dedicar à saúde da mulher e à saúde da criança, está cuidando de mais de 70% da saúde do ser humano. No entanto, a saúde da mulher ainda tem esses números lamentáveis. E no nosso Estado, por exemplo, a notícia que temos tido nos jornais é que a maternidade suspende cirurgias, suspende procedimentos, pacientes têm que levar remédios, porque o governo não prioriza realmente a saúde da mulher e, portanto, também a saúde da criança que nasce. Eu quero dizer que é preciso realmente que haja um respaldo do Ministro Padilha, que

é um homem sério, um médico competente, fazendo parte, como está fazendo, do esforço da Presidente Dilma, como mulher, no sentido de procurar mudar essa realidade, para que possamos, muito em breve, comemorar outros números. É muito fácil, basta que tenhamos treinamento de parteiras, tenhamos maternidades mais bem equipadas, tenhamos ambulatórios para bons pré-natais e possamos ter também a presença de uma equipe médica quando haja necessidade de uma intervenção. Quero cumprimentar V. Ex^a pelo tema e dizer da minha admiração muito grande por aqueles que se dedicam à saúde da mulher.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR)

– Muito obrigada, Senador Mozarildo Cavalcanti. Infelizmente, não observamos em nosso Estado, em Roraima, uma política pública desenvolvida na área de saúde com seriedade, que possa amenizar, diminuir esses indicadores frustrantes e violentos contra a saúde da mulher.

Felizmente, no âmbito do Governo Federal, observamos o empenho da Presidenta Dilma, que lançou, na Região Norte, em Manaus, um programa de atenção à saúde da mulher. Então, esperamos e temos confiança de que o lançamento desses programas do Governo Federal possa repercutir nos Estados, inclusive no nosso Estado de Roraima, para amenizar os índices de mortalidade materna em todo o País.

Mas, para isso, Senador Mozarildo Cavalcanti, gostaria de destacar também que a valorização e a implementação dos Comitês Estaduais e Municipais de Mortalidade Materna são de fundamental importância. Esses comitês são organismos de natureza interinstitucionais, multiprofissionais e confidenciais que visam analisar todos os óbitos maternos e apontar medidas de intervenção para sua redução na região de abrangência.

É um importante instrumento de acompanhamento, avaliação e monitoramento permanente das políticas de atenção à saúde da mulher brasileira.

Quero também destacar aqui uma iniciativa que consideramos da maior relevância para reduzir, rapidamente, estes indicadores que constroem o Brasil diante da comunidade internacional.

Não por acaso, Sr. Presidente, uma das primeiras medidas do Governo da Presidenta Dilma foi o lançamento do Programa Rede Cegonha, um amplo programa que assegura assistência integral à saúde da mulher e da criança, desde o momento da confirmação da gravidez até os dois anos de vida do filho.

Uma das principais preocupações do Rede Cegonha é assegurar o auxílio-transporte para que as mulheres grávidas possam comparecer aos centros médicos a fim de fazer todos os exames do pré-natal,

assim como um vale-táxi para que, no dia do parto, possam se deslocar com segurança até a maternidade onde foi agendado o atendimento. Isso vai por fim a um dos piores e mais desumanos problemas enfrentados pelas mulheres pobres deste País, que é a peregrinação de hospital em hospital na hora de dar à luz ao seu filho.

O programa Rede Cegonha também estabelece a criação de uma rede de assistência para as gestantes de alto risco e assegura todos os exames necessários para que a mulher exerça, em segurança, o sagrado direito de ser mãe. As ações serão concentradas principalmente nos Estados do Norte e Nordeste, que ostentam os piores indicadores.

Não podemos ignorar que o programa Rede Cegonha, com atendimento humanizado, com assistência integral, de forma solidária e carinhosa, é mérito da Presidenta Dilma e decorre do fato de termos, pela primeira vez, uma mulher no comando deste País.

Sr. Presidente, esperamos que os resultados sejam obtidos rapidamente e que o Brasil possa avançar para além dos Objetivos do Milênio pactuados com a Organização das Nações Unidas, porque, como já disse, a meta de 35 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos ainda é muito modesta e está aquém da nossa capacidade como uma nação que se projeta entre as mais importantes do mundo.

Então, queria, mais uma vez, registrar a importância de haver uma mobilização em todo o País em função do Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna e do Dia Internacional da Saúde da Mulher.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senadora Angela Portela, mostrando, mais uma vez, porque V. Ex^a é Presidente da subcomissão que trata dos direitos da mulher aqui no Senado da República. Parabéns a V. Ex^a.

Passamos, de imediato, a palavra, como orador inscrito, ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna deste Senado Nacional, na tarde de hoje, pedir, primeiro, consentimento ao povo brasileiro para falar mais uma vez para o meu querido Estado do Pará, o Estado da Virgem de Nazaré.

Falei aqui, na semana passada, meu caro Líder Alvaro Dias, e hoje vou dividir a minha fala em duas etapas: uma comentando a resposta do promotor público do meu Estado diante do meu discurso; a outra, falando do que publicou o jornal *Diário do Pará*, no dia de ontem, sobre minha pessoa. Não vim aqui, para en-

se, para me defender. Não tenho de que me defender. Hoje, por obrigação, presto esclarecimentos.

O promotor público, na semana passada, citou, no caso da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, o período em que fui presidente daquele órgão, dando conta de irregularidades no órgão que dirigi há seis anos, irregularidades que o Promotor preferiu englobar de 2000 a 2010, sem sequer citar números ou dar explicações por períodos. Lógico, Presidente.

Estou à disposição de qualquer magistrado para prestar qualquer esclarecimento a respeito da minha administração. Os meus diretores da época estão à disposição do nobre Promotor de Justiça do Ministério Público para prestar qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto, enquanto V. Ex^a toma um gole d'água, registro a presença dos alunos do 2º ano do ensino médio do Colégio Projeção, do Guará, Distrito Federal.

Sejam bem-vindos à Casa.

Senador Mário Couto na tribuna.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Até por questões de ética, meu querido Promotor, se V. Ex^a tem alguma dúvida a respeito da minha administração, mande um questionário para que eu possa responder. Se existe essa história de foro privilegiado, eu o quebro, Promotor. Eu sou contra isso, Promotor. Acho que não tem porque se dar foro privilegiado a qualquer cidadão brasileiro, pois todos têm os mesmos direitos. Quebro! Estarei à sua disposição na hora em que V. Ex^a – permita-me chamá-lo de V. Ex^a – precisar de qualquer informação minha ou de minha equipe.

Só lhe peço um favor, Promotor: não me confunda com aqueles que já foram chamados para depor em Comissões de Ética, para responder a processos. São vinte anos, meu querido Promotor. Vinte anos de vida pública, de mandatos consecutivos. Vinte, Mozarildo! Consecutivos, com uma ficha limpa, com um mandato limpo, sem responder – repito, paraenses – sem responder em qualquer Comissão de Ética, e hoje até faço parte dela, por respeito que meus colegas tiveram por mim.

Meu patrimônio, Promotor, meu patrimônio é pequeno. Queria eu poder ter um apartamento do tamanho do apartamento do Palocci, queria eu poder, na minha vida, ter um apartamento de seis milhões e meio. Meu patrimônio é pequeno. Ah, se formos comparar com outros!

Não tem milagre, não existe milagre na constituição de patrimônio, meu caro Senador Paim. Patrimônio não se constrói do dia para a noite, a riqueza não se constrói do dia para a noite. Eu passei vinte anos para dar apenas moradia à minha família, com

dignidade, com ética, com moral, com respeito ao dinheiro público.

Acato as suas explicações, meu nobre Promotor de Justiça. Tenha cuidado! Faça como o seu colega, siga o exemplo de seu colega Arnaldo Azevedo, que não está querendo se exhibir para a imprensa. Siga o exemplo dele. Meça as suas palavras quando falar para a imprensa. Não misture os bons e os maus no mesmo saco de farinha. Não misture, Promotor!

Diz V. Ex^a: “Nunca a palavra é do promotor. Nunca pedimos nada a ninguém. Não entendo a reação do Senador”.

Entenda, Promotor! É a minha dignidade, Promotor! É a dignidade da minha família, Promotor! Entenda, Promotor!

“Não entendo a reação do Senador”, diz o Promotor. “Em nenhum momento me referi a ele”. Como não, se V. Ex^a engloba o período da minha administração nas irregularidades da AL? “O que disse é que há irregularidades na folha de pessoal da AL. E isso foi constatado nos dados”.

Se V. Ex^a tem dúvida quanto à minha administração – vou repetir –, quebre, está quebrado... Sr. Presidente, está nas notas taquigráficas desta Casa o meu pedido de quebra do direito a foro privilegiado. Estou quebrando esse direito. Chame-me! Chame-me! V. Ex^a deveria ter usado da ética de mandar um documento para que eu respondesse se achava que havia irregularidades.

Os meus diretores estão à sua disposição para esclarecer se há ou não irregularidades; mas não seja precipitado. Chegaremos ao final disso, Sr. Promotor Público, sabendo quem são os culpados. Mas tenha calma, não exponha as pessoas, não falte com a ética. É o que espero, meu nobre Promotor, daqui para frente, de sua conduta. Tenha paz de espírito. Olhe a minha folha, veja o valor da minha folha, compare com outras, veja o quanto me preocupava com o crescimento da folha de pagamento de pessoal.

Fui reeleito Presidente da Assembléia, meu nobre Promotor Público, reeleito, pela unanimidade dos meus pares. Até os deputados petistas votaram em mim para reeleição da Assembleia Legislativa. Tive minhas contas aprovadas – todas! Todas! – por unanimidade pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará, com o visto do Ministério Público, o que sempre eu pedia. Sempre eu exigia que o Ministério Público passasse vista nas minhas contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará.

Tenha cautela, meu nobre promotor! Eu espero. Vou falar agora deste jornal.

Este jornal não é o jornal mais lido no Estado. O jornal mais lido no Estado do Pará é *O Liberal*, todos

sabem, no Brasil inteiro. Eu, então, li essa reportagem neste jornal de domingo, ontem. Procurei o assunto em outros jornais e não vi. Corri lá na estação rodoviária de Brasília e comprei o *O Liberal*, o jornal de maior credibilidade do nosso Estado, o jornal mais lido, o jornal mais vendido. Nada tinha em *O Liberal*. Constava apenas, somente, neste jornal, o *Diário do Pará*. Ele põe na primeira página que uma carta sugere o meu envolvimento no caso da AL. Eu, então, procurei ver a carta. A carta está aqui, o jornal a publica. Que vergonha! Que vergonha! Como este jornal quer ter a credibilidade do povo do Estado? Olha a carta! Olha a carta, Pará!

É muita gente querendo comer o fígado do Mário Couto. É muita gente. Eles estão esfaimados pelo meu fígado. Eles querem comer o fígado do Mário Couto e não conseguem. Este Mário Couto está dando muito trabalho desta tribuna! E ainda vai dar muito. Esperem! Este Mário Couto ainda vai dar muito trabalho.

Olhe a carta, olhe a carta, Brasil! Primeiro, não é citado o meu nome na carta. É muita vergonha! Primeiro, não é citado o meu nome na carta. Segundo, a carta é datilografada, não é de próprio punho. Terceiro, a carta não está datada. E, quarto, Brasil, a carta não está assinada.

Aí o jornal coloca, na primeira página, que o Senador está envolvido no caso da Assembleia. Que vergonha!

Vão ter ainda de falar muito de mim. Vão ter. Esta voz não vai calar.

Senador Paulo Paim, eu sempre fui um político muito disciplinado, preparado para a guerra. Eu sempre me preparei, Senador Paulo Paim, sempre. O meu cofre está cheio de documentos, lotado de gravações, lotado de fotos, para poder encarar a guerra. Eu vou abrir. A ética até hoje permitiu guardá-los. Guardei durante muito tempo, mas a ética está acabando, a ética começou a desaparecer. E a intenção de me acusarem começa a destruir, dentro de mim, a ética.

Tenho documentos que vou começar, durante esta semana, a mostrar, se for necessário, desta tribuna, meu nobre Senador Paulo Paim.

Outro dia, Srs. Senadores, apareceu um Deputado Federal do PT, do PT – ainda agora vi a nobre Senadora desta tribuna falando de um País onde eu não moro, porque o que ela colocou aqui nesta tribuna, sinceramente, eu acho que foi o “país das maravilhas”, não é o Brasil –, mandado por alguém do “país das maravilhas” para tentar comer o fígado do Senador.

Apareceu lá, nesta questão da assembléia, um Deputado Federal do Partido dos Trabalhadores. Passem, senhoras e senhores. Chegou lá atizado, che-

gou lá alvoroçado, pegou a televisão e me incluiu no meio da confusão.

Sabe, Pará, sabe quem mandaram para lá, Pará? O Deputado Federal mais corrupto do Estado do Pará. Falo que ele é o mais corrupto do Estado do Pará porque há fitas gravadas em relação à conversa deste Deputado. Fitas gravadas. Manejo florestal. Ele negociando manejo florestal. Quando ele entrou na OAB para falar mal de mim, levantou lá um advogado, deixa ver se eu tenho o nome, eu tinha anotado para parabenizar. Márcio Santos. Parabéns, meu nobre advogado. Esse advogado levantou e disse ao Deputado: que moral tem V. Ex^a para falar ou acusar alguém aqui se V. Ex^a praticou e pratica a corrupção?

Eis que a máscara desse Deputado cai, e ele vem embora de Belém e nada mais falou.

É muito fácil, Senador Alvaro, e V. Ex^a que já me pede um aparte, é muito fácil, é fácil distinguir as pessoas. É fácil mostrar o caráter das pessoas. É só comparar as vidas. E eu farei isso aqui, se for necessário. Se quiserem comparar a vida familiar, eu comparo. Se quiserem aqui comparar a vida patrimonial, eu comparo. Eu não tenho avião. Eu não tenho TV. Eu não tenho rádios. Eu não tenho fazenda. Eu só tenho casa para morar e nada mais. É isso que eu tenho na minha vida. Esse é o meu maior testemunho do meu respeito e da minha dignidade pela minha família.

Que venham! Que venham! Que venham mexer mais! Que venham acusar mais! Mas que não esqueçam que eu tenho uma tribuna, que eu fui mandado para cá com 53% dos votos da população paraense. Mais da metade, mas da metade da população paraense votou e confiou em Mário Couto. Eu não os decepcionarei! Serei firme! Eu não sou covarde!

Vou dar o aparte, Senador.

Eu não me curvarei a ameaças ou a injustiças! Minha vida é limpa. Eu nunca respondi a processo nenhum! Minha cabeça, quando toca o travesseiro, à noite, não sente espinhos. É leve. Minha alma é leve! Mas ninguém vai comer o fígado do Mário Couto. Ninguém!

Pois não, Senador Alvaro Dias.

Depois, Senador Aloysio Nunes.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senador Mário Couto, eu já disse o que penso sobre este assunto na última semana, e hoje eu gostaria de testemunhar a preocupação que teve V. Ex^a de apresentar os fatos aos seus colegas de bancada, mostrando como gerenciou a Assembleia quando foi Presidente, os valores da economia que promoveu, a administração austera que procurou empreender, com competência, austeridade e honestidade. Portanto, nós sabemos que é uma tentativa de desviar o foco. Vai lá longe, muitos

anos. Sabem que não encontrarão nada, mas colocam a suspeição exatamente para desviar o foco. É parte de uma estratégia, uma estratégia conhecida e muito bem utilizada pelos desonestos, para confundir. É a teoria da mistificação. Vamos buscar outros e colocá-los sob suspeição, para confundir a opinião pública. E V. Ex^a tem a nossa solidariedade.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Obrigado, Senador Alvaro.

Vou passar a palavra, Senador Aloysio. Só quero fazer um...

Amanhã voltarei, Senador Aloysio. Amanhã voltarei!

Queria tanto eu falar do Palocci. Ah, se eu tivesse um patrimônio do tamanho daquele do Palocci! Iria ser difícil comprovar, porque foi milagre! De um dia para o outro, o Palocci ficou rico, no “país das maravilhas”, como disse a Senadora. Será que ela falou do Brasil? Será? Mas volto amanhã. Queria eu amanhã falar do Palocci. Mas conseguiram. Pelo menos conseguiram que eu deixasse um pouco o Palocci de lado, para mostrar explicações à minha terra querida.

Amanhã voltarei. Amanhã abrirei o meu cofre, Senador. Espero não ter esquecido o número do segredo do cofre, Senador. Já tem tempo que não uso esse segredo. Ora, por forças das circunstâncias, vou ter que usar novamente, mas tem tanta coisa que vai dar tanta emoção! Coisas emocionantes! Esqueceram. Esqueceram.

Deixo para amanhã.

Ouçó, com muita honra, o meu nobre Senador de São Paulo.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Nobre líder, ilustre Senador Mário Couto. Eu, como o Senador Alvaro Dias, estava na reunião da nossa Bancada quando V. Ex^a expôs os fatos essenciais da sua gestão na Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Uma gestão, como disse o Líder Alvaro Dias, correta, pautada pelo espírito público, pela economicidade, pela honradez. Agora, eu quero lhe dizer, meu caro Senador, que essa explicação seria desnecessária. Desnecessária porque somente um homem que não tem nada a esconder, nada de desabonador no seu passado, na sua vida, teria o desassombro que V. Ex^a tem quando assoma à tribuna do Senado. Alguém que tivesse alguma coisa, algum constrangimento, algum fato que seria preciso enterrar no passado para que ele fosse coberto pela memória, para que a memória dele se perdesse, não teria o desassombro que V. Ex^a tem quando vem à tribuna do Senado falar em nome do seu povo, o povo do Pará, e do povo brasileiro. Ninguém teria a coragem que o senhor tem de apontar o seu dedo para os malfeitos

se tivesse na sua vida algum malfeito pregresso, algum malfeito que quisesse esconder. Por isso, esteja certo V. Ex^a de que não apenas os seus colegas de Senado, mas também o seu povo, o povo que o elegeu, que o mandou para cá para representá-lo em Brasília, estão absolutamente tranquilos e solidários com V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Muito obrigado, Senador.

Para concluir, meu nobre Senador Paulo Paim.

Há vinte anos, vinte anos de vida pública, sou oposição ao Partido dos Trabalhadores. Há vinte anos, o Partido dos Trabalhadores procura um erro do Mário Couto – eles ou aqueles que se associam a eles – e não encontra. E vou dar um conselho a vocês: se querem tirar o Mário Couto desta tribuna, da vida pública, mudem de caminho. No caminho que vocês estão seguindo, vocês jamais vão conseguir. A minha vida, o meu patrimônio, a minha família, o meu trabalho, a minha dignidade foi sempre combater os corruptos. E sempre falei do PT e de outros! Mas sempre do PT, porque, infelizmente, meu País querido, é lá que tem o maior número de corrupções.

Desço desta tribuna, dizendo ao meu Pará e ao meu País: mais uma vez, façam o que quiserem, pois jamais vocês vão provar alguma coisa contra mim na Justiça! Jamais vocês vão calar a minha boca! Eu continuarei denunciando! Ao meu Pará: esta semana promete! Esta semana promete, Pará! Esta semana será emocionante!

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Depois da fala do Senador Mário Couto, passamos, neste momento, a fala para o Senador Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB.

Permita-me só, Senador...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa o Senador Cícero Lucena Relator-revisor do **Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2011**, proveniente da Medida Provisória nº 521, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica que estão publicados, em avulsos e no Diário do Senado Federal de 5 de abril do corrente, os seguintes Pareceres:

- nº 2, de 2011-CN, da Mesa do Senado Federal, sobre o Projeto de Resolução nº 2, de 2009-CN que “Estabelece precedência da discussão do orçamento da educação sobre as demais áreas temáticas, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento, Planos e Fiscalização, e dá outras providências”; e

- nº 3, de 2011-CN, da Mesa da Câmara dos Deputados, sobre o Projeto de Resolução nº 1, de 2009-CN que "Inclui a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República como subárea da Comissão de Finanças e Tributação no Anexo da Resolução nº 1, de 2006-CN".

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, vários oradores vieram à tribuna para discorrer sobre o tema da violência, de sua escalada e da criminalidade a que assistimos no nosso País. Poucos são os temas que mereceriam da Presidência da República, do Governo do Brasil mais atenção, mais cuidado, mais liderança, mais formulação e ação do que o combate à violência.

V. Ex^a preside uma comissão importantíssima nesta Casa, a Comissão de Direitos Humanos. Ainda há poucos dias, esteve aqui um alto funcionário do Governo propondo um pacto contra os homicídios.

Eu sinto, Sr. Presidente, que, também nessa área, mas especialmente na questão da violência, a sensação de vazio de liderança, de vazio de Governo que é muito sensível e nefasta para o nosso povo.

Os números no nosso País já são muito graves no que diz respeito à criminalidade, e já foi dito aqui nesta tribuna, que há um fato novo, que é o aumento da taxa de homicídios nos pequenos Municípios que têm crescido acima da média.

Nas pequenas cidades do Brasil, entre 1998 e 2009, essa taxa cresceu cerca de 40%: 38,6%. Embora, nos grandes centros, tenha havido uma diminuição, nos últimos oito anos, cinquenta mil pessoas foram assassinadas no Brasil. Para se ter uma ideia do que isso representa, estima-se que, na guerra do Golfo, cerca de cem mil iraquianos tenham perdido a vida.

A mídia nesse final de semana, trouxe e, ainda hoje, traz reportagens reveladoras dessa realidade. O Fantástico, ontem à noite, mostrou o caso de cidades que estão no entorno do Distrito Federal:

Águas Lindas, Luziânia, Valparaíso e Novo Gama.

Em Luziânia, o índice é de 71 vítimas fatais, homicídios, para cada cem mil habitantes. Em Valparaíso, a mais violenta de todas, 76 vítimas para cada cem mil habitantes. Com esses números, a região do entorno de Brasília, a Capital deste País maravilha, como diz o Senador Mário Couto, o número de homicídios é in-

ferior apenas ao de Honduras, que, no ano passado, foi considerado o País mais violento do mundo.

Hoje, o jornal *Estado de S. Paulo* traz números numa matéria sob o título "Polígono da Violência", referindo-se a quatorze Municípios do Pará, que superam 91 homicídios por cem mil habitantes. É a taxa mais alta do planeta. E é sintomático que esses números de violência exacerbada ocorram nas áreas de novas fronteiras econômicas, em que se misturam, num caldeirão efervescente, agricultores, pecuaristas, madeireiros, garimpeiros, carvoeiros, e revelam, acima de tudo, a ausência de uma política nacional de segurança pública que leve em conta não apenas o crime organizado nas grandes cidades, nos centros urbanos, nas favelas, mas também as causas e consequências da violência nas pequenas cidades e nas regiões mais remotas do País.

O fenômeno da criminalidade é heterogêneo, que tem causas e consequências distintas, conforme a região em que se verifica. É necessária uma política nacional que possa levar em conta essa diversidade e, ao mesmo tempo, catalisar a energia do País, o esforço, mobilizar o País contra o crime.

É interessante ressaltar, Srs. Senadores, que São Paulo, nosso Estado, meu caro Senador Suplicy, revela neste particular uma estatística para nós reconfortante: é que, entre 1998 e 2008, houve uma queda do número de homicídios de 39,7 para 10,2 por mil habitantes. É interessante notar que o número de homicídios é um dado importante, mas não deve ser o único a orientar as políticas públicas contra a violência.

Isso porque recente pesquisa no Distrito Federal indica que apenas 6,4% das agressões físicas são levadas ao conhecimento da polícia. É o fenômeno da subnotificação. As pessoas não acreditam na polícia, não acreditam na capacidade de investigação da Polícia Civil. Apenas 4% dos furtos são notificados e 15% apenas dos casos de violência no trânsito são registrados. Por outro lado, apenas 8% dos autores dos homicídios aqui nessa região do Distrito Federal são processados e presos.

Percebemos que, no cotidiano do brasileiro, nós estamos nos tornando reféns do medo. Reféns do crime organizado talvez, mas certamente do que eu ousaria chamar de crime desorganizado: dos que cometem pequenos furtos, do batedor de carteira, do descuidista, de crianças e adolescentes infratores, do medo e da ameaça a que todos nós estamos expostos no dia a dia e que tende a aumentar.

Esses crimes têm uma relação íntima e crescente com o consumo de drogas, especialmente o *crack* e outros derivados da cocaína, atividade essa liderada por organizações criminosas de vulto. Nós temos

uma combinação entre o crime aparentemente desorganizado e a sua fonte, a sua retaguarda, que são as grandes quadrilhas de traficantes e a corja de policiais corruptos que lhes dão cobertura.

Nossa fragilidade em combater as drogas tradicionais estimula o tráfico a produzir substâncias cada vez mais fortes e mais baratas, como o *oxi*, por exemplo, esse flagelo que atrai um público cada vez maior.

Nesse sentido, sabemos que, além da atividade de repressão, voltada para o traficante em si, nós precisamos cuidar do usuário, precisamos investir em políticas públicas e programas de conscientização, com o êxito que tiveram as campanhas de conscientização a respeito do uso de camisinha, a respeito dos malefícios do tabaco. Precisamos fazer campanhas maciças de conscientização a respeito dos malefícios do consumo da droga e recuperação.

Hoje as experiências de maior sucesso nessa área, Sr. Presidente, vêm do setor privado, filantrópico, que se dedicam ao tratamento dos usuários. Por que não aprender com elas, estimulá-las, financiá-las?

O senhor já recebeu aqui a visita, há pouco tempo, do Frei Hanz, da Fazenda da Esperança, no Estado de São Paulo. Esse é um exemplo. Há outros. Por que não integrá-las, incorporá-las ao Sistema Único de Saúde, já que a questão das drogas é uma das facetas mais relevantes do problema da saúde pública no nosso Brasil?

Em São Paulo, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a melhoria nas estatísticas da criminalidade se deve a uma política contínua, a uma política coerente e constante, centrada no policiamento ostensivo, no desarmamento e investimento em atividades de inteligência. Mas outros aspectos devem ser considerados também no combate à violência. Um deles, evidentemente, de competência própria do Governo Federal, que é a questão das fronteiras.

Todos nós sabemos, são mais de 1.600 km de fronteiras, que já eram fragilmente vigiadas e cuja vigilância é mais frágil ainda hoje em dia, uma vez que o contingenciamento das verbas de custeio da Polícia Federal limitou ainda mais os meios limitadíssimos que dispunha para exercer essa função. Fronteiras por onde passam o tráfico de produtos piratas, de drogas, de armas.

A *Folha de S. Paulo*, há alguns dias, relatou o caso de compra de armas no Paraguai por telefone. Arma entregue por um motoqueiro, como o motoqueiro que nos entrega a *pizza* da família no domingo à noite. E, hoje, não sei se algum dos Senadores teve a ocasião de ver, eu assisti ao programa da Globo News do meio-dia, em que se noticia o tráfico de bananas de dinamite pela mesma modalidade, por telefone. A pessoa compra

em Ciudad del Este bananas de dinamite, que são entregues também por motoqueiro, e aparece ainda uma pessoa, no programa de televisão, mostrando como usar a banana de dinamite para arrebentar a parede de um banco ou um caixa eletrônico.

Em São Paulo, neste ano, são mais de setenta ataques a caixas eletrônicos de banco, usando bananas de dinamite furtadas. Isso entra pela fronteira. Cadê a ação do Governo Federal?

Não peço que ponham para voar o tal veículo não tripulado, que foi anunciado pela Presidente Dilma quando era candidata, como se fosse uma realidade daquele momento – está lá parado sem combustível –, mas que, pelo menos, dê à Polícia Federal meios de agir e, nos entendimentos diplomáticos com os países vizinhos, como é o caso do Paraguai, coloque a exigência de ação conjunta, de ação repressora, de ação de inteligência policial como cláusula importante, inafastável nos tratados de boa convivência com os nossos vizinhos.

Ouç o aparte do nobre Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senador Aloysio, V. Ex^a aborda um tema essencial, que, infelizmente, não tem sido tratado com acuidade pelo Governo. Eu, que sou do Paraná e vivo as consequências da proximidade com a faixa de fronteira, tenho a exata noção do que representa o tráfico de drogas e o contrabando de armas e drogas que se faz de forma muito confortável na fronteira entre o Paraná, o Paraguai, a Argentina – especialmente o Paraguai – e, obviamente, na sequência da faixa de fronteira, o Mato Grosso do Sul. Nós sabemos das consequências. O Paraná tem sido o Estado onde há as maiores apreensões de droga exatamente em função da facilidade dessa passagem de um país para o outro sem o controle rigoroso que deve existir. É por isso que nós continuamos a afirmar: enquanto o Governo não cuidar de impor rigor no controle do tráfico de armas e de drogas na faixa de fronteira, a criminalidade vai continuar crescendo avassaladoramente nos grandes centros urbanos do País, porque a criminalidade que ocorre aqui começa lá, exatamente na faixa de fronteira, com todas essas facilidades. Os compromissos de campanha, pelo menos até este momento, não foram respeitados, porque nenhuma providência – eu estou dizendo: nenhuma providência – foi adotada pelo Governo Federal, até este momento, no que diz respeito a esses acontecimentos na faixa de fronteira. V. Ex^a está de parabéns, mais uma vez, pelo conteúdo que leva à tribuna em pronunciamentos sempre competentes e responsáveis.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agradeço, meu querido amigo, Líder

Alvaro Dias. Realmente, V. Ex^a relata o que acontece no Estado do Paraná, com apreensões, pela polícia local, de drogas que são repostas no dia seguinte por novas quantidades que chegam contrabandeadas. É a sensação de enxugar gelo. É exatamente isso! Enxugar gelo, porque o Brasil produz soja, produz carne, produz açúcar, produz álcool, produz milho, produz café, mas não produz cocaína.

Nas favelas do Rio de Janeiro, como essa que foi ocupada recentemente, o Morro do Alemão, não há espaço para produzir maconha, pelo menos em grande quantidade, e, no entanto, depois da instalação da unidade pacificadora, não se viu, não se constatou a prisão de nenhum chefe do tráfico, de nenhum, e continuam chegando as drogas. Então, há algo de mais profundo. Há um antecedente a ser cuidado com mais rigor, que é exatamente o abastecimento de armas, de drogas e, agora, de dinamite, que está chegando ao nosso País.

Além de não haver cumprimento das promessas de campanha, meu nobre Líder, não há sequer cumprimento dos planos já anunciados no passado. V. Ex^a se lembra do lançamento do Pronasci, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Havia uma meta clara nesse programa, que era reduzir o número de homicídios, dos 29 por cem mil habitantes, à época, para 12. Essa era a meta de quatro anos do governo Lula. Sabe quanto diminuiu? Zero, nada. Ficou do mesmo tamanho. Isso mostra que a política de segurança pública do atual Governo, assim como do governo passado, que o antecedeu, é absolutamente inexistente. São promessas, pactos, programas, anúncios, mas, de concreto, de realidade, nada.

É a mesma coisa em relação à política prisional. Há pouco tempo, no Rio de Janeiro, o Ministro da Justiça, falou sobre a barbaridade, a situação terrível dos nossos presídios. Mas há quanto tempo o PT está no Governo? Nós, quando estávamos no governo, o PSDB, no tempo do Presidente Fernando Henrique, criamos o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Penitenciário. O que aconteceu com os recursos desses fundos? O Fundo Penitenciário teve uma queda de quase 40%, na comparação com o governo do Presidente Fernando Henrique. O governo Fernando Henrique investiu no Fundo Penitenciário R\$ 240 milhões no seu último ano de mandato. Lula investiu R\$ 150 milhões. O Fundo Nacional de Segurança Pública, até 2002, teve um orçamento de R\$ 418 milhões. No primeiro mandato do Presidente Lula, o fundo recebeu R\$ 368 milhões e, no segundo, R\$ 401 milhões. E, agora, o Ministro da Justiça vem se lamentar da situação do sistema penitenciário brasileiro. Nós temos quatro presídios federais no Brasil. Apenas. Foram constru-

ídos, em oito anos de governo, apenas quatro presídios federais. Quatro! Cerca de oitocentas vagas ao todo, Senador Mozarildo. Quer dizer, em oito anos de governo, constroem-se quatro presídios federais, oitocentas vagas ao todo, para abrigar presos condenados pela Justiça Federal. Os presos da Justiça Federal em São Paulo são os mais perigosos e vão para o sistema penitenciário paulista por falta de presídios federais – temos apenas quatro no Brasil, oitocentas vagas!

E não se trata apenas de investimentos. Trata-se de gestão também, de prioridade, de termos uma política de compartilhamento dos avanços tecnológicos que respaldam o desenvolvimento da inteligência policial. Nós temos aqui ou ali, num Estado ou no outro, na Polícia Federal algumas conquistas de tecnologia para a realização de exames de perícia, de identificação de criminosos, de gerenciamento de banco de dados, mas falta uma autoridade capaz de unificar e de promover o compartilhamento dessa experiência, a generalização das boas práticas em matéria de inteligência policial.

Nessa área, como em muitas outras, Sr. Presidente, lamento dizer que infelizmente não posso vir à tribuna para elogiar o Governo,. Não se trata de um oposicionismo sistemático, mas apenas da constatação de que, em matéria de segurança pública, seria importante que a Presidente da República, que o atual Governo gastasse, pelo menos, um centésimo da energia que tem gasto atualmente, nos dias que correm, para evitar que o Ministro Palocci venha ao Congresso para dizer como ficou milionário em quatro anos, exercendo, ao mesmo tempo, a consultoria mais rendosa do planeta e o seu mandato de Deputado Federal, de coordenador de uma campanha presidencial e de chefe de um governo de transição. Se apenas tivesse um centésimo dessa energia para nos ajudar, ajudar o Brasil, ajudar os Estados brasileiros, ajudar o povo brasileiro a enfrentar o drama da violência e da criminalidade, tenho certeza de que estaríamos numa situação muito melhor.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Aloysio Nunes Ferreira, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Anibal Diniz, do PT do Estado do Acre.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que nos acompanham dos seus gabinetes, pessoas que nos

assistem pela TV Senado, que estão presentes em todo o Brasil e que fazem com que a nossa sessão aqui, no plenário, seja absolutamente transparente, com todo mundo acompanhando cada um dos pronunciamentos e dos conteúdos expressos aqui, a cada pronunciamento.

Acho absolutamente lamentável que algumas pessoas façam da tribuna a expressão das suas aleivosas. A Bíblia diz que o coração está cheio daquilo que a boca expressa. E eu só consigo dizer que as pessoas que falam com tanta veemência no sentido de fazer denúncias, no sentido de fazer achques é porque, no fundo, estão com algum problema com elas próprias. E tudo o que fazem, tudo o que expressam é exatamente o que têm dentro do coração. E mais: eu ousar dizer que as pessoas muito apressadas em julgar, no fundo, no fundo, estão revelando um pouco da sua personalidade, daquilo que têm mais escondido, daquilo que, no fundo, no fundo, ou gostariam de fazer, ou, às escondidas, às vezes, até praticam. E por isso denunciam com tanta veemência.

Digo isso porque é absolutamente constrangedor ver que as pessoas que nos acompanham pela TV Senado acompanham Senadores da República batendo numa mesma cantilena, numa mesma tonalidade, numa única forma de agressão e de ataque, como se o Brasil estivesse paralisado, como se a condução do nosso País não estivesse absolutamente sob controle.

O que a gente tem a responder os resultados do Governo da Presidenta Dilma já estão respondendo. Os resultados do Governo da Presidenta Dilma não têm deixado dúvida de que ela está absolutamente comprometida com a melhoria do Brasil e absolutamente comprometida com a continuidade de tudo aquilo que foi iniciado pelo Presidente Lula. E com muito sucesso.

Neste pronunciamento, vou fazer algumas alusões a passos importantes que estão acontecendo hoje no Brasil, sob a liderança da Presidenta Dilma, de tal maneira que a gente pode dar absoluta tranquilidade para o povo brasileiro. O povo brasileiro pode ficar tranquilo porque o Brasil está em boas mãos, em mãos de pessoas responsáveis, pessoas que têm total preocupação em fazer o melhor para o País e o melhor para cada uma das cidadãs e dos cidadãos brasileiros. A Presidenta Dilma está completamente comprometida e toda a equipe de Governo está completamente comprometida. Querer fazer de toda ação de Governo um único assunto em pauta, querer fazer dessas questões relacionadas ao Ministro Palocci a única coisa que está acontecendo no Brasil é reduzir demais tudo o que está acontecendo à nossa volta.

Mas, Sr. Presidente, quero dizer que tive a honra de passar o final de semana no Estado do Paraná, particularmente nos Municípios de Campo Mourão e Luiziana, onde pude encontrar-me com velhos amigos e com uma família que me honra muito. Enche-me muito de orgulho fazer referência a ela, porque foi a partir daquela família que nasci e que, depois, fui para o Estado do Acre, estudei e pude me tornar um militante da política no Partido dos Trabalhadores até chegar a esta condição de Senador da República.

Estive em Luiziana, onde minha tia Inhana, minha tia mais velha, irmã do meu pai, completou 101 anos de vida. Uma pessoa absolutamente lúcida, consciente, espalhando o bem por onde quer que passe e com uma esperança e uma alegria a toda prova, transmitindo isso a todas as pessoas à sua volta.

Então, quero dizer que fiquei muito feliz em ter compartilhado esses momentos com a tia Inhana. Peço a Deus que lhe dê ainda muitos anos de vida, para que ela continue com sua sabedoria, com seu entendimento, transmitindo os valores mais importantes da vida, que são a honestidade, o amor ao próximo, que é procurar fazer o bem. E, na medida do possível, ensina seus descendentes a trilhar sempre o caminho do bem, como tem feito com seus filhos, netos, bisnetos, tataranetos. São tantos os que têm estado à sua volta!

Sou muito orgulhoso de poder ter na minha família uma pessoa que tenha atingido essa idade, estando plenamente consciente, transmitindo os seus ensinamentos para os seus descendentes. Sou muito feliz pela oportunidade de ter estado lá com a Eliser, com a Nena, com todos os primos, com sobrinhos, com todos os parentes, com Jodenir, com a Cecília, que vieram lá de Ortigueira para estar conosco, com toda essa alegria para compartilhar com a gente.

Então, realmente, passei momentos de muita felicidade no Estado do Paraná. Está aqui um Senador paranaense, o Alvaro Dias, que me pede um aparte, ao qual concedo com muita alegria.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador. Fico feliz em saber que a Bancada do Paraná no Senado está aumentando. Já temos, além dos três Senadores paranaenses, o Acir Gurgacz, que é também do Paraná; temos o Blairo Maggi, que é também do Paraná; e, agora, V. Ex^a. Estamos com seis Senadores representando o Paraná. Quero dizer da satisfação em ver V. Ex^a na tribuna fazendo essa referência ao nosso Estado, especialmente a um Município como Luiziana, que, como Governador, tive a satisfação de sancionar a lei que o criou. Quero aproveitar a oportunidade para desejar à sua família felicidades em razão desse evento, que é singular, de

alguém que atinge essa idade com saúde, com energia, com disposição.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pode mandar os cumprimentos que ela está lá, assistindo neste momento.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – É uma graça de Deus. As minhas homenagens a ela e a toda a família. Certamente, V. Ex^a deve ser um bom fruto, porque tem essa origem. Vai viver muitos anos também, servindo ao seu novo Estado, o Estado do Acre, com muita eficiência. Parabéns a toda a família!

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Deus te ouça, Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Aníbal, antes que V. Ex^a prossiga, eu pediria permissão para registrar...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Por favor, Senador Mozarildo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – ... a presença, nas galerias, dos alunos do 2º ano do Ensino Médio do Colégio Projeção do Guará, daqui de Brasília, Distrito Federal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sejam muito bem-vindos ao Senado Federal.

Eu gostaria também de dizer que tive a honra de participar, em Luziânia, de uma reunião de refundação do Partido dos Trabalhadores. Um grupo está disposto a rever os erros do passado e a fortalecer o Partido dos Trabalhadores em Luziânia. Eu tive a oportunidade de estar com eles, passando a minha mensagem de otimismo e de esperança. Tenho certeza de que também em Luziânia teremos, nos próximos anos, já um Partido dos Trabalhadores em condições de apresentar candidatos à Prefeitura ou à Câmara de Vereadores, para assim seguirmos em frete no nosso fazer político.

Também no Estado do Paraná, eu tive a honra de participar de um debate muito interessante sobre reforma política, que foi uma promoção da Comissão de Reforma Política da Câmara dos Deputados, em associação com a Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Tive a honra de ser convidado pela Senadora Gleisi Hoffmann, essa mulher extraordinária que a política do Paraná trouxe para a política do Brasil, que dignifica tanto a política brasileira. Ela me convidou para participar desse debate como integrante da Comissão de Constituição e Justiça. Fui, com muito prazer, à Assembleia Legislativa do Paraná e tivemos um debate da melhor qualidade em torno dos temas que estão em voga nessa questão da reforma política. Foi feito um relato de todo o trabalho da Comissão Especial que está tratando do tema aqui no Senado Federal e, ao mesmo tempo, foram defendidas algumas teses.

Na ocasião, tive oportunidade de fazer a defesa de uma das teses que está em pauta aqui, no momento, que é a do voto em lista com alternância de gênero, de maneira a permitir maior participação das mulheres no Parlamento brasileiro. Fiz essa defesa, como já tenho feito aqui no plenário do Senado, e vou atuar com absoluta ênfase na busca de fazer com que essa intenção da Comissão responsável pelo anteprojeto de reforma política no Senado se transforme numa realidade, porque, verdadeiramente, o Brasil tem uma dívida de gratidão com as suas mulheres, que representam 51% da nossa população. Nós podemos, neste momento em que se discute a reforma política, dar o passo mais ousado que o Brasil e a política brasileira poderiam dar neste momento, que é garantir para as eleições proporcionais da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores o voto em lista fechada, com alternância de gênero.

Sei que é uma tese difícil de ser aprovada, mas compete a nós fazermos essa defesa e creio que temos possibilidade de mobilizar, sim, os votos necessários de Deputados e Senadores para que tenhamos essa tese aprovada.

O Senador Humberto Costa, do Partido dos Trabalhadores, já apresentou um PL nesse sentido e ele pode ficar certo de que contará com o meu apoio. Sei que a Bancada do Partido dos Trabalhadores vai defender essa tese, que não deve ficar restrita apenas ao Partido dos Trabalhadores. Ela tem de se inserir em toda a sociedade brasileira, porque diz respeito, fundamentalmente, à sociedade brasileira.

Então, falar de voto em lista fechada com alternância de gênero e com financiamento público de campanha é exatamente permitir que haja maior participação, maior democracia, maior transparência e, fundamentalmente, garantir que haja maior participação das mulheres no Parlamento brasileiro.

Nossa representação, hoje, não é condizente com o que significam os 51% de mulheres da sociedade brasileira. Nós temos apenas 13% no Senado e 9% na Câmara Federal. Nós podemos aumentar isso e a forma mais eficiente de garantir que isso aconteça é passarmos esse voto em lista, com alternância de gênero, de tal maneira que as mulheres brasileiras possam ser melhor representadas no nosso Parlamento.

Por último, Sr. Presidente, eu gostaria de anunciar uma boa notícia para os agricultores brasileiros, a respeito do Plano Agrícola e Pecuário.

A Presidenta Dilma já anunciou que, para o ano de 2011, teremos um aumento no investimento para o Plano Agrícola e Pecuário, que passará de 100 bilhões, como foi no ano passado, para 107 bilhões, a fim de fortalecer a produção de alimentos e fortalecer a produção para exportação no Brasil.

O novo Plano Agrícola e Pecuário, que será lançado em junho, oferecerá às culturas agrícolas voltadas ao mercado interno o mesmo apoio oferecido às *commodities* que são destinadas à exportação.

Nesse Plano Agrícola e Pecuário havia, no ano passado, uma diferença de dois pontos percentuais a mais de juros para o financiamento da produção de arroz e feijão, por exemplo, em relação à soja. Ou seja, quando havia financiamento para a soja, havia uma vantagem de dois pontos percentuais nos juros em relação à produção de feijão e arroz.

Agora, com a medida da Presidenta Dilma, a intenção é fazer com que o mesmo incentivo seja dado tanto à produção destinada à exportação quanto à produção destinada ao mercado interno, à alimentação do nosso povo. Isso é muito importante, porque vem se somar a todo o esforço que o Brasil tem feito no sentido de aumentar a sua produção, aumentar a produção de alimentos e, fundamentalmente, combater a miséria e a fome, que é o grande objetivo da Presidenta Dilma nesses próximos quatro anos.

O objetivo da política é equilibrar o preço dos alimentos no mercado interno, além de apoiar os produtores. Poucos países no mundo, diz o nosso Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, têm condições de aumentar a produção de alimentos sem comprometer os seus recursos naturais.

O Brasil está na vanguarda em projetos agropecuários sustentáveis e, nesse sentido, há um programa específico voltado para a agricultura de baixo carbono, que já tem dois bilhões disponibilizados para o seu financiamento, justamente para fortalecer a agricultura sem agredir o meio ambiente, para encontrar uma forma de compatibilizar a produção brasileira de alimentos para exportação, sem agredir o meio ambiente.

Tudo isso acontece exatamente na semana em que iniciaremos, aqui no Senado, o debate sobre o Código Florestal. Eu puxo esse assunto e tenho certeza de que, nesta semana, muitos outros Senadores vão ter de se pronunciar sobre ele, porque o Código Florestal foi aprovado na Câmara com um barulho ensurdecedor, no sentido de que ou o código acontece daquela forma, ou os agricultores serão prejudicados.

Nós sabemos que a intenção do Governo do Brasil não é prejudicar agricultores, nem os pequenos, nem os grandes. Queremos, cada vez mais, fortalecer a nossa produção agrícola, que tem uma contribuição fantástica na nossa balança comercial favorável, mas nós não podemos fazer isso em detrimento da nossa marca maior, que é a proteção do meio ambiente, que é a proteção das nossas florestas.

O ex-Ministro do Meio Ambiente Rubens Ricupero, em reunião com a Presidenta Dilma, juntamente com outros oito ex-Ministros do Meio Ambiente, foi muito preciso ao afirmar que, longe de favorecer economi-

camente o agronegócio brasileiro, a aprovação do Código Florestal a toque de caixa pode trazer problemas gravíssimos para o Brasil, que poderá ser identificado como um País que produz alimentos para exportação à custa da agressão ao meio ambiente.

Então, poderemos sim, com a aprovação do Código Florestal, criar sérios problemas para o agronegócio brasileiro, e não podemos encarar a situação de maneira simplista. Temos de aumentar a produção com novas tecnologias, temos de fortalecer a tecnologia do Brasil para produzir cada vez mais nas mesmas áreas, para cada vez mais aumentar a nossa produtividade, de tal maneira que não venhamos a receber a pecha de sermos um País devastador.

Por isso, o Brasil tem de tomar muito cuidado, pois já é fiscalizado de perto pelos protecionistas. Imaginem, agora, se eles denunciarem que o Brasil produzirá alimentos em áreas desmatadas ilegalmente. Ou seja, em vez de fortalecer o agronegócio, que precisa de expansão de mercados, o código, como foi aprovado na Câmara, se não tiver a devida correção aqui no Senado, pode significar um empecilho para o agronegócio brasileiro.

Hoje, a nossa soja só é exportada e só chega aos mercados estrangeiros mais interessantes para o Brasil porque houve um comprometimento do País no sentido de que ela não seja produzida, em hipóteses alguma, em área onde ocorra desmatamento ilegal. Imaginem se os protecionistas, que vivem tentando criar dificuldades para o agronegócio brasileiro, começarem a propalar que a nossa produção agrícola é fruto de desmatamentos ilegais.

Portanto, quero alertar aqui a todas as pessoas que estão fazendo a defesa do agronegócio – porque nós também a fazemos –, que o agronegócio é muito importante, mas desde que consorciado com tecnologia para não significar maior pressão sobre as nossas florestas e sobre o nosso meio ambiente.

Nesse sentido, Sr. Presidente, quero dizer da minha total disposição em fazer esse debate aqui. Hoje à noite mesmo, a nossa bancada, a do Partido dos Trabalhadores, fará uma reflexão, com a presença da Ministra do Meio Ambiente; amanhã, estaremos novamente reunidos com outras pessoas, reunião proposta pelo Senador Randolfe Rodrigues, justamente para discutir as consequências da aprovação do Código Florestal nos termos em que foi aprovado na Câmara dos Deputados. Então, nós, Senadores da República, teremos, sim, de tomar as devidas providências no sentido de adequar o Código Florestal, para que ele esteja verdadeiramente a serviço do Brasil e não a serviço de um segmento em detrimento de outro.

Temos de buscar o caminho do equilíbrio. Sobre isso, quero que mantenhamos o debate no mais ele-

vado nível nesta Casa para que a gente encontre o melhor caminho para o Brasil. Porque não podemos, em hipótese alguma, defender a ideia de que, para aumentar a produtividade no Brasil, para aumentar as nossas exportações de grãos, ...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – ...teríamos de agredir e devastar a nossa floresta. Nós temos de proteger a nossa floresta, temos de proteger o meio ambiente, temos de proteger os nossos rios, temos de legislar em favor das APPs, das áreas de proteção, da reserva legal, e aí, sim, defender o que a sociedade científica está defendendo, que é a gente investir cada vez mais em tecnologias, para produzir cada vez mais e melhor e fazer o nosso Brasil continuar a ser um País respeitado, como é hoje, do ponto de vista internacional, um País preocupado com o meio ambiente e que detém a maior floresta do Planeta e

tem que zelar por essa floresta, porque é um patrimônio nosso, mas é a serviço dos brasileiros e também da humanidade, e nós temos uma obrigação com as futuras gerações e não podemos perder de vista que pensar nas futuras gerações é proteger o nosso ambiente hoje e garantir condições de vida saudáveis para as futuras gerações, que é a forma de expressar o nosso verdadeiro compromisso com o Brasil de hoje e com o Brasil do futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Voltaremos a esse tema ao longo desta semana, porque temos muito a debater a esse respeito.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)



Editado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

SEGUNDA-FEIRA,
30 DE MAIO DE 2011

Novo plano safra amplia oferta de alimentos

Culturas voltadas ao mercado interno, como arroz e feijão, terão o mesmo apoio já oferecido às commodities

O novo Plano Agrícola e Pecuário (PAP), que será lançado em junho, oferecerá às culturas agrícolas voltadas ao mercado interno o mesmo apoio já oferecido para as commodities destinadas à exportação. No PAP anterior, havia uma diferença média de 2 pontos percentuais para mais nos juros dos empréstimos para o plantio de arroz e feijão em relação, por exemplo, ao complexo da soja. "Esse aperfeiçoamento foi discutido entre os técnicos dos ministérios da Agricultura e da Fazenda e já tivemos o aval da presidente Dilma (Rousseff)", afirma o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Wagner Rossi. O objetivo da política é equilibrar o preço dos alimentos no mercado interno, além de apoiar produtores. "Poucos países do mundo têm condições de aumentar a produção de alimentos sem comprometer seus recursos naturais. O Brasil está na vanguarda em projetos agropecuários sustentáveis", diz Rossi.

Os pecuaristas terão uma nova linha de crédito para a recuperação de pastagens degradadas. O objetivo é garantir maior produtividade e, ao mesmo tempo, mitigar a emissão de gases de efeito estufa. O apoio ao produtor de gado incluirá condições especiais de financiamento que permitam a retenção e a compra de matrizes.

A redução da emissão dos gases de efeito estufa é um dos principais objetivos do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), lançado pelo governo em 2010, e que é um dos carros-chefes do novo PAP.

Na próxima safra, o Programa ABC

englobará todas as iniciativas do governo para estimular a produção sustentável, como o Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa) e o Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Propflora).

O Programa ABC incentiva o uso de práticas no campo que tragam maior

eficiência e permitam a redução da emissão dos gases de efeito estufa. O programa previa, na safra passada, R\$ 2 bilhões a taxas de juros de 5,5% ao ano para o produtor investir em técnicas como plantio direto na palha, recuperação de áreas degradadas, projetos de integração lavoura-pecuária-floresta e plantio de florestas comerciais. +

Agricultores terão crédito de R\$ 107 bilhões

O PAP terá R\$ 107 bilhões (no ano passado, foram R\$ 100 bilhões em crédito). O plano é o principal pacote de medidas do governo federal para incentivar a produção agropecuária. Lançado antes do início de cada safra, o plano inclui crédito para custeio, investimento, comercialização e subvenção ao seguro.

As linhas de financiamento

Linha de crédito financiará plantações de cana-de-açúcar

Entre as novidades programadas para o próximo Plano Agrícola e Pecuário está a criação de uma linha de crédito para financiar a renovação das plantações de cana-de-açúcar. Segundo o Ministério da Agricultura, o foco será o financiamento da aquisição de novas tecnologias por indústrias e produtores independentes de cana-de-açúcar, de modo a aumentar eficiência e ao mesmo tempo permitir a recuperação do campo.

Em fevereiro de 2010 o etanol brasileiro obteve uma importante vitória no cenário mundial. Graças

são elaboradas com condições facilitadas para o produtor, incluindo taxas de juros mais baixas que as praticadas no mercado. O plano também prevê os preços mínimos para mais de 40 produtos agropecuários. Esses valores fazem parte da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) gerenciada pelo governo federal para dar garantia de renda mínima ao produtor. ■

ao esforço de pesquisadores, governo e empresários do setor sucroenergético, o etanol produzido aqui conquistou o status de combustível avançado dado pela Agência Americana de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês). Em outras palavras, recebeu a confirmação de que o etanol a partir da cana-de-açúcar é mais limpo e reduz a emissão de dióxido de carbono (CO2) em 61% se comparado à gasolina. "A questão da sustentabilidade é estratégica para a nossa produção agropecuária. O Brasil alcançou um nível de participação no mercado mundial de alimentos que está consolidada, mas será desafiado certamente a manter-se mais competitivo", comentou o ministro Wagner Rossi. ■

TRABALHO E EMPREGO

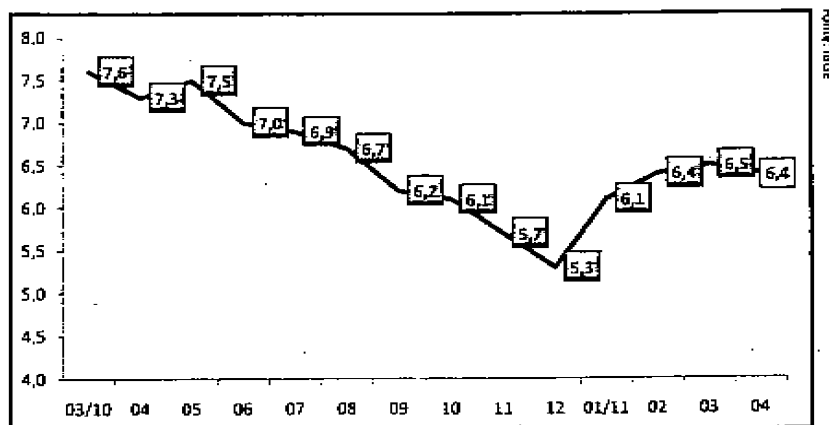
IBGE registra menor taxa de desemprego em abril desde 2002

Índice de 6,4% manteve-se estável em relação a março

A taxa de desemprego de abril foi 6,4%, a mais baixa para o mês desde 2002, informou na última quinta-feira (26) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em abril do ano passado, a desocupação ficou em 7,3%.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, a população desocupada chegou a 1,5 milhão de pessoas e ficou estável em relação a março de 2011. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, registrou queda de 10,1%. Já a população ocupada somou 22,3 milhões, ficando estável em comparação com março. No confronto com abril de 2010, ocorreu elevação de 2,3% nessa estimativa, representando um adicional de 492 mil ocupados em doze meses.

O estudo aponta que o número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado (10,8 milhões) não apresentou variação significativa em relação a março. Na comparação com abril de 2010, houve



aumento de 6,8%, representando um adicional de 686 mil postos de trabalho com carteira assinada. O rendimento médio real habitual dos ocupados (R\$ 1.540,00) apresentou recuo de 1,8% na comparação mensal e aumento de 1,8% frente a abril do ano passado.

De acordo com o IBGE, em nenhuma das regiões metropolitanas foi registrada variação significativa se comparado a março. Em relação ao mesmo período de 2010, foram observados recuos em Recife (1,6 ponto percentual), Rio de Janeiro (1,1 ponto percentual) e Porto Alegre (0,8 ponto percentual). Nas outras regiões, houve estabilidade.

Nível de ocupação - O nível da ocupação (proporção de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa) estimado em abril (53,4%) não variou em relação a março, mas esse índice apresentou elevação de 0,5 ponto percentual na comparação com abril do ano

passado. Regionalmente, na comparação mensal, todas as regiões mantiveram estabilidade nesse indicador. Apenas em Porto Alegre houve alta de 2,6 pontos percentuais frente a abril de 2010. A análise da ocupação, segundo os grupamentos de atividade, mostrou que, de março para abril, todos os grupamentos permaneceram estáveis. No confronto anual, houve acréscimo no contingente de trabalhadores dos serviços prestados a empresas, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira em 5,6% e também em outros serviços, como alojamento, alimentação, transporte, armazenagem e comunicações, limpeza urbana, atividades associativas, culturais e desportivas e serviços pessoais, com oscilação de 5,4%. ■

A íntegra da Pesquisa Mensal de Emprego pode ser conferida no site do IBGE no endereço www.ibge.gov.br

ECONOMIA E FINANÇAS

Investimento no PAC cresce 39% de janeiro a abril

Valor total do Governo Central supera R\$ 13 bilhões

O investimento no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) neste ano foi de R\$ 7,5 bilhões até abril – 39% superior aos R\$ 5,4 bilhões do primeiro quadrimestre de 2010. Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, a previsão é de crescimento de investimento superior ao do PIB nominal ao longo do ano. “Essa é uma tendência de vários anos. Aos poucos a base vem aumentando e o investimento está se tornando mais forte”.

O investimento total no acumulado de janeiro a abril obteve crescimento de 5% em relação ao quadrimestre de 2010, segundo balanço do Governo

Central (Banco Central, União e Previdência Social) divulgado na última quinta-feira (26). Até abril deste ano, foram aplicados R\$ 13,4 bilhões. Em 2010, no mesmo período, o investimento foi de R\$ 12,8 bilhões.

Houve também um aumento nas transferências para estados e municípios no primeiro quadrimestre deste ano. Os recursos somaram R\$ 56,3 bilhões, o que representa R\$ 12,1 bilhões a mais que no mesmo período de 2010.

Esforço fiscal - A economia para o pagamento dos juros da dívida (superávit primário) foi de R\$ 15,6 bilhões em abril, contra R\$ 9,1 bilhões registrados no mês anterior. No acumulado de janeiro a abril, o resultado é de R\$ 41,5 bilhões, o que já ultrapassa a metade do previsto para todo o ano de 2011 (R\$ 81,7 bilhões).

Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, o governo não trabalha com a possibilidade de

alterar a meta para o ano. “Nossa ideia é manter a meta de superávit cheio. Temos o fiscal previsto contribuindo para o crescimento adequado da economia e também mantendo o conjunto dos investimentos e serviços que o Brasil precisa”.

O resultado primário do Governo Central em abril mostrou, ainda, que a receita bruta do Tesouro Nacional em abril de 2011 (R\$ 70,9 bilhões) obteve crescimento de 27,7% em comparação com o mês de março (R\$ 55,5 bilhões). Já na despesa, houve crescimento de R\$ 2,3 bilhões (7,1%) em comparação com o mês anterior.

No quadrimestre de 2011, a receita totalizou 19,8% do PIB. Na comparação com o mesmo período do ano passado, o crescimento nominal é de R\$ 38,1 bilhões, passando de R\$ 211,9 bilhões para R\$ 249,9 bilhões. “Nós estamos trabalhando com um cenário de receitas para o ano exatamente como foi previsto”, acrescentou Augustin. ■

Empresas estaduais de energia elétrica terão mais R\$ 84 milhões no PAC 2

O Conselho Monetário Nacional aprovou, na última quinta-feira (26), um limite maior de crédito para empresas estaduais de geração e distribuição de energia elétrica. A partir de agora, as companhias terão mais R\$ 83,96 milhões até 2012, sendo R\$ 70,8 milhões em 2011 e R\$ 13 milhões para o próximo ano. Para a contratação do crédito, os projetos têm de estar vinculados ao PAC 2.

O limite de financiamento estipulado pelo CMN às empresas estaduais de energia deve ser atualizado em função de novos investimentos previstos no programa, particularmente investimentos decorrentes do leilão de energia de agosto de 2010.

“Com as obras do PAC 2, novos projetos devem entrar e necessitar de novas autorizações para contratação de crédito”, afirmou o chefe da Assessoria Econômica do Tesouro Nacional, Mario Augusto Gouvêa. Segundo ele, todas as empresas públicas de energia elétrica podem pleitear esse montante. ■

ESPORTE

Ginastas brasileiros terão aparelhos de última geração

Atletas serão beneficiados com convênio firmado entre o Ministério do Esporte e a Confederação Brasileira de Ginástica (CBG), no valor de R\$ 7,2 milhões. A verba é destinada para a aquisição de aparelhos oficiais de ginástica, que permitirão aos atletas de ginástica artística, rítmica e de trampolim disputar em condições de igualdade com esportistas internacionais.

A maior parte da verba foi liberada neste mês - R\$ 5,1 milhões - e será utilizada na compra de aparelhos para os centros de treinamentos em cinco regiões do País.

De acordo com o secretário de Esporte de Alto Rendimento, Ricardo Laysen, a aquisição dos aparelhos tem o objetivo de tornar o Brasil uma potência esportiva a partir dos Jogos de 2016, no Rio de Janeiro, e ainda manter o País entre os melhores do esporte mundial.

Para a presidente da CBG, Luciene de Rezende, o objetivo é oferecer estrutura adequada aos atletas. "A aquisição desses equipamentos, recomendados pela Federação Internacional de Ginástica, será um ganho para a ginástica brasileira na descoberta de novos talentos, que se juntarão aos nossos atletas já reconhecidos internacionalmente", ressalta. ■

SAÚDE

Combate ao glaucoma

No Dia Nacional de Combate ao Glaucoma, celebrado nesta quinta-feira (26), o governo apresentou avanços

na assistência gratuita aos pacientes. De janeiro de 2003 ao último mês de março foram realizados, no Sistema Único de Saúde (SUS), mais de três milhões de atendimentos a pacientes com glaucoma, entre exames, consultas e cirurgias. Em oito anos - de 2003 a 2010, a assistência para estes brasileiros cresceu 145 vezes, saltando de 10.150 procedimentos para 1.472.675. Em oito anos, o investimento do Ministério da Saúde neste segmento aumentou quase 300 vezes: passou de R\$ 294 mil, em 2003, para R\$ 87 milhões. Foram introduzidas também, novas medidas de assistência aos pacientes; desde a oferta de colírios, por meio do Aqui tem Farmácia Popular, até a cirurgia, quando necessária. Causada pela lesão do nervo óptico, a doença pode acarretar em sérias alterações no campo visual e até cegueira. www.saude.gov.br ■

SAÚDE

Medicamentos para o SUS terão setor exclusivo na Anvisa

Os medicamentos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS) terão uma área exclusiva na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A criação da Coordenação de Registros e Pós Registro de Medicamentos de Interesse Estratégico do Sistema Único de Saúde (SUS) tem por objetivo garantir que o registro de remédios essenciais para a população seja feito de forma mais ágil e que o acesso pelo sistema público seja reforçado. Entre as medidas adotadas pela Anvisa está a priorização de genéricos que não têm concorrência no mercado e a instituição de comitês específicos para agilizar o registro de medicamentos desenvolvidos por meio de Parcerias

Público Privadas. "Isso vai permitir mais acesso da população aos medicamentos e mais economia do governo na compra destes produtos. É uma garantia de que aquele medicamento mais importante para a saúde pública vai ter o seu processo de aprovação de forma mais rápida e com todas as garantias de qualidade", afirma o diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Barbano. www.anvisa.gov.br ■

ECONOMIA E FINANÇAS

Crédito para empresas atingidas pelas chuvas

Quase três mil operações de crédito foram feitas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para apoiar, em caráter emergencial, as empresas da região serrana do Rio de Janeiro atingidas pelas fortes inundações do início deste ano. Durante cerca de três meses, foram analisadas e aprovadas operações de financiamento no valor total de R\$ 399,8 milhões, dos quais R\$ 302,8 milhões já foram liberados. O Programa Emergencial de Reconstrução (PER-RJ) opera na modalidade indireta, ou seja, por meio da rede de agentes financeiros credenciados no BNDES. Segundo o banco, atualmente, os desembolsos são liberados apenas um dia depois de receber o pedido do agente financeiro - o prazo usual é de três dias. Outra medida adotada pelo banco é a dispensa do registro dos instrumentos contratuais das operações, quando a beneficiária for micro ou pequena empresa. Até agora 2.698 empresas foram beneficiadas pelo programa que realizou 2.881 operações, 97% delas para micro e pequenas empresas. Do total de recursos, 79% foram destinados a micro e pequenas empresas. www.bndes.gov.br ■

Principais Problemas Identificados	Código Florestal Atual	PL 1876 (versão 07.2010) Relatório Dep. Aldo, aprovado na Comissão da Câmara	PL 1876 Aprovado pelo Plenário da Câmara em maio de 2011
Estratificação da Reserva Legal na Amazônia	80% de Reserva Legal para toda a Amazônia Legal	Redução da reserva legal na Amazônia de 80 % para 35% em áreas de cerrado e 20% em campos gerais, previsto no § 1º, do art. 13.	O problema persiste e merece uma abordagem mais aprofundada. Este ponto configura-se em um grande risco de novos desmatamentos na Amazônia, considerando a existência de cerrados e campos gerais insulados na floresta e em suas bordas. <i>(Recomendação nossa: não realizar a estratificação da reserva legal no bioma, considerando que representará a disponibilização de enormes áreas para novas queimadas e desmatamentos, com impactos em áreas de relevante valor da biodiversidade).</i>
Recomposição/compensação apenas para passivos acima de 4 módulos fiscais	Exigência de recomposição do passivo ambiental de toda a propriedade. Permite que o ZEE reduza a Reserva Legal na Amazônia para até 50%, como ocorre no Acre na Zona 1 do ZEE.	Exigência da recomposição ou compensação somente de passivos ambientais superiores a quatro módulos fiscais, conforme previsão do art. 28.	O problema permanece, em parte. Deixou de existir o problema de um "bônus" para todos os produtores, que liberava passivos de até quatro módulos fiscais indiscriminadamente. Todavia, permanece o problema de não se exigir o mínimo de 80% de reserva legal para propriedades com floresta na Amazônia que tenham até quatro módulos fiscais. Isso significa a liberação de uma enorme área que deveria ser recuperada, com especial

			Impacto para o Estado do Acre. (Recomendação nossa: sugere-se a supressão desse ponto, previsto no § 7º do art. 13 ou, no mínimo, a diminuição desse benefício para propriedades de no máximo um módulo fiscal, caracterizadas como propriedades familiares).
Anistia de multas não vinculadas a recomposição ou compensação	As multas devem ser pagas	A proposta previa uma não-vinculação da anistia de multas a atividades de efetiva recomposição ou compensação florestal, conforme autorizado no art. 24, §§ 3º e 4º. A anistia ocorre pelo simples ingresso em Cadastro Ambiental. Como as exigências ambientais diminuíram muito, acaba-se anistando a multa sem uma efetiva recuperação do meio ambiente.	Mantém-se a anistia, agora no art. 33, com o agravamento de se prever também uma anistia criminal, conforme previsto art. 34, o que não tinha aparecido em nenhuma minuta até o início do mês de maio (ver item a seguir). (Recomendação nossa: quanto às multas, entendemos que, ou se mantém a obrigação de recuperação da RL e recuperação das APPs e se viabiliza a anistia para os que cumpriram os compromissos, ou, se retiradas essas obrigações, que as multas permaneçam).
Anistia Criminal	Não existe	Não existe	Prevê anistia, até julho de 2008, do crimes de: 1) Destruição ou dano a floresta considerada de preservação permanente (art. 38) 2) Corte de árvores em floresta

			considerada de preservação permanente (art. 39) 3) Impedimento ou dificuldade da regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação (art. 48)
Consolidação de ocupações em APP	O CONAMA hoje já prevê, por Resolução, diversas possibilidades de uso das APPs. O debate no CONAMA é mais equilibrado e participativo do que deixar somente para os governos estaduais decidirem. Permite a consolidação de ocupações ilegais em áreas de preservação permanente ocupadas ilegalmente, conforme previsão do art. 24.	A consolidação de ocupação em APP se mantém e se amplia. Passa a ser possível a consolidação de diversas atividades em APPs, como a manutenção de atividades agrossilvopastoris. Além, a emenda 164 retirou a força normativa do CONAMA sobre o tema, bem como permitiu aos Estados decidirem sobre o uso de APPs. Isso significará uma espécie de "guerra ambiental", aos moldes da "guerra fiscal", onde cada Estado vai disputar investimentos oferecendo um menor grau de proteção ambiental. <i>(Recomendação nossa: as exceções de uso das APPs devem permanecer sob a regulamentação do CONAMA ou, em último caso, por decreto federal que preveja normas iguais para todo o Brasil).</i>	
			Voltou a menor faixa da APP para trinta metros, na forma do código atual. No entanto, restaram dois

Redução das áreas de APP em relação ao Código Atual	Menor faixa é de 30 metros contada do maior nível do rio.	Menor faixa seria de 15 metros contada do nível médio do rio e não do maior nível.	Problemas: a) mede a APP a partir do nível médio do rio e não do maior nível, o que na prática diminui de tamanho em razão da forma de cálculo b) a recuperação de APP para cursos d'água de até 10 metros será pela metade, ou seja, somente 15 metros. <i>(recomendação: recuperação dos 30 metros e o cálculo voltar para o nível maior do rio e não pelo leito regular. Em caso de negociação, que se passe pelo menos um deles)</i>
Cômputo de áreas ainda em regeneração para fins de constituição de servidão florestal	Somente áreas com floresta é que poderiam servir para compensação	Não havia previsão.	Uma propriedade que ainda está regenerando algumas áreas, muitas vezes em estágio inicial de recuperação, poderá oferecer um "ativo florestal" para compensação do passivo de outra propriedade sem oferecer o correspondente serviço ambiental.
Anistia de Reserva Legal para Hidrelétricas	Os empreendimentos de produção de energia têm que compensar as RLs das áreas alagadas.	Previsão de desnecessidade de compensação de reserva legal em empreendimentos para produção de energia hidrelétrica	O problema persiste

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, neste momento, por permuta com o Senador Paulo Paim, ao Senador Alvaro Dias, do PSDB.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para usar da palavra como Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste Congresso há uma tentativa de se viabilizar CPI para investigar denúncias que envolvem o Ministro Palocci. Os indícios são consistentes. Há inquérito já proposto pela Procuradoria-Geral da República, no Distrito Federal, e, obviamente, o Congresso não pode se omitir.

Quando há sugestão de CPI, há sempre a alegação de que CPI termina em pizza; que todas elas terminam em pizza. Isto não é verdade. Há CPIs que produziram resultados ímpares, inúmeras CPIs. Não pretendo me reportar a todas elas hoje, mas, especificamente, a uma delas. Refiro-me à CPI que viabilizei no Senado Federal, e que presidi, tendo como Relator o ex-Senador Geraldo Althoff: a CPI do Futebol.

A imprensa internacional destaca um grande escândalo no mundo do futebol. A BBC de Londres, uma das emissoras de maior respeitabilidade internacional, denuncia que Ricardo Teixeira, o Presidente da CBF, foi obrigado a devolver dinheiro de propina. A própria emissora relata que uma investigação no Senado brasileiro, em 2001, concluiu que Teixeira tinha uma relação muito próxima com a empresa Sanud. O inquérito descobriu que fundos da Sanud haviam sido secretamente desviados para Teixeira por meio de uma de suas companhias.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que a imprensa internacional denuncia hoje, a CPI do Futebol denunciou aqui em 2001.

Essa denuncia surgiu exatamente das investigações da CPI do Futebol e, provavelmente, o seu relatório final é que motivou a abertura de inquérito, na Suíça, para as investigações, que acabaram levando o Sr. Ricardo Teixeira a devolver dinheiro de propina, conforme anunciou o programa da BBC.

Essa emissora revela que a FIFA está impedindo a divulgação de um documento que revela a identidade de dois dirigentes que foram forçados a devolver dinheiro de propinas em um acordo para encerrar uma investigação criminal na Suíça no ano passado. E essa emissora acabou revelando o nome de Ricardo Teixeira.

Segundo a BBC, a empresa Sanud recebeu um total de US\$9.5 milhões.

Vou fazer a leitura de parte do Relatório final da CPI do Futebol, Relatório que foi elaborado pelo ex-Senador Geraldo Althoff, de Santa Catarina, no capítulo que diz respeito a esse fato. Portanto, o relatório, que foi encaminhado ao Ministério Público com pedido de indiciamento de dirigentes do desporto nacional, incluiu esse capítulo.

Percorrendo as declarações de renda das empresas das quais Ricardo Teixeira é sócio (assunto tratado com profundidade em outro capítulo deste Relatório), notamos que a R.L.J. tomou diversos empréstimos da Sanud Etablissement, localizada no paraíso fiscal de Liechtenstein, a juros absurdamente abaixo dos praticados no mercado (lembrando que a Sanud é sócia majoritária da R.L.J.). Pois bem, se a Sanud empresta para a R.L.J., e esta para Ricardo Teixeira, parece-nos óbvio que, em última instância, Teixeira se beneficia de recurso da Sanud, oriundos de paraíso fiscal e de propriedade desconhecida.

Outra observação é que não foi encontrado nenhum documento ou registro em cartório que amparasse o empréstimo da R.L.J. a Teixeira.

De um lado a triangulação financeira, os juros irrisórios, os recursos oriundo de paraíso fiscal, a falta de registro do “empréstimo” em questão, e a omissão junto à Receita Federal; do outro lado uma enorme quantia gasta com a SBTR (R\$31 milhões) sem a devida comprovação de despesas, aplicações da CBF, em que há discrepâncias entre o contabilizado e o verdadeiramente aplicado, conforme extrato do Banco Vega, e coincidências inexplicáveis com aplicações particulares do Sr. Ricardo Teixeira. Forma-se um quadro, pelo menos suspeito, em que o ambiente e cenário são perfeitos para um outro crime: o de lavagem de dinheiro.

A sociedade entre o Sr. Ricardo Teixeira e a Sanud, na empresa R.L.J. Participações Ltda., inexistiu de fato, visto que a Sanud, como sócio-cotista, jamais integralizou a parte da sociedade que lhe cabia, inclusive na forma como demandava o contrato social desta empresa.

Os recursos pretensamente transferidos ao Brasil pela Sanud sofreram desvio quanto à sua finalidade de aplicação, já que originalmente destinados à integralização de parte do capital da R.L.J.

Ao que indicam dados colhidos junto ao Banco Central do Brasil, as pretensas relações financeiras, por empréstimos, entre Sanud e a R.L.J. jamais ocorreram de fato, vez que dos empréstimos que teriam sido concedidos pela primeira empresa à segunda nunca resultou pagamento de juros ou a amortização do principal das obrigações assim geradas.

Inexistente a Sanud desde 08 de janeiro de 1999, fato apurado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), do Ministério da Fazenda, as pretensas relações financeiras entre a Sanud e a R.L.J. podem dar-se por inexistentes e, por isso, configurar simulação, com o fito de oferecer fachada à movimentação de vultosas somas de recursos entre as duas empresas.

Considerando o fato que um dos procuradores da Sanud no Brasil foi, e ainda pode ser, o Sr. Guilherme Teixeira, irmão do Sr. Ricardo Terra Teixeira, além do fato de que os recursos enviados pela Sanud ao Brasil sofreram desvio quanto à sua finalidade de aplicação, sem que o Sr. Ricardo Teixeira formalmente se opusesse a tal desvio de finalidade, deduziu-se que ambos, o Sr. Ricardo Terra Teixeira e o Sr. Guilherme Terra Teixeira, decidiram a destinação dos recursos da Sanud de comum acordo, configurando conluio para a indevida apropriação de recursos de terceira parte (Parte II, item 2.1);

- quanto às demais relações financeiras entabuladas pela R.L.J. Participações Ltda., todas elas em virtude de empréstimos tomados ou concedidos, verificou-se que, em pelo menos dois casos, da ACOC Administração e Participações Ltda. (credor) e do próprio Ricardo Teixeira (devedor), os créditos e débitos registrados na contabilidade da R.L.J. Participações Ltda. não são correspondidos pelas informações oficialmente declaradas pelas contrapartes à Fazenda Pública, caracterizando simulação destinada, uma vez mais, a oferecer fachada à movimentação de vultosas somas de recursos (Parte II, item 2.1); (...)

E continua o relatório. Não vou fazer a sua leitura. Quero ler apenas a parte de relatório que o Banco Central do Brasil me encaminhou recentemente, já que fiz essa solicitação para saber de providências decorrentes da CPI do Futebol. Em um de seus capítulos, esse relatório do Banco Central do Brasil diz o seguinte:

As recomendações ao Banco Central [pela CPI do Futebol] indicada nos itens I e III do Ofício 04/2002 foram também dirigidas ao Ministério Público Federal – MPF (...).

Os indícios da ocorrência de crime previsto no art. 21, parágrafo único, da Lei nº 7.492/86, nas operações de empréstimos contratadas pelo Sr. Ricardo Terra Teixeira (...).

Portanto, o próprio Banco Central considerou a existência de indícios de crimes e encaminhou ao Ministério Público Federal, por solicitação da CPI do Futebol.

Esse fato ressurgiu na imprensa internacional em razão das eleições que se travarão no próximo dia 1º de julho para a Presidência da FIFA. E parece-me que resta apenas como candidato o atual Presidente Blatter, que deve ser reeleito.

A BBC, de Londres, investigou, pesquisou, solicitou esse relatório da CPI do Futebol e estabeleceu as relações entre os fatos agora denunciados e os fatos denunciados em 2001, na CPI do Futebol.

E vejam a gravidade desse escândalo internacional, no momento em que o nosso País se prepara para a realização da Copa do Mundo de 2014. Atrasados em obras, atrasados em matéria de infraestrutura, aeroportos caóticos, estádios sequer começados, enfim, uma situação de preocupação em relação à eficiência daqueles que conduzem o projeto Copa 2014. Acima de tudo, esse fato depõe contra a imagem do nosso País.

Vou reproduzir a opinião do jornalista da BBC, de Londres, que concedeu entrevista à ESPN Brasil:

Mas a FIFA [diz ele, num dos trechos da sua entrevista] está bloqueando o embargo judicial e os advogados de Ricardo Teixeira continuam lutando para que os documentos fiquem escondidos.

“Ele teve que admitir que ele foi subornado. A Polícia exigiu esse acordo. Então ele teve que admitir que foi subornado e teve que devolver o dinheiro. E o acordo era de total confidencialidade, sem nomes.”

Estou reproduzindo na íntegra as declarações do jornalista da BBC, de Londres.

O jornalista acredita que isso é uma vergonha para o Brasil. [Diz ele] “Quando é que o Governo brasileiro vai dizer que basta? Sim, queremos a Copa do Mundo! Sim, nós adoramos ter uma seleção muito bem-sucedida! Mas nós não precisamos de Ricardo Teixeira. Se eu fosse brasileiro eu estaria muito bravo

porque o dinheiro dos meus impostos não está sendo destinado ao combate à pobreza, para infraestrutura, para saúde. Está indo para os ladrões da FIFA. Eu não aceitaria. Vamos ver o Ricardo ir para a cadeia [diz o jornalista]. Isso seria justiça, não? Seria justiça para o povo brasileiro. Eles estão sendo roubados. Eu não estou sendo roubado. [diz o jornalista] Estou sendo roubado moralmente, mas não é no meu dinheiro que ele está pondo as mãos. É dinheiro de vocês.”

Faço a reprodução das afirmações desse jornalista para demonstrar que essa é a imagem que o mundo passa a ter em razão da repercussão desse episódio, especialmente na Europa; a imagem que o mundo passa a ter daqueles que comandam o projeto Copa do Mundo 2014.

Nenhuma palavra do Governo. Nenhuma palavra da Presidência da República. Nenhuma palavra do Ministro dos Esportes. A impunidade tem o Brasil como a sua morada preferida.

Nós estamos cansados de noticiar escândalos no

Brasil. Certamente os brasileiros não se surpreendem mais, mas evidentemente esse é um escândalo internacional. Não há como evitar que esse escândalo chegue, por meio da mídia especializada em futebol, a todos os países do mundo, que estão de olhos voltados para o Brasil em razão da Copa do Mundo de 2014.

Que credibilidade tem esse dirigente? Que autoridade moral tem ele para movimentar bilhões necessários à execução desse projeto? Que irresponsabilidade é essa? O Governo tem responsabilidade ao admitir que alguém com esse currículo e com essa imagem internacional seja o condutor de projeto de tamanha relevância para o Brasil? Qual o legado da Copa do Mundo 2014? Qual será a herança dessa gestão comprometida eticamente? Essas são perguntas que devem ser formuladas à Presidência da República e ao Ministério dos Esportes.

Eu não pretendo, hoje, fazer um relatório de outros pontos que demonstram a eficiência dessa CPI do futebol. Mas é preciso que as pessoas do Brasil entendam, coloquem sob suspeita as afirmações de que CPI não produz. Essa CPI do futebol devolveu aos cofres públicos do Brasil milhões de reais. Apenas na Receita Federal foram R\$129 milhões recuperados. E o Banco Central nos encaminhou também um relatório demonstrando a recuperação de recursos sobre os quais voltarei a esta tribuna para falar.

O importante, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que o Congresso Nacional reabilite esse instituto fundamental da Comissão Parlamentar de Inquérito para

que possamos cumprir o nosso dever de investigar, de fiscalizar, de denunciar e de exigir responsabilização civil e criminal quando os ilícitos são praticados, porque o Brasil não pode continuar sendo o paraíso da impunidade.

Concedo ao meu querido amigo e Senador que ilustra a nossa Bancada, Senador Ataídes, do Tocantins, com muito prazer, o aparte que solicita.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco/PSDB – TO) – Meu ilustre Senador Alvaro Dias, fiquei muito atento até agora às suas belíssimas palavras, à sua real preocupação com esse compromisso tão sério que o nosso País assumiu diante do mundo em relação à nossa Copa de 2014. Um dos nossos segmentos é construção civil, e construção civil demanda tempo, muito tempo. Os compromissos ora assumidos, percebo que não se fazem do dia para a noite. Para essa parte de logística, para essas reformas dos estádios, para a segurança e tantos outros compromissos assumidos, vejo que esse tempo será insuficiente. Eu só queria deixar um registro aqui, meu ilustre Senador. Não sou pessimista, mas, diante desse quadro que se demonstra pela frente, só chego a uma conclusão – tomara que os vencedores dessa Copa não sejam as grandes construtoras que hoje temos no Brasil e os bolsos de alguns poucos.

(Interrupção do som.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco/PSDB – TO. *Fora do microfone*) – É só isso que eu espero, meu caro e ilustre Senador. E muito obrigado pelo aparte que me foi concedido.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Obrigado, Senador Ataídes. V. Ex^a coloca muito bem: nós não sabemos quem ganhará a Copa do Mundo nos campos onde os jogos serão disputados, mas já sabemos, antecipadamente, que as grandes empreiteiras de obras públicas são as maiores ganhadoras. Já ganharam. Ganharam por antecedência. São campeãs mundiais. Nossas grandes empreiteiras são as campeãs mundiais em relação ao projeto Copa do Mundo 2014. É uma lástima!

Nós estamos verificando que a Grécia vive profunda crise econômica, e especialistas afirmam que uma das causas centrais da crise econômica da Grécia tem origem na realização das Olimpíadas. Os gastos exorbitantes legaram ao país uma herança maldita. E nós não queremos que o Brasil seja a próxima vítima a receber uma herança maldita resultante da incompetência de gerenciamento e da desonestidade, porque escândalos como esse certamente não nos autorizam a afirmar que somos os campeões da honestidade neste País.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Romero Jucá, pela Liderança do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje ao plenário usar da palavra e falar como Senador de Roraima e fazer uma cobrança ao próprio Governo.

Esta semana, a revista *Veja* publicou uma matéria intitulada “Uma Reserva de Miséria” e nela descreve a situação da Reserva Raposa Serra do Sol, a situação dos índios que lá habitam ou que deixaram de lá habitar e foram para a periferia de Boa Vista e também a situação dos agricultores, dos produtores que trabalhavam na reserva, que tinham propriedade, que tinham sua cultura, que tinham sua pecuária na reserva indígena e que foram retirados de lá.

A grande maioria dos produtores ainda não foi reassentada. Aguarda em Boa Vista, e aguarda em situação muitas vezes de dificuldade a posição que o Governo, através do Incra, se comprometeu a fazer, que é o reassentamento dessas famílias.

Na semana que passou, a comunidade indígena teve lançado, na área de São Marcos, um plano de etnodesenvolvimento intitulado Raposa e Serra do Sol e São Marcos, visando exatamente construir uma alternativa para as populações indígenas dessas duas reservas, que, somadas, são uma área maior que o Estado de Sergipe.

Hoje, venho à tribuna, primeiro, para registrar que, infelizmente, esse quadro de miséria, de necessidade, de falta de apoio que estamos vivendo nessa região foi por mim levantado quando da discussão da demarcação. Apresentei proposta alternativa porque entendia que uma solução conciliatória seria a melhor solução para o Estado de Roraima e seria a condição de conseguir atividade econômica, demarcação de terras e ações que ajudassem as populações indígenas, mas que também mantivessem a produção na região, porque a produção na região representava emprego para a população indígena. Infelizmente, nossa proposta não foi acolhida, foi vencida, e a demarcação foi feita de forma contínua, retirando todos os moradores não índios. Agora, vivemos um problema social na comunidade indígena e também na população de ex-produtores, que estão à míngua, sem condições de construir alternativas para o futuro.

Venho hoje cobrar do INCRA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, apesar de o MDA ter fei-

to o lançamento do plano etnodesenvolvimentista a que me referi para as áreas de São Marco e Raposa Serra do Sol. O Diretor de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Jerônimo Souza, esteve em Roraima, junto com o Governador e com lideranças indígenas, e lançou o projeto, mas essa ação precisa ser rápida. A definição de recursos tem de ser urgente. O reassentamento é emergencial. As condições de infraestrutura que precisam ser feitas nas áreas que vão receber os assentados, os desentrosados, os remanejados da área indígena, é fundamental que sejam feitas com rapidez.

Portanto, fica aqui o meu registro, a minha preocupação e a minha cobrança para que o Incra, para que o MDA, para que os órgãos do Governo Federal atuem de forma pactuada e que se cumpra o compromisso e a palavra com o povo de Roraima. Como líder do Governo, cobrarei essas ações, porque entendo que esse é um compromisso que tem de ser cumprido com a nossa população, com a nossa gente e com o futuro do nosso Estado. Peço a transcrição, Sr. Presidente, das duas matérias: “Raposa Serra do Sol e São Marcos. Lançado plano de etnodesenvolvimento” e “Vida brasileira. Uma reserva de miséria”, da revista *Veja*.

Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Romero Jucá, acho importantes os esclarecimentos que V. Ex^a traz sobre a reserva Raposa Serra do Sol, ainda mais sendo em Roraima. É muito importante que aqui nos dê as informações atualizadas e precisas. Mas, sendo V. Ex^a da região Norte e tendo em conta a preocupação inclusive do Governo com respeito ao casal de agricultores que faleceu no Pará e, ainda, de mais uma morte e outra em Rondônia, tendo em conta inclusive as medidas que ainda hoje o Ministério da Justiça resolveu tomar, o Secretário-Executivo, Luiz Barreto, assim como a Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, e outras, o Governo resolveu realizar uma intervenção nessa área de conflito agrário para prevenir esses acontecimentos violentos, essas mortes, com a criação de uma área de limitação administrativa provisória na região de Lábrea, Boca do Acre e Porto Velho, no sentido de que seja adotada, em comum acordo com os Estados, uma forma de prevenir essas violências. Sendo V. Ex^a líder do Governo e da região Norte, achei por bem que V. Ex^a possa também nos

transmitir uma palavra sobre a preocupação do Governo de prevenir e evitar isso, ainda mais diante do debate que teremos nos próximos dias, nas próximas semanas, aqui, com a reforma do Código Florestal. Então, era isso que eu queria transmitir, como uma preocupação, ao líder do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Acolho as considerações, as colocações de V. Ex^a, Senador Suplicy, e registro que elas são importantes. É fundamental que tenhamos paz no campo, paz na terra, paz nas reservas indígenas, nos assentamentos. Enfim, que os ambientalistas, que aquelas pessoas que militam em defesa do meio ambiente ou da ação integrada de desenvolvimento e de paz no campo sejam protegidas.

Hoje, o Governo Federal fez uma reunião com vários Ministros, exatamente para definir ações fortes, duras, de proteção e de combate à violência nessas

regiões. O Governo está empenhado em manter, em proteger, em dar condições para que essa questão da violência seja contida. Portanto, já tomou providências cabíveis exatamente visando essa ação.

A colocação de V. Ex^a é muito importante. No caso de Roraima, a preocupação é o desenvolvimento, é o cumprimento da palavra, são as ações integradas que precisam ser efetuadas rapidamente, porque foram compromissos do Governo. Não é ainda um caso de violência, mas é o caso sim de pessoas que clamam por justiça e que cobram do Governo a posição que foi pactuada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Boa Vista Quarta-feira, 25 de maio de 2011

FOLHA

DE BOA VISTA

RAPOSA SERRA DO SOL E SÃO MARCOS Lançado plano de etnodesenvolvimento

VANESSA LIMA

Os 27 mil indígenas das reservas Raposa Serra do Sol e São Marcos tem agora um Plano Territorial de Etnodesenvolvimento Indígena (PTEI), o primeiro do país elaborado em território indígena. O lançamento do plano ocorreu ontem, no Centro Makumaimi, região do alto São Marcos, no município de Pacaraima.

A solenidade reuniu autoridades municipais, estaduais e federais, dentre eles o secretário do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), Jerônimo Souza, e o governador do Estado, Anchieta Júnior. Diversas lideranças indígenas também estiveram presentes. Estava prevista ainda a presença do vice-presidente da Funai, Aloysio Guapindaia,

que devido a problemas no voo não pôde comparecer.

O objetivo do PTEI é promover o desenvolvimento econômico sustentável das regiões, a universalização do acesso a políticas públicas de cidadania e o crédito produtivo, priorizando a participação social e a integração das diversas esferas dos governos – municipal, estadual e federal.

A elaboração do PTEI foi estruturada em três partes – histórica e contexto geral dos indígenas, diagnóstico territorial e plano territorial. O plano começou a ser desenvolvido em 2009, após as reservas terem sido inseridas no programa Territórios da Cidadania Raposa Serra do Sol e São Marcos, desenvolvido pelo governo federal em parceria com estados, municípios e a sociedade civil.

O representante do Conselho do Povo Indígena Ingariçó (Coping), Dilson Ingariçó, explicou que foram realizadas oficinas de sensibilização em todas as etnoregiões definidas nas duas reservas indígenas e formados os agentes de etnodesenvolvimento, que foram preparados para participar das oficinas. Após todo o trabalho inicial, aconteceu um evento macro reunindo os povos das regiões para elaboração do plano. A fase agora é de gestão do PTEI.

“O plano contém várias propostas, matrizes e ações gerais, que possam servir para todo o território, e as específicas, que são aquelas feitas por regiões, conforme a realidade de cada etnoregião. Além de servir para criação de políticas públicas de atenção aos povos indígenas, o PTEI vem para facilitar o plano de vida das comunidades indígenas na educação, agricultura, cultura e outros”, destacou o representante do Coping, a entidade proponente executora de elaboração do PTEI.

Jerônimo Souza falou da importância da criação do plano. Disse ser este um momento emblemático. Ele explicou que o MDA colocou o recurso para elaboração de todas as etapas do plano e que a partir de agora serão executadas por meio dos projetos que estão inseridos nele.

“Nós esperamos que esse evento não fique apenas como exemplo, mas que aconteça na prática. Aguardamos que a gente possa, governos municipal, estadual, federal e movimentos sociais, fazer a execução de forma a contento do que a comunidade indígena espera”, disse o secretário do MDA.

Anchieta Júnior também retratou o momento como histórico para Roraima, pois o trabalho desenvolvido pelas comunidades indígenas e demais parceiros deverá se tornar um plano piloto que influenciaria todos os demais que serão construídos no Estado e no País. “Nós saímos na frente e com certeza vamos colocar em prática parte desses projetos, se não forem possíveis todos, mas fará uma diferença imensa para a mudança das vidas das nossas comunidades indígenas”, informou Anchieta.

Proposta orçamentária deverá ser apresentada no início de junho

O secretário do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), Jerônimo Souza, informou que o governo federal tem estipulado a média de orçamento para cada território

incluído no programa Territórios da Cidadania. Por se tratar de regiões integrantes ao Norte do país, o percentual liberado deverá ser maior.

“Esperamos que agora no início do mês de junho a gente apresente qual é a proposta orçamentária e só aguardamos que o próprio colegiado, junto com a assessoria, possa qualificar o projeto para que a gente desenvolva de fato um orçamento que dê amparo para a comunidade”, explicou Souza.

A estimativa é de liberar em torno de R\$ 350 mil por projeto, sem contar com a contrapartida dos municípios e Estado, que também deverão compor a verba.

Conforme o coordenador regional da Fundação Nacional do Índio de Roraima (Funai), Gonçalo Teixeira dos Santos, com a homologação da reserva São Marcos, em 1991, e da Raposa Serra do Sol, em 2005, o governo federal buscava desenvolver ações voltadas para o desenvolvimento de forma sustentável junto aos povos indígenas dessas localidades. O programa Territórios da Cidadania veio atender aos anseios.

PROGRAMA - O programa Territórios da Cidadania foi lançado em fevereiro de 2008 pelo Governo Federal com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável em regiões que mais precisam de políticas públicas. O programa contempla, de forma coordenada, ações de 22 ministérios e órgãos federais, que atuam em parceria com estados, municípios e a sociedade civil em 120 territórios da cidadania. (V.L.)

Vida brasileira

UMA RESERVA DE MISÉRIA

A demarcação da Raposa Serra do Sol, em Roraima, empurrou centenas de índios para as favelas de Boa Vista e converteu agricultores outrora prósperos em cidadãos pobres

LEONARDO CONTINHO, DE NORMANDIA

Quatro novas favelas brotaram na periferia de Boa Vista, nos últimos dois anos. O surgimento de Monte das Oliveiras, Santa Helena, São Germano e Brigadeiro coincide com a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Nesse território de extensão contínua que abarca 7,5% de Roraima, viviam 340 famílias de brancos e mestiços. Em sua maioria, eram constituídas por arroteiros, pecuaristas e pequenos comerciantes, que respondiam por 6% da economia do estado. Alguns possuíam títulos de terra emitidos havia mais de 100 anos pelo governo federal, de quem tinham comprado suas propriedades. Empregavam índios e compravam as mercadorias produzidas em suas aldeias, como mandioca, frutas, galinhas e porcos. Em 2009, todos foram expulsos. O governo federal prometeu inde-

nizá-los de maneira justa. No momento de calcular as compensações, alegou que eles haviam ocupado ilegalmente terra indígena. Por isso, encampou as propriedades e pagou apenas o valor das edificações. Os novos sem-terra iniciaram o êxodo em direção à capital. As indenizações foram suficientes apenas para que os ex-fazendeiros se estabelecessem em Boa Vista. VEJA ouviu quarenta deles. Suas reparações variaram de 50.000 a 230.000 reais — isso não daria para comprar nem um bom apartamento de três quartos nas principais cidades do país, imagine uma outra fazenda.

Em seguida, foi a vez de os índios migrarem para a capital de Roraima. Os historiadores acreditam que eles estavam em contato com os brancos havia três séculos. Perderam sua fonte de renda, proveniente de empregos e comércio, depois que os fazendeiros foram expulsos. A situação piorou com a ruína das estradas e pontes, até então conservadas pelos agricultores. “Acabou quase tudo. No próximo inverno, ficaremos totalmente isolados”, diz o cacique macuxi Nicodemos Andrade Ramos, de 28 anos. Um milhar de índios se instalou nas novas favelas de Boa Vista. “Está

CACIQUE DE FAVELA

Chefe de sete aldeias, Avelino Pereira (ao lado) mudou-se para a periferia de Boa Vista. Acima, os brancos expulsos da reserva em 2009. Até hoje, eles não receberam as terras prometidas pelo governo federal

Vida brasileira

impossível sustentar uma família na reserva. Meus parentes que ficaram lá estão abandonados e passam por necessidades que jamais imaginávamos”, afirma o também macuxi Avelino Pereira, de 48 anos. Cacique de sete aldeias, ele preferiu trocar uma espaçosa casa de alvenaria na reserva por um barraco de tábuas na favela Santa Helena. O líder indígena diz que foi para Boa Vista para evitar que sua família perdesse o acesso a escolas, ao sistema de saúde e, sobretudo, ao mercado de trabalho.

Com o passar do tempo, a situação dos índios tem piorado. Recentemente, algumas das famílias desalojadas começaram a erguer barracos no aterro sanitário de Boa Vista. Uma delas é a do macuxi Adalto da Silva, de 31 anos, que chegou à capital há apenas um mês. Ele fala mal português, mas nunca pensou em viver da mesma forma que seus antepassados. Mesmo porque a caça e a pesca são escassas na Raposa Serra do Sol já faz tempo. Até 2009, ele recebia um salário mínimo para trabalhar como peão de gado. Está desempregado desde então. Como os índios não têm dinheiro, tecnologia ou assistência técnica para cultivar as lavouras, os campos onde o peão trabalhava foram abandonados. Silva preferiu construir uma maloca sobre uma montanha de lixo a viver na aldeia. Agora, ganha 10 reais por dia coletando latinhas de alumínio, 40% menos do que recebia para tocar boiada. Ainda assim, considera sua vida no lixo menos miserável do que na reserva. Ele é vizinho do casal uapixana Roberto da Silva, de 79 anos, e Maria Luciano da Silva, de 60, que também cata latas e comida no aterro. “O lixo virou a única forma de subsistência de muita gente que morava na Raposa Serra do Sol”, diz o macuxi Sílvia Silva, presidente da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima.

Brancos e mestiços expulsos da reserva também foram jogados na pobreza. O pecua-

rista Wilson Alves Bezerra, de 69 anos, tinha uma fazenda de 50 quilômetros quadrados na qual criava 1 300 cabeças de gado. Um avaliador privado estimou em 350 000 reais o valor das edificações da propriedade. A Fundação Nacional do Índio (Funai) deu-lhe 72 000 reais por essas benfeitorias e nada pela terra. Seu rebanho definhou. Restam-lhe cinquenta reses em um pasto alugado. Faltado, ele sobrevive vendendo churrascos no centro de Boa Vista. Ganha 40 reais por noite. “O que o governo fez comigo me dá vergonha de ser brasileiro”, afirma Bezerra. Coema Magalhães Lima, de 64 anos, está em situação semelhante. Ela chegou a ter 200 cabeças de gado e setenta cavalos. O fato de ser descendente de índios não impediu que ela fosse expulsa da reserva. Coema recebeu 24 000 reais de indenização. Ela e o marido gastam suas aposentadorias, que juntas chegam a 1 000 reais, para pagar o aluguel de uma pastagem para os 100 animais que lhes restam. “Um dia o governo vai cumprir a promessa de me reassentar em uma área do mesmo tamanho da minha”, acredita Coema.

Quando negociou a formação da reserva, o governo federal prometeu que agricultores e índios não sofreriam prejuízos. Chegou a registrar a promessa na Justiça Federal. Mas, em Roraima, a palavra, os documentos e os títulos do governo não têm valor. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) avisou que só reassentará 130 famílias desalojadas da Raposa Serra do Sol. As outras 210 ficarão a ver navios — ou melhor, canoas. Mais: não concederá nenhuma gleba superior a 5 quilômetros quadrados. Quem tinha fazenda maior que isso arcará com o calote. Mesmo as famílias assentadas na Serra da Lua, perto da Raposa Serra do Sol, continuarão sob ameaça. O Ministério do Meio Ambiente pretende transformar essa área em reserva ambiental. Se a ideia vingar, 200 pequenos agricultores que vivem no local se juntarão aos desalojados que hoje estão em Boa Vista. Com o menor PIB entre as 27 unidades da federação, Roraima já tem 68% de seu território inutilizado por reservas florestais e indígenas. Com a Serra da Lua, passaria a ter 70%. Será mais um golpe nas esperanças de desenvolvimento do estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, profissionais da imprensa, na manhã de hoje, esta Casa festejou, por iniciativa do Senador Paim e de outros companheiros, os 102 anos do ensino profissionalizante neste País.

Em pleno século XXI, todos nós estamos conscientes de que uma das saídas para o aprimoramento, para o aperfeiçoamento da mão de obra no País... Para que o Brasil não seja obrigado a importar mão de obra qualificada, a única solução é aperfeiçoarmos os profissionais, os trabalhadores, os jovens hoje existentes no Brasil.

Pelos estudos que temos, Sr. Presidente e demais Senadores, temos mais de 3 milhões, precisamente mais de 3 milhões e 400, quase 3,5 milhões de jovens neste País de 18 a 24 anos sem estudar e sem ter oportunidade de trabalho. E são exatamente essas escolas profissionalizantes, são exatamente essas oportunidades, Senador Mozarildo Cavalcanti, em que o Governo adota e cria programas como, por exemplo, o Pronatec, que proporcionará aos jovens, ao concluírem ou adentrarem no segundo grau, a oportunidade de se prepararem para enfrentar o mercado de trabalho, e isso só será concreto se for por meio do ensino profissionalizante. Se incentivarmos as escolas públicas dos Estados e dos Municípios a se integralizarem ao novo programa, já que o Pronatec permite a integralização por intermédio de convênios com escolas. Com isso, adota-se, cria-se e se mantém cursos profissionalizantes que darão melhores condições de aperfeiçoamento de mão-de-obra a essa população, a esses profissionais, a esses jovens que precisam ter acesso ao mercado de trabalho. Portanto, a solução número um é o Governo assumir esta responsabilidade.

Na sessão de hoje, estiveram presentes não só o autor, o Senador Paulo Paim, mas outros Senadores, como também vários integrantes das universidades, o Secretário Nacional de Ensino Profissionalizante, membros do Ministério da Educação, das associações ligadas ao setor, representantes do Senai, da indústria, enfim, de vários setores que terão condições de conduzir os jovens para, de fato, abraçarem essa causa. A causa é da juventude, é dos jovens trabalhadores deste País.

Por isso, Sr. Presidente, aproveito a oportunidade, mais uma vez, para enaltecer o Pronatec, programa aqui encaminhado, de iniciativa da Presidenta Dilma e de outros integrantes do Governo, já que, juntos, te-

remos condições de casar os projetos que tramitam nesta Casa.

Há um projeto de minha autoria, Senador Eduardo Suplicy, que é o Projeto de Lei nº 186, que dá condições às escolas públicas de abraçarem essa causa do ensino profissionalizante nas escolas públicas estaduais e municipais com recursos dos próprios programas do Governo. Isso porque existem programas do Governo, do próprio Ministério da Educação, que possibilitam isso.

Somando-se os recursos direcionados ao Pronatec aos recursos de outros programas e também do Ministério do Trabalho, teremos condições de aperfeiçoar a mão-de-obra e, com isso, dar melhor qualidade profissional a esses jovens que precisam trabalhar.

Não se pode concordar, Sr. Presidente, que desde 2001 até o final de 2010, pelas estatísticas que temos apurado, em todos os censos, em todas as pesquisas, temos, em média, repito, três milhões e quinhentos mil jovens sem ter oportunidade de trabalho.

Desde 2001, os números de três milhões e quatrocentos, três milhões e quinhentos estão em evidência. E só teremos condições de amenizar e de dar oportunidade as esses jovens se intensificarmos esses cursos profissionalizantes e, com isso, convocarmos os jovens, através de bolsas de estudo, através de oportunidades de trabalho num futuro próximo. Com certeza, teremos, a partir de então, a diminuição dessa quantidade de jovens desempregados e também as condições para que não aumentem, pelo contrário, diminuam os números de jovens existentes e também dos novos jovens que chegam ao mercado de trabalho.

E o segundo grau é, de fato, o momento oportuno, a partir dos 16, dos 17 anos. Ele precisa trabalhar logo que chega aos 18 anos. Assim, com um curso profissional, ele terá condições de ter e conseguir emprego para o seu sustento e o de sua própria família.

Ademais, Sr. Presidente, quero solicitar a V. Ex^a a publicação do que escrevemos sobre o assunto, para que tenhamos condições de integralizar cada vez mais como também de dar condições aos jovens, principalmente os mais carentes, de terem emprego, oportunidade de trabalhar e se manter pelas suas próprias pernas.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR WILSON SANTIAGO.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há algum tempo vim a esta tribuna para falar sobre a importância do ensino profissionalizante.

Minha preocupação com o tema gerou o Projeto de Lei n. 186 de 2011, garantindo que até 2020 os sistemas de ensino deverão assegurar que, no mínimo, quarenta por cento das vagas no ensino médio e vinte e cinco por cento das vagas na educação de jovens e adultos sejam oferecidas de forma articulada à educação profissional.

No século XVI a formação de ensino médio era desvinculada do mundo do trabalho. Em 1809 foi criado o Colégio das Fábricas no Rio de Janeiro, para ensinar órfãos vindos de Portugal. Mesmo com a Independência, o Brasil manteve uma educação afastada da população, das técnicas e do trabalho. Neste período, consta que os paradigmas adotados para o ensino médio foram os liceus franceses, onde a formação para o trabalho não era abordada.

Foi Nilo Coelho, em 1909, que, ao criar em 10 Estados as Escolas de Aprendizes e Artífices, deu a origem ao ensino profissionalizante.

No decorrer dos anos seguintes foram várias as tentativas de fazer soerguer o ensino profissionalizante no Brasil. Alguns equívocos foram cometidos na ânsia de fazer o estudante do ensino médio ficar vinculado compulsoriamente a profissionalização. Muitos dos cursos oferecidos não capacitavam a contento seus alunos.

Nos dias atuais, conseguir uma colocação no mercado de trabalho é um grande desafio. Todavia, devemos nos lembrar que as máquinas sempre precisarão de um ser humano para conduzir seus comandos. Mais ainda: a criatividade e a inovação são características humanas que jamais deixarão de existir.

Assim fazemos esta merecida homenagem ao ensino profissionalizante. O Brasil passa por um momento em que reconhecidamente faltam técnicos em várias áreas profissionais para o mercado do trabalho.

Esta falta de profissionais, infelizmente, poderá atrasar nosso desenvolvimento econômico. O setor produtivo vem acenando com a dificuldade de conseguir mão de obra especializada em nível técnico, em todas as regiões do País.

Em pronunciamento anterior mencionei o estudo divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que apontou que três milhões e quatrocentos mil jovens brasileiros, com idade de 18 a 24 anos, não estudam nem trabalham. Os dados, de 2008, fazem parte de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outro achado importante do estudo do Inep é que esse percentual se mantém constante desde 2001. Por outro lado, a parcela dos jovens que só estudam vem caindo aos poucos, saindo de 12,6%, em 2001, para 10,5%, em 2008. Nesse mesmo período, detectou-se também

o aumento do total de concluintes do ensino médio, sem interesse no ensino superior. Desse segmento, estimado em um milhão e duzentos mil jovens, boa parte está condenada a subemprego ou a ociosidade.

Esta ociosidade aumenta índices de pobreza, de violência, aumenta uma série de problemas para o país.

O fortalecimento da educação profissional articulada ao ensino médio hoje em dia pode ter desenvolvimento integrado com a educação básica ou concomitante a ela. No primeiro caso, da educação profissional integrada, trata-se de cursos planejados de modo a conduzir os alunos à habilitação técnica na mesma instituição de ensino em que frequentam o ensino médio regular.

No segundo caso, da educação profissional concomitante ao ensino médio, trata-se de cursos oferecidos tanto na mesma instituição de ensino quanto em estabelecimentos distintos. Isto acontece a partir do aproveitamento das oportunidades educacionais disponíveis ou mediante convênios que visem ao desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados.

Em meu projeto procuro incentivar que haja mais vagas no ensino médio para educação profissional.

A Presidenta Dilma lançou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronep) demonstrando a importância que vê no ensino profissionalizante.

Segundo a Presidenta,

“o sistema de capacitação profissional brasileiro já não corresponde às necessidades do país e às dimensões de nossa economia. Ele é fruto de outro período do desenvolvimento econômico do nosso país. Por isso, ele se tornou um desafio. Um desafio à nossa capacidade de crescimento e, por isso mesmo, tem de ser enfrentado de maneira direta, e muito articulada.”

A presidenta Dilma assegurou, ainda, que por este motivo estava lançando o Pronatec que tem entre os pilares “democratizar a oferta de cursos de educação profissional de nível médio. Vai qualificar o nosso nível médio de ensino e elevar a qualidade dessa modalidade de ensino em todo o Brasil”.

Sr. Presidente, com todos estes incentivos, o Brasil esta mostrando ao mundo, o seu vigor e a sua determinação em capacitar seu povo para esta nova era.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Wilson Santiago, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz, que preside a sessão,

Senadores e Senadoras, quero fazer alguns registros, entre eles faço questão de deixar nos Anais da Casa um artigo que escrevi para o *Jornal do Comércio* que leva, como título: “Na Ponta da Lança e dos Cascos”.

Este meu artigo visa defender o novo aeroporto internacional lá no meu Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, eu entendo que, neste momento, mais do que nunca, quando se discute um novo aeroporto internacional para o nosso Estado, temos obrigação de deixar para trás, Senador Eurípedes, todas as nossas diferenças e caminhar unidos, como eu disse, afiados na ponta da lança e dos cascos, para defender os interesses do Rio Grande.

Eu não tenho dúvida – digo no artigo – de que o 20 de Setembro será uma alavanca fundamental para o crescimento econômico e social do Rio Grande, capaz de atender 85% do PIB estadual. Por outro lado, reafirmo aqui, não sou contra as reformas no atual aeroporto Salgado Filho, até porque acredito que elas são necessárias e não inviabilizam a discussão sobre o novo aeroporto chamado 20 de Setembro.

Tenho certeza de que temos de avançar olhando para o futuro, percorrendo, assim, o que chamamos de o caminho das estrelas. Podem até me chamar de sonhador – e talvez eu o seja –, mas podem ter certeza de que, dentro do meu peito, Senador Eduardo Suplicy, sempre haverá um luzeiro iluminado buscando boas-novas para o meu querido Rio Grande e também para o nosso querido País.

Sr. Presidente, eu gostaria que considerasse na íntegra este pronunciamento, que, na verdade, é um artigo em que trato deste tema.

Também quero deixar registrado, Sr. Presidente, nesta tarde, o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor de Serviços. Faço rapidamente o registro sobre o lançamento dessa frente que ocorreu na última quinta-feira na Câmara dos Deputados.

O Deputado Federal Laércio Oliveira, que organizou a frente, é o Presidente e me convidou para ser o Vice-Presidente. Eu aceitei com enorme satisfação. Só não pude estar com ele na quinta-feira pela manhã, porque já havia assumido compromisso como Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Meus cumprimentos ao Deputado Laércio Oliveira, do PR, pela instalação da frente parlamentar. Aceito a Vice-Presidência com muita satisfação. Sei da importância dessa frente que vai ampliar o debate sobre a legislação e propostas que afetam esse setor, tanto o do empreendedor como o dos trabalhadores.

Parabéns, Laércio, parabéns, Deputado, estou com você nesta caminhada, fortalecendo o setor de serviços.

Mas, Sr. Presidente, também na sexta-feira, eu tinha que estar em Curitiba, onde haveria – e houve –, na Assembleia Legislativa, um debate sobre um projeto de minha autoria, o chamado “Estatuto do Motorista”. Infelizmente não pude estar lá, mas recebi dos organizadores do evento o seguinte documento, que faço questão de registrar aqui na tribuna do Senado:

O encontro [Senador Paim], que seria regional, acabou tendo um caráter nacional devido aos representantes de várias categorias ligadas aos caminhoneiros e motoristas do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina, Goiás e Paraná, entre outros Estados da Federação que participaram ativamente dos debates [na construção de mudanças positivas no Estatuto do Motorista, que é de minha autoria, segundo os organizadores].

O foco principal foi o novo Estatuto do Motorista, que está previsto no Projeto de Lei nº 271, de 2008, de autoria [no caso, aqui, o nome deste Senador], em trâmite no Senado, e tem como principal objetivo regular a atuação dos motoristas profissionais, empregados ou autônomos do mercado de trabalho, celestistas ou não.

O projeto estabelece jornada diária de trabalho de seis horas, no máximo, com período de descanso, recebimento de horas extras e concessão de aposentadoria especial aos 25 anos de serviço. [Aí ele diz] Paim define como motorista profissional os trabalhadores que conduzem veículo automotor, de forma remunerada, tanto autônomo ou mediante vínculo empregatício.

O debate foi organizado por Neuri Tigrão [que é um dos líderes desse movimento], que solicitou à Assembleia Legislativa do Paraná, via Deputado Marcelo Rangel, que este debate acontecesse na Assembleia.

O encontro foi marcado pela alta adesão da Federação Paranaense, associações, cooperativas, movimentos, sindicatos e empresários do setor. A reunião teve mais de 120 lideranças do setor. Neuri Tigrão conta que, por ser o lançamento do projeto pró-Estatuto do Motorista, as audiências devem trazer grandes benefícios ao Estatuto [e àqueles que atuam no setor] por dar oportunidade [para que todos se manifestem sobre algo tão fundamental, que pode, inclusive, combater o alto grau de acidentes no trânsito que existe no Brasil]. (...)

Alguém já disse, e eu repito: morre mais gente no trânsito no Brasil que em qualquer guerra nas últimas décadas no mundo.

Diz também o documento que o debate foi aberto. As lideranças dos caminhoneiros, motoristas de taxi e de ônibus fizeram uso da palavra. Depois, por telefone, eu acabei participando, fazendo uma pequena introdução da importância desse estatuto para todo o povo brasileiro. Aqui ele diz que todos agradecem pela minha participação, embora tenha sido por telefone.

Enfim, cumprimento todos que organizaram esse evento. Contem comigo. Dia 17 próximo, estaremos em São Paulo. Depois, vai ser na Bahia, em Minas, em Goiás, no Rio Grande do Sul, naturalmente. No Rio Grande do Sul, vamos discutir o estatuto do motorista, numa visão do Mercosul. Estaremos lá participando desse debate.

Sr. Presidente, solicito que seja transcrito na íntegra esse documento.

O Mincarone, que participou do evento, mandou-me outro documento, muito bom, que fala da importância do debate. Entre os tópicos apresentados valorização do profissional do volante; remuneração compatível; formação profissional; necessidade de criação de escolas técnicas; combate aos acidentes; programa Aprendiz; fortalece as escolas técnicas, que já existem; Conta Frete, um outro debate que vamos ter que fazer; valorização do frete do profissional que atua na área; referências de frete; renovação da frota pró-caminhoneiro; vale pedágio; pesagem entre eixos; importância da nota fiscal e o código digital; jornada de trabalho; convênios; exames; saúde; dependência química; proibição de vendas de bebida; infraestrutura; paradas organizadas, ponto de apoio; seguro de vida; segurança; reciclagem; atuação na formação; condições dos caminhões; fiscalização eficiente; carga perigosa; peso e especificidade da carga; deveres e direitos de todos os motorista; entre eles o direito, está assegurado aqui, à aposentadoria especial e aos adicionais de periculosidade e de insalubridade.

Esses são alguns tópicos que foram debatidos segundo o Tigrão e o Mincarone.

Por fim, Sr. Presidente, nos últimos doze minutos – vou ficar só nos doze minutos que ainda tenho direito –, eu quero também falar do evento que tivemos aqui, hoje pela manhã, em referência aos 102 anos do ensino técnico.

Fiz de improviso a minha fala, pois já eram quase 13 horas quando terminamos o evento. Fiz uma homenagem, com outros Senadores, ao ensino técnico profissional.

Esteve aqui o Eliezer Pacheco, Secretário Executivo do Ministério, que fez uma bela fala sobre o Pronatec e a sua importância.

E eu quero aqui, Sr. Presidente, falar um pouco também sobre o ensino técnico. Começo dizendo que é bastante provável que o período onde as dúvidas, as inquietações, a ânsia de realizar os sonhos com urgência tome conta dos nossos jovens.

O momento de transição entre a infância e a juventude precisa ser olhado com muito respeito. Fazendo um comparativo, é mais ou menos como alguém que sente vontade de voar e, ao mesmo tempo, se dá conta de que não tem asas que possam levá-lo tão diretamente àquilo que deseja.

Mas é maravilhoso, é bonito ver a fé que os jovens trazem no peito de que vão alçar voo, e é um direito. E como é bom que eles sonhem ter altos voos. Eles sonham, e mesmo quando se encontram um tanto preocupados diante de muitas dificuldades à sua frente, eles acreditam no poder que têm de mudar as coisas.

Essa vida que eles carregam em si é de uma beleza invejável. É a coragem, é o protesto, é o questionamento.

Mesmo quando rebeldes, insatisfeitos, ali em meio a um mundo de questionamentos, eles transpiram vida. E este deveria ser um bem preservado: o direito de se indignar.

Os jovens querem transformar aquilo que não os deixam felizes, e quando eles usam esse direito de mudança em favor da justiça, da solidariedade, da igualdade de oportunidades, eu penso que o resultado há de ser muito positivo para todos, para toda a humanidade, como disse hoje pela manhã.

Infelizmente, a vivência de muitos jovens ainda hoje, por falta do processo de educação, eu diria por falta de mais escolas técnicas, faz com que alguns acabem derivando para o álcool, para o uso de drogas, para a violência e ficam no mundo da fome e da miséria.

Tudo isso poderia ser combatido, se tivéssemos aquilo que eu venho pregando há mais de duas décadas: pelo menos uma escola técnica em cada Município. Por menor que fosse o Município, nós devíamos ter lá uma escola técnica. E é claro que, nos grandes Municípios, nós gostaríamos de ter cinco, dez, quinze, vinte escolas técnicas, tantas quantas fossem possíveis.

Sr. Presidente, apresentei o Fundep, que é um fundo de investimento no ensino técnico profissionalizante. É uma PEC. Apresentei também um projeto de lei, mas sei que, para que o fundo seja sólido e permanente, seria bom que ele estivesse consagrado no texto da nossa Constituição.

Se esse fundo fosse aprovado aqui no plenário – já o aprovei lá na CCJ –, nós estaríamos gerando algo em torno de R\$9 bilhões para manter professores com pagamento decente, servidores com pagamento decente e a estrutura das nossas escolas técnicas.

Sr. Presidente, penso eu que é somando esforços que nós vamos gerar essas oportunidades e criar meios para que os jovens possam desenvolver todo o seu potencial de forma saudável, conduzindo-os, com segurança, pela estrada, pelo caminho do crescimento e do amadurecimento.

Nós temos ações positivas em favor dos nossos jovens. Lembro aqui do ECA, que protege a sua integridade. Lembro aqui do Prouni, que concede bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes. Lembro aqui do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Lembro aqui da PEC da Juventude, que estende direitos para os jovens, que eram garantidos para crianças, adolescentes ou idosos.

Tudo isso é positivo, mas precisamos avançar muito mais. Por exemplo, uma pessoa para se inserir, permanecer e crescer no mercado de trabalho precisa ter sido bem alfabetizada e preparada.

Acredito que a escola, Sr. Presidente, é o verdadeiro berço de novas ideias, de pensamentos inovadores e do surgimento de grandes soluções.

Negar o papel da educação e, em particular, o valioso papel do professor, o verdadeiro agente de transformação social é, no mínimo, perigoso, desrespeitoso e irresponsável.

Por isso que eu acho um absurdo quando alguns Estados não querem pagar o piso mínimo de um professor, que corresponderia hoje a mais ou menos dois salários mínimos.

Sabemos que de nada adiantam preceitos legais que vinculem a educação e a cidadania, se os responsáveis em levar a efeito a educação não estiverem comprometidos e preparados para esse fim.

Os professores precisam ser valorizados, levando-se em conta o importante papel que cumprem, o desafio que enfrentam a cada dia à formação daqueles que vão dirigir este País no futuro.

Estou convencido de que o ensino técnico é uma oportunidade valiosa de dar rumo à vida desses nossos jovens. Eu mesmo falei, pela manhã, e repito: a minha vida mudou depois que fiz um curso técnico, a partir dos 12 anos de idade.

Mais do que isso, o ensino técnico é um instrumento valioso de combate aos preconceitos, de diminuição da violência e, com certeza, será fundamental na construção de uma sociedade justa, mais igualitária e mais inclusiva.

Creio, Sr. Presidente, que vale a pena conhecermos um pouco da história do ensino técnico.

Ele teve início em 1909, no governo de Nilo Peçanha. Nilo Peçanha foi o primeiro Presidente negro do Brasil. Governou o País de 14 de junho de 1909 até 15 de novembro de 1910. Ele foi descrito, na época, como sendo “o mulato” e, por várias vezes, foi ridicularizado na imprensa em charges e anedotas que se referiam à cor da sua pele.

Durante a sua juventude, a elite social de Campos dos Goytacazes, cidade onde nasceu em 2 de outubro de 1867, chamava-o de mestiço do Morro do Coco. Ele nunca deu bola para isso e foi em frente acreditando nas suas ideias.

Participou ativamente das campanhas abolicionistas e republicanas. Iniciou sua carreira política ao ser eleito para a Assembleia Constituinte em 1890. Em 1903, foi eleito sucessivamente Senador e Presidente pelo Estado do Rio de Janeiro, permanecendo no cargo até 1906, quando foi eleito Vice-Presidente de Afonso Pena.

Seus seguidores na época eram chamados de nilistas. Foi maçom e Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil, mas renunciou ao cargo pelas pressões devido à sua cor.

Ao final do seu mandato presidencial, retornou ao Senado e, dois anos depois, foi novamente eleito para o Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, durante o seu governo, foi criado o Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria, o Serviço de Proteção aos Índios e inaugurado o ensino técnico no Brasil.

Isso aconteceu em 23 de setembro de 1909. Por isso, apresentei requerimento há cinco meses para fazermos, no dia 23 de setembro, uma sessão mista, Câmara e Senado, homenageando a data dos 102 anos do ensino técnico no Brasil.

É bom lembrar que foi no governo dele que foram criadas as primeiras 19 escolas no Brasil, as chamadas Escolas de Aprendizagem e Artífices.

A própria escola em que me formei, em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, leva o nome Escola Senai Nilo Peçanha.

Sr. Presidente, na época, foram considerados para isso o aumento constante da população e a dificuldade sempre crescente da luta pela existência, principalmente dos mais pobres. Era preciso que se avançasse. Era preciso que se habilitassem os filhos dos que não tinham fortuna, mas também que se garantisse a eles o indispensável preparo técnico e intelectual. Era preciso fazer com que eles adquirissem hábitos de trabalho com renda proveitosos, que os afastasse do mundo fácil do ócio e do desvio, até mesmo para o crime.

Temos que lembrar que, naquele tempo, a economia predominante no Brasil era a agrária de exportação. Assim sendo, podemos pensar, mais que nunca, na valorização do ensino técnico como decorrente da necessidade de mão de obra qualificada.

Sr. Presidente, é provável que ele tenha surgido das necessidades de termos uma matriz política que se voltasse às questões sociais daquela época. A grande preocupação com a criação do ensino técnico teve suas bases na intenção de oferecer uma alternativa para os jovens no mercado de trabalho, principalmente os mais pobres.

Na década de 40, a preocupação em formar mão de obra qualificada para produção tornou-se proposta efetiva. A Lei Orgânica do Ensino Industrial, que veio em 1942, estabeleceu as bases para organização de um sistema de ensino profissional que atendesse à indústria. Foi em 1942 que surgiu o Senai e, mais tarde, em 1946, surgiu, então, o Senac.

Sr. Presidente, todos sabem que venho de uma família humilde de dez irmãos, em que, se dependesse do meu pai, todos fariam Senai – alguns fizeram, outros não fizeram. Eu morava no interior – interior na época, mas hoje é um grande centro econômico, social e político, que é Caxias do Sul. Eu trabalhei, como disse hoje pela manhã...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...durante um período em Porto Alegre, onde vendia frutas, mas, depois, voltei para Caxias e fiz o curso no Senai.

Sr. Presidente, como o tempo não permite, não vou falar sobre toda a história do ensino técnico, o que seria muito importante, mas quero destacar que, com a Lei nº 7.044, de 1982, foi feito apenas um novo arranjo que conservou a concepção de educação que antecedia as diretrizes e bases da política educacional estabelecida em 1971. Mais tarde, a organização curricular do Ensino Técnico foi regulamentada pelo Decreto nº 2.208, de 1997.

Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 146, de 2010 – quero dar destaque –, de autoria da Deputada Fátima Bezerra, declara Nilo Peçanha patrono da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Eu tenho a alegria de ser o relator na Casa. Já dei o parecer favorável e tenho certeza de que ele será aprovado com rapidez.

Quero dizer que apresentei outros projetos nessa mesma área, como o Projeto de Lei do Senado nº 609, de 2007, que cria a Escola Técnica Federal de Construção Naval do Município de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, e o Projeto de Lei nº 514, de 2007, que dispõe sobre

a concessão, pelo empregador, de bolsa de estudo aos dependentes de seus empregados para sua formação técnico-profissional, correspondente a um salário mínimo – espelhando-me em minha própria vida. Quando fiz o curso no Senai, eu ganhava uma ajuda, porque a empresa dava uma bolsa correspondente a um salário mínimo para os filhos dos trabalhadores.

Apresentei também projetos que criam a Escola Técnica Federal de Gravataí, a Escola Técnica Federal de Porto Alegre, a Escola Técnica Federal do Vale do Taquari, a Escola Técnica Federal de Erechim.

Com isso, entendo que cumpri a minha parte.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone*) – Evidentemente, a Presidente Dilma e o Presidente Lula, quando elaboraram o Pronatec, sabiam que esse é o caminho que nós todos queremos para a nossa juventude.

É bom lembrar que, no Governo Lula, saímos de algo em torno de 100 escolas técnicas para 402, e agora, com o Pronatec, vamos, com certeza, mais que duplicar o número de escolas técnicas em nosso País, para atender, em parte, à grande demanda da sociedade brasileira, principalmente com o crescimento econômico que está acontecendo.

Hoje, a Senadora Gleisi Hoffmann foi muito feliz ao demonstrar que a inflação está sob controle. No Brasil, todos os articulistas, economistas, pensadores e intelectuais no campo da economia só estão a dar elogios ao Governo da Presidenta Dilma. Ela lembrava que neste mês se atingiu o mais alto índice de pessoas com novos empregos e com carteira assinada...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone*) – ... dos últimos 20 anos.

Isso demonstra, Sr. Presidente – e aí termino –, que, já que estamos gerando algo em torno de 16 milhões de empregos no Governo Lula e no Governo Dilma, mais que nunca precisamos fortalecer o Ensino Técnico.

Que bom que fizemos uma bela sessão de homenagem hoje, pela manhã. Foi uma homenagem ao Pronatec, uma homenagem ao Governo da Presidenta Dilma.

Obrigado, Senador Aníbal pela sua paciência.

Peço a V. Exª que considere, na íntegra, o meu pronunciamento.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

30.05.2011

Jornal do Comércio

Na ponta da lança e dos cascos – Artigo – Senador Paulo Paim

Um dos maiores orgulhos que tenho é ouvir brasileiros de outros estados dizerem que “quando a gauchada quer uma coisa não tem quem segure”. Por isso eu entendo que neste momento, em que se discute um novo aeroporto internacional para o nosso Estado, nós temos a obrigação de deixar para trás as nossas diferenças e de estar unidos e afiados na ponta da lança e dos cascos. Há estudos que comprovam que o Salgado Filho, mesmo com as obras previstas, dentro de pouco tempo terá sérios problemas que dificultarão o sistema aeroportuário da Região Metropolitana e, por conseguinte, do Estado. E olhe que estamos em véspera de Copa das Américas, Mundial 2014 e Olimpíadas do Rio. Além do mais, o Estado tem todas as condições de ser a porta de entrada do Mercosul. Várias regiões têm condições de receber o aeroporto 20 de Setembro, como está sendo chamado. Mas, por questões técnicas que me foram apresentadas, eu me detenho a um espaço de 16 quilômetros quadrados, entre as cidades de Nova Santa Rita e Portão. Com essa alternativa atenderíamos a demanda aeroportuária gaúcha por mais de quatro décadas.

Eu não tenho dúvidas de que o 20 de Setembro será uma alavanca para o desenvolvimento econômico e social, capaz de atender 85% do PIB estadual. A questão é também de importância nacional: o Brasil é hoje a oitava economia do mundo e deverá ser a quinta até 2024. Para suportar este crescimento é indispensável uma infraestrutura sólida e moderna. O espaço reservado permite a construção de um aeroporto muito amplo, moderníssimo, dentro dos mais avançados conceitos de sustentabilidade e preservação ambiental. Creio também que no mesmo local poderá ser instalada outra demanda do nosso Estado, que é o Polo Aeronáutico do Rio Grande, aliás, uma necessidade estratégica. Não sou contra as reformas do Salgado Filho. Até porque acredito que são necessárias e não inviabilizam o 20 de Setembro. Mas temos que avançar. Olhar para o futuro. Percorrer o caminho das estrelas. Podem até me chamar de sonhador. Talvez eu o seja. Mas podem ter certeza de que dentro do meu peito sempre haverá um luzeiro iluminando e buscando boas-novas para o nosso querido Rio Grande do Sul.

Rodrigo, peço que reforce o e-mail anterior com esses pontos abaixo.
Ficaram alguns pontos fora da ata reduzida anterior.

Neuri Tigrão, presidente da Mesa, formalizou cobranças para o deputado Marcelo Rangel a respeito de cursos profissionalizante a distancia feito pelo Sest/Senat e também pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e também convênios para que os caminhoneiros e seus familiares possam realizar 2 exames médicos anuais gratuitos através Sest/Senat.

Outra cobrança realizada foi a redução da carga tributária sobre o faturamento da margem de lucro do transportador autônomo. Atualmente é taxado 40% e teria que ser reduzido para, no máximo, de 20% a 25%.

Em 30 de maio de 2011 10:58, Diogo Silva de Torres <diogo@soluq.com.br> escreveu:

Roberto, segue uma mini ata...

O Encontro que seria regional acabou tendo um caráter nacional, devido aos representantes de várias categorias ligadas aos camioneiros e motoristas do RIO GRANDE DO SUL, MINAS GERAIS, SÃO PAULO, ESPÍRITO SANTO, SANTA CATARINA, GOIÁS E PARANÁ, ENTRE OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO que participaram dos debates.

O Foco principal foi o novo Estatuto do Motorista que está previsto na projeto de lei nº 271/08, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), em trâmite no Senado, e tem como principal objetivo regular a atuação dos motoristas profissionais, empregados ou autônomos no mercado de trabalho. O projeto estabelece jornada diária de trabalho de seis horas, no máximo, com período de descanso, recebimento de horas extras e concessão de aposentadoria especial após 25 anos de serviço. Paim define como motorista profissional os trabalhadores que conduzem veículo automotor, de forma remunerada, tanto como autônomo ou mediante vínculo empregatício. O debate foi organizado por Neuri Tigrão que solicitou a AL Paraná via deputado Marcelo Rangel que este debate acontecesse na Assembléia.

O encontro foi marcado pela alta adesão da Federação Paranaense, Associações, Cooperativas, Movimentos, Sindicatos e Empresários do setor de transportes. A reunião teve mais de 120 lideranças do setor. Neuri Tigrão conta que por ser o lançamento do projeto Pró Estatuto do Motorista, as audiências devem trazer grandes benefícios ao estatuto, por dar oportunidade a todos se manifestarem fornecendo idéias, posições e opiniões. O debate foi aberto às lideranças e aos caminhoneiros presentes. Um grande momento foi quando o senador Paulo Paim falou por telefone aos presentes. O senador foi muito aplaudido no final de suas palavras.

Neuri Tigrão conta que hoje o caminhoneiro tem apoio no senado federal e também contam com as assembleias estaduais.

Diogo Torres

Acesso à Profissão de Motorista Tópicos Apresentados

Valorização e Motivação da Profissão (Campanhas de Comunicação Educativa), Remuneração Compatível com Importância, Formação profissional: Necessidade de criação de Escolas Técnicas, hoje somente funcionam cursos de formação promovidos por entidades de classe, com cargas horária reduzida tais com Fabet 3000 km 28 dias, Esatran 11 dias (grupo de empresas), Aprendiz (programas governamentais), Sest-Senat, ATC Rondonópolis, Escolas Técnicas CE-FET, Instituto São Cristóvão Curitiba e B. Horizonte.

Exercício da Profissão Tópicos Apresentados:

Autônomo: Sistema de Pagamento (Conta Frete), Valorização do Frete, Referência de Frete, Renovação de Frota (Prócaminhoneiro), Vale Pedágio, Pesagem entre-eixos, Fiscalizar no Bloco de Nota Fiscal ou Arquivo Digital.

Trabalhadores: Jornada de Trabalho (Capítulo), Saúde (Plano), Convênios, Exames Anuais de Saúde, Dependência Química, Proibição de venda de Bebida Alcoólica, Infraestrutura de Parada (Centro de Atendimento do Caminhoneiro (CAC), ponto de apoio, reestruturação dos postos de combustível com estrutura adequada (Higiene), seguro de vida, segurança, reciclagem e atualização da formação, condições dos caminhões, fiscalização eficiente, orientação sobre hábitos saudáveis, padronização no Mercosul, atendimento no Exterior, carga perigosa, peso e especificidade da carga, deveres e direitos, penosidade (Adicional, Abrangência a que categorias de motoristas), filas em Portos, Armazéns e Terminais.

Aposentadoria – Tópicos Apresentados: Registro em Carteira do Contrato e Remuneração em Folha de Pagamento equivalente a remuneração efetiva, Fiscalização, Tempo de Aposentadoria (Especial)

Atenciosamente, – **Luiz Alberto Mincarone.**

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço rapidamente um registro sobre o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor de Serviços, que ocorreu na semana passada.

O deputado federal Laércio Oliveira (PR/SE) é o seu presidente. E, este senador que fala responde pela Vice-Presidência.

Infelizmente, por compromissos assumidos anteriormente não pude comparecer ao concorrido lançamento.

A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor de Serviços tem as seguintes finalidades:

Sugerir diretrizes ao setor, manter contato com as Mesas Diretoras e com as lideranças partidárias no Congresso Nacional;

Ampliar o debate sobre a legislação e proposições que afetam o setor de serviços; propor legislação que afeta o setor de serviços;

Realizar debates e seminários com vistas ao aprofundamento da discussão sobre o tema, entre outros.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é bastante provável que o período onde as dúvidas, as inquietações, a ânsia de realizar os sonhos com urgência, assalto de fato, com maior frequência, os nossos jovens.

O momento de transição entre a infância e a juventude precisa ser olhado com muito respeito. Fazendo um comparativo, é mais ou menos como alguém que sente vontade de voar e ao mesmo tempo se dá conta de que não tem asas que possam levá-lo tão diretamente aquilo que deseja.

Mas, é maravilhoso ver a fé que os jovens trazem no peito de que vão alçar vôo. Eles sonham, e mesmo quando se encontram um tanto perdidos diante das muitas dificuldades a sua frente, eles acreditam no poder que tem de mudar as coisas.

Essa vida que eles carregam em si é de uma beleza invejável. Mesmo quando rebeldes, insatisfeitos, perdidos em meio a um mundo de questionamentos, eles transpiram vida e este deveria ser um bem preservado.

Os jovens querem transformar aquilo que não os deixa felizes e, quando eles usam esse desejo de mudança em favor de coisas como justiça social, solidariedade, igualdade de oportunidades, o resultado é muito positivo, para eles e para todos nós.

Infelizmente a vivência de muitos jovens hoje é o alcoolismo, o uso de drogas ilícitas, a violência, a miséria e a fome.

Tudo isso pode ter origem diversa, pode estar relacionado ao desemprego, a uma família desagregada, e tantas coisas mais.

Mas, o importante, penso eu, é somar esforços para gerar oportunidades e criar meios para que eles possam desenvolver seu potencial de forma saudável conduzindo-os, com segurança, pela estrada do amadurecimento.

Nós temos ações positivas em favor dos nossos jovens, como o ECA que protege sua integridade,

como o Prouni que concede bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes...

Temos também o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e a PEC da Juventude que estende direitos para os jovens que já eram garantidos para crianças, adolescentes ou idosos.

Tudo isso é muito positivo, mas precisamos de mais ainda.

Por exemplo, uma pessoa para se inserir, permanecer e crescer no mercado de trabalho precisa ter sido bem alfabetizada e preparada.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, acredito que a escola é o verdadeiro berço de novas idéias, de pensamentos inovadores e do surgimento de grandes soluções.

Negar o papel da educação, e, em particular, o valioso papel do professor, o verdadeiro agente de transformação social é no mínimo, perigoso.

Sabemos que de nada adiantam preceitos legais, que vinculem educação e cidadania, se os responsáveis em levar à efeito a educação não estiverem comprometidos e preparados para essa finalidade.

Os professores precisam ser valorizados levando-se em conta o importante papel que cumprem, o desafio que enfrentam a cada dia: a formação de uma pessoa.

Estou convencido que o ensino técnico é uma oportunidade valiosa de dar um rumo à vida desses jovens cidadãos.

Mais do que isso, é um instrumento valioso de combate aos preconceitos, de diminuição da violência, e, com certeza, será fundamental na construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais inclusiva.

Sr. Presidente, creio que vale a pena conhecermos um pouco do histórico do ensino técnico.

Ele teve início em 1909, no Governo de Nilo Peçanha.

Nilo Peçanha foi o primeiro presidente negro do Brasil. Governou o país de 14 de junho de 1909 até 15 de novembro de 1910.

Ele foi descrito como sendo “o mulato” e várias vezes foi ridicularizado na imprensa em charges e anedotas que se referiam à cor da sua pele.

Durante sua juventude, a elite social de Campos dos Goytacazes, cidade onde nasceu em 02 de outubro de 1867, chamava-o de mestiço do Morro do Coco.

Participou de campanhas abolicionistas e republicanas. Iniciou sua carreira política ao ser eleito para a Assembléia Constituinte em 1890. Em 1903 foi eleito sucessivamente senador e presidente do Estado do Rio de Janeiro, permanecendo no cargo até 1906 quando foi eleito vice-presidente de Afonso Pena.

Seus seguidores na época eram chamados de nilistas. Foi maçom e Grão mestre do Grande Oriente do Brasil, nas renunciou o cargo pelas pressões devido a sua cor negra.

Ao final do seu mandato presidencial retornou ao Senado e, dois anos depois foi novamente eleito presidente do Estado do Rio de Janeiro.

Renunciou a este cargo em 1917 para assumir o Ministério das Relações Exteriores. Em 1918 foi novamente eleito Senador Federal.

Durante o seu governo foi criado o Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria, o Serviço de Proteção aos Índios e inaugurado o ensino Técnico no Brasil.

Isso aconteceu em 23 de setembro de 1909, através do Decreto nº 7.566. Inicialmente foram criadas 19 Escolas no país denominadas Escolas de Aprendizizes e Artífices.

Na época foi considerado para isso, o aumento constante da população das cidades e as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência.

Era preciso que se facilitasse as coisas, era preciso não só habilitar os filhos dos que não tinham fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual.

Era preciso fazer com que ele adquirisse hábitos de trabalho proveitosos, que o afastasse da ociosidade, que nada mais é do que a escola do vício e do crime;

Temos que lembrar que, naquele tempo, a economia predominante no Brasil era a agrária de exportação e, assim sendo, podemos pensar que o Ensino Técnico não foi decorrente da necessidade de mão-de-obra qualificada.

É provável que ele tenha surgido de necessidades inseridas nas matrizes políticas e sociais da época. A grande preocupação com a criação deste ensino teve suas bases na intenção de oferecer uma alternativa de inserção, no mercado de trabalho, dos jovens das camadas sociais mais pobres.

Mas, na década de 40 a preocupação em formar mão-de-obra qualificada para a produção tornou-se proposta efetiva.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial, que veio em 1942, estabeleceu as bases para a organização de um sistema de ensino profissional para a indústria.

Foi em 1942 também, que surgiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI —, e, mais tarde, em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

Vou fazer uma breve interrupção aqui, para falar sobre a minha experiência.

Todos sabem que venho de uma família humilde, trabalhei desde pequeno e tive a grata chance de estudar numa escola técnica: o SENAI.

Eu morava na capital gaúcha, Porto Alegre, e ajudava meu tio a vender frutas na banca.

A minha alegria foi enorme quando meu pai foi me buscar para voltar a morar com eles em Caxias do Sul, pois eu havia passado na seleção do SENAI.

Podem me acreditar, isso mudou a minha vida. Foi um impulso e tanto para meu crescimento pessoal e profissional.

Bem, Sr. Presidente, voltando ao histórico, o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), estabeleceu o Plano de Metas, que visava a efetivar as relações entre os estados e a economia, em favor do desenvolvimento econômico.

O Ensino Técnico encontrou naquela realidade, um terreno fértil para seu desenvolvimento.

Mais tarde veio a Lei n.º 3552, de 16 de fevereiro de 1959, quando conteúdos de Cultura Geral foram incluídos nos currículos dos cursos técnicos, com duração de quatro anos.

No entanto, aquela Lei foi substituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, que buscava uma articulação do sistema de ensino regular com o profissionalizante.

Após o Golpe de 64 o ramo de estudo não profissionalizante ficou mais valorizado na estrutura social, enquanto o técnico industrial de nível médio teve o seu reconhecimento dentro da estrutura da fábrica.

Em 1971, foi promulgada a Lei n.º 5692, de 11 de agosto, que faz constar em seu artigo 1 o objetivo geral do ensino de 1º e 2º graus:

Proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e prepará-lo para o exercício consciente da cidadania.

Com a Lei n.º 7044/82 foi feito apenas um novo arranjo que conservou a concepção de educação que antecedia as diretrizes e bases da política educacional estabelecida em 1971.

Mais tarde, a organização curricular do Ensino Técnico foi regulamentada pelo Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997.

Sr Presidente, esse foi apenas um resumo de como caminhou o ensino técnico no Brasil e, sem dúvida, Nilo Peçanha representa muito nesse contexto.

O projeto de lei da Câmara dos Deputados nº 146/2010, de autoria da deputada Fátima Bezerra, declara Nilo Peçanha patrono da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Eu tenho a honra de ser o relator da matéria. Isso me deixa muito feliz!

Bem, o fato, Sr. Presidente, é que sempre acreditei no ensino técnico com muita convicção. Tanto que,

para fomentar esse segmento apresentei no Senado Federal a PEC 24/05 que cria o Fundo Nacional de Ensino Profissionalizante - FUNDEP.

Dentre os objetivos do FUNDEP estão o de geração e manutenção de emprego e renda, combate à pobreza e as desigualdades sociais e regionais, descentralização regional, além da elevação da produtividade, a qualificação e a competitividade do setor produtivo.

Tenho lutado pela implementação dessa PEC, o FUNDEP, que irá fomentar a educação profissional no país e garantir recursos permanentes para esse segmento.

Essa proposta destinará 9 bilhões para o ensino técnico, segundo uma prioridade de valorização, desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino técnico.

Eu conheço o papel da formação profissional no aumento de oportunidades de emprego para os jovens das classes populares.

E emprego é a melhor forma de inserção social e de construção de uma imagem positiva de si.

O FUNDEP se preocupa em fazer além da estrutura, do prédio, a manutenção da cidadania.

Apresentar este projeto foi colocar no papel um sonho que me acompanha há muito tempo.

Vejo os resultados do aprendizado do ensino técnico na minha vida e gostaria de poder estendê-lo a tantos jovens quanto fosse possível.

Inclusive apresentei outros projetos que tem relação com o ensino técnico, por exemplo:

– O PLS 609/2007 que cria a Escola Técnica Federal de Construção Naval do Município de Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

– O PLS 514/2007 que dispõe sobre a concessão, pelo empregador, de bolsa de estudo aos dependentes de seus empregados para sua formação técnico-profissional metódica.

– O PLS 256/2007 que cria a Escola Técnica Federal de Gravataí no Estado do Rio Grande do Sul.

– O PLS 143/2007 que cria a Escola Técnica Federal de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

– O PLS 64/2007 que cria a Escola Técnica Federal do Vale do Taquari, no Estado do Rio Grande do Sul.

– O PLS 1/2007 que cria a Escola Técnica Federal de Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul.

E, qual não foi a minha alegria quando a nossa Presidenta Dilma lançou o Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec).

A presidenta Dilma Rousseff aposta no programa para ampliar o caminho de acesso à educação profissional para jovens do ensino médio e para trabalhadores sem formação.

O Pronatec é composto por um conjunto de ações voltadas para quem deseja fazer um curso técnico, mas não tem como pagar. É um programa de bolsas e também de financiamento estudantil.

O projeto inclui a extensão do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), hoje restrito à graduação, para cursos técnicos de qualificação profissional.

Inicialmente, a proposta do Pronatec era oferecer cursos de qualificação profissional a alunos do ensino médio, mas o projeto inclui também capacitação para trabalhadores que já estão no mercado e expansão das escolas técnicas federais.

Segundo o ministro da Educação, Fernando Haddad, esse *“É um programa muito abrangente, muito forte, que, certamente, dialogará com a demanda importante da juventude que é de valorização do ensino médio”*.

Sr^{as} e Srs. Senadores, meu entendimento é de que o Ensino Profissionalizante ultrapassa a idéia de que é importante apenas a ampliação do número de alunos que teremos.

Se Deus quiser as escolas técnicas passarão também por um processo de valorização dos profissionais da educação, de investimentos em infraestrutura, melhores condições de trabalho e salários decentes.

Estou convicto de que a responsabilidade da educação profissional e valorização dos professores devem ser compartilhadas entre as múltiplas instâncias do poder público e da sociedade civil.

Estou convicto também que as escolas técnicas devem abrir suas portas para a inclusão. Elas podem e devem ser um caminho contra os preconceitos.

Elas devem fazer o corte das diferenças, trazendo para si pessoas com deficiência, negros, mulheres, camadas da nossa população que sofrem mais com a discriminação.

Os jovens do mundo somam hoje mais de 1 bilhão e o potencial que a juventude tem é uma fonte inesgotável de recursos humanos e eles podem contribuir sobremaneira para mudanças sociais positivas.

A família brasileira precisa ser tranqüilizada quanto ao destino que aguarda seus filhos.

Acredito na força da educação como meio de efetivar mudanças internas e externas.

Vou encerrar com uma frase que sempre repito: “a educação é como a democracia, uma fonte eterna capaz de dar água a todos que nela forem saciar-se” e quero ainda render minhas homenagens e cumprimentos pelos 102 anos do ensino técnico profissionalizante. Meu respeito e meu reconhecimento ao extraordinário papel que ele cumpre!!!

Obrigado! Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Paim, é o Senado da República que agradece a V. Ex^a pela qualidade do pronunciamento e pelo justo reconhecimento a esses 102 anos de Ensino Técnico no Brasil.

Concedo a palavra agora ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o Senador Cristovam Buarque me pede para falar por cinco minutos. Em seguida falarei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Então, concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, para uma comunicação inadiável.

Aliás, o Senador Cristovam Buarque falará pela Liderança do PDT.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Exatamente.

Sr. Presidente, peço desculpa por ter cedido o lugar ao Senador Suplicy e agora chegarmos à conclusão de que o discurso dele vai ser bem mais longo e que, portanto, eu falaria antes dele, porque às 18 horas começamos a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que hoje vai debater a presença da China na África. Têm sido debates muito interessantes. Quero estar lá. E tem começado pontualmente. Peço até que V. Ex^a ponha o tempo, para que eu me polície.

Sr. Presidente, os jornais de hoje falam da queda do Brasil no nível de capacidade de competitividade no mundo. Estamos na 66^a posição mundial em competitividade. Sexagésima sexta posição do ponto de vista da capacidade de concorrer com os outros países na economia!

Houve um tempo em que isso não era problema. O Brasil tinha uma economia fechada. Os carros que eram fabricados aqui – eu me lembro de que na época o Presidente Collor os chamou de carroças – eram vendidos sem nenhum problema, porque não podia entrar carro de outro país aqui. E o que valia para automóvel valia para qualquer produto. Éramos uma economia fechada. Para entrar aqui, qualquer produto estrangeiro tinha que pagar uma quantidade enorme de tarifas, um valor enorme de tarifas.

A globalização acabou com isso. Hoje, o país que não tiver competitividade é um país que não vai conseguir resistir muito tempo na disputa pelo mercado mundial. E o Brasil não só está em 66^a posição como está caindo. Estivemos já na 57^a, já estivemos na 49^a, e fomos caindo. Em 2004, estávamos na 40^a posição; em 2005, na 57^a; e agora, na 66^a.

E o documento que estuda isso, o Fórum Econômico Mundial, que fica na Suíça, deixa claro que

problemas há para um país estar melhor do que outro. Uma das coisas é a infraestrutura, a chamada logística: os produtos chegarem no porto e saírem rápido; o produto vir de fora do porto e entrar rápido aqui; o transporte interno dentro do País. Esse é um ponto que nos deixa fragilizados.

O outro é a capacidade institucional, a velha e chamada burocracia que dificulta a instalação de indústrias, de negócios, que faz com que uma empresa nova tenha dificuldade de se instalar.

Outra – e não falo do Brasil, estou falando na teoria – é a corrupção. O país que tem corrupção tem menos competitividade. Mas o fundamental, o mais importante é a capacidade de desenvolver ciência e tecnologia e, para isso, o nível educacional do país. Tudo é possível se o país tiver boa educação e alta capacidade de produção de conhecimento, e o Brasil está na 66ª posição em competitividade, sobretudo pela fragilidade da nossa capacidade científica e tecnológica. E essa incapacidade decorre do baixo nível educacional que oferecemos ao nosso povo.

Um país que exclui quase dois terços de sua população de concluir o ensino médio joga fora os cérebros de dois terços dos nossos meninos, meninas e adolescentes. Esse país não vai ter boa capacidade de competitividade, porque jogou fora cérebros, capacidade criativa, capacidade inventiva, possibilidade de produzir ciência e tecnologia, que é a base maior da competitividade. Nossa educação de base é a principal causa, na sua fragilidade, da nossa incapacidade de competir no cenário internacional. Enquanto não entendermos isso, não vamos dar o salto de que precisamos.

É preciso dizer que, daqui para frente, o que faz um país exportar mais ou menos produtos de alta capacidade, de alto valor, é produto com alto conteúdo de inteligência. Claro que somos grandes exportadores de ferro, de laranja, de suco de laranja, de soja, mas nós não somos exportadores daquilo que não inventamos, como são os *chips*. Nós exportamos ferro e importamos *chips*, os produtos necessários para manter a saúde funcionando, os produtos de saúde.

Nós temos uma fragilidade que esse documento mostra, 66ª posição em competitividade que vem da 88ª posição na educação. Se o Brasil quer competir bem, o Brasil precisa desenvolver...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Terminei nos cinco minutos, mas a última palavra foi engolida pelo microfone.

Quero apenas dizer, Senador Suplicy, a última frase: se nós não fizermos o esforço por uma revolução

na educação, garantindo escola igual para todos, de alta qualidade para todos... Além de ser um compromisso ético, Senador Paim, além de ser uma condição necessária para construir oportunidade, a partir daí construir a igualdade, além disso, é o único caminho para construir a competitividade.

Espero que esse documento que acaba de sair do Fórum Econômico Mundial nos ajude a alarmar o Brasil para o risco que a Nação corre pela falta de competitividade e a despertar que o caminho para retomar, para garantir e para assegurar uma posição do Brasil no mundo de hoje é uma educação de qualidade, gerando ciência e tecnologia de ponta.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

Os cumprimentos da Mesa ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezados Senador Anibal Diniz, Srs. Senadores, conheço desde jovem, quando estudante, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, sociólogo de grande destaque na época. Eu, inclusive, como dirigente cultural, depois Presidente do Centro Acadêmico da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, por vezes, convidei-o para participar de debates ali na escola, assim como também no Teatro Ruth Escobar ou em outros lugares. Quando ele formou o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP –, inúmeras vezes ali estive presente, dialogando com tantas pessoas, algumas das quais, inclusive, passaram a fazer parte do Partido dos Trabalhadores, como Chico de Oliveira, Paul Singer e tantos outros.

Quando Fernando Henrique Cardoso se colocou como candidato ao Senado pela primeira vez, em 1978, pelo MDB, era também candidato pelo MDB o Senador, ex-Governador Franco Montoro e eu, então, pela primeira vez, fui candidato a Deputado Estadual – fui um dos candidatos a Deputado Estadual que, nas viagens pelo interior de todo o Estado de São Paulo, mais o acompanhei, apoiando a sua eleição. Inclusive, naquela época, eu e o então Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Luiz Inácio Lula da Silva, estivemos juntos com o Fernando Henrique.

Cito essas histórias também para lembrar os tempos de convivência aqui no próprio plenário do Senado, a minha convivência de muito respeito e diálogo com ele. Algumas vezes formulei críticas quando fui Senador em oposição ao então governo do PSDB, de Fernando Henrique Cardoso, mas sempre tive uma relação com ele muito construtiva. Aqui transmito es-

sas informações porque, ontem, ao ler a entrevista do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso a Mônica Bergamo, na *Folha de S. Paulo*, e também ao assistir, à noite, ao programa Fantástico, na Rede Globo de televisão, fiquei com muita vontade de transmitir os meus cumprimentos ao Presidente Fernando Henrique Cardoso pelas iniciativas que tem tomado ultimamente.

No programa Fantástico da Rede Globo de televisão, foi abordado um problema cujo tema, pela importância para o País, em termos de proteção da criança, do adolescente e do combate à violência, creio, está na hora de a sociedade civil, como um todo, e de o Parlamento, como representante da sociedade, passarem a discutir. Qual seja: que postura deve o Estado brasileiro tomar diante das drogas entorpecentes? Descriminalizar ou não o seu consumo?

No filme *Quebrando o Tabu*, que estreia nesta semana – no próximo dia 3, ao qual tenho muita vontade de assistir –, e que a TV Globo ontem destacou, apresentando uma espécie de *trailer*, Fernando Henrique Cardoso e os ex-Presidentes do México, Ernesto Zedillo; da Colômbia, César Gaviria, e dos Estados Unidos, Jimmy Carter e Bill Clinton reconheceram que falharam em suas políticas de combate às drogas.

Todos concluíram que a guerra mundial contra as drogas, iniciada há 40 anos, é uma guerra fracassada. Bilhões de dólares são gastos no mundo inteiro, mas o consumo cresce e cresce o poder do tráfico [assinalou a reportagem do Fantástico].

Um ponto central é questionar a lógica de guerra, não é defender o uso da droga. É apenas dizer: ‘vamos ver, vamos pensar se não existem jeitos mais inteligentes e mais eficientes de lidar com esse assunto’ [diz o diretor do filme Fernando Grostein Andrade na matéria mostrada ontem].

O Fantástico – e eu cumprimento a Rede Globo de televisão pela qualidade da matéria – mostra também que ainda não há consenso entre a comunidade médica sobre esse tema. Foi importante que o Fantástico ouvisse médicos de grande especialização na área, mas de opiniões diferentes, como o Dr. Elisaldo Carlini, médico da Universidade Federal de São Paulo, especializado em drogas e que representa o Brasil nas comissões de drogas da Organização Mundial da Saúde e das Nações Unidas, e o Dr. Ronaldo Laranjeira, que trata de dependentes químicos há 35 anos. O Dr. Carlini é a favor e o Dr. Ronaldo Laranjeira é contra, respectivamente, à descriminalização das drogas.

O Dr. Elisaldo Carlini afirma:

Não há droga inofensiva. Qualquer coisa depende da dose, da sensibilidade do indivíduo. Entre as drogas usadas sem finalidade médica, para fins de divertimento, para fins de recreação, a maconha é bastante segura.. (...) Defendo totalmente a descriminalização.

Por outro lado, o Dr. Ronaldo Laranjeira diz:

Eu sou contra porque quanto mais fácil você tornar a droga disponível na sociedade, maior será o consumo. Um dos principais exemplos é que 10% de todos os adolescentes menores de 15 anos que experimentam a maconha vão ter um quadro psicótico.

Ainda de acordo com a reportagem, o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, fez as contas do que falta para tratar os dependentes químicos: 3,5 mil leitos hospitalares, 900 casas de atendimento e 150 consultórios de rua. A previsão é atingir essa meta em 2014. “Precisamos reorganizar a rede do SUS, Sistema Único de Saúde, para acolher os usuários de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas”, afirma o Ministro Padilha.

Há alguns anos, o Deputado Paulo Teixeira, atual Líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, apresenta-se como uma das vozes que clama pelo debate desse assunto, pela descriminalização do uso das drogas e pela liberação da maconha.

O Deputado Paulo Teixeira está em processo de elaboração de seu projeto de lei sobre o tema, e o Presidente Fernando Henrique Cardoso disse que já se reuniu com ele, assim como também com o Governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, para justamente trocarem idéias a respeito.

Interessante notar que, na lista das drogas mais nocivas à saúde, publicada pela revista médica *The Lancet*, a maconha aparece em 11º lugar, atrás do álcool e do cigarro, que são vendidos legalmente. Existem países como Holanda e Portugal nos quais o consumo de algumas drogas é tolerável. Neles, o uso da maconha vem caindo, segundo a reportagem do Fantástico.

Conforme afirma o ex-usuário de drogas, o famoso escritor – um dos melhores escritores brasileiro – Paulo Coelho, “o grande problema da droga é que ela mata a coisa mais importante que você vai precisar na vida: o seu poder de decidir”, Senador Aníbal Diniz.

Daí, prossegue Paulo Coelho:

A única coisa que você tem na vida é o seu poder de decisão. Você quer isso ou aquilo? Seja aberto, seja honesto. Realmente, a droga é fantástica, você vai gostar. Mas cuidado, porque você não vai poder decidir mais nada, basta isso.

Assim disse Paulo Coelho como uma pessoa que já foi usuário de drogas – e transmite o seu conhecimento com profundidade.

Considero que não há como postergar mais a discussão do tema. Estamos diante de um fato: as drogas existem, continuam, dia a dia, a ganhar mais consumidores e a gerar mais violência, principalmente entre a população mais carente. Creio, então, ser chegado o momento de o Parlamento discutir o assunto, numa série de audiências públicas com especialistas contrários e favoráveis à descriminalização, além de estudarmos os exemplos de outros países para, juntamente com toda a população brasileira, decidirmos o caminho que o Brasil deve adotar com relação à descriminalização do consumo de drogas.

A reportagem do Fantástico, logo após a apresentação da entrevista do Presidente Fernando Henrique Cardoso e dos demais presidentes que mencionei, como Bill Clinton, Zedillo, César Gaviria e Jimmy Carter, perguntou aos telespectadores – e notem que o programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, é um dos que têm mais alta audiência no Brasil – e proporcionou que pudessem telefonar para um número, se fossem a favor da descriminalização das drogas, e para outro número, se fossem contrários à descriminalização das drogas.

Pois bem, 57%, após verem aquele programa, responderam positivamente à pergunta feita pelo Fantástico sobre se seriam favoráveis à descriminalização das drogas.

Quero também registrar a entrevista, tão significativa e bem feita, realizada por Mônica Bergamo, ontem, para a *Folha Ilustrada*...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Suplicy, seria a pergunta a respeito da descriminalização das drogas ou só, especificamente, da maconha?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Das drogas. A pergunta foi feita sobre a descriminalização das drogas. O sentido geral foi esse, aliás, conforme podemos registrar com maior detalhe nas respostas de Fernando Henrique Cardoso a Mônica Bergamo.

Para realizar o filme “Quebrando o Tabu”, de Fernando Grostein Andrade, que estreia na sexta-feira, 03, o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou 18 cidades da América Latina, Estados Unidos e Europa. Foi a bares que vendem maconha, viu pessoas se drogarem nas ruas, mostrou o documentário às netas de 25 anos – que estavam ansiosas para saber, segundo ele, como defenderiam o trabalho do avô, que estava tomando uma posição muito ousada, segundo muitos.

Pois bem, vou citar alguns momentos.

Claramente, qual é a sua posição sobre as drogas?

– Eu sou a favor da descriminalização de todas as drogas.

Cocaína, heroína?

– Todas, todas. Uma droga leve, tomada todo dia, faz mal. E uma droga pesada, tomada eventualmente, faz menos mal. Essa distinção é enganosa. Agora, quando eu digo descriminalizar, eu defendo que o consumo não seja mais considerado um crime, que o usuário não passe mais pela polícia, pelo Judiciário e pela cadeia. Mas a sociedade pode manter penas que induzam a pessoa a sair das drogas, frequentando o hospital durante um período, por exemplo, ou fazendo trabalho comunitário. Descriminalizar não é despenalizar. Nem legalizar, dar o direito de se consumir drogas.

Pergunta Mônica Bergamo:

Os manifestantes da Marcha da Maconha, por exemplo, defendem a legalização, o direito de cada um fumar ou não o seu baseado.

– Eles defendem não só a legalização, como dizem: “Não faz mal”. Eu não digo isso, porque ela faz mal. Agora, não adianta botar o usuário na cadeia. Você vai condená-lo, estigmatizá-lo. E não resolve. O usuário contumaz é um doente. Precisa de tratamento e não de cadeia.

Eles podem argumentar: faz mal, mas eu tenho o direito de escolher.

– Aí é a posição holandesa. Lá você tem o indivíduo como o centro das coisas. Mas a Holanda é um país de formação protestante, capitalista, individualista: “Eu posso decidir por mim. Se eu quiser me matar, eu me mato”. Lá, você não tem o nível de violência, de pobreza e de desinformação que tem no Brasil. Legalizar aqui pode significar realmente você alastrar enormemente o uso de drogas, de uma maneira descontrolada [portanto, não é a legalização o que Fernando Henrique defende]. Na Holanda, eles não tentam levar ninguém ao tratamento. Na cultura brasileira, funcionaria mais o modelo adotado por Portugal.

Como é em Portugal?

– Eles descriminalizaram todas as drogas e deram imenso acesso ao tratamento. E como você não tem medo de ir para a cadeia, você procura o hospital. Eles fazem inclusive uma

audiência de aconselhamento com o usuário. Portugal está hoje entre os países com a menor expansão do consumo de drogas na Europa Ocidental. Agora, eles combatem o tráfico.

E por aí vai. A certa altura, ao responder a pergunta: “Debates sobre costumes são sempre interditos no Brasil. A campanha de 2010 mostrou isso, com o aborto”:

Eu fui contra aquilo [responde Fernando Henrique]. Esses assuntos não são de campanha eleitoral. E, se você não tiver coragem de ficar sozinho, não é um líder. Mas no Brasil tem uma vantagem: a proposta mais avançada no Congresso sobre drogas é do líder do PT, o deputado Paulo Teixeira [que está em fase de elaboração, vai ficar pronta em breve]. Ele esteve na minha casa, com o Tarso Genro [governador do Rio Grande do Sul], discutindo essa questão. Nossa posição é parecida [o Deputado Paulo Teixeira tem citado o exemplo da legislação de Portugal]. Uma parte da sociedade vai ser sempre contra, mas não estamos defendendo coisas irresponsáveis. A droga faz mal, eu sou contra o uso da droga, tem que fazer campanha para reduzir o consumo. Agora, a guerra contra ela fracassou. Tá aumentando o consumo, tá tendo um resultado negativo, tá danificando as pessoas e a sociedade. Vamos ver se tem outros caminhos. No filme [Quebrando o tabu], não estamos dando receitas, e sim abrindo os olhos.

Eu quero registrar, Sr. Presidente, na íntegra, a entrevista dada a Mônica Bergamo, na *Folha* de ontem, mas eu gostaria de fazer uma homenagem a um dos maiores juristas brasileiros, que, aos poucos, vê a sua pregação sendo levada em conta. Eu me refiro ao jurista Evandro Lins e Silva.

Notem que Evandro Lins e Silva foi Procurador-Geral da República de 1961 a 1963; Chefe do Gabinete Civil do Presidente João Goulart; Ministro das Relações Exteriores de João Goulart em 1963; e Ministro do Supremo Tribunal Federal de 1963 a 1969. Portanto, foi uma das pessoas com maior destaque em nossa história.

Há uma memorável entrevista que ele concedeu à revista *Época* em 21 de dezembro de 2002.

Notem, Presidente Aníbal Diniz e caro Senador Paulo Paim, como há semelhança entre as respostas de Fernando Henrique Cardoso, o que diz Paulo Teixeira e aquilo que responde Evandro Lins e Silva.

A cidade do Rio de Janeiro viveu na semana passada mais uma noite de terror. Por

que esses atos de violência dos traficantes estão se repetindo?

– De fato, casos assim eram mais isolados. Meu pressentimento é de que o governo do Estado deve estar agindo com maior firmeza e o tráfico responde com demonstrações de força.

O que pode ser feito sobre as armas?

– Deveriam ser proibidas a fabricação indiscriminada de armas e sua venda. Anulam-se todos os portes e parte-se do zero para voltar a liberar. Fabricação só a partir de pedido oficial, polícia, autoridades. E zero de entrada no país. O governo tem de cuidar disso. É sua função constitucional. O grande obstáculo é o enorme lobby da indústria de armas.

O senhor acredita no poder paralelo do crime organizado?

– Existe um determinado...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Se puder dar um pouquinho mais de tempo...

... poder que foge ao controle das autoridades e é localizado nas favelas: a disputa pelo comércio da droga. Com a falta de emprego e oportunidades na vida, as pessoas acabam aderindo a esse estilo de vida, se tornando parte disso, seja ativamente, seja por omissão. O traficante, por ganhar muito dinheiro, ganha o poder de corromper e cria uma teia de força muito grande.

Como combater o tráfico?

– Combater à força é bobagem. O tráfico se tornou a oportunidade e emprego de muitas pessoas. É decorrente dos problemas socioeconômicos do país. Eu defendo a descriminalização das drogas [ênfasis Evandro Lins e Silva].

E o que diria a nova lei?

– Seriam permitidas a fabricação pelos laboratórios e a venda nas farmácias. Então se passaria a tomar conta das violações nessa venda, sendo necessário receita médica ou algum tipo de regra. Limites seriam criados. Se for feita uma venda irregular, que se puna a infração. Mas não seria mais crime. Dessa forma, a venda da droga sai da esfera marginal.

Sempre que o tema da descriminalização vem à tona, fala-se muito que o que o crime organizado se voltaria para outras ações, como assalto, roubo de carros, e a violência continuaria...

– Pode ser. Mas é preciso haver uma ação racional para cada área. O mais importante é focar no que realmente interessa, que é educar e dar oportunidade de emprego às pessoas. Isso, sim, reduziria todo tipo de crime. A solução, a longo prazo, é de natureza social. Mas, por ora, descriminalizar é um passo importante.

O senhor conhece muitas pessoas que concordem com isso?

– Poucas. É uma solução polêmica e as pessoas gostam de discutir a questão moral que isso envolveria. Mas é um caminho muito simples e lógico. O mundo inteiro deveria seguir a mesma linha. A droga não é um problema brasileiro, é mundial. Claro que ao lado disso seria necessária uma campanha maciça no país condenando os efeitos da droga, em especial nas escolas. Mas há outras medidas importantes, como coibir o contrabando de armas.

Assim também peço, Sr. Presidente, que seja transcrita, na íntegra, como homenagem ao nosso querido Evandro Lins e Silva, uma vez que as ideias que ele colocou com tanta clareza, em outubro de 2002, para a revista *Época*, estão ganhando cada vez mais guarida.

Na verdade, ele, aqui, fala de seus sonhos, e termina dizendo:

Viver é bom. Tive pouco lazer na vida, trabalhei como o diabo. Mas meu prazer sem-

pre foi o trabalho, então fui e sou feliz. Costumo dizer que uma vida longa é boa porque dá tempo de fazer tudo.

E dá tempo de ele dar contribuições dessa ordem.

Se naquela oportunidade eram poucos os que estavam defendendo o debate sobre esse tema, agora o tema ganha maior relevância ainda.

Quero muito, a partir desses exemplos e deste filme – “Quebrando o Tabu”, de Fernando Grostein Andrade –, e também daquilo que está no esforço do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, do nosso Líder na Câmara, Paulo Teixeira, com quem quero colaborar mais de perto, que possamos – nós, aqui, temos Senadores que opinam de todas as formas, muitos contrários, outros a favor... Mas tenho a convicção de que esse empenho do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que inclusive amanhã volta aos Estados Unidos da América para participar de mais um encontro com aqueles que estão debatendo o tema, tem dado uma contribuição muito relevante.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Mônica Bergamo

PEGA LEVE

FHC defende em filme a descriminalização de todas as drogas, o acesso controlado a entorpecentes leves e admite até a plantação caseira de maconha no Brasil como forma de combater o tráfico

Há três anos, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso se juntou a personalidades como os ex-presidentes César Gaviria, da Colômbia, e Ernesto Zedillo, do México, e aos escritores Paulo Coelho e Mario Vargas Llosa na Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia. Passou a defender a descriminalização do consumo de entorpecentes. E transformou sua "saga" no filme "Quebrando o Tabu", de Fernando Andrade, que estreia na sexta, 3. Visitou 18 cidades da América Latina, EUA e Europa, foi a bares que vendem maconha, viu pessoas se drogarem nas ruas.

Mostrou o documentário às netas de 25 anos -que estavam ansiosas para saber, segundo ele, como defenderiam o trabalho "do avô maluco". FHC falou à coluna.

Abaixo, um resumo:

Folha - O senhor já tem um histórico com o tema: na campanha para prefeito de São Paulo, em 1985, foi acusado de defender o consumo da maconha.

Fernando Henrique Cardoso - Ali foi o uso, pela campanha do Jânio Quadros [que concorria com FHC], de uma entrevista que eu havia dado à revista "Playboy", em que me perguntaram se eu já tinha provado maconha. Eu contei que a única vez que eu vi alguém com maconha foi no bar P. J. Clarke's, em NY. Eu estava com uns primos banqueiros, bastante compostos. Alguém puxou. Achei o cheiro horrível. Me perguntaram: o senhor tragou? Nem sei tragar, nunca traguei nem cigarro. [A resposta de FHC à "Playboy" foi: "Eu dei uma tragada, achei horrível, acho que é porque nem cigarro eu fumo".]

E outras drogas?

No meu tempo, não tinha esse negócio. Era só lança-perfume no Carnaval.

E o senhor cheirou lança?

Mas muito pouco. Eu tinha horror dessas coisas. Eu nunca vi cocaína na minha vida. Eu sei que é um pozinho branco, e tal, mas nunca vi. Fui ver gente se drogar agora, na Holanda, fazendo o filme.

Claramente, qual é a sua posição sobre as drogas?

Eu sou a favor da descriminalização de todas as drogas.

Cocaína, heroína?

Todas, todas. Uma droga leve, tomada todo dia, faz mal. E uma droga pesada, tomada eventualmente, faz menos mal. Essa distinção é enganosa. Agora, quando eu digo descriminalizar, eu defendo que o consumo não seja mais considerado um crime, que o usuário não passe mais pela polícia, pelo Judiciário e pela cadeia. Mas a sociedade pode manter penas que induzam a pessoa a sair das drogas, frequentando o hospital durante um período, por exemplo, ou fazendo trabalho comunitário. Descriminalizar não é despenalizar. Nem legalizar, dar o direito de se consumir drogas.

Os manifestantes da Marcha da Maconha, por exemplo, defendem a legalização, o direito de cada um fumar ou não o seu baseado.

Eles defendem não só a legalização, como dizem: "Não faz mal". Eu não digo isso, porque ela faz mal. Agora, não adianta botar o usuário na cadeia. Você vai condená-lo, estigmatizá-lo. E não resolve. O usuário contumaz é um doente. Precisa de tratamento e não de cadeia.

Eles podem argumentar: faz mal, mas eu tenho o direito de escolher.

Aí é a posição holandesa. Lá você tem o indivíduo como o centro das coisas. Mas a Holanda é um país de formação protestante, capitalista, individualista: "Eu posso decidir por mim. Se eu quiser me matar, eu me mato". Lá, você não tem o nível de violência, de pobreza e de desinformação que tem no Brasil. Legalizar aqui pode significar realmente você alastrar enormemente o uso de drogas, de uma maneira descontrolada. Na Holanda, eles não tentam levar ninguém ao tratamento. Na cultura brasileira, funcionaria mais o modelo adotado por Portugal.

Como é em Portugal?

Eles descriminalizaram todas as drogas e deram imenso acesso ao tratamento. E como você não tem medo de ir para a cadeia, você procura o hospital. Eles fazem inclusive uma audiência de aconselhamento com o usuário. Portugal está hoje entre os países com a menor expansão do consumo de drogas na Europa Ocidental. Agora, eles combatem o tráfico.

O filme diz que nunca existiu um mundo sem drogas.

Antropologicamente, é verdade. O que não quer dizer que o mundo seja drogado! Agora, droga zero... Crime zero vai existir? Não vai haver nunca mais adultério? Mesmo no Irã, em que jogam pedra? Mas isso não pode dar o sentido de "então, libera".

Se nunca existirá um mundo sem drogas, de que adianta proibi-las e deixá-las, ilegais, sob controle de traficantes?

Posso te dizer com franqueza? Vai ter que diminuir o consumo. Como? Motivando, e não prendendo as pessoas. O cigarro foi transformado em um estigma. Não era assim há 20 anos. Tem que tirar o glamour da maconha. Ela pode trazer perturbações graves. Tem que haver campanhas sistemáticas, informação, educação.

Os críticos da descriminalização dizem que uma droga leva a outras mais pesadas.

Vamos falar sem hipocrisia: o acesso à maconha é fácil no Brasil. E o elo entre a droga leve e a droga pesada é o traficante. Se você não tem acesso regulado, vai para o traficante. E ele te leva da maconha para outras drogas.

E como seria esse acesso?

Em vários estados americanos, na Europa, há liberdade de produção em pequena quantidade, doméstica. Cada país tem que encontrar o seu caminho.

No Brasil, imagina liberar a plantação caseira?

Por exemplo. Descriminaliza e deixa alguma experimentação. Eventualmente, plantação caseira, por aí. Outra coisa: em alguns países da Europa, o governo fornece a droga para o dependente, para evitar o tráfico. Na Holanda, não é permitido se drogar na rua. Você tem locais específicos. Isso poderia acontecer no Brasil. Em SP, na cracolândia, o pessoal se droga na rua, à vontade. É melhor se drogar na rua ou ter um local específico? Isso não é liberar, é tratar como saúde pública.

Na Holanda "coffee shops" vendem maconha.

Eu fui lá.

E experimentou?

Não, não. Comigo não tem jeito. Eu não beijo sereia. Quer dizer, às vezes, sim. Mas não de drogas [risos]. A produção de maconha é ilegal na Holanda. Os "coffee shops" são solução meia-bomba. É uma coisa meio hipócrita.

Debates sobre costumes são sempre interditados no Brasil. A campanha de 2010 mostrou isso, com o aborto.

Eu fui contra aquilo. Esses assuntos não são de campanha eleitoral. E, se você não tiver coragem de ficar sozinho, não é um líder. Mas no Brasil tem uma vantagem: a proposta mais avançada no Congresso sobre drogas é do líder do PT, o deputado Paulo Teixeira. Ele esteve na minha casa, com o Tarso Genro [governador do Rio Grande do Sul], discutindo essa questão. Nossa posição é parecida. Uma parte da sociedade vai ser sempre contra, mas não estamos defendendo coisas irresponsáveis. A droga faz mal, eu sou contra o uso da droga, tem que fazer campanha para reduzir o consumo. Agora, a guerra contra ela fracassou. Tá aumentando o consumo, tá tendo um resultado negativo, tá danificando as pessoas e a sociedade. Vamos ver se tem outros caminhos. No filme, não estamos dando receitas, e sim abrindo os olhos.

O senhor vai enviar o filme para Dilma Rousseff. A presidente, no entanto, tem se mostrado fechada a discussões sobre o tema das drogas.

É o que dizem. Eu não sei. Não ouvi dela nada. Ela está saindo da campanha eleitoral e tal. Agora [rindo], precisa ver a posição do Lula. Álcool faz mais mal que marijuana.

As ideias que o senhor declara hoje jamais foram aplicadas ou mesmo defendidas em seu governo.

Naquela época, havia uma enorme pressão americana, sobretudo por causa de Colômbia, Peru e Bolívia, que exportavam pasta de coca. E houve uma certa militarização do problema. Os americanos fizeram a ONU aprovar uma convenção com o objetivo de acabar com as drogas. E fizeram muita pressão para o Brasil participar de um entendimento do ponto de vista militar. Nós nos recusamos.

Mas houve cooperação.

Nós tínhamos que mostrar que não deixamos de combater as drogas. Então criamos a Senad [Secretaria Nacional Antidrogas] com um duplo desafio: como é que diminuímos [as drogas] e como é que não nos amolam com essa questão. Fizemos esforços de erradicação de plantações no quadrilátero da maconha em Pernambuco, por exemplo.

Eu acreditava nisso. O problema não era tão violento. Não estava no radar como hoje está. Mas eu confesso que não tinha a posição que hoje eu tenho, porque eu não tinha informação. Meu governo foi isso: ambíguo.

FHC DISSE

"Eu NUNCA vi cocaína na minha vida. Sei que é um pozinho branco, e tal

Vamos falar sem hipocrisia: o acesso à MACONHA é fácil no Brasil. E o elo entre a droga leve e a droga pesada é o TRAFICANTE

Em alguns países, o governo FORNECE a droga ao dependente; você tem locais específicos. Isso poderia acontecer no BRASIL"

Entrevista: Evandro Lins e Silva

"Legalize-se a droga"

Aos 90 anos, o advogado está assustado com a violência dos traficantes e sugere a descriminalização como única saída

MARTHA MENDONÇA, do Rio

O advogado Evandro Lins e Silva, de 90 anos, 70 deles militando nos tribunais, nunca teve medo de nadar contra a maré. Na década de 40, durante o Estado Novo, defendeu mais de 1.000 presos políticos. No período da ditadura militar, como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu habeas corpus que desagradaram aos militares. Em 1979, foi alvo de críticas feministas ao defender Doca Street, namorado e assassino de Ângela Diniz. Agora, diante da violência e do crime organizado que crescem no país, volta a ser polêmico ao defender a descriminalização das drogas. 'O tráfico acabaria em pouco tempo, e a violência que ele gera também', diz, espantado com os atos de terrorismo que estão acontecendo, em especial no Rio de Janeiro.

Lins e Silva continua com vida muito ativa. Há três meses, vem tendo aulas de computador. 'Meus bisnetos controlam essa máquina, não posso ficar atrás. Viver é aprender', ensina. Tem dado especial atenção à faculdade de Direito que leva seu nome, inaugurada no início do ano. 'A idéia é que os alunos não saiam só bacharéis, mas formados em cidadania.' No dia-a-dia, divide seu tempo entre o escritório no Centro do Rio e o apartamento em Copacabana, onde mora só desde a morte da esposa, Maria Luísa, em 1984. Sempre cercado de livros, concedeu entrevista a **ÉPOCA**.

ÉPOCA – *A cidade do Rio de Janeiro viveu na semana passada mais uma noite de terror. Por que esses atos de violência dos traficantes estão se repetindo?*

Evandro Lins e Silva – De fato, casos assim eram mais isolados. Meu pressentimento é de que o governo do Estado deve estar agindo com maior firmeza e o tráfico responde com demonstrações de força.

ÉPOCA – *O que pode ser feito sobre as armas?*

Lins e Silva – Deveriam ser proibidas a fabricação indiscriminada de armas e sua venda. Anulam-se todos os portes e parte-se do zero para voltar a liberar. Fabricação só a partir de pedido oficial, polícia, autoridades. E zero de entrada no país. O governo tem de cuidar disso. É sua função constitucional. O grande obstáculo é o enorme lobby da indústria de armas.

ÉPOCA – *O senhor acredita no poder paralelo do crime organizado?*

Lins e Silva – Existe um determinado poder que foge ao controle das autoridades e é localizado nas favelas: a disputa pelo comércio da droga. Com a falta de emprego e oportunidades na vida, as pessoas acabam aderindo a esse estilo de vida, se tornando parte disso, seja ativamente, seja por omissão. O traficante, por ganhar muito dinheiro, ganha o poder de corromper e cria uma teia de força muito grande.

'A droga só gera violência por ser crime. A Chicago dos gângsteres, por exemplo. Lá, o crime se organizou a partir da lei que proibia a venda de bebidas alcoólicas. Quando liberou, acabou.'

ÉPOCA – *Como combater o tráfico?*

Lins e Silva – Combater à força é bobagem. O tráfico se tornou a oportunidade de emprego de muitas pessoas. É decorrente dos problemas socioeconômicos do país. Eu defendo a descriminalização das drogas.

ÉPOCA – *E o que diria a nova lei?*

Lins e Silva – Seriam permitidas a fabricação pelos laboratórios e a venda nas farmácias. Então se passaria a tomar conta das violações nessa venda, sendo necessário receita médica ou algum tipo de regra. Limites seriam criados. Se for feita uma venda irregular, que se puna a infração. Mas não seria mais crime. Dessa forma, a venda da droga sai da esfera marginal.

ÉPOCA – *Sempre que o tema da descriminalização vem à tona, fala-se muito que o crime organizado se voltaria para outras ações, como assaltos, roubo de carros, e a violência continuaria...*

Lins e Silva – Pode ser. Mas é preciso haver uma ação racional para cada área. O mais importante é focar no que realmente interessa, que é educar e dar oportunidade de emprego às pessoas. Isso, sim, reduziria todo tipo de crime. A solução, a longo prazo, é de natureza social. Mas, por ora, descriminalizar é um passo importante.

ÉPOCA – *O senhor conhece muitas pessoas que concordem com isso?*

Lins e Silva – Poucas. É uma solução polêmica e as pessoas gostam de discutir a questão moral que isso envolveria. Mas é um caminho muito simples e lógico. O mundo inteiro deveria seguir a mesma linha. A droga não é um problema brasileiro, é mundial. Claro que ao lado disso seria necessária uma campanha maciça no país condenando os efeitos da droga, em especial nas escolas. Mas há outras medidas importantes, como coibir o contrabando de armas

'Os trabalhadores sem-terra são os continuadores dos abolicionistas. Quando a abolição se fez, Joaquim Nabuco questionou: 'É preciso a reforma agrária para dar terra aos escravos libertos. Para onde vão?'

ÉPOCA – *Sempre que a violência cresce, há uma pressão da sociedade por penas maiores. Por outro lado, as cadeias estão superlotadas. Como resolver isso?*

Lins e Silva – Cadeia não é solução. Nunca foi, nunca será. Presídios imensos são construídos com custo fabuloso, em vez de escolas. Manter a população carcerária é muito caro para o Estado. Tenho 70 anos de advocacia. Nunca vi alguém sair da cadeia melhor do que quando entrou. Cadeia é a coisa mais infame que já se inventou. E ainda cria uma situação de marginalização permanente. Ninguém mais dá emprego àquela pessoa quando sai, ela acaba parando no crime de novo.

ÉPOCA – *Quem deve ir para a cadeia e por quanto tempo?*

Lins e Silva – Sou absolutamente contra a prisão como método penal. Deve-se segregar quem for realmente perigoso, quem põe em risco a vida alheia. Hoje a concepção é tão diferente que me assombra. Não se julga um crime, se julga uma pessoa. Há que ver o motivo que levou a pessoa a cometer o crime. Se alguém mata o pai é um crime bárbaro. Mas por que foi isso? Se foi para receber a herança é uma coisa, se foi para defender a mãe das agressões do pai é outra. Há que se olhar as motivações de cada um. Veja os crimes passionais. Nunca vi passional reincidente. O ideal é que se reprima evitando a prisão de toda maneira. As penas alternativas são a saída.

ÉPOCA – *O código penal está ultrapassado?*

Lins e Silva – Sim, em muitos pontos. Um exemplo: o crime contra a propriedade é punido com pena mais grave que o crime contra a vida.

'Os Estados Unidos falam em atacar o Iraque sem apoio internacional. Se a maior potência mundial não liga para a coletividade, isso é reflexo do pensamento individual que ganhou o mundo'

ÉPOCA – *Deve ser porque a propriedade está sendo mais valorizada que a vida.*

Lins e Silva – É sintomático. Hoje o deus é o mercado, é o dinheiro. O sistema capitalista não permite o fim da desigualdade social. Em meus 90 anos de vida, nunca vi uma perspectiva tão sombria para o mundo como agora. E olhe que testemunhei períodos de guerra e revolução. Como conceber que homens como Bill Gates tenham mais de US\$ 60 bilhões? O que ele vai fazer disso? Ele vai morrer, como toda criatura, sem conseguir gastar a maior parte. Enquanto isso, milhões de pessoas passam fome no mundo. É uma distorção, me surpreende que as pessoas não se choquem com isso.

ÉPOCA – *Qual foi seu melhor momento profissional?*

Lins e Silva – Sempre brinco que será o próximo! Mas tenho grande orgulho de ter defendido mais de 1.000 perseguidos políticos durante o Estado Novo, que criou um órgão de triste memória, o Tribunal de Segurança Nacional. Foi um período de grande terror, eu sei o que enfrentei. Eu me afirmei aí como advogado.

ÉPOCA – *E o pior momento?*

Lins e Silva – Não foi uma derrota, mas as vezes em que atuei na acusação. Uma situação, em especial, me atormenta até hoje: um médico teria matado um rapaz que fazia barulho na rua. Acusei, o júri popular condenou e ele se matou na prisão. Eu estava convencido de que ele era culpado, mas e se não fosse? E me arrependo de ter acusado. E se a decisão tivesse sido mais resultado de minha eloquência que dos indícios concretos? Penso nisso até hoje, 40 anos depois. Se um pecado cometi na profissão, foram as poucas vezes em que acusei. Das defesas não me arrependo de nenhuma.

ÉPOCA – *O senhor acredita em justiça divina?*

Lins e Silva – Boa parte de minha vida supus ser ateu, mas recentemente descobri que não sou. Percebo que existe algo de indefinível que se traduz na perfeição das coisas. O funcionamento do corpo humano. O fato de roçar um botão na TV e entrar uma imagem. Acho que essa perfeição das coisas se chama Deus.

'Defendi mais de 1.000 presos políticos no Estado Novo. Não acredito que haja na história do mundo, seja na Grécia, seja em Roma, seja na Revolução Francesa, alguém que tenha feito trabalho parecido'

ÉPOCA – *Mas o mundo não é perfeito.*

Lins e Silva – É verdade. Isso me lembra a frase de um pensador francês: 'Neste mundo terrível, Deus é de oposição'. Engraçado que supersticioso sempre fui. Não ando debaixo de escada, não passo sal na mesa e, para subir na tribuna, só com o pé direito. Convivi muito com crendices dos réus. Para muitos, os resultados favoráveis eram mais responsabilidade dos orixás que do advogado.

ÉPOCA – *Qual é a maior vantagem de viver tantos anos?*

Lins e Silva – Viver é bom. Tive pouco lazer na vida, trabalhei como o diabo. Mas meu prazer sempre foi o trabalho, então fui e sou feliz. Costumo dizer que uma vida longa é boa porque dá tempo de fazer tudo

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Suplicy.

Parabéns pelo corajoso e polêmico discurso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, tivemos oportunidade de receber um exemplar da revista mensal *Gestão Pública & Desenvolvimento*, publicada em Brasília desde 1991, e que conta com distribuição nacional e tiragem de trinta mil exemplares.

A publicação, de inegável atualidade temática e abordagem moderna, cuida de assuntos importantes, como política, governo, sociedade, economia e educação, entre outros, sempre com proficiência, conhecimento de causa e respeito ao juízo crítico dos leitores.

O exemplar de número 40 da revista *Gestão Pública & Desenvolvimento*, que nos chegou às mãos,

corresponde à edição de abril de 2011, e traz matérias atuais, como: "Senado conclui relatório da Reforma Política"; "População aprova o governo Dilma Rousseff"; "Líderes municipais querem maior renda do Pré-Sal"; "Família, criança, adolescente, jovem e idoso na Constituição Federal"; entre vários outros temas de interesse.

Houve um tempo em que, por razões de caráter econômico, o mercado editorial brasileiro comportava poucos títulos de revistas, situação evidentemente desfavorável ao público leitor. Há alguns anos, porém, vemos que a segmentação editorial se aprofunda em nosso País, de modo que publicações como a *Gestão Pública & Desenvolvimento* ganham cada vez mais importância, ocupando, definitivamente, seus nichos entre os leitores.

Esperamos que esse processo venha a ser ampliado no Brasil, cuja opinião pública só tem a ganhar com a multiplicação de jornais, revistas e demais periódicos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaríamos de parabenizar a equipe responsável pela revista *Gestão Pública & Desenvolvimento*, na certeza de que publicações

de tão boa qualidade auxiliam no aprimoramento do debate público sobre os rumos do Estado e da sociedade, em nosso País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Não havendo oradores inscritos, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando outra sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 521, de 2010)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2011, que altera as Leis nºs 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente, e 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de pagamento da Gratificação de Representação de Gabinete e da Gratificação Temporária para os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União (proveniente da Medida Provisória nº 521, de 2010).

(Lido no Senado Federal no dia 26-05-2011)

Relator revisor: Senador Cícero Lucena
(Sobrestando a pauta a partir de: 19-03-2011)

Prazo final prorrogado: 1º-06-2011

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 13, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 517, de 2010)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2011, que dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica; altera as Leis nºs 11.478, de 29 de maio de 2007, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 2010, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 9.648, de 27 de maio de 1998, 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.808, de 20 de julho de 1999, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, 11.180, de 23 de setembro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.909, de 4

de março de 2009, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.312, de 27 de novembro de 2001, e 12.058, 13 de outubro de 2009, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967; institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares - RENUCLEAR; dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga; altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM; dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 517, de 2010).

(Lido no Senado Federal no dia 26-05-2011)

Relator revisor: Senador Romero Jucá
(Sobrestando a pauta a partir de: 19-03-2011)

Prazo final prorrogado: 1º-06-2011

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 520, de 2010)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2011, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH; altera a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 520, de 2010).

(Lido no Senado Federal no dia 26-05-2011)

Relatora revisora: Senadora Gleisi Hoffmann

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-03-2011)

Prazo final prorrogado: 1º-06-2011

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 519, de 2010)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2011, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, para assistência humanitária internacional, (proveniente da Medida Provisória nº 519, de 2010).

(Lido no Senado Federal no dia 26-05-2011)

Relatora revisora: Senadora Ana Amélia
(Sobrestando a pauta a partir de: 19-03-2011)

Prazo final prorrogado: 1º-06-2011

5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que *altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.*

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que *fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.*

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *regula o acesso a*

informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.

8

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1999

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 592/2011)

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1999 (nº 731/2000, naquela Casa), do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós.*

Parecer favorável, sob nº 320, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Vital do Rêgo.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2011

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.*

Parecer sob nº 255, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aécio Neves, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador José Pimentel.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 639, DE 2010

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 639, de 2010 (nº 2.487/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, celebrado em Brasília, em 28 de maio de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 304, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defe-

sa Nacional, Relator ad hoc: Senador Blairo Maggi.

11**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 642, DE 2010**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 642, de 2010 (nº 2.488/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, celebrado em Brasília, em 28 de maio de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 305, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Blairo Maggi.

12**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 645, DE 2010**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2010 (nº 2.645/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 306, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora ad hoc: Senadora Ana Amélia.

13**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 646, DE 2010**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 646, de 2010 (nº 2.646/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botswana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 307, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora ad hoc: Senadora Ana Amélia.

14**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 647, DE 2010**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 647, de 2010 (nº 2.720/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles, celebrado em Vitória, em 16 de setembro de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 308, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora ad hoc: Senadora Ana Amélia.

15**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 74, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2011 (nº 2.588/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Decisão XXXVIII/D/453, da XXXVIII Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia, realizada em Medellín, Colômbia, em 30 de novembro de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 309, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Luiz Henrique.

16**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 78, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2011 (nº 2.834/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Bilateral de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cingapura, celebrado em Brasília, em 25 de novembro de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 310, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

17**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 104, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2011 (nº

860/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 311, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Ana Amélia.

18**REQUERIMENTO Nº 548, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 548, de 2011, do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos (indicadores de produtividade).*

19**REQUERIMENTO Nº 549, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 549, de 2011, do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (indicadores de produtividade).*

20**REQUERIMENTO Nº 573, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 573, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Governo Brasileiro, em razão da declaração da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, em 1º de abril de 2011, na qual solicita às autoridades brasileiras a suspensão do licenciamento e da construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA).*

21**REQUERIMENTO Nº 574, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 574, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de censura à declaração da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, em 1º de abril de 2011, na qual solicita às autoridades brasileiras a suspensão do licenciamento e da construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA).*

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 18 horas e 26 minutos.)

ATA DA REUNIÃO DE REINSTALAÇÃO DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - PORTUGAL

Aos doze dias do mês de abril do ano dois mil e onze, às quinze horas, na Sala da Presidência da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala C, Sala T32, na cidade de Brasília - DF, reuniram-se os Parlamentares, cuja lista de presença segue anexa, integrantes da 54ª Legislatura - 2011/2015, convocados pelo Deputado Paes Landim - PTB/PI, atual Presidente do Grupo Parlamentar Brasil - Portugal, com o objetivo de reinstalar o Grupo Parlamentar nesta Legislatura. Este Grupo Parlamentar foi criado por força da Resolução nº02/95, de 28 de novembro de 1995, da Câmara dos Deputados, fruto do Projeto de Resolução nº37/95, de autoria do Deputado Paes Landim, do Piauí, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da República Portuguesa. Assumiu a presidência dos trabalhos o Deputado Paes Landim - PTB/PI. Após a verificação de quorum, o Presidente declarou aberta a reunião, agradeceu a presença de todos, e designou a Dra. Inubia Sfoggia para secretariar os trabalhos. Passando, a seguir, ao ITEM 1 da Pauta: ADESÃO DE SEUS MEMBROS e ELEIÇÃO DA DIRETORIA. Apresentou os Termos de Adesão de 47 Deputados e 21 Senadores, dando as boas vindas aos Parlamentares que aderiram ao GRUPO. Apresentou, a seguir, a Chapa Única inscrita para a composição de sua Diretoria que passou a ser examinada e discutida, tendo sido aprovada por aclamação. O Deputado Paes Landim foi reeleito para presidir o GRUPO. Após, o Presidente declarou eleitos e empossou, imediatamente, os membros que comporão a Diretoria do GRUPO para o biênio 2011/2013: Presidentes de Honra: Senador José Sarney - PMDB/AP, Presidente do Senado Federal e Deputado Marco Maia - PT/RS, Presidente da Câmara dos Deputados. COMISSÃO EXECUTIVA: Presidente: Deputado Paes Landim - PTB/PI; Primeiro-Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT/DF; Segundo-Vice-Presidente: Deputado Sarney Filho - PV/MA; Primeiro-Secretário: Senador Ciro Nogueira - PP/PI; Segundo-Secretário: Deputado Roberto Freire - PPS/SP; Terceiro-Secretário: Deputado José Mentor - PT/SP e Quarto-Secretário: Deputado Otávio Leite - PSDB/RJ. Para compor o Conselho Consultivo, foram eleitos: Presidente: Senador Pedro Taques - PDT/MT e Vice-Presidente: Deputado Vieira da Cunha - PDT/RS, além do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal - CRE, Senador Fernando Collor - PTB/AL e do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados - CREDN, Deputado Carlos Alberto Leréia - PSDB/GO. A seguir, o Deputado Paes Landim - PTB/PI assume os trabalhos, agora como Presidente reeleito, agradecendo a confiança de seus colegas e manifestando o seu desejo de envidar todos os esforços para o fortalecimento dos laços de fraterna amizade e o incremento das relações políticas, comerciais e culturais com a República Portuguesa. Dando prosseguimento à Pauta, passou, de imediato, ao exame do assunto constante de seu ITEM 2: APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ALTERAÇÕES DO ESTATUTO. Apresentou proposta de Estatuto a qual, após examinada e discutida, foi aprovada, por unanimidade. Em seguida, o Presidente designou a Dra. Inubia A.C. Sfoggia para Secretária Executiva do Grupo, determinando providências no sentido de comunicar às devidas autoridades sobre a reinstalação do Grupo e a constituição de sua Diretoria, e definir a Pauta para desenvolver os trabalhos a partir da próxima reunião, a ser agendada posteriormente.

GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - PORTUGAL

ESTATUTO

O Estatuto do Grupo Parlamentar Brasil - Portugal, em vigência, sofreu alterações, aprovadas na Reunião de Reinstalação do Grupo Parlamentar na 54ª Legislatura, ocorrida em 12 de abril de 2011, passando a vigorar nos seguintes termos:

CAPÍTULO I

CONSTITUIÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º O Grupo Parlamentar Brasil - Portugal, criado pela Resolução nº02/95, de 28 de novembro de 1995, da Câmara dos Deputados, é reconhecido como serviço de cooperação interparlamentar e reger-se-á pelo presente Estatuto.

Parágrafo único. O Grupo não tem objetivos político-partidários.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado pelos membros do Congresso Nacional que o fundaram e por outros que a ele aderirem livremente, subscrevendo o Termo de Adesão, com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo.

Parágrafo único. Ao filiar-se, o Parlamentar aceita os objetivos do Grupo previstos neste Estatuto.

Art. 3º O Grupo, com sede e foro em Brasília - DF, é constituído por prazo indeterminado e funcionará em dependências do edifício do Congresso Nacional.

Art. 4º O Grupo tem por objetivos intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da República Portuguesa, sobretudo nos aspectos político, comercial, cultural e técnico-científico e nas questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento sustentável, de forma abrangente e interdisciplinar.

Art. 5º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

- I - visitas parlamentares;
- II - realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas de interesse para o desenvolvimento das relações entre o Brasil e a República Portuguesa;
- III - permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;
- IV - intercâmbio de experiências parlamentares;
- V - outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

Parágrafo único. O Grupo poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, sob qualquer forma de auxílio e reciprocidade, com entidades nacionais e estrangeiras.

CAPÍTULO II

DAS REUNIÕES DO GRUPO PARLAMENTAR

Art. 6º O Grupo reunir-se-á, no mínimo, duas vezes por ano, por convocação da Comissão Executiva ou a requerimento de, no mínimo, dez por cento de seus membros.

Parágrafo único. As reuniões do Grupo serão sempre anunciadas, com designação de local e hora, por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I

DOS MEMBROS

Art. 7º Os membros do Grupo Parlamentar compor-se-ão de duas categorias:

- I - Membros Plenos:
 - membros do Congresso Nacional que lhe derem apoio e adesão, por meio da subscrição de Termo de Adesão, e tiverem seu nome homologado pela Comissão Executiva.
- II - Membros Cooperadores:
 - presidentes de federações, confederações, organizações da sociedade civil e quaisquer outras entidades que tenham interesse nas relações bilaterais objeto do Grupo Parlamentar;
 - ex-parlamentares do Congresso Nacional que, após deixarem o mandato, requeiram à Comissão Executiva sua permanência no Grupo.

§ 1º São direitos e deveres dos Membros Plenos:

- I - Dos direitos:

- a) votar e ser votado na composição da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, na forma prevista neste Estatuto;
- b) desligar-se do quadro de associados quando julgarem necessário, protocolando o seu pedido perante a Comissão Executiva.

II - Dos deveres:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- b) respeitar e cumprir as decisões da Comissão Executiva;
- c) comparecer às reuniões da Comissão Executiva;
- d) votar nas reuniões da Comissão Executiva.

§ 2º Os Membros Cooperadores não têm direito a voto na composição da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo. Podendo, entretanto, ser votados para a composição do Conselho Consultivo. Nas reuniões da Comissão Executiva têm direito a voz, não tendo direito a voto. Podem desligar-se do Grupo Parlamentar quando julgarem necessário, protocolando o seu pedido perante a Comissão Executiva.

SEÇÃO II

DOS ÓRGÃOS

Art. 8º São órgãos do Grupo Parlamentar: a Comissão Executiva e o Conselho Consultivo.

§ 1º O Grupo Parlamentar deverá, obrigatoriamente, ser constituído por Senadores e Deputados, tanto na Comissão Executiva como no Conselho Consultivo, obedecendo, sempre que possível, a paridade de representantes de cada Casa Parlamentar.

§ 2º No prazo de dois meses, após o início da Primeira e da Terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada Legislatura, os Membros Plenos do Grupo Parlamentar reunir-se-ão para eleger os membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, em escrutínio secreto, sendo exigida a maioria de votos e a presença da maioria absoluta dos membros da Comissão Executiva ou, pelo menos, um terço dos membros filiados, convocados por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

§ 3º O mandato dos membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo será de dois anos, sendo permitida uma reeleição consecutiva.

§ 4º O Conselho Consultivo será constituído pelos Membros Cooperadores, além dos parlamentares que compuserem sua Presidência e Vice-Presidência e dos Presidentes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Parlamentares.

§ 5º Se qualquer membro da Comissão Executiva ou do Conselho Consultivo deixar de fazer parte do respectivo órgão ou renunciar a sua permanência nele, proceder-se-á a escolha de seu sucessor, dentro de 5 (cinco) dias úteis, pela forma estabelecida no § 2º deste artigo, salvo se faltarem menos de cento e vinte dias para o término do mandato da Comissão ou do Conselho, caso em que os cargos serão preenchidos pelos Membros Plenos do Grupo Parlamentar, segundo o critério do parlamentar mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

SEÇÃO III

DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art. 9º A Comissão Executiva é o órgão dirigente do Grupo Parlamentar e será composta de:

- a) dois Presidentes de Honra;
- b) um Presidente;
- c) dois Vice-Presidentes;
- d) quatro Secretários.

§ 1º A Comissão Executiva reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente, pela maioria absoluta de seus membros ou por, no mínimo, um terço dos membros do Grupo.

§ 2º A Comissão Executiva será instalada, em primeira convocação, com a maioria simples dos seus membros ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de membros, sendo suas deliberações aprovadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos de empate.

§ 3º Os Presidentes de Honra serão o Presidente do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados, e seus mandatos coincidirão com o do Parlamentar que estiver presidindo a Mesa das respectivas Casas.

§ 4º Haverá um Secretário Executivo, designado pelo Presidente dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

Art. 10. Compete à Comissão Executiva:

- I - organizar o programa de atividades do Grupo Parlamentar;
- II - noticiar ao Grupo Parlamentar fatos recentes da política externa bilateral;
- III - coligir trabalhos, estudos, pareceres e teses a serem apresentados às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e/ou à outras Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, ou em eventos nacionais ou internacionais;
- IV - constituir delegação em missões diplomáticas ou autônomas do Congresso Nacional;
- V - indicar observadores parlamentares, em missões nacionais ou internacionais, dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados;
- VI - comunicar à Presidência das respectivas Casas do Congresso Nacional, para fins regimentais, os nomes dos integrantes de delegações ou dos observadores parlamentares;
- VII - propor e homologar a admissão de novos membros;
- VIII - propor e homologar a alteração dos Estatutos;
- IX - fixar a competência do Secretário Executivo;
- X - delegar ao Presidente, total ou parcialmente, suas competências;
- XI - divulgar os trabalhos do Grupo Parlamentar;
- XII - resolver os casos omissos neste Estatuto.

Art. 11. O Presidente da Comissão Executiva representa o Grupo Parlamentar, regula e fiscaliza os seus trabalhos.

§ 1º O Presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído pelo Primeiro-Vice-Presidente e, na ausência deste, pelo Segundo-Vice-Presidente.

§ 2º Ausentes todos os membros da Comissão Executiva, a Presidência será exercida pelo parlamentar mais idoso do Grupo Parlamentar, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 3º O Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes competência que lhe seja própria.

Art. 12. São atribuições do Presidente da Comissão Executiva:

- I - representar o Grupo em suas atividades;
- II - convocar e presidir as reuniões da Comissão Executiva;
- III - fazer cumprir as resoluções da Comissão Executiva;
- IV - manter a ordem e a solenidade necessárias nas reuniões do Grupo Parlamentar ou da Comissão Executiva;
- V - conceder a palavra aos membros que a solicitarem;
- VI - submeter à aprovação do Grupo Parlamentar a ata da reunião anterior;
- VII - submeter à discussão matérias de interesse do Grupo Parlamentar;
- VIII - dar conhecimento ao Grupo Parlamentar de todo expediente recebido e despachá-lo;
- IX - decidir as questões de ordem e as reclamações;
- X - votar, em caso de empate, nas reuniões da Comissão Executiva;
- XI - distribuir aos membros do Grupo Parlamentar e às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Parlamentares todas as informações recebidas sobre as relações bilaterais,

de caráter oficial e não-oficial, bem como os trabalhos apresentados pelos membros do Grupo Parlamentar ou de qualquer outra origem, recebidos a título de colaboração;

XII - trabalhar em cooperação e coordenação com as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, apresentando-lhes as conclusões das discussões havidas no Grupo Parlamentar;

XIII - sugerir nomes para o Conselho Consultivo;

XIV - propor a indicação de parlamentares para participarem de viagens internacionais;

XV - designar o Secretário Executivo;

XVI - outras que decorram da natureza de suas funções e prerrogativas.

Parágrafo único. Caso as informações de que trata o inciso XI do caput deste artigo sejam de caráter privado e sigiloso, deverão ser assim tratadas pelos membros do Grupo Parlamentar, bem como pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Art. 13. Os Secretários terão as designações de Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto, cabendo ao Primeiro superintender, com o auxílio dos demais, os serviços administrativos do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. Nas reuniões da Comissão Executiva, os Secretários substituir-se-ão conforme sua numeração ordinal, e assim substituirão o Presidente, na falta dos Vice-Presidentes.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 14. O Conselho Consultivo poderá ser composto por número variável de conselheiros.

§ 1º O Conselho Consultivo não terá poder deliberativo ou de voto no Grupo Parlamentar. Seu Presidente e Vice-Presidente, e os Presidentes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Parlamentares, terão poder de voto em razão da condição de Membros Plenos do Grupo Parlamentar.

§ 2º O Conselho Consultivo terá, necessariamente, um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos entre os Membros Plenos do Grupo Parlamentar. Todos os conselheiros terão, igualmente, direito a voz e a voto no âmbito das decisões do Conselho Consultivo.

§ 3º O Conselho Consultivo poderá levar à consideração do Grupo Parlamentar qualquer assunto de interesse bilateral, cabendo aos seus membros avaliá-lo previamente à apreciação do colegiado.

§ 4º O Conselho Consultivo poderá ser acionado por qualquer dos membros do Grupo Parlamentar para fornecer opiniões, estudos, bem como outras informações de interesse do Grupo.

Art. 15. Compete ao Conselho Consultivo:

I - auxiliar o Presidente na formulação de ações e políticas a serem executadas pelo Grupo ou sugeridas a órgãos públicos ou privados;

II - participar da promoção de programas, pesquisas, conferências, seminários e outras atividades de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, encaminhamento e solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III - discutir as questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento sustentável, de forma abrangente e interdisciplinar;

IV - difundir novas idéias, resultantes do convívio, do confronto e da interação entre as diversas áreas de atividades;

V - exercer competências e cumprir as atribuições que lhe forem delegadas pela Comissão Executiva.

CAPÍTULO IV**DAS VIAGENS E MISSÕES INTERNACIONAIS**

Art. 16. As viagens e missões internacionais dos membros do Grupo Parlamentar deverão ser custeadas pelos parlamentares designados para integrar as respectivas missões no exterior, salvo missões oficiais autorizadas, ou por convites oficiais de governos ou entidades.

Parágrafo único. Fica proibida a promessa de reciprocidade de custeamento de despesas e gastos a missões estrangeiras que visitem o Brasil.

CAPÍTULO V**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 17. Em caso de lacuna neste Estatuto, aplicam-se as disposições do Regimento Interno Comum do Congresso Nacional.

Art. 18. No fim de cada gestão, a documentação pertinente ao Grupo Parlamentar deverá ser repassada para o novo Presidente do Grupo.

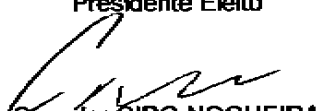
Art. 19. Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 12 de abril de 2011.

A seguir, passou ao ITEM 3: ASSUNTOS GERAIS. O Senhor Presidente discorreu sobre o plano de trabalho do GRUPO para o ano em curso, tendo sugerido os temas centrais que deverão determinar a sua pauta de atividades. Ao final, solicitou o apoio de todos os membros no sentido de que fossem apresentadas sugestões capazes de fomentar a discussão em torno dos temas sugeridos, visando à obtenção de resultados práticos e efetivos na consecução dos objetivos do GRUPO. A seguir, informou que os assuntos da Pauta haviam sido esgotados, colocando a palavra à disposição para as considerações finais do Plenário. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senador Cristovam Buarque - PDT/DF e ao Deputado Vieira da Cunha - PDT/RS que cumprimentaram o Presidente eleito e demais membros da Diretoria, desejando sucesso a todos. Em continuidade, o Presidente agradeceu a presença dos Parlamentares e assessores, reafirmando a importância do GRUPO e a sua determinação em estimular a mobilização dos Parlamentares do Congresso Nacional e, em especial, do Grupo Parlamentar Brasil - Portugal para, junto com a Embaixada da República Portuguesa, poder implementar as metas de integração. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelo Presidente eleito, Deputado Paes Landim - PTB/PI; pelo Primeiro-Secretário, Senador Ciro Nogueira - PP/PI e por mim, Inubia Sfoggia, Secretária Executiva. Brasília, 12 de abril de 2011.



Deputado PAES LANDIM
Presidente Eleito

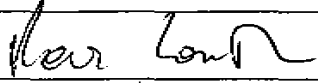
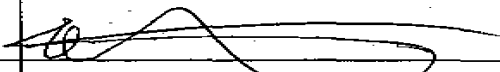
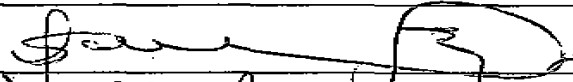
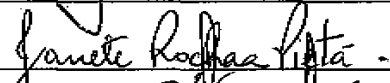
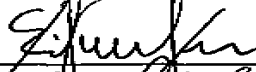
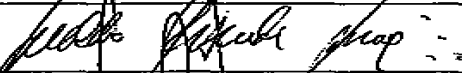
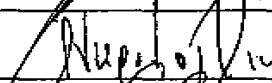
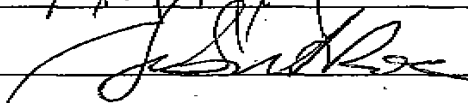
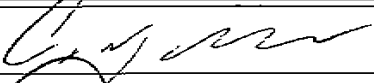
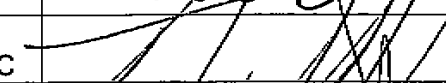
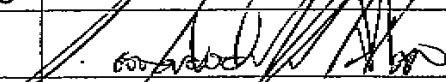


Senador CIRO NOGUEIRA
Primeiro-Secretário



INUBIA SFOGGIA
Secretária Executiva

LISTA DE PRESENCAS À REUNIÃO DE REINSTALAÇÃO DO
GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - PORTUGAL, REALIZADA EM 12.04.11

Deputado PAES LANDIM - PTB/PI	
Deputado ÁTILA LINS - PMDB/AM	—
Deputado EDINHO BEZ - PMDB/SC	
Deputado EDUARDO AZEREDO - PSDB/MG	
Deputado JOSÉ MENTOR - PT/SP	
Deputado MOACIR MICHELETTO - PMDB/PR	
Deputado SEBASTIÃO BALA ROCHA - PDT/AP	—
Deputado SPERANÇO	
Deputado JANETE ROCHA RITA	
Deputado ÁRIA LIPS	
Deputado GILBERTO DE FONSECA	
Deputado HUGO NARDLEÃO	
Deputado SEBASTIÃO BALA ROCHA	
Deputado	
Senador CIRO NOGUEIRA - PP/PI	
Senador CRISTOVAM BUARQUE - PDT/DF	
Senador PEDRO TAQUES - PDT/MT	
Senador LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA-PMDB/SC	
Senador FLEXA RIBEIRO	
Senador	

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

PRESIDENTES DE HONRA: Senador José Sarney - PMDB/AP - Presidente do Senado Federal
Deputado Marco Maia - PT/RS - Presidente da Câmara dos Deputados

COMISSÃO EXECUTIVA:

Presidente: Dep. Paes Landim	- PTB/PI
Primeiro-Vice-Presidente: Sen. Cristovam Buarque	- PDT/DF
Segundo-Vice-Presidente: Dep. Sarney Filho	- PV/MA
Primeiro-Secretário: Sen. Ciro Nogueira	- PP/PI
Segundo-Secretário: Dep. Roberto Freire	- PPS/SP
Terceiro-Secretário: Dep. José Mentor	- PT/SP
Quarto-Secretário: Dep. Otávio Leite	- PSDB/RJ

CONSELHO CONSULTIVO:

- Presidente: Sen. Pedro Taques - PDT/MT
- Vice-Presidente: Dep. Vieira da Cunha - PDT/RS
- Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal - CRE - Sen. Fernando Collor - PTB/AL
- Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados - CREDN - Dep. Carlos Alberto Leréia - PSDB/GO

SECRETÁRIA EXECUTIVA: Dra. Inubia A.C. Sfoggia

COMPOSIÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
54ª Legislatura

NOME PARLAMENTAR	PART.	UF	ANEXO	GAB.	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
AFONSO HAMM	PP	RS	IV	604	3215.5604	dep.afonsohamm@camara.gov.br
ALCEU MOREIRA	PMDB	RS	IV	445	3215.5445	dep.alceumoreira@camara.gov.br
ALEX CANZIANI	PTB	PR	IV	842	3215.5842	dep.alexcanziani@camara.gov.br
ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP	IV	624	3215.5624	dep.antoniocarlosmendesthame@camara.gov.br
ANTÔNIO IMBASSAHY	PSDB	BA	IV	810	3215.5810	dep.antonioimbassahy@camara.gov.br
ARNALDO FARIA DE SÁ	PTB	SP	IV	929	3215.5929	dep.arnaldofariadesa@camara.gov.br
ÁTILA LINS	PMDB	AM	IV	730	3215.5730	dep.atilalins@camara.gov.br
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG	IV	431	3215.5431	dep.bonifaciodeandrade@camara.gov.br
CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO	IV	830	3215.5830	dep.carlosalbertolereia@camara.gov.br
CIDA BORGHETTI	PP	PR	IV	412	3215.5412	dep.cidaborghetti@camara.gov.br
DILCEU SPERAFICO	PP	PR	IV	746	3215.5746	dep.dilceusperafico@camara.gov.br
DR. ROSINHA	PT	PR	III	474	3215.5474	dep.dr.rosinha@camara.gov.br
DUARTE NOGUEIRA	PSDB	SP	IV	525	3215.5525	dep.duartenogueira@camara.gov.br
EDINHO BEZ	PMDB	SC	IV	703	3215.5703	dep.edinhobez@camara.gov.br
EDUARDO AZEREDO	PSDB	MG	IV	722	3215.5722	dep.eduardoazeredo@camara.gov.br
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	IV	540	3215.5540	dep.eduardobarbosa@camara.gov.br
GEORGE HILTON	PRB	MG	IV	843	3215.5843	dep.georgehilton@camara.gov.br
GERALDO RESENDE	PMDB	MS	IV	905	3215.5905	dep.geraldoresende@camara.gov.br
GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA	IV	618	3215.5618	dep.giovanniqueiroz@camara.gov.br
GIROTO	PR	MS	III	277	3215.5277	dep.giroto@camara.gov.br
HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	IV	234	3215.5234	dep.hermesparcianello@camara.gov.br
HUGO NAPOLEÃO	DEM	PI	IV	414	3215.5414	dep.hugonapoleao@camara.gov.br
JANETE ROCHA PIETÁ	PT	SP	III	578	3215.5578	dep.janeterochapieta@camara.gov.br
JOSÉ MENTOR	PT	SP	IV	502	3215.5502	dep.josementor@camara.gov.br
JÚLIO CÉSAR	DEM	PI	IV	944	3215.5944	dep.juliocesar@camara.gov.br
MANUELA D'ÁVILA	PCdoB	RS	IV	438	3215.5438	dep.manueladavila@camara.gov.br
MARCO MAIA	PT	RS	II	14	3215.5964	dep.marcomaia@camara.gov.br
MARINHA RAUPP	PMDB	RO	IV	614	3215.5614	dep.marinharaupp@camara.gov.br
MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	IV	607	3215.5607	dep.maurobenevides@camara.gov.br
MAURO MARIANI	PMDB	SC	IV	925	3215.5925	dep.mauromariani@camara.gov.br
MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR	III	478	3215.5478	dep.moacirmicheletto@camara.gov.br
NELSON MARCHEZAN JÚNIOR	PSDB	RS	III	368	3215.5368	dep.nelsonmarchezanjunior@camara.gov.br
NERI GELLER	PP	MT	IV	837	3215.5837	dep.nerigeller@camara.gov.br
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	IV	845	3215.5845	dep.osmarserraglio@camara.gov.br
OTÁVIO LEITE	PSDB	RJ	IV	225	3215.5225	dep.otavioleite@camara.gov.br
PAES LANDIM	PTB	PI	IV	648	3215.5648	dep.paeslandim@camara.gov.br
PAULO PIAU	PMDB	MG	IV	626	3215.5626	dep.paulopiau@camara.gov.br
RICARDO QUIRINO	PRB	DF	IV	931	3215.5931	dep.ricardoquirino@camara.gov.br
ROBERTO FREIRE	PPS	SP	IV	606	3215.5606	dep.robertofreire@camara.gov.br
RONALDO BENEDET	PMDB	SC	IV	918	3215.5918	dep.ronaldobenedet@camara.gov.br
RONALDO NOGUEIRA	PTB	RS	III	570	3215.5570	dep.ronaldonogueira@camara.gov.br
RONALDO ZULKE	PT	RS	IV	858	3215.5858	dep.ronaldozulke@camara.gov.br
SARNEY FILHO	PV	MA	IV	202	3215.5202	dep.sarneyfilho@camara.gov.br
SEBASTIÃO BALA ROCHA	PDT	AP	IV	608	3215.5608	dep.sebastiaobalarocha@camara.gov.br
VALDIR COLATTO	PMDB	SC	IV	708	3215.5708	dep.valdircolatto@camara.gov.br
VANDER LOUBET	PT	MS	IV	838	3215.5838	dep.vanderloubet@camara.gov.br
VIEIRA DA CUNHA	PDT	RS	IV	711	3215.5711	dep.vieiradacunha@camara.gov.br

COMPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL**54ª Legislatura**

NOME PARLAMENTAR	PART.	UF	ALA	GAB.	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
ACIR GURGACZ	PDT	RO	Teotônio Vilela	19	3303.3132	acir@senador.gov.br
ÁLVARO DIAS	PSDB	PR	Nilo Coelho	10	3303.4059	alvarodias@senador.gov.br
CICERO LUCENA	PSDB	PB	Alexandre Costa	21	3303.5800	cicero.lucena@senador.gov.br
CIRO NOGUEIRA	PP	PI	Teotônio Vilela	01	3303.6185	ciro.nogueira@senador.gov.br
CRISTOVAM BUARQUE	PDT	DF	Teotônio Vilela	10	3303.2281	cristovam@senador.gov.br
CYRO MIRANDA	PSDB	GO	Tancredo Neves	51	3303.1962	cyro.miranda@senador.gov.br
FERNANDO COLLOR	PTB	AL	Alexandre Costa	5B	3303.4777	fernando.collor@senador.gov.br
FLEXA RIBEIRO	PSDB	PA	Alexandre Costa	01	3303.2342	flexaribeiro@senador.gov.br
GIM ARGELLO	PTB	DF	Anexo I - 14º and	04	3303.1161	gim.argello@senador.gov.br
GLEISI HOFFMANN	PT	PR	Teotônio Vilela	23	3303.6271	gleisi@senadora.gov.br
HUMBERTO COSTA	PT	PE	Filinto Müller	01	3303.6285	humberto.costa@senador.gov.br
JARBAS VASCONCELOS	PMDB	PE	Dinarte Mariz	04	3303.3245	jarbas.vasconcelos@senador.gov.br
JOÃO PEDRO	PT	AM	Ruy Carneiro	04	3303.1166	joaopedro@senador.gov.br
JOÃO VICENTE CLAUDINO	PTB	PI	Teotônio Vilela	06	3303.3055	j.v.claudino@senador.gov.br
JOSÉ PIMENTEL	PT	CE	Filinto Müller	13	3303.6390	gab.josepimentel@senado.gov.br
JOSÉ SARNEY	PMDB	AP	Edif. Principal		3303.3000	sarney@senador.gov.br
LINDBERGH FARIAS	PT	RJ	Afonso Arinos	02	3303.6426	lindbergh.farias@senador.gov.br
LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA	PMDB	SC	Nilo Coelho	04	3303.6446	luizhenrique@senador.gov.br
PEDRO TAQUES	PDT	MT	Afonso Arinos	04	3303.6550	pedrotaques@senador.gov.br
RANDOLFE RODRIGUES	PSOL	AP	Teotônio Vilela	17	3303.6568	randolfe.rodrigues@senador.gov.br
VITAL DO RÉGO	PMDB	PB	Teotônio Vilela	22	3303.6747	vital.rego@senador.gov.br

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney

30-5-2011

Segunda-feira

15h30 – Inauguração do Túnel do Tempo re-vitalizado

Túnel que liga o edifício principal ao anexo II

17h – Recebe o Ministro Ari Parglender, Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Sala de Audiências

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁵⁾

Leitura: 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lídice da Mata (PSB-BA) (2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2,6)
Angela Portela (PT-RR) (2)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (2)	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) (1)	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (3)	

Notas:

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 547, de 2011, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, lido em 17.5.2011)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

Leitura: 17/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
PTB	
	1.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NO ACRE E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os
Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽³⁾	
Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(4,5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁵⁾

Instalação: 04/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,6)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁷⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)
2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)
3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)
4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)
5. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
6. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
7. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽²⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) ^(4,8)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2)	1. Armando Monteiro (PTB) (1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
3. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) ^(20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) ^(3,5,17,21)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽²⁾

TITULARES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Eduardo Suplicy (PT)	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	
Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfê Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- **** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO (1)
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).

*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrano e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(5,9)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁷⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. Nº 029/2011-CRE/PRES).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ^(3,4)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Mário Couto (PSDB) ⁽²⁾	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIADA E PARAOLIMPIADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁷⁾
PTB	
⁽¹⁾	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**.. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA **Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. Marisa Serrano (MS)
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ⁽⁶⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁴⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽²⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁵⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁸⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹¹⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁹⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽⁷⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾
PSOL
Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁵⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾

Atualização: 19/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁵⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁶⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁸⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹¹⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁹⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁷⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁵⁾
PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 25/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS
PMN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 09.05.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: slcn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
(Resolução nº 01/2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 09.05.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



Edição de hoje: 234 páginas

OS: 2011/12559